

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Programa De Pós-Graduação Em Psicologia

ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM

O OLHAR CONSTRUCIONISTA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA PSICOLOGIA

Dourados

2018

ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM

**O OLHAR CONSTRUCIONISTA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA PSICOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, para Exame de Defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacy Correa Curado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

MESTRADO EM PSICOLOGIA

DOURADOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C357o Catarim, Angelo Willian De Lima

O olhar construcionista sobre a violência contra as mulheres nas práticas discursivas da psicologia / Angelo Willian De Lima Catarim -- Dourados: UFGD, 2018.

193f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Jacy Correa Curado

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Psicologia. 2. Violência. 3. Mulher. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM

**O OLHAR CONSTRUCIONISTA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA PSICOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para Exame de Defesa como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dra. Jacy Correa Curado

Universidade Federal da Grande Dourados (FCH)

Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Cátia Paranhos Martins

Universidade Federal da Grande Dourados (FCH)

Prof. Dr. Murilo do Santos Moscheta

Universidade Estadual de Maringá

Data da defesa: 09/02/2018.

Local da defesa: Sala de conferências, Faculdade de Ciências Humanas, UFGD.

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que me ensinaram a ser quem sou.

AGRADECIMENTOS

Para mim, essa foi a parte que mais esperei para poder escrever na dissertação. Estava ansioso para poder começa-la logo. Gostaria de citar as pessoas mais importantes que fizeram parte dessa escrita, registrando a minha gratidão pelo apoio, incentivo e força que me deram. Não imaginei que escrever uma dissertação seria um processo tão difícil, que eu sofreria tanto para concretizar esse sonho. No entanto, vocês me ajudaram, de uma maneira ou de outra, a seguir nesse projeto e a concretiza-lo. Saibam que vocês me ajudaram a realizar um sonho. Por isso, quero agradecer a cada um aqui, nesse espaço que é um dos mais pessoais e importantes da minha dissertação. Meus agradecimentos vão:

À Jacy, minha orientadora e professora, que assumiu a responsabilidade de me orientar. Sem me conhecer e sem saber o que enfrentaria, decidiu que valia a pena arriscar em mim. Agradeço pelas suas colaborações teóricas e por me ajudar a valorizar meu trabalho. Suas contribuições nessa pesquisa e na minha história de vida ficarão marcadas.

Ao professor Conrado. Suas aulas me fizeram entender como os estudos no mestrado poderiam ser interessantes. Obrigado também por me apresentar Foucault.

Ao professor Rodolfo, que acabou se tornando um ótimo colega durante as aulas no segundo semestre do mestrado.

À professora Cátia, que teve o cuidado de ler e fazer ótimos apontamentos em meu trabalho.

Ao professor Murilo, que me ensina muito mais do que teorias. Você consegue identificar as potências de cada pessoa.

A todos os meus professores do período da graduação, que prepararam o caminho para que eu conseguisse escrever essa dissertação. Em especial, gostaria de agradecer ao professor Molina. Você sempre me incentivou e foi fundamental para que eu acreditasse que eu podia fazer um mestrado.

Também gostaria de agradecer aos amigos que fiz durante meu percurso acadêmico e que, de alguma forma, tiveram destaque na minha história de vida.

Renisson, você e sua família foram fundamentais para mim. Agradeço pela sua receptividade, hospitalidade, amizade, companheirismo e pelas risadas que tive com você. Você é uma figura. Seus pais também foram muito importantes por abrirem a porta da casa deles para que eu ficasse alguns dias por aí.

Kamilla Golin, você e o Barba também foram de extrema importância, pois vi em vocês como a parceria está presente em todos os momentos. Muito obrigado também pelas contribuições em meu trabalho.

Lígia, muito obrigado pela sua amizade e pelas conversas. Tivemos muitos desabafos juntos.

Agradeço grandemente ao Danilo, amigo que me escutou por muitas vezes e com toda sua calma e sabedoria conseguia me deixar tranquilo.

Lari, Bruna, Gabi e Naihana, muito obrigado por me acompanharem nos anos de graduação. Com vocês, qualquer caminho fica divertido e gostoso de trilhar.

Agradeço à Dani Fébole, que foi uma pessoa incrível durante as aulas que fizemos juntos e com quem aprendi muito tanto em conversas quanto lendo seu trabalho.

Muito obrigado também a todas as profissionais da Casa da Mulher Brasileira, que me receberam e se dispuseram a conversar comigo e a compartilharem um pouco de suas histórias.

Muitas outras pessoas que não estiveram relacionadas diretamente nas questões acadêmicas desse trabalho merecem toda a minha gratidão.

Rosângela e Jonathas, agradeço muito a vocês por tudo o que fizeram para que eu conseguisse encontrar um lugar em Dourados. Vocês têm um lugar reservado na minha história de vida.

Raniel, eu não tenho e acredito que nunca terei como agradecer você e sua família por tudo o que fizeram por mim em Dourados. Mais do que abrir as portas de sua casa, vocês abriram seus corações e me constrangeram com tanto cuidado. Nós sabemos que só existe um motivo para isso.

Vitão, Ju e Ismael, vocês formam uma das famílias mais lindas que eu já vi na minha vida. Gostaria de agradecer à Ju e ao Ismael por cuidarem do Vitão, pois ele sempre foi uma peça chave na construção da dissertação. Vitão, você me inspira.

Galles e Cíntia, um dos casais mais divertidos que já conheci na vida, obrigado por me escutarem nos momentos que eu precisava e obrigado pela companhia.

Mozão e Gabi, vocês são lindos e a companhia de vocês me sustentou em muitos momentos. Obrigado por compartilharem a sabedoria de vocês comigo.

Gui, você sempre soube me deixar pra cima e me acalmar nas minhas euforias malucas. Obrigado demais pela sua amizade.

Agradeço enormemente a todos os meus irmãos da célula: Caike, Aldo, Bastos, Filipe, Ulysses. Vocês me faziam querer vir para Maringá o quanto antes.

Deixei por último as pessoas da minha família porque queria pensar na melhor forma de agradecer-los. No entanto, ainda que eu tenha aprendido que o mundo existe por meio da linguagem, tenho que admitir que nem sempre nossos recursos de linguagem são suficientes para dizer o que queremos. Agora é um desses momentos. Gostaria que minhas lágrimas fossem escritas nessas páginas para registrar meus agradecimentos.

Mãe, você é a melhor mãe do mundo, com toda certeza. Sua sabedoria me deixa impressionado e seu amor não tem precedentes. Obrigado pelos colos, pelas conversas e por me animar quando nada mais fazia sentido. Obrigado por tudo.

Pai, você ficou comigo em Dourados num período muito difícil. Obrigado pelas conversas e por toda a sua preocupação. Você me mostra como é possível as pessoas mudarem.

Dai, Tio Faio e Sofia, vocês são demais. Obrigado por me incentivarem e por reconhecerem o meu esforço. Vocês são grande parte da minha alegria.

Lilian, Marcio e Felipe, vocês são lindos e me enchem de orgulho. Obrigado por se fazerem presentes na minha vida e por me incentivarem nessa caminhada. O reconhecimento de vocês não tem preço. Fê, muito obrigado pela TV e pelo vídeo-game.

Preta, você sabe que é quem mais me ajudou a escrever essa dissertação, desde a formulação do projeto. Seu amor, seu carinho, seu cuidado, sabedoria e inteligência são fundamentais para mim. Te amo.

E eu não poderia deixar de reconhecer que todo esse trabalho e a existência de todas essas pessoas que estiveram comigo nessa caminhada, só foi possível por meio dEle. Agradeço a Jesus Cristo, que me ouviu em todos os momentos e me consolou na tristeza e me deu forças para celebrar na alegria. Sua entrega por mim me fez novo. Isso tudo só foi possível por que é em Você que existimos. Por isso, gostaria de terminar esses agradecimentos com a fala do apóstolo Paulo: nEle vivemos, nos movemos e existimos.

RESUMO

O presente trabalho é uma produção que buscou responder às questões provenientes do seguinte problema de pesquisa: como a Psicologia tem tratado a violência contra as mulheres. Para isso, fizemos uso das contribuições do Construcionismo Social, principalmente no que diz respeito à noção de práticas discursivas. Assim, nosso objetivo foi problematizar as práticas discursivas da Psicologia sobre violência contra a mulher e que são usadas por profissionais envolvidas nos serviços de atendimento e nos documentos de domínio público. Construímos, então, cinco capítulos. No primeiro, discutimos matrizes conceituais e os efeitos do Construcionismo Social como uma postura diante da realidade, aproveitando para falar sobre a noção de práticas discursivas. No segundo capítulo, apresentamos algumas discussões mais presentes no Brasil na década de 1980 a respeito da violência contra as mulheres. Problematizamos a polarização das discussões que se pautavam na posição de vítima ou não das situações de violência. O terceiro capítulo foi onde discutimos as produções mais atuais a respeito dessa temática, que nos permitiu desenvolver três eixos temáticos: o lugar das mulheres e alguns deslocamentos; o conceito de gênero nas discussões sobre violência contra as mulheres; e os modos como as pesquisas foram realizadas, privilegiando contextos de políticas públicas ou não e com grupos ou atendimentos individuais. No quarto capítulo apresentamos a metodologia, que consistiu de entrevistas com 5 profissionais de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e a análise dos artigos do capítulo 3, considerando-os como Documentos de Domínio Público. No capítulo 5 foram apresentadas as análises das entrevistas, divididas em 5 eixos temáticos: a naturalização da violência contra as mulheres, em que discutimos os efeitos discursivos da noção de socialização e inserimos o conceito de performance como alternativa aos problemas da naturalização dos processos sociais. Chamamos o segundo eixo de “Nomear para sentir”, e nele discutimos como o reconhecimento da violência passa pela necessidade de uma abertura dos repertórios linguísticos para que outros sentidos sejam dados a acontecimentos tomados como normais, como é o caso da violência contra as mulheres. O terceiro eixo temático foi dividido em dois subtemas: no primeiro fizemos algumas reflexões sobre a importância da Lei Maria da Penha e o fato de o texto da lei reconhecer cinco diferentes violências, o que indica diferentes áreas de direitos das mulheres. No segundo subtema discutimos como a referida lei é importante no reconhecimento da necessidade de trabalhar com os autores das violências. A forma como as histórias de vida das usuárias dos serviços de atenção às mulheres eram relatadas permitiu construir o quarto eixo, nomeado de “A construção do objeto ‘mulheres que sofreram violências’”. Nele, discutimos como alguns elementos comuns às histórias de vidas dessas

mulheres eram reiterados nas narrativas das profissionais. Por fim, no quinto eixo temático discutimos os diferentes sentidos atribuídos ao termo “dependência”, mostrando que seu uso foi bem heterogêneo nas narrativas das psicólogas entrevistadas. Consideramos que o trabalho possibilitou identificar nas práticas discursivas analisadas diferentes sentidos atribuídos à violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Psicologia; Violência; Mulheres.

ABSTRACT

The present work is a production that sought to answer the questions from the following problem: how psychology treats violence against women. In order to answer this question, we made use of the contributions of Social Constructionism, particularly with regard to the notion of discursive practices. Thus, our objective was to discuss the discourses of psychology on violence against women that are used by professionals involved in services and in the public domain documents. Our discussion went through the production of five chapters. In the first chapter, we discussed conceptual arrays and the effects of Social Constructionism as a way to deal with reality. This was also the moment when we inserted the discussion of discursive practices. In the second chapter, we presented some discussions present in Brazil in the 1980's regarding to violence against women. We problematized the polarization of discussions about the position of victim or not of violence. The third chapter was used as a space to discuss the most current academic productions regarding this theme. Its construction allowed it to develop three thematic axes: women's place and some offsets; the concept of gender in discussions about violence against women; and the ways in which the researches were performed, favoring public policy contexts or not and with groups or individuals. In the fourth chapter we presented our methodology, which consisted of interviews with 5 professionals who attend to women in situation of violence and the analysis of the articles of Chapter 3, considering them as public domain documents. In Chapter 5 the analysis of the interviews were presented, divided into 5 main themes: the naturalization of violence against women, which we discuss the discursive effects of "socialization" and then we introduced the concept of "performance" as an alternative to the problems derived from the naturalization for social processes. We named the second thematic axle "Naming to feel" e we discussed how the violence recognition needs an expansion of linguistic repertoire so other senses can be given to some events taken as normal, the way it happens with violence against women. The third thematic axle was divided in two subtopics: in the first one we made some appointments on the importance of the Maria da Penha Law and the fact that its text recognize five different kinds of violence, which indicate different areas of the women rights. On the second subtopic we discussed the importance of this law in the acknowledgement of the need to work with the authors of violence. The way the life stories of some users of the services were reported allowed us to construct the fourth axle, named "The construction of the object 'women who suffered violence'". There, we discussed how some common elements to its life stories were reiterated on the professional narratives. Finally, at the

fifth axle, we discussed the different senses attributed to the term “dependencies”, showing that its use was heterogeneous in the psychologists’ narratives. We consider that this work allowed us to identify on the discursive practices of the professionals different senses attributed to the violence against women.

Keywords: Psychology; Violence; Women.

LISTA DE ABREVIATURA E DE SIGLAS

CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial II

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CG – Campo Grande

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CMB-MS – Casa da Mulher Brasileira do Mato Grosso do Sul

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDM – Delegacias de Defesa da Mulher

DDP – Documentos de Domínio Público

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

LMP – Lei Maria da Penha

NUMAP – Núcleo de Extensão sobre a Lei Maria da Penha

OEA – Organização dos Estados Americanos

SNPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - A ESCRITA DE UMA PESQUISA É A ESCRITA DE SI(?).....	15
1 ARTICULANDO CONSTRUCIONISMO SOCIAL, GÊNERO E VIOLÊNCIA.....	21
1.1 As Matrizes do Construcionismo Social	21
1.2 Algumas Premissas do Construcionismo Social	28
2 DIÁLOGOS CONSTRUCIONISTAS SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	36
2.1 Falando de Gênero a Partir do Construcionismo Social	36
2.2 Negociações e Tensões no Terreno dos Discursos Sobre Violência Contra as Mulheres	41
2.2.1 A perspectiva da dominação masculina	44
2.2.2 A perspectiva feminista e o modelo da opressão homem-mulher	46
2.2.3 O modelo relacional ou modelo do conflito	49
2.3 Outros Sentidos Possíveis Sobre a Violência Contra as Mulheres	54
3 DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CAMPO DAS PSICOLOGIAS	56
3.1 Práticas Discursivas Atuais Da Psicologia Sobre a Violência Contra As Mulheres	60
3.1.1 Os lugares das mulheres e alguns deslocamentos	61
3.1.2 O conceito de gênero e sua utilização na compreensão do processo de violência contra as mulheres	63
3.1.3 Possibilidades de intervenções e enfrentamento da violência contra as mulheres	65
3.2 Permanências e Mudanças na Psicologia	67
4 CAMINHOS DE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS	69
4.1 Objetivos	69
4.1.1 Objetivo geral	69
4.1.2 Objetivos específicos:	69
4.2 Políticas Públicas como Espaço de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	69
4.3 Lugares da Pesquisa: Considerações Sobre Campo-Tema	71

4.4 Análise de Documentos de Domínio Público	74
4.5 Mudanças de Percursos: A Construção da Entrevista como Prática Discursiva.....	79
PERMANÊNCIAS, MUDANÇAS E NEGOCIAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES POR MEIO DAS ENTREVISTAS	84
5.1 Acontecimentalizar: Produzindo Sentidos por Meio das Entrevistas	84
<i>1- Naturalização das violências contra as mulheres</i>	<i>85</i>
<i>2- Nomear para sentir</i>	<i>92</i>
<i>3- A Lei Maria da Penha e sua função na nomeação das violências</i>	<i>96</i>
<i>a. A Lei Maria da Penha e as nomeações das violências: revestindo de palavras aquilo que era ocultado</i>	<i>99</i>
<i>b. Chamando os homens para a responsabilidade</i>	<i>102</i>
<i>4- A construção do objeto “mulheres que sofreram violência”</i>	<i>105</i>
<i>5- Dependências</i>	<i>109</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	122
Apêndice I – Roteiro da entrevista	132
Apêndice II – Caso de Mário e Gil	133
Apêndice 3 – Entrevista com a Participante 1 (P1)	134
Apêndice IV – Entrevista com a Participante 2 (P2)	145
Apêndice V – Entrevista com a Participante 3 (P3)	157
Apêndice VI – Entrevista com a Participante 4 (P4)	170
Apêndice VII – Entrevista com a Participante 5 (P5)	178
Apêndice VII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	186
Anexo I – Parecer Consubstanciado do CEP	188
Anexo II – Resolução do Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD	191
Anexo III – Termo de compromisso Casa da Mulher Brasileira	192
Anexo IV – Termo de compromisso do pesquisador	193

INTRODUÇÃO

A ESCRITA DE UMA PESQUISA É A ESCRITA DE SI (?)

Manhã de terça-feira, Bloco A da universidade em que estou matriculado para o mestrado, aula de Psicologia Social. Por se tratar de uma cidade na região centro-oeste do país, o clima costuma ser quente, e assim estava naquela manhã. No entanto, o ambiente da sala estava minimamente aconchegante, graças, entre outras coisas, também ao ar-condicionado. Sentados em círculo, todos os alunos e a professora que conduzia a aula podiam se olhar, o que permitia algumas comunicações não verbais. Olhares de apreensão do tipo “não li o texto”, ou olhares dispersos, assim também como olhares compenetrados, observando as construções de pensamento que a discussão dos trabalhos lidos proporcionava, se cruzavam tecendo uma rede de olhares.

As conversas entre nós todos eram um instrumento muito bem utilizado, que tinha a função de produzir provocações e inquietações, mobilizando nossas percepções e concepções de mundo. Essas concepções eram muito bem expressas em nossas trocas dialógicas quando apresentávamos nossos esboços de projetos de pesquisa. Era uma rede de diálogos que se formava e que tomava o espaço geométrico da sala, transformando-o em espaço geográfico. Um local suspenso no espaço que tomava forma a partir das relações que se travavam nele, e essa forma era produzida pela multiplicidade de vozes que davam notícia dos desejos a respeito dos projetos de pesquisa.

A professora que havia iniciado a circulação da palavra tinha feito apenas uma simples pergunta: o que motivou você a pesquisar o seu tema de pesquisa? Essa pergunta, aparentemente simples, sempre tem uma grande importância quando se trata de pesquisa em Psicologia. Formados nos moldes ocidentais de ciência, geralmente pensamos que a pesquisa é algo impessoal, neutro, em que o conhecimento científico reina absoluto. A concepção desse tipo de ciência, sem interesse ou implicação do pesquisador sobre o tema pesquisado é um mito que permeia grande parte dos meios acadêmicos. Nos ambientes acadêmicos de Psicologia que frequentei, no entanto, esse mito já havia sido desconstruído e o tema de pesquisa começa a ser identificado com o próprio pesquisador. O interesse, o desejo de conhecer determinado processo, fazem parte do próprio caminhar da pesquisa. Logo, deveria ser fácil um pesquisador – principalmente da área da Psicologia – identificar suas motivações a respeito da pesquisa que almeja realizar. Não no meu caso.

Percebi, então, que quanto mais pessoas falavam de suas vontades e interesses em seus respectivos temas de pesquisa, mais difícil ficava para eu conseguir entender qual era o meu. O

ambiente que antes pude descrever como “minimamente aconchegante” continuava com as mesmas características físicas, mas começou a me colocar numa condição de questionamento sobre mim mesmo. Afinal, qual a motivação da minha pesquisa? Durante as apresentações e discussões sobre os projetos de cada aluno, comecei a me ver perdido em meio a várias afirmações de conhecimento de si mesmo, que eram proferidas por cada pesquisador ali presente. Na verdade, em conversa posterior com um grande amigo, ele me disse: “todos ali naquela sala têm alguma proximidade de vivência com seu tema de pesquisa, mas nós não. Nós não somos as populações que estamos pesquisando”.

Aí estava a resposta que eu não sabia e não queria dar: eu não estou pesquisando algo que tenha feito parte da minha vida de modo tão perceptível. Contudo, essa (não) resposta me motivou a compreender que a minha pesquisa não se voltava para o que eu já havia feito ou o que já havia ocorrido na minha vida, mas que eu poderia vê-la como uma folha em que escrevo, com outros, uma parte da minha história. Assim, entendi que seria necessário tomar uma postura de não-saber que eu jamais havia tomado. Mais que não-saber, entendi que minha postura deveria ser a de abdicar-me de qualquer saber prévio, abrindo mão das hipóteses previamente formuladas. Abdicar-se dos saberes quando se está em um mestrado parece, no mínimo, um paradoxo.

Essa maneira de olhar para minha pesquisa não apenas mudou-a, mas ajudou-me a construir uma nova forma de olhar para as relações. Aí surgiu um dos primeiros questionamentos dessa fase, quando percebi que não havia problema na ausência de uma resposta pronta para a motivação da minha pesquisa: eu queria falar *das* mulheres em situação de violência ou *com* as mulheres em situação de violência? Confesso que, num primeiro momento, meu desejo era falar *das* mulheres, como se elas fossem um objeto, com o qual mantenho uma relação mínima, alheia e desinteressada. Olhava esse público como uma categoria estática, a ser analisada em várias partes fragmentadas, com instrumentos e métodos específicos. Contudo, falar *das* mulheres já começou a não caber mais na minha concepção de pesquisa. Considera-las objetos úteis ao meu trabalho sem considera-las sujeitos que me ajudariam a construir meu conhecimento passou a ser considerado, no mínimo, algo que não se enquadrava mais nos meus padrões de ciência.

Juntamente com essa concepção de falar *das* mulheres, deixei também a noção de falar *pelos* mulheres. Entendi essa transição como algo importante, pois falar em nome de alguém é sempre muito problemático. A linguagem, como sabemos, não é um para-brisas, com mecanismos antirreflexo e com desembaçador, que permite ver o que há para além, como se fosse uma realidade inabalável. A linguagem é muito mais parecida com um espelho, em que

vemos a nós mesmos nesse processo reflexivo, opaco, embaçado. Portanto, falar por alguém requer um instrumento que não temos: uma linguagem *deslocalizada*. Toda fala é localizada e, por isso mesmo, é específica, é produzida e emitida a partir de um corpo, de uma história. Logo, eu não poderia falar em nome de ninguém. Outro grande problema de falar pelas mulheres é que, implicitamente, essa ideia faz pensar que elas precisem de um porta-voz. O feminismo vem nos mostrando, há um bom tempo, que isso não é necessário. As mulheres têm feito suas vozes serem ouvidas de diversas maneiras e, às vezes, são nossos ouvidos, moldados por uma sociedade patriarcal, que não conseguem (ou não querem) ouvir vozes que questionam nossos privilégios masculinos.

Esses apontamentos começaram a me guiar para o único caminho ético possível. Além de esse processo mudar minha pesquisa, passou também a mudar minhas concepções sobre as relações construídas num processo dissertativo. Vi, com bons olhos, que me aparecia a possibilidade de produzir um diálogo *com* as profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência. O diálogo me pareceu mais eficiente e mais ético por dois motivos básicos: a) o diálogo é construído numa relação entre pessoas; b) no diálogo, as subjetividades são co-construídas. O primeiro motivo implica em sérias considerações. Primeiramente, há uma concordância entre os interlocutores que o outro merece ser escutado e que sua escuta merece ser utilizada. Há, portanto, uma dupla afirmação da importância do outro, que se constitui como um diferente, dentro do diálogo. Ao ser um diferente, um outro, ele me afirma enquanto sujeito. Isso nos leva ao segundo motivo, que consiste em saber que a sua fala e a sua escuta são instrumentos de mudança em minha subjetividade. O diálogo consiste numa construção intersubjetiva que produz efeitos nos seus participantes.

Quais os efeitos que vêm sendo produzidos em mim, então, nesse processo de pesquisa? Primeiramente, percebi que há uma assimetria nas relações de gênero. Essa assimetria me mobilizou a questionar quais são os privilégios dos quais desfruto por ser homem, branco, heterossexual e de classe média. Posteriormente, a constatação dessas assimetrias de poder em relação ao sexo e ao gênero feminino me convocaram a uma constante experiência, nada fácil, de abrir mão dos meus privilégios. Esses privilégios não foram conquistados por mim, mas me foram concedidos socialmente pelo simples fato de ter nascido onde nasci e como nasci. São frutos de uma sociedade sexista e machista da qual ainda obtenho vantagens.

Pensar nos motivos da produção da minha pesquisa me fez pensar mais na história que ainda tenho a construir do que na história que construí até aqui. Me coloca diante de desafios de dialogar com o diferente, sabendo que existe uma diferença de poder entre nós, que exige que eu saiba qual é o meu lugar justamente para poder abrir mão dele. Assim, penso que os

motivos que me levaram a pesquisar o que estou pesquisando são e serão construídos e desconstruídos a cada dia, a cada texto, a cada conversa.

Minha pesquisa é, para mim, um instrumento constante de questionamento e, por isso retorno a ela e ao meu percurso acadêmico. Para isso, introduzo aqui o meu trabalho, que apresentarei brevemente seguindo os capítulos produzidos e seus principais temas.

A pesquisa está dividida em cinco capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, fiz uma apresentação do Construcionismo Social. Para isso, dividi o capítulo em duas partes. No primeiro momento, falei das matrizes que possibilitaram o surgimento dessa que considerei uma postura diante da realidade. Fiz o possível para apresentar o Construcionismo não como uma teoria, mas como um posicionamento. Em seguida, no segundo momento, apresentei os pressupostos do Construcionismo e seus efeitos políticos e teóricos. Aos poucos, a temática da violência contra as mulheres foi sendo introduzida nesse capítulo, levando em consideração as teorias de gênero.

O segundo capítulo foi onde aprofundei as discussões sobre gênero e apresentei a concepção que guiou nossas construções e análises. O gênero é apresentado como uma categoria de análise, que permite compreender os diferentes posicionamentos e sentidos atribuídos a homens e mulheres. Para isso, ele deve ser compreendido como uma categoria construída socialmente, que instaura desigualdades de poder por meio da constatação das diferenças. Em outro momento desse capítulo, fiz uma discussão sobre como os primeiros trabalhos brasileiros abordavam a violência contra as mulheres. Evidenciando uma mudança de concepção de “mulheres vítimas de violência” e “mulheres em situação de violência”, problematizei como essas discussões mantiveram uma polarização a respeito da participação das mulheres na violência sofrida. Como alternativa, apontei a necessidade de pensar na constituição das masculinidades.

No capítulo três continuei a discutir como a Psicologia tem atribuído sentidos às mulheres que sofrem violência, mas o fiz a partir de análises de 19 artigos produzidos mais recentemente. Embora não tenha feito uma revisão de literatura, as análises permitiram construir três eixos sobre diferentes temas. O primeiro eixo foi onde discuti quais eram as posições que as mulheres ocupavam dentro desses estudos. A partir dessa análise foi possível perceber que havia um deslocamento das mulheres em relação à responsabilização das mulheres sobre a violência. Os estudos não deixavam de considerar o sofrimento da violência, mas davam ênfase às potencialidades que as mulheres conseguiam desenvolver para superar as relações de violência.

No segundo eixo, discuti a importância do conceito de gênero nas publicações analisadas. Foi possível observar como esse conceito, entendido como uma categoria analítica, pode ser útil na compreensão das relações desiguais de poder entre os gêneros. Seu uso nesses trabalhos era feito considerando principalmente a sua dimensão política e a sua construção social. No terceiro eixo, me ocupei em analisar quais eram os contextos de atuação que essas pesquisas privilegiavam. Chamou a atenção a importância que as Políticas Públicas e as intervenções grupais tiveram na elaboração desses trabalhos.

No quarto capítulo, apresentei os caminhos trilhados para a realização dessa pesquisa. Após falar brevemente sobre as Políticas Públicas como espaço de atuação da Psicologia, fiz algumas reflexões sobre o conceito de campo-tema, problematizando as noções tradicionais de pesquisa. Em seguida, discuti também a mudança necessária de instrumento para a construção do *corpus* de pesquisa, evidenciando as possibilidades de construção de sentidos por meio de entrevistas.

Por fim, no capítulo 5, desenvolvi as análises baseadas nas entrevistas feitas e construí 5 eixos temáticos. No primeiro eixo temático problematizei a naturalização da violência contra as mulheres, que permitiu discutir os conceitos de *socialização* e *performance*. O segundo eixo foi caracterizado como uma sequência do primeiro, pois nele eu dei importância para as dificuldades envolvidas na negociação e na construção de sentidos, mostrando que esse não é um processo linear. O terceiro eixo temático foi dividido em duas subcategorias relacionadas à Lei Maria da Penha. Na primeira, pude falar de como a lei colabora com o reconhecimento da violência por meio da tipificação das violências e como esse processo também nomeia outras áreas de direitos das mulheres. Na segunda subcategoria, busquei falar sobre como a lei é importante para o desenvolvimento de trabalhos com os autores de violência e como, mesmo assim, esses trabalhos são frágeis e ainda precisam de mais atenção.

Em seguida, no quarto eixo temático, discuti como as práticas discursivas das profissionais criavam o objeto “mulheres que sofrem violência”, caracterizando-as segundo algumas experiências semelhantes. Apontei também que, ao mesmo tempo que esse processo de nomeação cria uma categoria específica, ele abre a possibilidade para o reconhecimento de um grupo de pessoas que demanda uma atenção diferenciada. Por fim, foram analisados os sentidos atribuídos ao termo “dependências”, que apareceram nas falas das profissionais. Esse eixo foi importante para percebermos como os processos de atribuição de sentidos constroem diferentes acontecimentos e compreensões sobre os fenômenos.

As principais contribuições desse trabalho foram elencadas nas considerações finais, assim como os seus limites. Espero que a produção dessa pesquisa colabore com o desenvolvimento das Políticas Públicas para as Mulheres e com as atuações da Psicologia.

CAPÍTULO 1

ARTICULANDO CONSTRUCIONISMO SOCIAL, GÊNERO E VIOLÊNCIA

Este trabalho deve nos remeter ao início de uma jornada que nos levará a caminhos que, ao menos para mim, eram bastante inexplorados e um tanto quanto diferentes dos quais já havia percorrido. Gostaria de fazer aqui uma breve apresentação das linhas teóricas do Construcionismo Social que me levaram a entendê-lo como uma postura diante da realidade, o que, ao meu ver, é diferente de uma teoria psicológica. Para isso, buscarei ressaltar algumas pontuações de construcionistas consolidados para que seja mais fácil a compreensão das matrizes do Construcionismo Social. Penso ser interessante assinalar uma reflexão inicial que venho desenvolvendo em contato com essa nova postura: o Construcionismo parece apresentar postulações simples, mas suas consequências são levadas até o fim, ou, nas palavras de Gergen (2009), suas consequências são instigantes.

Portanto, para que possamos prosseguir nos caminhos teóricos produzidos sobre a postura Construcionista, o texto será dividido em duas partes. Num primeiro momento, busco falar um pouco sobre as condições que possibilitaram o surgimento do Construcionismo Social como um movimento com características do que Spink (2010) chama de Modernidade Tardia. No segundo momento, procurei fazer uma apreciação mais detida das características do Construcionismo Social como uma postura diante do mundo que nos situamos. Durante o corpo do texto, busquei articular essas premissas com as noções de gênero, atentando especificamente para a violência contra as mulheres. É importante lembrar que não fiz uma apresentação sistemática ou exaustiva do Construcionismo Social, mas sim de suas contribuições para produzir alguns sentidos a respeito do tema deste trabalho.

1.1 As Matrizes do Construcionismo Social

Quando falo de *matrizes* do Construcionismo Social não estou me referindo a elementos que sejam maiores ou mais importantes. Antes, a ideia de matrizes nos remete a fontes, lugares a partir dos quais vários outros elementos passam a existir. Não é, portanto, um lugar da *origem*, mas da *invenção*, como diria Foucault (2013). Nesses termos, a invenção assume a negação da existência metafísica dos elementos, como se houvesse algum lugar do surgimento de sua essência, e afirma que em um dado momento alguma coisa aconteceu para que tal elemento existisse. No caso em questão, alguma coisa aconteceu para que o Construcionismo fosse inventado, ou melhor, construído. Ressalto o caráter de invenção pois ele diz respeito aos interesses, necessidades, conflitos, disputas e desejos existentes num momento específico e que

possibilitam a criação de uma alternativa ao que já existe. Desta forma, podemos dizer que o Construcionismo é uma faísca que reluz após o choque do metal contra outro metal, é o resultado de duas lanças que se esbarram com a força necessária para a produção de uma fagulha (Foucault, 2013).

O choque entre os elementos diferentes, esse embate que produz faíscas, possibilitou o surgimento do Construcionismo Social, uma forma de produção de conhecimento que diverge das teorias tradicionais. No âmbito das ciências, o Construcionismo busca estabelecer um confronto com aquilo que Spink (2010) chamou de *retórica da verdade* e que está muito mais atrelado à ideia da origem do que da invenção do conhecimento. Podemos ainda utilizar esses mesmos termos para dizer que o Construcionismo Social se opõe ao Representacionismo, sendo esse último uma corrente que, intencionalmente ou não, aponta para uma origem do conhecimento, em que este emana de uma suposta realidade originária.

Quando falamos do Construcionismo Social, devemos entender que, enquanto uma postura diante da realidade, ele é, conseqüentemente, uma forma de produzir e desconstruir conhecimentos. Digo *conseqüentemente* porque em Construcionismo Social o conhecimento nunca surge descolado de nossas práticas, pois são nossos conhecimentos que delimitam nossos modos de existência por meio daquilo que chamamos de *repertórios linguísticos*.

Embora a invenção do Construcionismo possa ser identificada no passado (Gergen, 2009), a sua emergência como um movimento de produção de conhecimento mais sistematizado pode ser localizada no que Spink (2010) chamou de Modernidade Tardia.

Os tempos atuais apresentam uma dificuldade de definição, sendo chamado de *modernidade líquida* (Bauman, 2001), *hipermodernidade* (Lipovetsky, 2005), *modernização reflexiva* (Beck, 1997; Giddens, 1991), ou *pós-modernidade*, para citar apenas alguns exemplos. Spink (2010), no entanto, lança mão de outra terminologia, a qual utilizarei na construção desse texto, que é *Modernidade Tardia*. Portanto, quando falamos do Construcionismo Social, estamos falando de uma produção de conhecimento que se diferencia das produções modernas e que se contrapõe a elas. A preferência por essa terminologia se dá pelo fato de considerar que, embora existam movimentos de diferenciação dentro do que se pode chamar modernidade, Spink (2010) considera que não houve uma ruptura completa com esse modo de pensar. Portanto, o termo *Modernidade Tardia* expressa a manutenção de um mesmo processo social embora com algumas mudanças. Se pensarmos na ruptura que ocorreu na passagem do feudalismo para a sociedade moderna, que tem como marco a emergência dos

Estados-nação, podemos, mais uma vez, justificar nossa posição de compreender que não conseguimos identificar uma ruptura tão nítida nesse processo¹.

O conceito de Modernidade Tardia utilizado por Spink (2010) é inspirado no termo Modernidade Reflexiva, que fora cunhado por Beck (2010). E aqui temos um dos fatores importantes que constituem as particularidades de nosso tempo, que é a distribuição dos riscos, em contraste com a distribuição do bem-estar social que marcava a sociedade industrial. O paradigma da sociedade atual é, portanto, de conseguir distribuir os riscos que ela mesma produz a partir daquilo que temos o costume de chamar de desenvolvimento científico e tecnológico. Como diria Beck (2010), estar em risco é o modo de existência no nosso tempo. Podemos ver as massivas terceirizações e privatizações como um modo de distribuição dos riscos produzidos pela sociedade.

Segundo Spink (2010), a Modernidade Reflexiva é marcada pelo questionamento e desmistificação da ciência e dos modos de existir na sociedade. Ou seja, aquilo que era investido de uma certeza e que, por isso, produzia determinados valores quase naturais² passa a ser colocado em xeque. A crença nos saberes produzidos na Modernidade começa a sofrer um abalo que não atingia apenas os saberes em si, mas as formas de produzi-los. Inicia-se, então, uma *reflexividade* sobre a própria ciência e sobre os modos pelos quais o mundo vem sendo produzido e como os próprios sujeitos se produzem. Como um exemplo de questionamento das formas de existir podemos citar as produções sobre as relações de gênero e a própria ideia de como eles também são construções sociais (Scott, 1995).

Pensar que as identidades de gênero não correspondem ao sexo biológico – uma ideia também questionável – nos permite compreender que a forma como essas identidades existem corresponde aos objetivos de uma sociedade. Portanto, pensar as classificações de gênero e de sexo por essa perspectiva faz com que entendamos que a dominação do sexo masculino sobre o feminino, que em muitos casos é tida como natural, não passa de uma forma de organizar a sociedade para o benefício de uns em detrimento de outros(as) (Dias & Machado, 2008). Vale lembrar que, embora essas ideias sobre identidade de gênero estejam bastante arraigadas nas relações sociais cotidianas, a ciência teve grande participação na sua consolidação, produzindo

¹ Poderíamos ainda fazer uma distinção entre três diferentes estágios relativos à Modernidade, de acordo com Ulrich Beck (1993 como citado em Spink, 2010). O primeiro estágio seria a Pré-Modernidade, onde predominava a forma de organização feudal da sociedade. O segundo momento é o da Modernidade Clássica, que coexiste com a sociedade do capitalismo industrial. E o terceiro estágio da Modernidade seria o que Beck chamou de Modernidade Reflexiva ou a Modernidade Tardia, que coexiste com a sociedade de risco.

² Sabemos que “valores naturais” é uma contradição em termos, pois o sentido de valor é, por definição, uma produção social e, por isso mesmo, não pode ser natural. Ele foi utilizado apenas para metaforizar algumas produções

muitas respostas para justificar uma suposta superioridade do sexo masculino sobre o feminino (Nogueira, 2001).

Se entendemos que o Construcionismo Social, como dito anteriormente, é uma forma de produzir conhecimento, as questões desenvolvidas sobre a reflexividade na ciência são fundamentais, pois tal postura diante do conhecimento produzido é uma das características do Construcionismo (Spink, 2010). Logo, o Construcionismo Social questiona não apenas o nosso cotidiano e os sentidos que atribuímos aos fenômenos, mas também as construções científicas que, cedo ou tarde, de um jeito ou de outro, serão absorvidos pelos discursos da cotidianidade.

A reflexividade é apenas uma das características da Modernidade Tardia que servem para desenvolvimento do Construcionismo Social. Pode-se dizer que a reflexividade tem duas formas de existência: uma que é inerente à própria ciência e que se constitui num autoquestionamento científico; a outra diz respeito aos produtos, ou resultados, que a ciência tem fornecido e que pode ser considerada uma reflexividade externa à ciência. Assim, o fato de, por muitas vezes, a ciência ser uma prática fechada e inacessível ao público passa a ser questionado. Aparecer apenas com os resultados de uma pesquisa sem prestar contas dos métodos utilizados para chegar a isso passou a ser uma prática questionável. Outros fatores como a *globalização* e a *individualização* também são referidos como importantes nesse processo (Spink, 2010).

A *globalização*, por sua vez, pode ser resumida como o cruzamento das relações que ocorrem longe dos locais de seus agentes, como é o caso das relações virtuais. Esse processo abarca muitas das nossas relações cotidianas, borrando barreiras que antes eram mais tangíveis e perceptíveis. Dessa forma, polaridades como ausência e presença, interno e externo, perto e longe, real e virtual, ficam difusas. Além disso, a globalização produz um aceleração dos fenômenos, aumentando tanto a intensidade quanto a sua transitoriedade (Spink, 2010).

Já a *individualização* é apontada por Spink (2010) como a característica mais marcante da Modernidade Tardia. Sua estruturação está diretamente ligada ao processo de destradicionalização das principais instituições da modernidade: trabalho, família e educação. Segundo a autora, esse movimento de destradicionalização produz novas formas de os sujeitos se referirem a si mesmos, o que indica que as identidades também são produzidas diferentemente, muito mais por meio de uma autorreferência. Com isso, há o que Spink (2010) chama de destradicionalização das instituições produtoras de subjetividade.

É possível fazermos uma breve aproximação da ideia de individualização e das relações contemporâneas que os sujeitos vêm travando com o conceito de gênero. Como a identidade deixou de ser um dado transmitido pelas instituições tradicionais, como apontado por Spink

(2010), mas uma tarefa a ser desenvolvida, as condições que antes balizavam a identificação dos sujeitos a um determinado gênero também passam por modificações. Assim, ser mulher não é um papel que se exerce, mas uma identidade que se constrói, reproduzindo antigas maneiras de ser ou produzindo novas relações entre os sujeitos nas diferentes materialidades. Nesse ponto, a mulher, identificada muitas vezes como o sexo frágil, detentora de um instinto materno e amor incondicional, passa a ver e construir aberturas sociais em que são possíveis outros sentidos que contestam o que se vê como atributos de uma natureza feminina. Portanto, a categoria de gênero passa a subsidiar a construção de si como um processo pelo qual se questiona os discursos hegemônicos sobre os sujeitos.

Dentro dessa naturalidade atribuída aos gêneros que vem produzindo as relações sociais, não apenas ao sexo feminino são atribuídos – e também impostos – lugares que limitam as possibilidades de existência dos sujeitos. A masculinidade também tem dessas imposições. Neste caso, dos homens espera-se que sejam dominadores, fortes, grandes autoridades, aptos à vida pública e violentos. Tais construções acabam por produzir diferentes sentidos sobre cada gênero, desenvolvendo assimetrias e hierarquias nas relações de poder.

Como exemplo do papel da Psicologia para a manutenção e construção dessas impressões, podemos citar alguns trabalhos da Psicologia Evolucionista. Um grande teórico dessa área da Psicologia é John Archer, com várias publicações nessa linha de pesquisa. Um grande estudo realizado por ele (Archer, 2004) em que apresenta uma meta-análise sobre o tema das diferenças sexuais na agressividade, faz uma narrativa científica em que o sexo masculino sofre variados processos fisiológicos que justificam a sua maior agressividade, e conseqüentemente violência, em relação ao sexo feminino. Suas afirmações são, inclusive, de que os relatos de pais identificaram uma diferença sexual de agressividade antes mesmo dos dois anos de idade em algumas crianças. Apesar de dizer que as causas dessas diferenças sejam incertas, a primeira hipótese que o autor apresenta diz respeito aos efeitos causados pela testosterona no período pré-natal. Contudo, o mesmo autor argumenta que, de acordo com vários estudos evolucionistas, há um elemento crucial na diferença entre os sexos masculino e feminino no que tange à agressividade, que é o grau de risco que um indivíduo é preparado para tomar durante um conflito.

Podemos ver, portanto, como a Psicologia também serve como instrumento de de legitimação de discursos desse tipo. A Teoria da Seleção Sexual (*Sexual Selection Theory*), como exposta por Archer (2004), constrói uma narrativa onde “a origem da maior agressividade física masculina na história evolutiva humana é uma consequência do investimento desigual dos pais, levando a uma maior competitividade reprodutiva do macho sobre a fêmea e, portanto,

a uma agressividade mais evidente” (p. 292, tradução minha). Segundo ele, as diferenças sexuais nos atos de agressão, a partir deste *princípio*, devem ser mais esperadas. Bem, vemos aí como estudos da Psicologia pautados em estudos da Biologia e da Fisiologia nos levam a narrativas que deixam o sexo masculino mais próximo da violência. A Teoria da Seleção Sexual ainda apresenta um desenvolvimento, ou mesmo um motivo, para essa agressividade do *mamífero macho*. De acordo com Carvalho (2008), a maior dificuldade de a *mamífera fêmea* produzir seus gametas e o gasto metabólico que esse processo causaria, levariam ela a ser mais cuidadosa com seus gametas, enquanto que aos machos sobra a necessidade de disputarem entre si as possibilidades de copularem com a fêmea.

Dentro dessa teoria, a fêmea escolheria o macho a partir de várias características necessárias para a manutenção da espécie, inclusive a sua capacidade de tomar conta da cria (Carvalho, 2008). Além da agressividade, o estudo de Carvalho também faz pontuações sobre processos emocionais entre homens e mulheres. A partir de uma explicação de como machos e fêmeas de chimpanzés fazem suas escolhas sexuais, ele apresenta o desenvolvimento do ciúme na espécie humana. Assim, o homem torna-se mais ciumento que a mulher em casos de pistas ou evidências de uma traição sexual porque isso daria abertura para a gestação de uma cria que não fosse dele e, conseqüentemente, seus genes não seriam reproduzidos e perpetuados. No entanto, as mulheres são mais ciumentas que os homens em situações de evidências ou pistas de traição emocional porque isso indicaria que os recursos dispostos pelo macho – homem – poderiam ser alocados para outras proles. Esse mesmo argumento é utilizado para explicar que as fêmeas – ou mulheres – são mais suscetíveis a demonstrações de *status*, pois isso mostraria uma capacidade de provisão da cria. Por outro lado, a preferência sexual de homens por mulheres mais jovens se explica por: 1) seu potencial reprodutivo é maior, pois estão mais longe da menopausa; 2) elas são mais férteis e teriam maiores chances de engravidar.

Deste modo, tanto a violência, como o “instinto materno” e outras características atribuídas aos diferentes gêneros, passam a ser justificadas por argumentos tais como a necessidade histórica do homem de ter de cuidar da prole contra os ataques de elementos externos, pois apenas assim ele conseguiria manter-se vivo e perpetuar a sua existência na vida de seus descendentes.

Considero importante poder contrapor essas construções narrativas com alguns números importantes. Por exemplo, se o lugar da prole é um espaço de cuidado e manutenção da espécie, como entender que, no Brasil, no ano de 2014, 25% dos homicídios femininos foram realizados dentro da própria casa da vítima? Poderíamos, nesse caso, dizer que não é pelo fato de a agressão ter sido feita em casa que foi o parceiro que a realizou. No entanto, como entender que

os cônjuges – dotados de uma suposta agressividade natural para cuidar da prole – foram responsáveis por 34% das denúncias de agressão contra mulheres adultas em 2014? Bem, esses são apenas alguns questionamentos possíveis que podemos fazer a partir dos dados disponibilizados no Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015).

Poderíamos ainda acrescentar outro questionamento importante para se contrapor à narrativa da agressividade biológica, que levaria a uma suposta violência masculina. Considerando que a prole diz respeito também aos filhotes e que, no caso dos seres humanos, os filhotes podem ser tanto os filhos(as) biológicos(as) quanto filhos(as) adotivos(as) enteados(as), como explicar que grande parte dos abusos sexuais infantis é perpetrado por homens adultos parentes ou pessoas próximas das vítimas³? Será que teríamos de recorrer à ideia de que os gametas masculinos, produzidos em maior quantidade, precisariam ser espalhados o máximo possível, e que caberia às mulheres e às meninas aceitarem a cópula? É diante desse tipo de conhecimento que o Construcionismo Social se posiciona, fazendo questionamentos que evidenciem os efeitos de certas práticas discursivas.

Ao falar das matrizes epistemológicas do Construcionismo Social, Gergen (1985, 2009), em seu clássico artigo publicado originalmente em inglês no ano de 1985, faz uma explanação sobre outras duas tradições intelectuais que levantam sérias questões filosóficas. De um lado está o empirismo lógico, representado por nomes como Hume, Locke e Mills. Para ele, essa perspectiva pode ser chamada de *perspectiva exogênica*, pois localiza no mundo, e nos eventos que ocorrem no mundo, a fonte do conhecimento. Ou seja, o conhecimento é uma representação mental produzida a partir da realidade. Há na realidade, então, um conhecimento a ser encontrado, mas que só alcança o nível da representação na mente. Desta forma, qual seria o conhecimento apropriado? Seria o conhecimento que consegue mapear a realidade, captando as suas nuances e sua Verdade, que exalam dos fenômenos como o suor exala da pele. Nessa perspectiva, cabe ao cientista utilizar os métodos corretos para conseguir capturar essa Verdade, que paira sobre o fenômeno à espera de ser desvelada. Por outro lado, temos o que Gergen denomina de *perspectiva endogênica*, na qual o conhecimento depende de processos cognitivos – muitas vezes vistos como inatos – que pertencem ao organismo. Essa tradição se expressou

³ O estudo de Fukumoto, Corvino e Neto (2011) identificaram que as principais vítimas da violência sexual infantil foram meninas com idade média de 9 anos (quase 79% dos casos analisados) e que os agressores eram conhecidos da família ou da criança em 85,6% dos casos, sendo que 28,7% eram parentes, onde os pais representavam o maior número, 12,5%. Dados parecidos também são apresentados por Pamplona (2015), em que o autor também identifica as crianças do sexo feminino como maiores vítimas desse tipo de violência que, em sua maioria, é perpetrada por conhecidos ou parentes. Outro trabalho de caracterização de vítimas e agressores de violência sexual infantil é o de Delfino, Faria, Miranda, Moraes e Vasconcelos (2009). Os autores identificaram dados muito parecidos com os estudos anteriores. Segundo eles, as crianças do sexo feminino foram vítimas em 87,6% dos casos e em mais de 55% os agressores são muito próximos das famílias dos abusados.

na Psicologia principalmente nas correntes teóricas cognitivas, para as quais o sujeito processa as informações que recebe do mundo exterior. Assim, o conhecimento não seria uma forma de representar a realidade do mundo, mas de processá-la.

Como uma forma diferenciada de compreender e produzir o conhecimento e o mundo em que vivemos, o Construcionismo busca argumentar de forma diferente das duas tradições previamente apresentadas. Enquanto a perspectiva endogênica e a perspectiva exogênica se posicionam em polos diferentes e quase em distâncias diametrais, o Construcionismo busca deslocar essas dicotomias e torna-las gradientes. No entanto, o que se vê no Construcionismo Social não é uma síntese das duas perspectivas anteriores e nem mesmo uma aproximação de uma ou de outra. Para a produção do conhecimento na perspectiva Construcionista, o elemento fundamental é a *relação*. O que entendemos, portanto, é que a nossa condição de ser humano e nossa concepção de realidade são construídas nas relações. Isso implica abrir mão de uma realidade previamente existente para nós para entender que é por meio das nossas performances junto a outros atores que construímos as realidades (Gergen, 1985, 1997, 2010; Iñiguez, 2002; Raserá & Japur, 2005; Sanches-Justo, Ferreira, Vasconcelos & Justo, 2010).

Ao falar de alguns aspectos que possibilitaram o surgimento do Construcionismo Social, Moscheta (2014) faz uma distinção entre o discurso moderno e o discurso pós-moderno. Após nos convidar a construir um cenário de museu imaginário, o autor nos chama a pensar sobre as formas como as obras de artes ali dispostas abordam o tema mulheres. Fazendo um percurso histórico, ele nos mostra como as pinturas falam desse tema e como vão transitando em terrenos diferentes. Depois de iniciar sua narrativa por Da Vinci, passando por Bartolomeu Murillo, Picasso, Gustav Klimt, Barbara Krueger e Carl Andre, o autor assinala como a arte passa de um paradigma moderno e representacionista para um paradigma pós-moderno. Seu objetivo é demonstrar como a ciência pós-moderna também passa por essa transição-ruptura. Com essa metáfora, o que ele nos ensina é que, além do rompimento com a tradição representacionista, a ciência pós-moderna nos convida a uma participação intensa. A arte de fazer ciência, assim como a visita ao museu, passando de Da Vinci até Andre, deixa de ser contemplativa e convida a uma participação na construção de seus significados por meio das relações.

Embora tenhamos feito um percurso um tanto quanto breve sobre alguns aspectos que possibilitaram o surgimento do Construcionismo Social, podemos entender que ele surge como uma reação às tendências representacionistas da realidade e também como uma forma de questionar os conhecimentos instituídos e investidos de autoridade, principalmente o conhecimento científico. Tentei demonstrar também como reflexividade, individualismo e globalização são articuladas nessa invenção. Com isso, o Construcionismo abre portas para uma

nova forma de produção de conhecimentos e, conseqüentemente, de sentidos para a realidade. Ainda que a separação entre as condições epistemológicas que permitiram a produção do Construcionismo e a as suas premissas seja apenas didática, busquei fazer uma breve apreciação dos fundamentos teóricos do Construcionismo a seguir.

1.2 Algumas Premissas do Construcionismo Social

Como apontei anteriormente, o Construcionismo é resultado de uma conjunção de fatores que acabaram produzindo as condições de seu desenvolvimento. Assim, nessa seção do texto buscarei apresentar brevemente algumas premissas da perspectiva Construcionista sem a ambição de esgotar o assunto, assim como também o fiz na seção anterior. Em seguida, argumento que não se consegue encontrar uma definição clara do que é o Construcionismo Social (Íñiguez, 2002, Rasesa & Japur, 2005), embora possamos assinalar algumas de suas características. Portanto, elenquei algumas das características fundamentais apresentadas por autores do Construcionismo discorrendo sobre elas.

Quando falamos de Construcionismo Social, seu nome já nos dá uma pista importante sobre como se pensa a partir dele. Então, entendemos que é na sociedade que construímos as coisas. Essa breve afirmação, que nos parece óbvia demais, tem muitas implicações. Ao dizermos que é em sociedade que construímos o mundo, isso significa que o fazemos nas *relações*, que são travadas numa determinada sociedade e num determinado momento histórico. As realidades são localmente construídas a partir dos sentidos que atribuímos aos eventos que ocorrem e esses sentidos variam segundo as condições de existência, que não são a priori, mas também são construídas. Então, o Construcionismo Social entende que a forma como damos sentidos ao mundo resulta em um mundo construído, pois esses sentidos produzem efeitos nas relações entre as pessoas. Se seguirmos nesse raciocínio, ainda podemos dizer que os sentidos são atribuídos por meio dos *jogos de linguagem* (Moscheta, 2014, Souza, 2014) que participamos.

Temos aí uma afirmação com dois desdobramentos importantes: o primeiro desdobramento é que o mundo existe por meio da linguagem, ou seja, a existência do mundo para nós humanos só é possível por meio dos sentidos que atribuímos aos acontecimentos através da linguagem. O segundo desdobramento é que estamos inseridos em determinados contextos linguísticos que nos produzem de determinadas maneiras, ou, como dizemos em Psicologia Social, que produzem subjetividades. Os jogos de linguagem são, portanto, o conjunto de regras e convenções compartilhadas de uma dada comunidade e que produz determinados tipos de subjetividades (Gergen, 2010).

Sabendo que a realidade é construída nesses termos, a partir da linguagem e dos sentidos que damos a ela, o Construcionismo procura problematizar os conhecimentos que temos como naturalizados. Para isso, questiona-se sobre como esse conhecimento surgiu, quais foram os interesses por trás de sua produção, quem se beneficia com ele, como ele foi produzido. Portanto, acredito que aqui podemos assinalar uma das principais características do Construcionismo Social, que é a sua postura questionadora diante da realidade. Na perspectiva Construcionista não existe o óbvio. Nada é tão certo que não precise ser questionado (Gergen, 2009, 2010; Íñiguez, 2002; Spink, 2010).

Assim, toda e qualquer produção, seja científica, política, religiosa, do senso comum ou de qualquer outra área de produção do conhecimento não é acatada como verdade transcendente, mas é, antes de qualquer coisa, questionada sobre as razões de sua existência e sobre seus efeitos. E qual é a justificativa para o Construcionismo problematizar o que temos investido como natural? Para responder a essa questão, recorreremos às contribuições de Gergen (1985, 2009, 2010) e Íñiguez (2002) e apresentaremos aqui ao menos cinco respostas que pensamos serem fundamentais para compreender a postura construcionista diante do mundo: a ausência de relação direta entre as palavras e as coisas; as formas como atribuímos sentidos ao mundo e a nós mesmos são produções históricas e contextualizadas; a sustentação das explicações que criamos do mundo é fruto de processos sociais; a linguagem é sempre linguagem-ação, ou uma ação social; e porque ao avaliar os discursos sobre os objetos, avaliamos as formas de existência (Souza, 2014).

Contestamos a ideia de que exista uma relação direta entre as palavras e as coisas, ou sobre os relatos do mundo e o próprio mundo. Íñiguez (2002) afirma que essa ausência pode ser chamada de antirrealismo, que questiona a ideia de que haja uma relação entre a percepção da realidade e o conhecimento. Segundo Gergen (2009), não é aquilo que denominamos experiência do mundo que determina as formas como o mundo é compreendido. Nesse sentido, a Realidade não existe, mas o que existe são realidades construídas coletivamente, intencionalmente ou não.

A visão que considera a necessidade de *descobrir* o mundo deriva de uma concepção em que os processos humanos ocorrem de modo natural e que cabe aos especialistas se revestirem dos métodos corretos para conseguir abarcar o conhecimento. Afirmar o antirrealismo é uma maneira de dizer que o conhecimento não tem origem, mas que foi inventado, produzido com determinadas intenções e para determinados fins que correspondem aos interesses de certos grupos ou pessoas. Quando falamos de antirrealismo negamos, portanto,

a ideia de verdade para assumir a concepção de *versões de realidade* (Gergen, 2010, Íñiguez, 2002).

Neste sentido, o Construcionismo Social trabalha com uma mudança gramatical na ciência. Aquilo que era uma sentença afirmativa, passa a ser uma sentença interrogativa. O que se afirmava, agora se pergunta. Por isso, o Construcionismo se beneficia dos trabalhos feministas, que indagam sobre as formulações binárias a respeito dos sexos e dos gêneros e por que ainda existem ideias e estudos que querem produzir uma *origem* da mulher e do homem. Assim, com essas mudanças de compreensão dos acontecimentos, outros sentidos são produzidos e, como afirma Scott (1995), o gênero se torna também uma categoria de análise construída e que faz parte da rede das relações de poder.

Ao afirmarmos que nossas formas de compreensão do mundo são produções sociais localizadas, estamos dizendo que nossas narrativas, sejam científicas, religiosas, filosóficas, são possíveis em um determinado momento. Esses momentos, além de possibilitarem seu surgimento, muitas vezes são explicados como os próprios motivos para elas existirem. Outro aspecto importante é o fato de que as classificações a respeito de certo e errado, verdadeira ou falsa sobre nossas explicações também são sempre localizadas. Quando afirmamos que determinado conhecimento é verdadeiro estamos fazendo isso a partir de um repertório linguístico que caracteriza nossa cultura e que identifica determinados elementos como positivos enquanto classifica outros como negativos. Dessa forma, os conhecimentos que se compromissarem com esses repertórios podem ser identificados com parâmetros que avaliem sua validade. Os conhecimentos são produzidos e classificados, portanto, segundo sua relação com os parâmetros definidos culturalmente (Gergen, 2009, 2010, Íñiguez, 2002, Souza, 2014).

Essa segunda premissa nos fala, então, de como os nomes das coisas, ou as histórias que são contadas sobre elas, são convenções sociais que se fundamentam em outras convenções sociais. Ao falar das contribuições de Saussure, Moscheta (2014) argumenta sobre a arbitrariedade na relação entre os significantes e os significados. Como exemplo disso, podemos utilizar o significante “casa”, que pode ter vários significados de acordo com seu uso na relação com outros significantes, como: “estou em casa”, “fulano casa amanhã”, “coloque o bispo na casa preta”, “passe o botão pela casa” e assim por diante. Ou seja, a relação arbitrária entre as palavras e as coisas ocorre segundo o contexto sobre o qual se fala delas.

Outro exemplo ao qual podemos recorrer é a própria diferenciação dos gêneros, tomando como foco a construção social do corpo feminino. A partir de Foucault (2015), sabemos que a construção dos conhecimentos sobre o corpo e sobre a sexualidade tem uma intenção bastante clara, que é a de produzir um discurso que balize a sexualidade. Mas esse

balizamento não é apenas repressivo, ele é também produtivo. Ele demarca as linhas da sexualidade normal e anormal, produzindo assim um instrumento de controle das populações. Daí o desejo, como o autor denomina, da *vontade de saber* sobre o sexo. Nessas circunstâncias, o corpo feminino também tem lugar na rede da construção social com alguns interesses ora bem evidenciados, ora camuflados.

Colling (2014) apresenta um instigante estudo em que circula pelos discursos que produzem as feminilidades e aponta que as mulheres foram historicamente vistas como seres sensíveis e marcadas pela natureza de sua constituição com uma sexualidade excessiva. Essas características fogem do rigor racional atribuído historicamente à masculinidade, o que indica, portanto, a necessidade de enclausurar aquilo que pode prejudicar o progresso humano. Domesticar a mulher, esse ser tão diferente do homem, seria uma tarefa necessária e que caberia justamente ao sexo masculino. Podemos ver, então, como a produção dos conhecimentos sobre os corpos das mulheres e dos homens, suas capacidades consideradas inatas, e suas atribuições, apresentam uma intencionalidade, uma demanda, que se evidencia no domínio do homem sobre a mulher.

A terceira premissa do Construcionismo Social diz respeito à sustentação e manutenção dos conhecimentos. Para Gergen (2009, 2010), Íñiguez (2002) e Souza (2014), aquilo que denominamos conhecimento, ou que investimos como um conhecimento válido, não é fruto da correspondência com uma realidade transcendente. Nesse sentido, a validade de um conhecimento decorre dos processos sociais envolvidos na sua produção. Assim, a consolidação de um conhecimento não depende de sua validade empírica ou correspondência com um mundo factual, mas de como ocorrem os processos sociais relacionados a ele e dos parâmetros utilizados para defini-lo como verdadeiro ou não.

Por esse motivo, consideramos que aquilo que poderia ser chamado de validade científica, ou apenas validade do conhecimento – e que define a validade de um estudo – não é mais importante do que os seus efeitos. Quando nos dedicamos a estudar a partir de uma perspectiva construcionista, nos apoiamos na reflexividade sobre a própria ciência. Para nós, importa mais saber quais são as consequências, os efeitos, quem é afetado e quais os sujeitos envolvidos nessa produção. Nosso posicionamento e nossa preocupação nessa direção, se justifica porque entendemos que as ciências não são derivadas de um mundo alheio à linguagem, mas que são definidas por nossos contextos. Já que o conceito de *objetividade* é colocado em xeque com o Construcionismo Social, o que define a validade de um modo de pensar, conhecer, falar, existir são os processos que envolvem esses acontecimentos. Em outras palavras, é o engajamento das pessoas para argumentar a seu favor que produz o status de

verdadeiro dos processos sociais. Portanto, é necessário que o que se tem como conhecimento seja validado por outros argumentos que, embora diferentes entre si, compartilham um sistema linguístico. Ao nos posicionarmos desse modo, entendemos que a nomeação dos acontecimentos não é “apenas uma nomeação”, mas sua própria construção.

Tomando por base essa noção da validade das ciências, nos deparamos com a quarta premissa do Construcionismo Social. Desde que consideramos que as produções discursivas – seja das ciências, das religiões, das sabedorias populares, das mitologias – produzem efeitos diversos, devemos entender que a linguagem é uma ação social (Gergen, 2009, 2010, Íñiguez, 2002, Souza, 2014). Considerando que os conhecimentos são produções sociais, devemos nos lembrar de um detalhe importante: aquilo que sabemos do mundo é o que falamos do mundo. Nossa linguagem é uma maneira de falar sobre os fenômenos e, ao falar, atribuímos sentidos. Dessa forma, nossas descrições, nossas histórias de pesquisa e outras formas de linguagem, não apenas falam do mundo, mas fazem o mundo. O que fazemos ao contar sobre uma pesquisa ou sobre qualquer outro acontecimento é escolher uma via discursiva, abrindo a possibilidade de certos tipos de entendimento e ação sobre o mundo, ao mesmo tempo que deixamos de utilizar outras vias discursivas.

Esse tipo de compreensão da linguagem produz um efeito muito importante. Ao passo que existem caminhos de linguagem mais consolidados em direção de alguns acontecimentos, esses caminhos começam a se solidificar, tornando-se vias únicas, em que as pessoas trafegam sem observar que outros caminhos podem ser trilhados. Os caminhos alternativos podem produzir diferentes efeitos e, inclusive, levar para outros lugares. Assim, descrever certos fenômenos de certa maneira, ou explica-los usando um determinado repertório linguístico ao invés de outro, permite que existam novas realidades. Outros acontecimentos são produzidos.

Não me esqueço de um exemplo que, para mim, foi muito importante. Gergen e Gergen (2010) apresentam uma forma diferente de compreender o encontro entre os gametas masculino e feminino. Sua narrativa dizia que, para explicar esse encontro, poderíamos usar a metáfora da sereia, ao invés da metáfora da corrida dos espermatozoides. Diz eles que o óvulo da mulher poderia muito bem exercer um papel ativo, pois ele exala as substâncias que guiam os espermatozoides até ele. Como uma sereia que canta e encanta os pescadores com a sua voz e os chama para o fundo do mar, o óvulo também hipnotiza os espermatozoides e os atrai até ele.

Essa narrativa é completamente diferente da metáfora da corrida entre os espermatozoides, que disputam entre si para ver qual deles penetra o óvulo primeiro. É interessante lembrar que essa narrativa é utilizada, inclusive, como instrumento da teoria da evolução, dizendo que os menos aptos à vida começam sendo eliminados antes mesmo de seu

nascimento. No entanto, se fizermos esse movimento reverso, poderíamos argumentar que são os espermatozoides que não resistem ao “encanto” do óvulo que sucumbem à sedução ovular. Vemos aí, que a narrativa modifica a identificação da feminilidade com a passividade, pois na metáfora da sereia quem exerce um papel ativo é o óvulo, que encanta e hipnotiza os espermatozoides.

Por fim, a quinta premissa que elenquei está relacionada às mudanças possibilitadas pelas análises e reflexões que fazemos ao perceber que não existe um elo natural que ligue as palavras às coisas (Souza, 2014). Quando nos damos conta dessa falta de ligação direta ou natural, vemos que surgem algumas perguntas: e se as coisas não precisassem receber esses nomes? Ou então, e se as histórias fossem contadas de outros modos, por outras pessoas? Quais formas de existência seriam possíveis a partir dessas mudanças?

Ao passo que a luta feminista começou a trazer à tona o tema da violência contra as mulheres, as narrativas que culpabilizavam as vítimas começaram a ser questionadas. Como dissemos anteriormente, aquilo que antes era justificável a partir do argumento da “legítima defesa da honra” começou a ser apresentado como atos relacionados a um processo histórico muito mais complexo. Isso nos ajuda a agir de modo diferente nas situações de relacionamentos abusivos. Pensemos no caso que utilizei durante as entrevistas, que tratava da história de Mário e Gil (Apêndice VIII). Uma mulher jovem, professora universitária e economicamente independente. Sua história com o marido é marcada por violência e pelas lembranças de um relacionamento que já não existe mais.

Considerando que estamos falando de como as narrativas dos acontecimentos produzem os próprios acontecimentos, poderíamos observar esse caso a partir de uma lógica tradicional. Assim, diríamos que o marido quer apenas que ela não se exponha ao receber os elogios depois de seu discurso, ou que é um ciúme natural de quem ama. A partir do posicionamento do Construcionismo Social, contudo, seríamos convidados a analisar essas narrativas pelos seus efeitos. Como essas ações impactam a vida de Gil? Quais têm sido as consequências dessas ações em sua vida? Será que um ciúme natural de quem ama precisa machucar a parceira?

Essas questões nos levariam a pensar em outras formas de compreender esses acontecimentos, entendendo que a mulher não é um instrumento do homem para que ele a molde como ele gostaria que ela fosse. Ou então, que ela não é um objeto de prazer, que deve ser conformada às vontades do marido. Dessa forma, produzimos diferentes compreensões e efeitos nas formas como os relacionamentos são produzidos, evidenciando as hierarquias de poder presentes, inclusive e principalmente, no que chamamos de relacionamentos amorosos.

Portanto, se entendemos que não há um objeto real, ou uma realidade à parte do universo discursivo, nos atentamos para a importância da linguagem e das construções narrativas, que são justamente o que constrói as realidades. No que diz respeito a este trabalho, nos interessamos em compreender como as profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência entendem esse processo. Como elas explicam, identificam e atuam sobre esses acontecimentos.

Depois de apresentarmos essas premissas do Construcionismo Social, conseguimos, inclusive, justificar com mais clareza a importância desse estudo. Nossos questionamentos não servem como instrumento de policiamento das práticas das profissionais, como se quiséssemos avaliá-las. Na verdade, o que buscamos é compreender como a Psicologia vem entendendo esse processo e, ao fazê-lo, como também o constrói. Entender como a Psicologia fala sobre a violência contra as mulheres é entender também como esse acontecimento se constitui como elemento de nossas versões de realidade.

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS CONSTRUCIONISTAS SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

2.1 Falando de Gênero a Partir do Construcionismo Social

Após falarmos sobre como o Construcionismo Social se posiciona diante das produções sociais, questionamos como a categoria gênero pode ser entendida a partir do Construcionismo e como essa leitura permite pensar a violência contra as mulheres.

Para isso, podemos nos fazer valer das reflexões Conceição Nogueira (2001a, 2001b), principalmente no que essa autora ajuda a pensar sobre os posicionamentos da Psicologia nessa temática. Além dessa autora, considero de extrema importância o trabalho de Scott (1995), que apresenta a categoria de gênero como um instrumento útil para análises.

Ao se situar num espectro positivista de ciência, a Psicologia se propõe a exercer um papel de “cronista da realidade” (Ibañez, 1994 como citado em Nogueira, 2001a, p. 138). Nessa perspectiva, a Psicologia trabalha a partir de uma simples descrição dos fatos, buscando encontrar uma essência que constitui uma realidade única e imutável, universal a todos os sujeitos nos mais diversos contextos. O posicionamento tomado por esse tipo de Psicologia não permite pensar nela como um instrumento de transformações sociais e possibilitador de formas diversas de existência. Portanto, a partir desse molde de ciência, com o uso de uma “retórica da verdade” (Nogueira, 2001a, p. 139), a Psicologia vai construindo um universo de “verdades psicológicas”, entre as quais estão as “verdades sobre gênero”.

Essa forma de lidar com os acontecimentos cotidianos, buscando encontrar neles a fagulha perdida da verdade, não é uma marca apenas da Psicologia, mas da ciência positivista em geral. A crença numa verdade última, no entanto, passa a ser questionada a partir do que Nogueira (2001b) se refere como Pós-Modernidade, e que se aproxima do que aqui já chamamos anteriormente de Modernidade-Tardia (Spink, 2010). Embora a aplicação desses termos diferentes não seja despropositual, vamos nos ater aqui àquilo que os aproxima. De acordo com Nogueira (2001b), a Pós-Modernidade traz consigo um questionamento das “grandes narrativas de legitimação” (p. 44), que se auto-atestam como verdadeiras.

Como as nossas narrativas não são representações de uma verdade última escondida no universo que é capturável por nossos métodos, questionamos sempre o que e quem se propõe a realizar essa tarefa. Conforme aponta Nogueira (2001b), os gêneros podem ser vistos dessa forma. Embora nossas observações constatem diferenças anatômicas nos órgãos de reprodução, a divisão do mundo entre masculino e feminino não se faz presente na natureza, mas na

linguagem. É a partir da linguagem que cunhamos termos e características que começam a ser categorizadas como do “universo masculino” ou “universo feminino”. Ou seja, essas divisões sociais são históricas e permitem um rastreamento de suas existências nos seus contextos de surgimento. Devemos ainda nos atentar para o fato de que essas diferenciações e taxonomias, assim como qualquer outra, só fazem sentido num determinado contexto na relação com outras descrições e terminologias. Com isso, afirmamos que os padrões de relacionamento são reiterados a partir das relações que travamos com o que nos rodeia, construindo certas tradições e formas mais ou menos cristalizadas de conceber o mundo.

Se aceitamos a premissa do Construcionismo Social de que a linguagem é um conjunto de códigos e símbolos compartilhados que só faz sentido num determinado contexto (Nogueira, 2001b), nos encontramos, inevitavelmente, com as afirmações de Scott (1995). Apenas em um determinado contexto faz sentido dizer que para ser homem é necessário fazer uma coisa ou não fazer outra, ou para ser mulher não se pode sentar de um jeito ou se portar de determinado modo. Portanto, é necessário que essas prescrições e proscricções estejam relacionadas num contexto social específico que tanto defina os elementos como também os dê valores e sentidos diferentes.

Uma das maiores contribuições de Scott (1995) para a compreensão e o uso do termo gênero como uma categoria de análise é a ideia de que o gênero não produz apenas relações sexuais, mas também e principalmente as relações sociais. Vemos aqui uma concepção extremamente política do conceito. Scott divide seu conceito de gênero em duas partes e alguns subconjuntos. O núcleo desse conceito reside na conexão entre as seguintes proposições: 1) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p. 86); 2) “o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder” (p. 86).

Como elemento constitutivo das relações sociais, o gênero implica em quatro elementos interconectados. O primeiro é o elemento simbólico, ou seja, os símbolos disponíveis culturalmente que evocam determinadas representações. O segundo elemento são os conceitos normativos, que delimitam as possibilidades interpretativas das representações simbólicas. Geralmente, tomam a forma de oposições binárias definidas, em que cada elemento da oposição é concretamente definido. As posições e significações dominantes não são vistas como tal, mas como as únicas possíveis. Isso só ocorre por meio de uma supressão das significações alternativas. As *afirmações normativas* delimitam as possibilidades e encerram os significados.

O terceiro elemento diz respeito à necessidade de uma concepção política para a análise dessas construções, mostrando que tais escolhas de significados não são unânimes e nem

consensuais, mas conflituosas e interessadas. Por essa concepção política do gênero, devemos compreender que ele não deve ser visto apenas como uma forma de relação sexual ou como uma expressão de papéis sociais dentro do ambiente doméstico. O parentesco, portanto, não é o único constituinte e produtor do gênero, mas as relações econômicas, bélicas, educacionais, de trabalho, etc (Scott, 1995).

O quarto aspecto do gênero é a *identidade subjetiva*. Nesse sentido, Scott (1995) afirma que, embora a Psicanálise seja um instrumento muito profícuo para a compreensão da constituição da identidade de gênero, seu discurso não é o único que produz sentidos sobre isso. Um dos problemas que a autora se refere à teoria psicanalítica seria o fato de que, se a constituição da identidade de gênero é um problema relativo à castração, deixamos de lado as condições históricas dessa constituição e também a própria história do gênero e como ele se constitui nos diferentes contextos (Scott, 1995).

A segunda proposição a respeito do gênero que é operada em relação com a primeira proposição também deve ser analisada atentamente. Afirmar que o gênero é a forma pela qual significamos relações de poder significa dizer que “o gênero é um *campo primário*, no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 88). Os conceitos forjados pelo gênero estruturam e fundamentam a forma como percebemos e organizamos a vida social. Como o gênero delimita o acesso e/ou o controle diferenciado em determinados espaços, ele atua como um elemento na construção do próprio poder. Dessa forma, as diferenças são utilizadas para atribuir sentidos e a diferença sexual é a forma primária para darmos significados a essas diferenciações, geralmente transformadas em desigualdades. Assim, a hierarquização das relações sociais depende das compreensões generalizadas que são produzidas a respeito da suposta relação natural entre homens e mulheres.

Contudo, é importante assinalarmos que o gênero não é uma categoria analítica como uma entidade solitária e autossuficiente. Na verdade, essa é uma das principais noções que apreendemos quando em contato com o trabalho de Scott (1995). Gênero é uma categoria de análise que se constrói nas e pelas relações sociais, nas interações entre os sujeitos localizados em determinados contextos. Por isso mesmo, sua construção está diretamente relacionada com as formas como *classe*, *etnia* e *raça* e outros marcadores sociais também são construídos. Essas categorias de análise precisam ser consideradas em constante relação, se interseccionando entre si, pois os posicionamentos dos sujeitos nesses cruzamentos de poder produzem possibilidades de resistências e/ou opressões diversas (Collins, 2000; Crenshaw, 2002).

Apesar de negarmos a realidade da existência pré-discursiva dos gêneros, não negamos a sua materialidade e os efeitos dessas práticas discursivas. Ao dizermos que o gênero não tem,

ou não é, uma essência que se encontra nas pessoas, pensamos nele como um dispositivo que, segundo Scott (1995) e Nogueira (2001b) é um sistema de significados. Também por esse motivo, o gênero não pode ser considerado um elemento ou atributo individual, mas como um modo de dar sentido ao mundo e às relações, o que ocorre por meio das relações. O ato de se denominar como participante de um “universo masculino” ou “universo feminino” só faz sentido quando esses termos estão relacionados entre si e a outros termos.

Uma das formas de materialização dos gêneros por meio das práticas discursivas é a invenção de polos opostos, masculino e feminino, que definem os modos de comportamento, de atuação no mundo e do exercício do poder. Esses polos tornam-se essências ancoradas nas diferenças sexuais percebidas. Os elementos masculinos e femininos, cristalizados na sociedade e tornados verdades, atravessam os sujeitos de modo que estes são identificados com um ou outro polo desde os primórdios de sua (in)existência. Isso faz com que o discurso que constrói os gêneros atue diretamente na construção dos sujeitos e de suas percepções sobre si. Portanto, para pensarmos em gênero, é necessário que tenhamos em mente que, embora o gênero seja visto nas pessoas, ele só pode ser visto por meio dos relacionamentos e sua expressão é temporal e está inserida numa rede discursiva que o produz. Dessa forma, masculinidade e feminilidade, assim como outros gêneros, são produzidos constantemente nas relações, reiterando certas formas de relacionamento ou ressignificando outras.

Neste sentido, retomamos aqui o que Nogueira (2001b) afirma. Se, a partir do Construcionismo Social, entendemos que o conhecimento é algo em torno do qual as pessoas concordam ser verdade num determinado contexto, a realidade dos fenômenos é criada nesses acordos travados socialmente. Ao acordarmos sobre determinados comportamentos, posicionamentos e formas de descrição sobre si mesmo, produzimos também aquilo que será aceito como heterossexual, homossexual, masculino, feminino, moral, imoral e assim por diante. Dessa forma, assumimos para nós mesmos determinados modos de se relacionar com nossa história de vida e com os outros, reiterando ou reformulando os discursos sobre os gêneros.

Podemos ver, portanto que somos atravessados e construídos pelos discursos que nos circundam, produzindo efeitos em nossas relações. Isso é o que fundamenta a necessidade de uma Psicologia Política, interessada nas formações sociais e nos contextos de relação entre os sujeitos, para além da preocupação existente com o indivíduo, como se este pudesse ser isolado de tudo o que lhe circunda. Se pensamos em uma Psicologia Social preocupada com a transformação social, precisamos também aceitar que o sujeito é bem mais que o indivíduo isolado.

É a partir dessas contribuições que Dias e Machado (2011) chamam a atenção para o fato de que algumas concepções produzidas sobre masculinidades e feminilidades, assim como amor, ciúmes e fidelidade podem funcionar como pilares de sustentação para a manutenção de relacionamentos violentos. De acordo com essas autoras, nossas concepções a respeito desses processos sociais são construídas nos nossos contextos, produzindo argumentos que justifiquem a violência nos relacionamentos como forma de demonstração de amor ou de cuidado, principalmente quando a violência é contra as mulheres.

Pensamos ser fundamental ressaltar o trabalho dessas autoras, pois elas conseguem mostrar como violência e amor estão imbricados nas narrativas que construímos para explicar nossos relacionamentos. Além disso, seu trabalho demonstra como as ciências, inclusive e principalmente a Psicologia, contribuem para que explicações essencialistas sejam reiteradas. Como exemplo, podemos falar das explicações sobre a manutenção das mulheres em relacionamentos abusivos, que costumam fazer referência a um suposto masoquismo ou gosto pela violência, aos processos psíquicos internos que definem suas atitudes (Dias & Machado, 2011).

Este é um ponto fundamental para pensarmos sobre como, em muitos casos, a Psicologia é acionada como um instrumento de legitimação de posturas violentas quando não questiona os processos de validação social que alguns desses comportamentos recebem. A partir de uma visão intimista, que geralmente é entendida como o fundamento do sujeito e aquilo que o separa do resto do mundo, a Psicologia é convidada a produzir explicações sobre as violências. Como fazendo parte e aderindo à ordem do discurso, as produções discursivas da Psicologia, muitas vezes, são feitas a partir de elementos internos ao indivíduo, como raiva, ciúme, paixão, amor, e que são isoladas de suas relações. O uso dessa terminologia demarca um campo muito específico que a Psicologia aceita e reitera: o campo da intimidade.

Ao comentar alguns trabalhos de enfoque Construcionista, Dias e Machado (2011) apontam que Wood (2001 como citado em Dias & Machado) conseguiu identificar duas narrativas pautadas em ideias diferentes de amor e que são muito importantes no que diz respeito à manutenção de relacionamentos abusivos: 1) a narrativa do conto de fadas, em que o príncipe encantado conquista a princesa e faz dela o centro de sua existência. Nessa narrativa, estão inseridas algumas ideias como o “o bom do relacionamento supera o mau”, que as mulheres podem ter maior controle sobre seus parceiros caso se adequem aos estereótipos que eles desejam ou que, no momento da agressão, o príncipe deixou de ser ele mesmo. Vemos como esse conjunto de narrativas serve de instrumento de naturalização do processo de aceitação da violência do homem contra a mulher, principalmente porque é a mulher que deve

acreditar que “o bom do relacionamento supera o mau”; 2) a narrativa que aqui chamo de “romance negativo”⁴, que cria uma descrição necessariamente ruim do homem, como naturalmente manipulador e violento. Diferentemente de dizer que a masculinidade hegemônica é (re)produzida a partir de um estereótipo de violência e demonstração de força e poder, essa narrativa acaba localizando uma essência violenta no homem, o que produz, em contrapartida, uma essência passiva e sofredora para a mulher. Essa narrativa produz um efeito de naturalizar as violências dos relacionamentos e seus sofrimentos.

Juntamente com os questionamentos de Dias e Machado (2011), podemos nos beneficiar das contribuições e dos questionamentos de Argemí e Íñiguez-Rueda (2002). Quando pensamos nessas construções discursivas que versam sobre as violências nos relacionamentos, devemos nos perguntar sobre a direção desses acontecimentos. Quem são os principais agressores? Quem são as principais vítimas? Por que a violência nos relacionamentos ocorre dos homens contra as mulheres numa frequência bem maior do que o seu contrário?

Dias e Machado (2011) atentam para o fato de que as relações acabam sendo *generificadas*, produzindo uma atuação violenta para os homens e uma atuação passiva para as mulheres. Entender que as relações são generificadas, ao contrário de essencializar os atributos dos sujeitos, é entender que eles são produzidos a partir das condições de existência e dos discursos que marcam os lugares sociais.

É nesse sentido que, mais uma vez, pensamos também demonstrar a importância dessa pesquisa. Se entendemos que as ciências, principalmente a Psicologia, produzem narrativas que se tornam conhecimentos e que estes são agregados e passam a fazer parte da atuação de profissionais, é importante entendermos como a violência contra as mulheres tem sido compreendida por psicólogas que trabalham com mulheres que sofreram violência. De acordo com Dias e Machado (2011), a cultura não apenas produz formas de explicação dos fenômenos, mas também os limita, com repertórios localizados e intencionais, disponibilizando determinadas formas de atuação diante desses problemas. Pensamos que seja possível, ao identificar os modos como essas profissionais falam a respeito da violência contra as mulheres, identificar potencialidades que ajudem na construção de outras formas de atuação profissional.

2.2 Negociações e Tensões no Terreno dos Discursos Sobre Violência Contra as Mulheres

⁴ Originalmente, Dias e Machado (2011) utilizam o termo “romance negro”. Acredito que a utilização do adjetivo “negro” para designar características negativas de determinado elemento não deve ser reproduzida em nossos trabalhos, uma vez que temos o entendimento de que a linguagem é ação. Portanto, entendi que a palavra “negativo” seria melhor empregada nesse contexto.

Os caminhos de nossa pesquisa nos fizeram pensar na possibilidade e na importância de apresentarmos algumas das principais contribuições teóricas no cenário brasileiro para entendermos a violência contra as mulheres. Como consequência, nos deparamos com algumas produções que demonstram que a construção desses discursos não aconteceu linearmente. Sua constituição, em especial no Brasil, se deu a partir de muitas negociações sobre os sentidos das violências, assim como os sentidos das mulheres, dos homens e das relações em que eles estão inseridos. Portanto, busquei mostrar como algumas leituras produziram diferentes maneiras de compreender e, conseqüentemente, agir sobre a problemática da violência contra as mulheres. Para este trabalho, fiz uso principalmente das reflexões de Oliveira (2004) e de Santos e Izumino (2005) para refletirmos sobre as formas como os modelos de pensamento foram sistematizados por essas autoras. Acredito que o uso dessas autoras se justifica porque elas apresentam uma sistematização dos estudos pioneiros sobre violência contra as mulheres no contexto brasileiro, elencando alguns nomes importantes nessas discussões.

No Brasil, a temática da violência contra as mulheres começou a ser mais amplamente discutida na literatura a partir da década de 1980. No início, essa era uma das principais áreas de discussão dos estudos feministas no Brasil. O crescimento desses trabalhos acompanhou a abertura democrática da sociedade brasileira, que marcava o período e tinha como principal objetivo dar visibilidade à violência contra as mulheres no cenário nacional e construir políticas públicas como forma de intervenção no âmbito jurídico, psicológico e social. Um dos resultados mais importantes do esforço dos trabalhos feministas desse período foi a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), no ano de 1985 na cidade de São Paulo (Santos & Izumino, 2005, Bandeira, 2014).

Outro resultado importante das discussões feministas foi a criação das Casas Abrigo na década de 1990 (Bandeira, 2014). Com sua posterior revisão no documento nacional sobre *Diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência* (Brasil, 2011), o conceito de abrigamento passou a abarcar outras medidas de acolhimento, que podem incluir programas e benefícios com o fim de assegurar o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, além de sua segurança pessoal e familiar. Vale ressaltar, que até 2003, ano de criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), as DDM e as Casas Abrigo eram as principais políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil (Bandeira, 2014).

Nesse sentido, é necessário nos atentarmos para algo muito importante sobre os estudos feministas. Tais produções foram responsáveis por, pelo menos, duas aberturas fundamentais no que diz respeito à compreensão da violência contra as mulheres. Primeiramente, ao nomear

a violência contra as mulheres, esses estudos passaram a dar visibilidade a um processo social que antes era exclusivamente entendido como natural e normal, ou apenas como um assunto do âmbito privado. Os estudos feministas produziram uma nova forma de compreender a violência contra as mulheres, principalmente dentro das relações conjugais, questionando o tão comum ditado que afirma que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (Bandeira, 2014).

A nova forma de perceber esse fenômeno extrapolou as explicações psicopatologizantes e que refletiam uma leitura individualizante do problema. Discutir a violência contra as mulheres a partir dessa perspectiva foi possível porque as feministas ressaltaram o caráter endêmico desse problema. Como consequência, passou-se a pensar na violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva que levava em conta como a cultura se constitui por meio de determinados valores, o que se configura como a segunda abertura proporcionada por esses estudos. O enfrentamento à violência contra as mulheres começa a adquirir um caráter político (Bandeira, 2014).

Ao sistematizarem os modelos de pensamento sobre a violência contra as mulheres, Santos e Izumino (2005) se diferenciam de Oliveira (2004). A principal diferença começa a ser percebida no fato de que as primeiras autoras identificam ao menos três correntes de pensamento, enquanto que Oliveira identifica duas. De acordo com Santos e Izumino (2005), as três correntes de pensamento sobre a violência contra as mulheres que marcam o início dessa discussão no Brasil são: 1) *perspectiva da dominação masculina*; 2) *perspectiva da dominação patriarcal*; e 3) *perspectiva relacional*. Cada uma dessas perspectivas teve uma ou mais autoras que foram suas principais expoentes. Santos e Izumino (2005) apresentam essas perspectivas a partir das relações que travaram entre si, mostrando como elas se relacionam e como ajudaram a construir um campo de discussão produtivo na área de violência contra as mulheres. Apresentaremos as principais questões formuladas por essas perspectivas e suas principais autoras segundo a perspectiva de Santos e Izumino.

Por outro lado, a sistematização de Oliveira (2004) é dividida basicamente em dois modelos: 1) o modelo centrado no argumento da opressão das mulheres; e 2) o modelo centrado no conflito. No entanto, ao fim de seu trabalho, a autora apresenta uma visão da violência como construção relacional, que busca produzir uma noção diferenciada a respeito da polarização homem-agressor e mulher-vítima.

Procuramos produzir um diálogo entre as autoras Santos e Izumino (2005) e Oliveira (2004), visto que suas classificações, embora sejam diferentes, apresentam algumas semelhanças. Por isso, começamos a falar sobre a *perspectiva da dominação masculina* (Santos & Izumino, 2005), que não tem uma abordagem correlata em Oliveira (2004). Santos e Izumino

(2005) afirmam que essa perspectiva tem como principal autora a filósofa Marilena Chauí⁵. Nesse modelo, a violência contra as mulheres é a expressão da dominação do homem sobre a mulher, o que acaba por resultar numa anulação completa de sua autonomia, que é entendida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da violência. A violência contra as mulheres seria resultado de uma ideologia de dominação masculina, reiterada e reproduzida por homens e por mulheres. Nessa leitura, o que configuraria a violência seria a transformação das *diferenças* em *desigualdades* hierárquicas com o fim de oprimir e dominar as mulheres. De acordo com Chauí (1985) a ação violenta coloca o sujeito dominado no campo de objeto, fazendo com que ele perca sua autonomia.

2.2.1 A perspectiva da dominação masculina

Chauí (1985) apresenta a mulher como cúmplice das condições de violência, tanto quando as pratica quanto quando as sofre. A condição de cumplicidade, segundo a autora, vem da negação da liberdade a esse sujeito construído socialmente e que recebe o nome de mulher. A partir dessa perspectiva, a subjetividade construída para as mulheres é fundamentada na ausência de liberdade, pois a definição de seu lugar social seria de dependência e de existência atrelada ao homem. A dependência seria uma característica de uma suposta *natureza* feminina, que tem como pilar central e fundamental a maternidade. Assim, a mulher seria sempre a mãe de alguém, esposa de alguém, filha de alguém, ou, como se vê nas palavras de Chauí (1985, p. 47), as mulheres “são definidas como seres *para os outros* e não como seres *com os outros*”. É a isso que Chauí dá o nome de *heteronomia da subjetividade feminina*.

É, então, a partir dessa dependência primordial que todas as outras dependências se materializam e formam aquilo que poderíamos chamar de objeto *mulher*. O suposto amor incondicional pelos filhos, a abnegação, a generosidade e o espírito de sacrifício seriam nada mais que uma consequência da dependência primordial, que é existir como um *ser para o outro* (Chauí, 1985). No entanto, vale ressaltar que essa construção da mulher é externa às mulheres, ou mesmo um discurso masculino. É um discurso masculino porque, além de ser dito de *fora* das mulheres, tem como condição de existência o silêncio delas (Santos & Izumino, 2005).

O fato de esse discurso ser exterior às mulheres não faz com que ele não seja apropriado ou utilizado por elas, diz Chauí (1985). A autora considera que as mulheres sejam cúmplices de situações de violência porque elas reproduzem esses padrões e essas demandas também

⁵ Embora Marilena Chauí não seja considerada uma referência nos estudos sobre violência contra as mulheres, as autoras Santos e Izumino (2005) apresentam seu trabalho como fundamental para pensar as relações de violência e o posicionamento das mulheres nessas relações.

sobre outras mulheres. Como lembram Santos e Izumino (2005), obviamente esse é um ponto que produz muitas discordâncias nas discussões sobre violência contra as mulheres. Assim como Santos e Izumino (2005), também consideramos que este é um posicionamento teórico muito complicado, pois é preciso questionar qual tipo de cumplicidade é possível para alguém desprovido de liberdade.

Contudo, se nos atentarmos para a noção de liberdade delimitada por Chauí (1985), entenderemos sua aparente contradição. Entendemos também as complicações de suas assertivas se buscarmos compreender o objetivo da autora com seu trabalho, que é: “focalizar não tanto [...] a violência exercida sobre as mulheres, mas as violências que as mulheres exercem umas sobre as outras, deslocando um pouco a linha de discussões mais importantes e candentes que as mulheres têm feito sobre o assunto” (p. 37). Nesse sentido, Santos e Izumino (2005) afirmam que a saída encontrada por Chauí foi afirmar que “as mulheres são ‘cúmplices’ da violência e contribuem para a reprodução de sua ‘dependência’ porque são ‘instrumentos’ da dominação masculina” (p. 4).

Ao expressar que o foco de seu trabalho não era tanto a violência que as mulheres sofriam, mas as violências que elas exerciam, a autora promove alguns efeitos. Primeiramente, ela chama a atenção para o fato de que as mulheres não são únicas, mas são muitas e que seria necessário dar atenção também a outros aspectos sociais, como classe e raça. No entanto, é preciso assinalar que a autora não faz referências diretas a essas categorias em seu texto. Dessa forma, o trabalho de Chauí (1985) acaba sendo um ponto de fragilização do debate sobre a violência contra as mulheres, pois parece colocar em um mesmo terreno de análise as violências que os homens exerciam contra as mulheres e as violências que as mulheres exerciam contra outras mulheres, equiparando seus efeitos e suas formas.

Retomando os argumentos de Chauí (1985), segundo as autoras, as mulheres, assim como outros grupos explorados, têm suas subjetividades produzidas a partir da *dependência*. Como já haviam apontado Santos e Izumino (2005), essa subjetividade sempre depende de outra para existir, o que institui a subjetividade das mulheres a partir da *heteronomia*, pois tudo o que se é o é *pelo* outro e *para* o outro. Este seria o principal motivo pelo qual as mulheres seriam cúmplices da violência que sofrem e que exercem, pois atribuem a outros sujeitos a noção de que eles/elas só existem para outrem. Embora pareça ser um argumento frágil, pois todos nós nos constituímos a partir das relações *com* os outros, a diferença que a autora aponta para explicar a peculiaridade da posição social das mulheres é que a elas não é atribuído um lugar de constituição *com* o outro em que o outro também é *para* nós. O lugar social atribuído às mulheres, de acordo com Chauí (1985) é marcado pela denominação *do* outro e *para* o outro.

Segundo a autora, são essas características que constroem a dependência do campo social das mulheres e que as tornariam cúmplices da violência.

Consideramos que muitas das contribuições de Chauí (1985) são importantes para pensarmos como os lugares destinados às mulheres estão direta ou indiretamente ligados a significados de serviço ao outro. Tais narrativas, obviamente produzem efeitos subjetivos e são elementos fundamentais nas constituições de subjetividades, tanto das mulheres quanto de homens. No entanto, se nos atentamos para o fato de que há aí uma noção de cumplicidade, é preciso observar com mais cuidado. Ser cúmplice demanda, necessariamente, uma condição mínima de concordância e possibilidade de escolha e opção. Quando pensamos nas condições de socialização e de constrangimento necessárias para produzir certas formas de existência, devemos também nos lembrar das consequências sociais para aqueles que não se inscrevem numa ordem discursiva. Lembrando Foucault (2014), o que resta àqueles que estão fora da disciplina, fora do verdadeiro, é a posição de monstruosidade. O erro indisciplinado é inadmissível. Portanto, consideramos que a utilização da ideia de cumplicidade parece ser desmedida nessas situações, ainda que a autora situe essa ideia a partir de uma noção específica de liberdade.

Outro efeito discursivo da narrativa de Chauí (1985) é que há uma essencialização da mulher e do homem. Embora o processo de subjugação seja descrito como um processo social, o modo como ele é apresentado não permite pensar em possibilidades de mudanças ou de rompimento com esse discurso de dominação. Dessa maneira, a dominação masculina se torna quase um atributo natural das relações entre os sujeitos, o que desconsideraria todos os avanços conquistados por meio das lutas e resistências dos movimentos feministas, por exemplo.

2.2.2 A perspectiva feminista e o modelo da opressão homem-mulher

A segunda perspectiva abordada por Santos e Izumino (2005) é a que elas chamam de *perspectiva da dominação patriarcal*, que tem em Heleieth Saffioti sua principal teórica. Esta é a primeira perspectiva tratada por Oliveira (2004) para falar dos modelos de discussão sobre a violência contra as mulheres, que ela chama de *perspectiva feminista*.

De acordo com Santos e Izumino (2005), para além da afirmação de Chauí (1985), de que a violência contra as mulheres é resultado de uma ideologia da dominação masculina, Saffioti (1987) articula ainda mais dois sistemas de opressão: o capitalismo e o racismo. Dessa forma, a dominação dos homens sobre as mulheres é parte de um tripé constituído por: patriarcado-racismo-capitalismo. Como forma de manter os processos de inferiorização das mulheres, a ideologia machista visa uma *naturalização* de papéis sociais que são atribuídos aos

diferentes sexos. A reprodução da ideologia patriarcal acaba por naturalizar o espaço doméstico/privado como espaço feminino.

De certa forma, essa compreensão de Saffioti se aproxima de algumas afirmações feitas por Chauí (1985), que também vê na “domesticização” da mulher uma característica dos sistemas patriarcais. O processo de naturalizar os espaços sociais atribuídos às mulheres acaba produzindo aquilo que Saffioti (1987) chamou de “natureza feminina”, se referindo a uma suposta essência que marca indiscriminadamente, de modo atemporal todas as mulheres. Como forma de sustentar as posições naturalizadas que as mulheres ocupam, a ideologia patriarcal passa a dar um status de natural àquilo que chamam de “inferioridade” das mulheres. A consequência almejada dessa naturalização de processos socioculturais é a submissão das mulheres ao “poder do macho”, que perpassa todas as esferas sociais, fazendo-se valer das relações econômicas e raciais.

Saffioti (1987) faz uma diferenciação nos termos responsabilidade/cumplicidade das mulheres nas situações em que elas sofrem violência. Ainda que as conceba como “vítimas”, Saffioti também as entende como “sujeitos”, o que localiza as mulheres num espectro diferente daquele apontado por Chauí. O principal diferencial de Saffioti é que ela passa a considerar que há uma *relação desigual* de poder entre homens e mulheres. A vivência na situação de violência não é uma questão de “consentir”, mas de “ceder” às ameaças e aos medos causados pelos homens. O consentimento demanda, necessariamente, uma possibilidade de negociação, que só é possível em relações que não sejam hierárquicas (Santos & Izumino, 2005). Ao nosso ver, as práticas discursivas de Saffioti (1987) produzem outros sentidos a respeito da violência nas relações conjugais.

Essa leitura de Saffioti (1987) parece levar em consideração uma maior complexidade das relações violentas entre homens e mulheres. Entender as especificidades entre “consentir” e “ceder” nos chama a refletir quais são os pontos de desigualdade de poder nessas relações que deixam as mulheres em desvantagem aos homens. Assim, somos levados a analisar os sistemas envolvidos na construção de certas relações e como esses sistemas produzem efeitos nos sujeitos que as sustentam mesmo a partir de uma convivência violenta. Ao complexificar a leitura desses acontecimentos a partir da consideração do tripé patriarcado-racismo-capitalismo, Saffioti nos leva a pensar em aspectos mais amplos, como: as possibilidades econômicas disponíveis às mulheres, as responsabilidades que lhes são atribuídas nos cuidados dos filhos e da casa, e também a credibilidade que lhe é dada quando de seu relato da violência sofrida.

Nesse contexto da década de 1980, o conceito de violência cunhado por Chauí (1985) passa a ser mais amplamente utilizado pelos movimentos feministas, contudo, sem a noção de cumplicidade feminina (Santos & Izumino, 2005). Segundo essa autora, a violência não é apenas sinônimo de violação e transgressão das normas, mas deve considerar dois fatores. Primeiramente, a transformação de uma diferença em desigualdade, implicando assimetrias de poder, com o objetivo de dominação, opressão e exploração. Em segundo lugar, a violência deve produzir uma objetificação dos sujeitos, deixando de considera-los como seres humanos para trata-los como objeto. Por outro lado, o trabalho de Saffioti também subsidia a compreensão da violência contra as mulheres, pensando esse fenômeno como expressão do patriarcado.

Vale ressaltar, no entanto, que a própria Saffioti (1992) apresenta uma crítica à noção de patriarcado entendido como um sistema de poder que universaliza a dominação masculina de modo trans-histórico e trans-geográfico (Piscitelli, 2002). Além disso, Saffioti (1992) afirma que as relações de dominação-exploração não podem ser vistas como expressão de um “patriarcado absoluto” (p. 184). Segundo a autora, “a relação dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada” (p.184).

A leitura de Oliveira (2004) sobre essa perspectiva é um pouco diferente. Segundo ela, o modelo feminista também pode ser chamado de modelo centrado na argumentação da opressão das mulheres pelos homens. Nesse modelo, embora a violência contra as mulheres apresente uma variação infinita de modos de manifestação, seu significado é o de dominação e/ou opressão do homem sobre a mulher. O “ciclo da violência” é um instrumento desenvolvido com o objetivo de respaldar os argumentos feministas da opressão da mulher, que passa por fases distintas e segue uma escalada tendo a morte da mulher como final.

Nesse ponto, embora concordemos com a apresentação que a autora faz a respeito do ciclo da violência, consideramos importante fazer uma diferenciação fundamental. Oliveira (2004) coloca tanto a opressão/dominação quanto a morte da mulher em situação de violência como fins equivalentes. No entanto, é necessário apontar que, em muitos casos, o agressor não busca a morte da parceira e a lógica do modelo em questão também parece não afirmar isso. Segundo o modelo feminista, conforme apontado pela autora, a violência contra a mulher funciona como instrumento de subjogação da mulher, para que ela se submeta aos mandos e vontades do homem, o que só funciona a partir do exercício do poder sobre alguém que esteja vivo. Não podemos negar que a morte é utilizada como instrumento de intimidação das vítimas, principalmente a sua ameaça, mas seu efeito de potencializar a opressão só dura para essa vítima

enquanto ela estiver viva para sofrer suas consequências. Portanto, ainda que a morte ocorra nas situações de violência contra as mulheres, ela não pode ser entendida como um ato de dominação, mas só pode ser vista como ato de extermínio do outro, e que esse extermínio é possível porque aquele que o perpetra pensa que seu ato é justificável de alguma maneira.

Essa lógica segue justamente o que a própria Oliveira (2004) afirma posteriormente quando apresenta as principais características da violência contra as mulheres de acordo com Saffiotti e Almeida (1995 como citado em Oliveira, 2004). Nesse modelo, a violência contra as mulheres: 1) tem a função de manter uma hierarquia de gênero; 2) se intensifica e se atualiza conforme as ameaças que o poder masculino sente estar sofrendo; 3) se mescla com paixões e atributos de caráter positivo não para extinguir a violência, mas para dar sustentação à relação e manter a opressão; 4) denuncia a fragilização da autoestima tanto de quem sofre como de quem perpetra a violência, pois ambos se negam a possibilidade de autonomia.

Além da necessidade de existência de pelo menos dois sujeitos para o exercício da violência interpessoal, essa explicação deixa evidente que a violência contra as mulheres se baseia na premissa de uma hierarquização das relações, de modo a subjugar as mulheres. Esse modo de organização social, também é chamado de cultura patriarcal⁶ (Oliveira, 2004).

A partir daí, Oliveira (2004) começa a fazer uma incursão sobre os 3 eixos de trabalho que visam sustentar o modelo feminista. Esses três eixos são definidos pela autora como identidade de gênero, desvalorização/hierarquia e baixa autoestima. Embora reconheça alguns pontos positivos dessas construções teóricas, a autora aponta para um problema que deriva dessa perspectiva, que seria uma construção de objetos distintos e com papéis definidos nas relações sociais. Assim, a cultura do patriarcado seria um modo pelo qual a dominação das mulheres pelos homens se reproduziria também a partir da identidade de gênero. Esse modo de construção das subjetividades balizaria as relações entre homens e mulheres.

Portanto, o que o modelo feminista enfatiza é evidenciar os valores culturais que oprimem as mulheres. Desse modo, se constrói uma crítica aos modelos psicopatologizantes e que buscam identificar fatores individuais e não relacionais que justificariam práticas de violência contra as mulheres. O modo de trabalho desse modelo produz uma consequência importante e que nos convoca a questionar nossas relações: se a violência contra as mulheres não é fruto de um desajuste emocional, de um distúrbio de ordem orgânica, ou uma

⁶ Oliveira (2004) relembra que Scott (1995) já havia questionado a ideia de uma opressão sobre as mulheres exclusiva da cultura patriarcal. Segundo Scott (1995), as opressões contra as mulheres são provenientes de vários eixos de poder na sociedade.

anormalidade que assola uma ou outra pessoa, ela é retirada do campo do anormal, do incomum e passa a ser localizada nas normalidades, no padrão.

De acordo com a própria autora, é a partir da problemática de uma possível essencialização dos sexos, que Saffiotti e Almeida (1995 como citado em Oliveira 2004) começam a reconfigurar parte de suas produções teóricas, para modificar a noção de passividade atribuída direta ou indiretamente às mulheres. As mudanças nesse modelo se dão a partir da utilização do conceito de gênero, considerando principalmente seu aspecto relacional. De acordo com Oliveira (2004), as teóricas desse modelo se apoiam sobre a noção de que o gênero não é um atributo individual, mas uma relação social, que se daria por meio da relação a pertencer a um grupo.

Por meio dessas novas inserções teóricas, outra noção passa a ser possível. Oliveira (2004) destaca que as relações passam a ser analisadas também pelo recorte do poder. A perspectiva do poder permitiu que esse modelo considerasse que a relação de desigualdade entre homens e mulheres deveria ser vista como uma relação hierárquica. Embora os homens exerçam poder numa escala macro, as mulheres produzem redes de significados que provocam pequenas fissuras e algumas rachaduras no nível das microrrelações. Nas relações entre homens e mulheres, existem, então, diferentes poderes “detidos-sofridos (Oliveira, 2004, p. 41). Embora concordemos com a noção de Oliveira (2004) sobre as consequências de entender as relações de gênero dentro de uma análise de poder, consideramos importante fazer uma ressalva. O fato de as mulheres conseguirem produzir determinadas formas de resistência não elimina a necessidade de compreender que essas relações continuam sendo hierarquizadas dentro da sociedade. Negar o caráter hierárquico das relações de gênero é negar o próprio conceito de gênero como uma categoria analítica e relacional.

Essa noção relacional que subsidia a categoria gênero é utilizada pelo modelo feminista para pensar na violência também como uma relação. Tal posicionamento desloca a mulher do âmbito da passividade e faz pensar numa constante ambivalência entre estar dentro e fora do sistema de gênero. Localizar-se fora do sistema de gênero é o que permite à mulher que sofre violência ver para além das opressões que incidem sobre ela. O movimento para fora desse sistema é o que possibilitaria rompimentos com situações de opressão. No entanto, ao mesmo tempo que a mulher pode se fazer escapar do sistema de gênero e conseguir ver as opressões que recaem sobre ela, também ocorre de nem sempre ela conseguir redimensionar ou ressignificar essas novas apreensões, pois não é algo que dependa apenas dela. Esse é um dos impasses percebidos pelas profissionais que entrevistamos e que será mais explorado durante o capítulo das análises.

Nesse modelo, de acordo com Oliveira (2004), a violência contra as mulheres ocorreria quando elas se deslocam para fora do sistema de gênero, ou quando não correspondem às expectativas em cumprir determinadas funções que lhes foram historicamente atribuídas. A principal crítica a esse modelo é que ele promove quase um esvaziamento da possibilidade de ação da mulher. A autora considera que, mesmo tendo lançado mão da noção de gênero, essa perspectiva continua polarizando homens e mulheres.

A crítica de Oliveira (2004) a esse modelo está na sua aparente intenção de universalizar uma teoria para a compreensão da violência contra as mulheres. A autora busca mostrar, de várias formas, como existem espaços e momentos em que as mulheres também são violentas. É claro que não podemos negar que a violência também pode ser exercida por mulheres. Não questionamos isso. No entanto, há uma certa tentativa de equiparar a força e as consequências das violências que as mulheres cometem contra seus parceiros com as violências que elas sofrem. Essa tentativa é que pensamos ser problemática, pois não devemos problematizar apenas esses fatores quando falamos de violência contra as mulheres, mas também, e principalmente, os sistemas discursivos e valorativos que permitem e legitimam socialmente a violência dos homens contra as mulheres. Se deixamos de pensar sobre essas construções sociais para pensarmos apenas em posicionamentos vitimizantes, deixamos de problematizar questões importantes, que se instauram por discursos mais abrangentes.

2.2.3 O modelo relacional ou modelo do conflito

Santos e Izumino (2005) e Oliveira (2004) apontam que, ainda que esses trabalhos pioneiros tocassem na temática da vitimização das mulheres, ainda não havia uma discussão mais aprofundada. É a partir do trabalho de Maria Filomena Gregori (1993) que se começa a discutir uma possível relativização do binômio dominação-vitimização. Se antes, Chauí (1985) pensava na mulher que sofria violência como cúmplice dessa ação, com Gregori (1993) a mulher não é apenas cúmplice, mas exerce um papel ativo para ocupar o lugar de vítima nas suas narrativas (Santos & Izumino, 2005).

Embora Santos e Izumino (2005) digam que é apenas com Gregori (1993) que a noção de vitimização passa a ser questionada, considero importante assinalar que a perspectiva de poder utilizada por Saffiotti (1992) traz um sentido diferente para a compreensão da violência contra as mulheres.

Por outro lado, além de intensificar a participação da mulher na violência, Gregori também rejeita a noção de que a violência contra as mulheres seja um fenômeno típico das disputas de poder que envolvem o processo de dominação do homem sobre a mulher. As

relações de poder são deixadas de lado na análise de Gregori e o elemento fundamental na análise dos casos de violência é a *comunicação* (Santos & Izumino, 2005; Oliveira, 2004). De acordo com Santos e Izumino (2005), Gregori entende que a violência no casal tem participação de ambos os sujeitos e que é uma forma de comunicação, ainda que perversa.

Como podemos imaginar, o trabalho de Gregori causou grandes debates e discussões, principalmente entre diferentes grupos feministas. No entanto, Santos e Izumino (2005) afirmam que a relativização do binômio dominação-vitimização foi fundamental para que ocorressem algumas mudanças na assistência às mulheres que sofriam violência. A partir do momento que os dados dos estudos de Gregori passaram a ser discutidos por alguns grupos, começou-se a perceber a necessidade de se falar sobre a “participação” das mulheres que sofreram violências. Com isso, algumas organizações passaram a se referir a elas como “mulheres em situação de violência” e não mais “mulheres vítimas de violência”.

Essa é uma mudança importante, pois demarca a utilização de novas formas de nomear tanto o acontecimento da violência quanto os sujeitos nele envolvidos. Nesse sentido, temos aqui um exemplo de como as práticas discursivas produzem realidades e seus efeitos ressoam nos processos sociais. Inclusive, a cartilha desenvolvida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2012) sobre as referências técnicas para atuação de profissionais da Psicologia em Programas de Atenção às Mulheres em situação de violência utiliza essa terminologia. Na cartilha, a justificativa para o uso dessa terminologia é que o fato de a situação de violência poder ser rompida não implica uma necessária condição de subalternidade, que se faz presente no conceito de vítima. Além disso, a ideia de “situação de violência” sugere a existência de possibilidades de resolução do conflito. No entanto, o CFP ainda apresenta outra justificativa para o uso dessa terminologia. A relativização do modelo de dominação masculina faz com que o foco das investigações seja o contexto em que a violência ocorreu. Isso, conseqüentemente, permite compreender os diferentes sentidos que a violência pode receber de acordo com os contextos em que acontece. A cartilha prossegue:

Compreender a conjuntura na qual a violência ocorre e o significado que assume também é uma diretriz fundamental para a atuação da(o) psicóloga(o) no atendimento à mulher em situação de violência. Isso porque diversas peculiaridades envolvem a mulher que chega à rede. Por exemplo: parte dessas mulheres não busca necessariamente a separação de seus parceiros. Inclusive, muitas delas relatam não se sentirem inferiorizadas ou na posição de vítimas da violência conjugal, ou seja, não reconhecem as situações vivenciadas com os parceiros como violência. Isso revela o quanto é preciso que as/os profissionais da Psicologia superem as noções de gênero dualistas e fixas que muitas vezes penetram a rede, especialmente, no âmbito da atuação jurídica (CFP, 2012, p. 63).

Portanto, a perspectiva de Gregori traz algumas contribuições importantes para a discussão da violência contra as mulheres. Nas próprias entrevistas que realizamos com as psicólogas, foi possível observar como essas profissionais veem a limitação do trabalho frente a alguns casos em que as mulheres, mesmo com condições, não se separam do agressor, sua principal fonte da queixa. No entanto, essa análise não pode se manter apenas no nível em que consideramos a mera vontade ou falta de vontade da pessoa se separar daquele que lhe causa sofrimento. Pensar apenas nesses aspectos empobrece a análise, que deve considerar as variantes históricas e culturais que atribuem diversos significados às mulheres que se divorciam de seus maridos.

Ainda assim, isso nos leva a pensar em um dos impasses que Gregori (1993) percebeu em seu trabalho. Ao analisar as práticas feministas de atenção às mulheres que sofreram violência, a autora percebeu que havia uma diferença entre as propostas de intervenção e as vontades das mulheres atendidas, como é assinalado pela cartilha do CFP. Estas não queriam se separar de seus maridos, mas queriam apenas que a violência parasse. Esse mesmo impasse é apresentado por Grossi (1994 como citado em Oliveira, 2004). Ao analisar as práticas dos SOSs-Mulher, Grossi observou que as feministas acreditavam que as mulheres procurariam abandonar seus companheiros, mas o que elas buscavam nessas instituições era uma forma de fazer com que eles parassem de ser violentos, em especial contra elas.

Por termos produzido esse diálogo a respeito dos vários discursos que permeiam a problemática da violência contra as mulheres, identificamos algumas práticas discursivas que podem produzir efeitos importantes nessa área. No entanto, embora consideremos importantes as muitas contribuições de cada uma das autoras trazidas ao debate, é importante assinalar algumas questões de posicionamento diante desses discursos. Primeiramente, concordamos com o uso da categoria de gênero como um instrumento potente para nossas análises e problematizações. No entanto, é preciso demarcar que quando este conceito é utilizado parcialmente, não considerando a construção social e relacional dos gêneros e as relações de poder envolvidas no seu processo de construção, ele perde sua força e potencial teórico e político. Essa observação nos leva ao segundo ponto, que é a necessidade de considerar as diferenças de poder que produzem sistemas de hierarquia dos gêneros, atribuindo diferentes sentidos a cada um. Essa atribuição de sentidos obviamente não se dá por meio de uma classe dominante que subjuga as outras, mas é produzida e reproduzida por meio de uma rede de poder, tecida pelos sujeitos que dela fazem parte.

Nesse sentido, apresentamos a terceira questão, que diz respeito à noção de cumplicidade defendida por algumas autoras. Consideramos que essa é uma prática discursiva

que produz efeitos sérios e que pode sustentar processos de violência ou mesmo de legitimação da violência contra as mulheres. Pouco adianta desfazer a polarização mulher-vítima e homem-agressor se continuar existindo uma polarização entre mulher-ativa ou mulher-passiva, ou mulher-cúmplice. Acreditamos que, a partir do momento que a categoria de gênero passa a ser utilizada essas polarizações precisam ser desfeitas para pensarmos em posicionamentos que não são tão lineares dessa forma e que não correspondem a uma forma binária de compreensão dos sujeitos.

2.3 Outros Sentidos Possíveis Sobre a Violência Contra as Mulheres

Embora concordemos com Oliveira (2004) que a perspectiva de Gregori promove uma leitura relacional da violência, pensamos que sua principal fragilidade está na ausência de uma análise das relações de poder. Relativizar o binômio dominação-vitimização pode ter algumas vantagens, mas é preciso medir as consequências dessa relativização e não podemos perder de vista que estamos lidando com uma situação de sofrimento real (Santos & Izumino, 2005). Além do sofrimento da pessoa que recebe a violência, há a clara ameaça à integridade física e psicológica. Portanto, existe alguém que sofre a violência e que é lesada de alguma forma. Não podemos perder isso de vista. Inclusive, é a partir da perspectiva de que existe alguém que foi lesada na relação que a Lei Maria da Penha pode ser acionada em situações de violência contra as mulheres.

Além de todo sofrimento envolvido e dos riscos reais a que as mulheres em situação de violência estão expostas, essa relativização acaba por estreitar as possibilidades de compreensão que são demonstradas a partir das análises históricas. Se pensarmos nas relações de poder como relações travadas com o intuito de abrir ou fechar possibilidades de acesso a determinadas ações, decisões e lugares sociais, devemos sim pensar na violência contra as mulheres como efeito das relações desiguais de poder. Isso implica pensar que as relações construídas sob as formas de hierarquização dos gêneros produzem regimes de vida sobre as mulheres, sobre seus corpos, suas práticas profissionais, sexuais, sobre o modo como podem e não podem sair na rua, como devem ficar em casa e a quem devem agradar. No entanto, não podemos cair no risco de tentar construir uma categoria estanque que dê conta de falar das opressões de uma suposta “mulher”. É preciso levar em conta as multiplicidades de existência possíveis, que produzem diversas maneiras de exercer o poder e ser submetido a seus executores também. Nesse sentido, é preciso pensar em posicionamentos, que são mutáveis de acordo com as relações travadas.

Por fim, e como forma de consideração que deve ser feita aos três modelos ou perspectivas aqui analisadas de acordo com cada autora, considero que seja necessário inverter a ordem das análises. Gostaria de propor um breve exemplo para me fazer entender. Imagine que hoje à noite você tem um compromisso e então se organiza para poder chegar no horário. Quando desce do automóvel você precisa andar por mais alguns metros para chegar ao seu destino. Caminhando tranquilamente, de repente, sem ver de onde veio, aparecem duas pessoas e te assaltam. Levam seus documentos, seu celular e outras coisas mais. É claro que você não planejava isso e se sente muito revoltado ou revoltada com o que aconteceu. Se questiona sobre ter pegado aquele caminho, ter passado por aquele poste sem luz, ter chegado naquele horário. Ou seja, sua análise do problema se situa exclusivamente nas suas ações, como se o responsável pelo assalto tivesse sido você. Contudo, você foi a vítima do assalto. Você foi lesado ou lesada patrimonialmente, psicologicamente e talvez fisicamente. E, acima de tudo, você não esperava por isso, ou pelo menos não planejou sofrer um assalto. Se continuarmos nos atendo nos polos demarcados pelo vitimismo e pela cumplicidade, nossas análises serão pouco frutíferas no âmbito social.

Logo, por que as análises devem recair sobre você ou sobre as suas ações? É claro que podemos tomar algumas precauções sobre isso, mas não planejamos isso. A responsabilidade não é sua. Tempos depois, com a cabeça mais fria, você pensa novamente sobre o ocorrido e se dá conta que a responsabilidade do assalto foi das pessoas que o cometeram e que elas provavelmente vivem num contexto onde isso lhe é minimamente possível e, por isso, legitimada por suas condições, ela o comete.

É claro que precisamos ser cuidadosos com as comparações, mas esse exemplo talvez possa servir para pensarmos sobre porque continuamos produzindo questionamentos apenas sobre os posicionamentos das mulheres que sofrem as violências. Por que deixamos de questionar os posicionamentos dos homens e o que lhes possibilita e legitima suas ações violentas? É nesse sentido que penso ser importante construirmos análises de mão-dupla, em que não pensemos na violência como algo relacional e que, por isso mesmo, envolve mais pessoas além da vítima. Embora seja necessário e fundamental pensar nas dificuldades postas sobre a vitimização das mulheres nas relações em que sofrem violências, é preciso pensar também sobre quem as comete e sobre os discursos que produzem sistemas de legitimação dessas violências.

CAPÍTULO 3

DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CAMPO DAS PSICOLOGIAS

As diferentes maneiras a partir das quais a violência contra as mulheres era entendida passou por constantes disputas de significados e de campos de compreensão, como mostrei anteriormente. No entanto, a utilização da categoria gênero fez com que toda uma nova concepção de sujeito pudesse ser traçada e, assim, uma outra forma de pensar os fenômenos sociais, inclusive a violência contra as mulheres. Tais mudanças e a inserção desse conceito como uma categoria de análise se devem, principalmente, às produções e contribuições dos estudos feministas.

Tanto Santos e Izumino (2005) quanto Bandeira (2014), afirmam que a adoção do termo gênero pelos estudos feministas no Brasil representou uma mudança de paradigma em relação ao que elas chamam de modelo do patriarcado. Enquanto as compreensões baseadas nas terminologias do patriarcado apresentavam uma definição rígida fundamentada nos papéis sociais, o conceito de gênero passa a enfatizar as condições sociais e culturais implicadas na construção das diferenças sexuais e de gênero.

Heilborn e Sorj (1999) discutem alguns aspectos da inserção dos estudos de gênero no Brasil e como esse conceito foi sendo utilizado. A princípio, é preciso assinalar que “gênero” é um conceito mais amplamente utilizado por autoras de tradição anglo-saxã. Essa linha de autoras se difere da tradição francesa não apenas pela nomeação. Enquanto a tradição anglo-saxã faz uso do termo “gênero”, as autoras de tradição francesa privilegiam o termo “relações sociais de sexo”. Heilborn e Sorj (1999) apontam que essa não é uma escolha aleatória, mas que tem a ver com a filiação dos estudos que fundamentam as autoras de tradição francesa. A ideia de “relações sociais de sexo” está diretamente ligada à noção marxista de “relações sociais de produção”.

Devido ao fato de o Brasil receber fortes influências de ambas as tradições, inicialmente, os debates sobre o que hoje classificamos como “de gênero”, eram caracterizados pelo uso do genitivo “da mulher”. Ao fazerem uma análise histórica da expansão dos estudos feministas no Brasil no período de 1975 a 1995, Heilborn e Sorj (1999) apontam que a forma como as discussões feministas conseguiram entrar na academia brasileira foi a partir de algumas estratégias. Assim, surgiram os *Estudos sobre Mulher*, *Estudos de Gênero* ou de *Relações de Gênero*. Foi a partir dessas escolhas de nomeação nada ingênuas que os estudos feministas puderam ser institucionalizados no Brasil.

As autoras Heilborn e Sorj (1999) apontam que na década de 1970 esses estudos recebiam o nome de *estudos sobre a mulher*. O objetivo de tais estudos era muito claro: produzir saberes que preenchessem as lacunas sobre o que conhecemos a respeito das experiências das mulheres. Com isso, buscava-se ressaltar e denunciar as diversas opressões e explorações que as mulheres sofriam nas mais variadas esferas de suas vidas na sociedade brasileira. A “mulher” aparecia mais como uma categoria empírica e descritiva, sobre a qual recaíam as teorizações, do que uma categoria analítica e relacional, como foi possível com a categoria “gênero”.

O uso da categoria “gênero” como um conceito analítico, diferente da categoria empírica e descritiva “mulheres”, começou a se tornar mais comum no final da década de 1970 e início dos anos 1980 (Heilborn & Sorj, 1999, Santos & Izumino, 2005, Conceição, 2009, Morgante, 2014). A transição entre os diferentes termos não era apenas uma mudança de nomenclatura, mas representava toda uma transição conceitual e política da compreensão de certos temas levantados pelos movimentos feministas. Seu uso acabou modificando a forma como se compreendia que determinadas questões afetavam diferentes sujeitos.

Para Santos e Izumino (2005), enquanto que as noções baseadas no patriarcado pressupunham a atribuição de papéis sociais rígidos, que são culturalmente condicionados e pautados nas diferenças biológicas entre mulheres e homens, a perspectiva de gênero passa a observar as diferenças entre o que é considerado social e o que é considerado biológico. Nesse sentido, um dos trabalhos mais acionados por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros nesse período para falar sobre a construção social dos gêneros é o trabalho de Joan Scott (1995). A adoção da categoria de gênero facilitou a rejeição do determinismo biológico que fica subjacente ao sexo e passou a enfatizar os aspectos culturais e relacionais envolvidos na construção social dos gêneros.

A categoria gênero passou a ser utilizada como uma forma de extrapolar a noção de identidade dos sujeitos, levando em consideração a complexidade das relações de poder e das determinações sociais que atravessam a construção dos gêneros. Assim, além de o gênero ser a forma primária pela qual significamos relações de poder, ele é também uma construção social que se dá por meio das relações (Scott, 1995). Essa compreensão está diretamente ligada à linguagem, pois os elementos da linguagem também recebem suas significações na relação com outros elementos. Uma palavra só exerce um papel de produzir significado quando inserida num contexto composto por outras palavras. Da mesma forma, uma sentença só fará sentido dentro de um contexto mais amplo, no qual existem outras sentenças com as quais ela mantém uma relação e assim se significam.

Ao pensarmos que os gêneros se constroem na sua relação com outros gêneros, o binômio dominador-dominada pode ser visto de maneira articulada com outros sistemas e reformulado. Isso nos permite produzir questionamentos para além daqueles sobre a conduta das mulheres, como foi feito no capítulo anterior. Ao entendermos que os gêneros são construídos a partir das diferenciações entre si, também podemos inverter a ordem de nossas problematizações e nos questionar quais tipos de masculinidades têm sido historicamente produzidas e os acordos sociais implícitos e explícitos que naturalizam as formas violentas dos homens se relacionarem e de cometerem violências contra as mulheres. Portanto, as contribuições de Scott (1995) nos permitem construir outros eixos compreensivos e interventivos.

Heilborn e Sorj (1999), assim como Bandeira (2014), apontam que, historicamente, as análises sociológicas sobre violência no Brasil tiveram como fundamento a atuação do Estado, o controle social e o monopólio legítimo da violência. Nessa linha de análise, o Estado exerceria um papel de organizador e gestor social, que controlaria as desordens sociais e as ameaças à propriedade privada. Por este motivo, Bandeira (2014) destaca que grande parte das pesquisas brasileiras sobre violência na área da sociologia se ocupavam da violência estatal/institucional e sobre como o Estado administrava a criminalidade. Embora essa abordagem seja importante, ela parece relegar ao âmbito privado as violências nas relações interpessoais, como as violências contra as mulheres.

A problematização da violência sexual como um assunto sociológico só começou a ocorrer por volta de 1980, pelo menos uma década depois de grupos feministas já terem começado a levantar questionamentos sobre esse assunto (Bandeira, 2014). Foi a partir da transformação da violência sexual em uma categoria sociológica e área de pesquisa, que a violência contra as mulheres passou a ser mais amplamente discutida. De acordo com Heilborn e Sorj (1999), a contribuição da categoria de gênero foi justamente de salientar que as manifestações violentas contra as mulheres não tinham origem exclusivamente na desigualdade de classes. Suas expressões são viscerais, pois se manifestam nas mais escondidas entranhas do tecido social, escapando, por vezes, à atuação do Estado.

A própria Scott (1995) já alertava que não era possível pensar apenas em um eixo opressivo nessa discussão. Fazendo uso de questionamentos de historiadores a respeito das teorias do patriarcado, a autora nos leva a pensar sobre a primazia do gênero em relação à organização social na sua totalidade. Por isso mesmo, ela assinala que a utilização do termo gênero por setores feministas corresponde a uma reivindicação de um campo de definição,

apontando que as teorias existentes até então não davam conta de explicar as desigualdades entre mulheres e homens, principalmente pelo seu caráter universalizante.

Portanto, faz sentido não se ocupar com produções que busquem a origem única das coisas, mas com análises que compreendam os processos de maneira que eles não podem ser separados entre si. É o que Scott (1995) chama de buscar *explicações significativas* e não *causalidades universais*. Essa noção é fundamentada pela ideia foucaultiana de poder, que não se restringe a pensar em um elemento único e separado, que é exercido de um centro de onde ele irradia, mas como constelações dispersas, emaranhadas nas relações.

Pinsky (2009) também faz essa mesma observação a respeito dos discursos que buscam encontrar uma justificativa ou uma explicação original ou universal sobre a dominação dos homens sobre as mulheres. Embora a autora também reconheça a importância dos estudos do que ela chama de “teoria do patriarcado” e das correntes feministas do marxismo no que diz respeito à colaboração para conhecer a “condição feminina” (p. 163), ela aponta que essas duas perspectivas são limitadas. Seu limite está no fato de que não avançam na explicação histórica da diversidade de relações possíveis entre os diferentes modos de se fazer gênero nos diversos contextos e culturas.

Por esse motivo, penso que não nos cabe formular uma explicação que se proponha a resolver universalmente o problema da violência contra as mulheres. Essa seria uma versão de realidade que suprimiria outras verdades localizadas em contextos distintos. Portanto, é justamente a compreensão das práticas discursivas que criam verdades e vidas localizadas que interessa neste trabalho e que deu o ritmo e o caminho dessa pesquisa. Sendo assim, os tópicos seguintes deste capítulo se ocuparam justamente de buscar discutir como a violência contra as mulheres tem sido compreendida nas produções acadêmicas da Psicologia no Brasil atualmente.

3.1 Práticas Discursivas Atuais Da Psicologia Sobre a Violência Contra As Mulheres

Com o intuito de entender como a temática da violência contra as mulheres vem sendo trabalhada ultimamente na Psicologia, fizemos a análise de artigos que se ocuparam desta discussão. Esse passo da pesquisa nos permitiu identificar diferentes formas de compreensão sobre a violência contra as mulheres. Analisar os artigos em questão nos permitiu identificar que este é um campo de pesquisa em constante construção, como já mostrei nas seções anteriores. Também foi possível observar que há uma variedade de abordagens e compreensões, que nos mostra a multiplicidade de possibilidades de atuação diante dessa problemática. Ainda que no capítulo anterior tenhamos feito uma breve apresentação de algumas perspectivas

teóricas mais marcadas no início dessas discussões no cenário brasileiro, não fizemos esse tipo de sistematização com os artigos pesquisados. Isso não nos pareceu um problema, pois nos mostra que as produções anteriormente discutidas acabaram se ramificando e se interseccionando em vários pontos.

Ao todo, analisamos 19 artigos encontrados na internet. Eles foram selecionados a partir dos seguintes critérios: artigos publicados nos últimos cinco anos; que estivessem publicados em português; que tratassem especificamente da temática da violência contra as mulheres. Para isso, consultamos a base de dados da BVS-Psi, escolhendo esses critérios já citados e utilizando as palavras Psicologia, Violência e Mulheres.

Nossas análises permitiram encontrar alguns pontos que consideramos interessantes para pensar sobre como a Psicologia está estudando essa temática nos últimos anos. Primeiramente, foi possível identificar uma predominância de trabalhos que têm a mulher que sofreu a violência como foco dos estudos. Tais trabalhos variam entre estudos e proposições teóricas e estudos de casos ou análises de políticas públicas. Ao todo, dois estudos se ocuparam de estudar a violência contra as mulheres a partir do autor da agressão.

Foi possível identificar uma grande utilização de termos como “violência doméstica”, “violência intrafamiliar”, “violência de gênero” e “violência contra as mulheres”. A respeito disso, pensamos ser importante fazer uma consideração. A aparição do termo violência relacionado com outros termos pode indicar que as violências estudadas nesses artigos são caracterizadas por certos determinantes que as diferenciam umas das outras. Percebemos também que em alguns trabalhos houve a preocupação de evidenciar que o estudo era a respeito das violências que as mulheres sofrem, diferenciando dos estudos que usaram termos como: “violência conjugal” e “violência intrafamiliar”.

Penso que essa diferenciação é importante por alguns motivos. Primeiramente, porque o termo “violência conjugal”, embora faça referência ao tipo de relacionamento em que a violência ocorre, não evidencia que a maior parte dos casos de violência nesse âmbito tem as mulheres como maiores vítimas e com os maiores prejuízos (Borges, Lodetti & Girardi, 2014). É possível apontar como um possível efeito discursivo que essa terminologia evita a estigmatização mulheres/vítimas e homens/agressores, situando a violência de gênero contra as mulheres como processo relacional. No entanto, essa prática discursiva também deixa as desigualdades de poder menos evidentes, supondo uma hipotética igualdade no exercício da violência tanto para homens quanto para mulheres.

O termo “violência intrafamiliar” também produz um processo parecido. Quando o utilizamos para falar a respeito das violências sofridas pelas mulheres, diminuimos os efeitos

das relações de poder nas relações intrafamiliares que geralmente faz com que as mulheres e as crianças sejam as principais vítimas. Outro fator importante é que a violência intrafamiliar pode ocorrer envolvendo várias pessoas, como filhos, filhas, pais, mães, avôs, avós, tios, tias, por exemplo, o que também demanda terminologias diferentes com implicações distintas. Portanto, de certa maneira, quando a terminologia “violência intrafamiliar” é utilizada para tratar das violências sofridas pelas mulheres, ela desloca o foco das relações de poder em questão. Assim, embora seu emprego seja útil para denotar a complexidade das violências que ocorrem no âmbito intrafamiliar, quando diz respeito à violência contra as mulheres ele pode acarretar um ocultamento das problemáticas relacionadas à violência de gênero.

O termo gênero também aparece como central em alguns dos trabalhos analisados. Disso, podemos entender que ele recebe destaque principalmente por conta de sua relação estreita com o feminismo e sua história de utilização nas lutas feministas de enfrentamento à violência contra as mulheres, como apontado anteriormente. Na grande parte das vezes, esse termo fazia referência à categoria “mulheres”. Essa utilização nos faz pensar em duas hipóteses. Por um lado, pode demonstrar que há uma certa compreensão na Psicologia que concorda com a construção social dos gêneros, inclusive das mulheres. Por outro lado, essa utilização pode estar relacionada não com uma compreensão de categoria analítica e relacional.

Além dessas considerações, foi possível construir três eixos temáticos, em que fiz algumas análises sobre como os artigos em questão abordaram a temática da violência contra as mulheres. Para isso, busquei responder como as mulheres eram vistas, quais os tipos de atuação que a Psicologia tem produzido e como a categoria “gênero” foi utilizada para as análises.

3.1.1 Os lugares das mulheres e alguns deslocamentos

Apresentamos aqui algumas posições que as mulheres ocupam dentro dos textos analisados segundo a nossa óptica. O lugar mais comum que encontramos para falar das mulheres é o que as identifica com a posição de quem sofreu a violência. Isso não é surpresa, visto as formas de busca para encontrarmos esses trabalhos. Outro ponto importante, é que essa posição está sempre em relação com o homem agressor. Na maioria dos casos, os estudos são de mulheres que sofreram violência ou outros tipos de violação de seus parceiros ou ex-parceiros. Talvez, daí possamos compreender a razão de vários trabalhos tratarem de relações conjugais, violência intrafamiliar e violência doméstica. Disso, podemos compreender que, na maior parte dos estudos, a mulher é representada na posição de quem sofre ou sofreu a violência

dentro de uma relação afetiva e que essa violência foi perpetrada, na maioria das vezes, por seu parceiro ou ex-parceiro.

Esse aspecto dos trabalhos é de extrema importância, pois continua evidenciando a necessidade de se problematizar os modos como os relacionamentos conjugais continuam se estruturando atualmente. Além disso, outro aspecto importante dessas pesquisas é que elas evidenciam o principal lugar em que as mulheres sofrem violência, apontando para a necessidade de elaboração de atuações nesse contexto. Nesse sentido, a Psicologia é chamada a pensar esse modo de relações de gênero para a produção de intervenções que colaborem com o enfrentamento dessas situações.

Por outro lado, existem alguns trabalhos que, embora apresentem essa possibilidade de leitura, trazem alternativas de compreensão das posições das mulheres. Ainda que elas sejam apresentadas como quem sofreu a violência – o que de fato acontece –, tais artigos trabalham com formas de enfrentamento da violência contra as mulheres a partir de experiências específicas. O mais interessante desses trabalhos, é que suas narrativas extrapolam as práticas clínicas tradicionais da Psicologia, abrindo um campo de atuação que engloba as condições históricas e sociais de formação dos discursos sobre os gêneros (Borges, 2012, Fernandes, Gaia & Assis, 2014, Meinhardt & Maia, 2015, Oliveira & Araújo, 2014, Silva & Oliveira, 2012, Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

Um dos trabalhos que apresenta formas que potencializam as possibilidades das mulheres é o de Fernandes, Gaia e Assis (2012). Nele, os autores falam sobre as estratégias de enfrentamento da violência de gênero utilizadas por mulheres de Ji-Paraná. Como resultado, compreenderam que essas mulheres se utilizam das seguintes estratégias de enfrentamento: relacional, social, psicológica, jurídico/legal e religiosa.

Como estratégias relacionais, os pesquisadores mostraram que as mulheres buscaram se aproximar das pessoas de seu meio familiar, fortalecendo seus vínculos para conseguirem se afastar dos agressores. Dentro das estratégias sociais de enfrentamento, os autores mostram como alguns espaços como o trabalho, a família e o grupo de amigos foram importantes para que as mulheres pudessem superar as relações de violência que viviam.

As estratégias psicológicas estavam relacionadas com a busca de ajuda em serviços como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou em serviços psicológicos de outras instituições. A principal contribuição desses trabalhos foi a de ajudar as mulheres a reconhecerem as violências que sofriam. As estratégias jurídico/legais de enfrentamento que foram colocadas em prática estavam relacionadas principalmente à busca pelos serviços da Delegacia Especializada da Mulher e do reconhecimento de seus direitos. Por

fim, as estratégias religiosas tinham o papel de produzir ou embasar explicações de ordem divina para as situações vividas ou então para a construção de estratégias para se desvencilhar do agressor.

O importante deste trabalho é que, para além da manutenção da discussão sobre a polaridade vítima-agressor, os autores se propõem a discutir formas de intervenção que sejam eficientes no enfrentamento dessa problemática. Além disso, consideram também que as próprias estratégias, formais ou informais, elaboradas pelas mulheres são eficientes para elas. É claro que esse tipo de trabalho nos serve para pensarmos em atuações diferenciadas de acordo com as especificidades de região e cultura de cada público e não apenas como uma forma única de atuação.

O trabalho de Meinhardt e Maia (2015) também nos mostra a importância do trabalho psicológico que extrapole as condições tradicionais de atendimento. Por meio da proposta de uma oficina, as autoras conseguiram sensibilizar profissionais a respeito da compreensão e identificação da violência contra as mulheres, de modo que pudessem disponibilizar uma escuta e trabalhos mais atentos às questões de gênero.

Assim, se nos voltarmos para a compreensão construcionista a respeito da diferenciação entre discurso e práticas discursivas, talvez poderíamos identificar tais textos naquilo que Spink (2010) afirma ser uma prática discursiva. Ao considerar que esses textos apresentam formas diferentes de compreender a posição das mulheres, eles também abrem a possibilidade de leituras que produzam efeitos no que diz respeito a intervenções com esse público. Além disso, traz ao palco do processo da violência a potência dessas mulheres, mostrando que determinados modos de trabalho podem produzir diferentes sentidos e compreensões de si mesmas e de suas relações com o mundo.

3.1.2 O conceito de gênero e sua utilização na compreensão do processo de violência contra as mulheres

De acordo com nossa leitura, a violência contra as mulheres foi entendida como sendo uma problemática diretamente relacionada às questões de gênero em pelo menos 13 dos 19 trabalhos. Para chegarmos a essa percepção, nos atentamos para entender quais eram as formas de compreender esse acontecimento e quais os elementos que faziam parte da explicação do processo de violência. Consideramos que os trabalhos que abordavam a violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva gênero deveriam levar em consideração pelo menos dois fatores: sua construção social e suas implicações nas formas de poder.

Apesar de o conceito de gênero não ter sido utilizado em todos os trabalhos com toda a sua potência, é necessário assinalar que grande parte das pesquisas conseguiu explorar as forças de produção dessa categoria relacionando-a de maneira direta e incisiva à problemática da violência contra as mulheres. Podemos citar os trabalhos de Meinhardt e Maia (2015), Oliveira e Araújo (2014), Timm, Pereira e Gontijo (2011) como pesquisas que produzem formas de compreensão a partir da perspectiva de gênero que possibilitam outros olhares para a violência contra as mulheres.

Meinhardt e Maia (2015) fazem uma análise de como a violência contra as mulheres é tratada no contexto de Políticas Públicas de Saúde Mental, mais especialmente em um Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II). As autoras apresentam a violência simbólica como um dos pilares da violência contra as mulheres. Para isso, elas a definem como um conjunto de práticas e crenças construídas socialmente de modo a fazer o masculino predominar sobre o feminino, naturalizando tal ordem e tornando-a inquestionáveis. O gênero é apresentado por elas como uma inscrição que atravessa os corpos dos sujeitos, e que é construído socialmente pelos diversos discursos que fazem parte do contexto.

As autoras apontam que as equipes que lidam com mulheres que sofrem ou sofreram violência não estão preparadas para fazer uma escuta que acolha a queixa de violência ou mesmo que a identifique. Assim, muitas pacientes continuam se queixando de vários sintomas sem uma causa específica e não há uma identificação do problema. Consequentemente, a violência não aparece como o fator principal que gera problemas à saúde das mulheres. Com isso, essas mulheres são nomeadas como “poliqueixosas”, o que abre portas para compreensão de que há problemas com a mulher individual e não em suas relações.

A pesquisa de Oliveira e Araújo (2014), realizada com um grupo de catadoras de materiais recicláveis, utilizou-se da perspectiva de gênero para fazer uma intervenção por meio do Teatro do(a) Oprimido(a). A partir da utilização dessa metodologia, as autoras conseguiram produzir questionamentos que abriram fissuras em alguns discursos hegemônicos sobre a violência contra as mulheres. A metodologia utilizada se caracteriza também como um instrumento de intervenção, que sensibilizou os/as participantes a respeito de situações de violência que não eram percebidas como tal. Dessa maneira, as pesquisadoras conseguiram problematizar determinadas posturas que sustentam a violência.

O trabalho de Timm, Pereira e Gontijo (2011), por sua vez, aponta para a necessidade de compreensão da história da construção da vida pública e da vida privada. O desenvolvimento dessa temática, permitiu o questionamento sobre a *ideologia da intimidade*, que, segundo as

autoras, continua fundamentando muitas das intervenções em Psicologia, principalmente no que diz respeito à violência contra as mulheres.

Ao produzirem essas reflexões, as autoras (Timm, Pereira & Gontijo, 2011), pautadas nas contribuições de Richard Sennett e Hannah Arendt, mostraram que uma das perguntas que expressam a ideologia da intimidade no contexto de atendimento a mulheres que sofreram violência é “por que aconteceu isso comigo?”. Essa pergunta – e muitas das respectivas respostas – são resultados de uma ideologia que centraliza no sujeito as agências nas quais ele mesmo está sendo dominado. São práticas discursivas que, em determinado momento, produzem e reproduzem culpas nas mulheres. Além do mais, essa pergunta sugere um determinante psíquico escondido no sujeito e que deve ser encontrado. Nesse sentido, é importante sinalizarmos que outra forma de compreender a violência e a permanência das mulheres em relações violentas é que o relacionamento do casal não é construído apenas pelo casal e esses não são problemas apenas relacionais entre eles ou que esteja localizado em um dos parceiros. Na verdade, poderíamos ler esse fenômeno compreendendo que essa permanência é *efeito* de um sistema discursivo que estipula determinados espaços para as mulheres e outros para os homens, denominando cada um com nomes pejorativos quando não exercem ou ocupam seus lugares pré-definidos.

Vemos, portanto, que alguns trabalhos fazem um grande esforço no sentido de utilizar o termo gênero como uma categoria potente para fortalecer e complexificar as análises. Para isso, essas autoras acionam esse termo a partir de sua complexidade, articulando-o com outros processos e produzindo outras maneiras de entender a violência contra as mulheres.

3.1.3 Possibilidades de intervenções e enfrentamento da violência contra as mulheres

Para discutirmos a forma como a problemática da violência contra as mulheres tem sido abordada, separamos os trabalhos que falam de práticas em três grupos: *trabalhos voltados para análises, elaboração ou implementação de políticas públicas; trabalhos com grupos – tanto de homens quanto de mulheres realizados fora do contexto de políticas públicas; e trabalhos com análises ou propostas de atendimentos individuais.*

Nessa leitura de trabalhos que tratavam de práticas, percebemos que houve uma maior recorrência de pesquisas que faziam discussões entre as práticas grupais em contextos de políticas públicas. Ao todo, 5 trabalhos discutiram questões relacionadas às políticas públicas por meio de intervenções grupais. Desses, 2 foram em contexto da Assistência Social, com públicos atendidos por Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); 2 foram no contexto da Saúde Pública, sendo que um era com agentes comunitárias de saúde e o

outro era com mulheres atendidas em um CAPS II; e o outro trabalho era no âmbito da justiça, com uma intervenção que agrupava homens e mulheres.

Sabendo que a Psicologia foi marcada – e ainda é em alguns contextos – como uma prática individualista, privatista e particular, consideramos que esse número é importante. Primeiramente porque os trabalhos identificam as políticas públicas como campos potentes de atuação para produção de novas formas de intervenção. Tais trabalhos também afirmam que as práticas privatistas da Psicologia são apenas uma forma de atuação. Portanto, vemos que existem trabalhos no contexto das políticas públicas que buscam se apropriar das possibilidades que as intervenções grupais proporcionam. Essa percepção nos parece importante porque mostra que estão sendo produzidas práticas psicológicas para além das paredes dos consultórios particulares. Outro ponto que deve ser ressaltado nesses trabalhos é que dos 5 que articularam intervenções grupais nos contextos de políticas públicas, 3 trataram de produções que visavam prevenir a violência contra as mulheres por meio de discussões sobre os gêneros. Dentre as metodologias utilizadas nestes trabalhos encontramos: oficinas educativas e psicossociais (Borges, 2012), grupos focais (Silva & Oliveira, 2012) e Teatro do Oprimido (Oliveira & Araújo, 2014).

Em seguida, também identificamos 3 trabalhos que articulavam discussões de atendimentos em políticas públicas, mas com intervenções individuais. Desses, dois trabalhos tinham como contexto de pesquisa as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), sendo que um abordava a prática de plantão psicológico e o outro os atendimentos psicossociais. O outro trabalho articulava análises realizadas em atendimentos individuais no contexto da Saúde Pública em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Esse agrupamento de trabalhos nos mostra que as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) são um ambiente em que a atuação da Psicologia tem sido mais voltada aos casos já concretizados de violência contra as mulheres. Por ser um local de denúncia, em que as mulheres se deparam com muitas dificuldades, inclusive relacionadas aos seus afetos, medo, insegurança, as DEAM são um espaço privilegiado de atenção psicológica e acolhimento. É neste sentido que trabalhos específicos de atendimento individual se fazem importante.

Em seguida, identificamos dois trabalhos que abordavam questões relativas a políticas públicas, sendo que um dava um maior enfoque sobre os CREAS e o outro nas DEAMs. Apenas um trabalho analisado discutiu a intervenção com grupos fora do contexto de políticas públicas. Esse trabalho analisava as construções de intervenções grupais com homens agressores (Antezana, 2012). De acordo com nossa leitura, identificamos que apenas um trabalho que

abordava intervenções individuais não estava relacionado às políticas públicas (Oliveira & Bressan, 2014). Assim como o trabalho de grupos que não discutia políticas públicas, esse também era com agressores.

O fato dos trabalhos que falavam dos agressores não estarem relacionados a discussões de políticas públicas nos chamou a atenção. A pesquisa de Antezana (2012), embora tratasse dos grupos com homens autores de violência, não tinha como foco o desenvolvimento desses serviços nas políticas públicas no Brasil, mas sim uma discussão sobre os embasamentos teórico-metodológicos desses serviços. Já o trabalho de Oliveira e Bressan (2014), que foi realizado com homens que cumpriam pena por feminicídio, foi desenvolvido em ambiente penitenciário, mas sem discutir as políticas públicas envolvidas nesses casos.

Sabemos das dificuldades de implementação de serviços que deem conta de acolher as demandas das mulheres em situação de violência e que essa é uma demanda urgente, mas a própria Lei Maria da Penha institui a construção de serviços de reflexão e reeducação com os agressores. Ainda assim, outro ponto que nos levantou questionamentos é o fato de que esses trabalhos lidavam apenas com homens que já haviam perpetrado agressões. Sentimos falta de discussões que produzam conhecimentos a respeito das construções das masculinidades, com intervenções de prevenção da violência.

Embora tenhamos observado essa característica nos trabalhos sobre os autores da violência, é importante ressaltar que a preocupação de como as Políticas Públicas têm oferecido serviços para as mulheres em situação de violência é sinal de um avanço. No entanto, esse avanço é apenas parte do que se necessita para enfrentar esse problema, pois muitos outros contextos de políticas públicas se beneficiariam com pesquisas que abordem a problemática das mulheres em situação de violência.

3.2 Permanências e mudanças na Psicologia

A análise dos trabalhos levantados nessa seção nos ajuda a pensar que a Psicologia tem produzido conhecimentos diferentes e com muito potencial para intervenções e reflexões a respeito das formas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Embora alguns trabalhos mantenham-se com perspectivas individualizantes e psicologizantes, sem considerar as implicações políticas da categoria gênero, vemos que existem outras pesquisas que utilizam esse conceito potencializando suas análises e suas intervenções.

Ainda que alguns trabalhos mantenham uma perspectiva individualizante de intervenções com os agressores e com as mulheres que sofreram violência, também podemos perceber que vários trabalhos lançam mão de compreensões críticas e despatologizantes para

trabalhar com essas questões (Oliveira & Araújo, 2014; Silva & Oliveira, 2012; Timm, Pereira & Gontijo, 2011). Assim, diferente das práticas psicológicas tradicionais, vemos que existem abordagens que produzem fissuras nesses modos de compreensão. Dessa forma, a Psicologia toma outros contornos, bem mais irregulares e com formas de arestas, que são pontiagudas, negando a regularidade de discursos predominantes.

Essa forma pontiaguda produzida por alguns trabalhos da Psicologia não deve ser entendida como disforme, sem beleza, mas é algo que produz maior pressão. Sabemos que a pressão tem relação entre força exercida e a área de contato, tornando elementos pontiagudos mais penetrantes e potentes na produção de aberturas. Essas possíveis rachaduras parecem se aproximar bastante das produções de sentido que nos diz Spink (2010), formando novas realidades de compreensão e, conseqüentemente, de atuação.

Conquanto tenhamos identificado essas potencialidades dentro das nossas análises, é justamente o oposto que também nos chama a atenção. De todos os trabalhos analisados, apenas dois falavam a respeito da pessoa que cometeu a violência. Esse menor número de trabalhos encontrados é algo que precisa ser observado e questionado. Acreditamos que esse não-dito vela uma parte importante do processo de violência contra as mulheres e que por isso precisa ser mais bem analisado. Por conta disso, percebemos que a Psicologia ainda tem um campo amplo de investigação e atuação sobre quem produz, de fato, as agressões e as violências. Ainda que nosso trabalho não trate especificamente dos autores de violência, consideramos um papel nosso como pesquisadores e pesquisadoras, psicólogos e psicólogas, compromissados com mudanças sociais, apontar para essa necessidade de estudos.

CAPÍTULO 4

CAMINHOS DE PESQUISA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS

4.1 Objetivos

De modo a conseguir executar a pesquisa, traçamos os objetivos que pensamos ser importantes para a sua realização. Assim, categorizamos os objetivos em: objetivo geral e objetivos específicos, como seguem.

4.1.1 Objetivo geral: Problematizar as práticas discursivas sobre violência contra a mulher da Psicologia usadas por profissionais envolvidos nos serviços de atendimento e dos documentos de domínio público.

4.1.2 Objetivos específicos:

- Realizar uma análise da bibliografia sobre a temática;
- Mapear os discursos da Psicologia sobre violência contra as mulheres;
- Identificar as práticas discursivas que embasam a atuação dos profissionais envolvidos nos atendimentos e nos documentos de domínio público;

4.2 Políticas Públicas como Espaço de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres

Antes de falarmos da nossa inserção nos espaços de pesquisa, consideramos importante apresentar as políticas públicas como um *campo-tema*, que possibilita pensar as práticas profissionais para além da lógica de consumo. Na área da nossa pesquisa, as políticas públicas são fundamentais para a estruturação de serviços compromissados com o público e contribuem para a superação de muitas situações de violência. A importância da construção de serviços dentro do contexto de políticas públicas pode ser vista nos trabalhos de Farinha e Souza (2016), Meinhardt e Maia (2015), Silva e Oliveira (2012), Oliveira e Araújo (2014) e Souza e Sousa (2015).

As Políticas Públicas no Brasil começaram a ser mais amplamente desenvolvidas a partir da década de 1980, quando o Brasil saía da ditadura militar para se tornar um estado democrático de direitos. Na área de discussão sobre mulheres, além da transição para um governo democrático, outro fator que impulsionou e fortaleceu a criação de políticas públicas foi as lutas do movimento feminista, que já se fortalecia no Brasil desde a década de 1970. Nesse cenário, o contexto de Políticas Públicas para mulheres no país começou a se

desenvolver, ainda que lentamente. Uma das principais conquistas nesse período foi a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, no estado de São Paulo. A criação desse equipamento público se tornou um marco no enfrentamento da violência contra as mulheres (Bugnin, 2016; Pasinato, 2010).

Ecoando os efeitos das lutas e das conquistas dos movimentos de mulheres nesses trinta anos, outros equipamentos foram sendo construídos. Um dos maiores avanços no espaço das Políticas Públicas foi a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), em 2003 (SPM, 2012), que possibilitou uma maior visibilidade e discussões mais amplas sobre questões que envolvem as diversas mulheres do Brasil. Diante disso, gostaríamos de apresentar brevemente o contexto de criação dos espaços em que pude realizar as entrevistas com as psicólogas que se dispuseram a contribuir com a pesquisa. Os locais de efetivação das políticas públicas foram fundamentais para conhecermos um pouco dos desafios e das conquistas que fizeram parte de nosso campo-tema.

Para isso, entendemos que há a necessidade de evidenciar a importância do Programa “Mulher, viver sem violência”. O Programa “Mulher, viver sem violência” é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e foi lançado pela mesma Secretaria, em 13 de março de 2013 (SPM, 2014). Com o objetivo de ampliar e integrar os serviços públicos existentes para mulheres em situação de violência, o programa visa articular serviços de segurança pública, saúde, promoção de autonomia financeira e serviços da rede socioassistencial. Posteriormente, foi transformado em Programa de Governo por meio do Decreto n.º 8.086, de 30 de agosto de 2013 (Brasil, 2013).

Nesse contexto, a implementação da Casa da Mulher Brasileira (CMB) é um dos seis eixos⁷ que estruturam esse programa. A CMB se constitui como um espaço integrado e humanizado de atendimento a mulheres em situação de violência. No mesmo local são oferecidos serviços de acolhimento, triagem, delegacia da mulher, apoio psicossocial, juizado, Ministério Público, saúde, entre outros. Dessa forma, o acesso a esses serviços especializados é facilitado, pois estão integrados num mesmo espaço. É importante assinalar que a forma de trabalho no contexto da CMB contribui para diminuir as possibilidades de revitimização das mulheres que sofreram violência. Como em seu espaço estão integrados vários equipamentos públicos, evita-se que as mulheres sofram ainda mais na busca pelo atendimento do estado.

⁷ Os outros cinco eixos são: ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; criação de Centros de Atendimento às Mulheres nas fronteiras secas; organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; implantação das unidades móveis de atendimento às mulheres do campo e da florestas (rodoviárias e fluviais); e realização de campanhas continuadas de conscientização.

A implantação da CMB foi feita em locais estratégicos do país, contando primeiramente com unidades nas seguintes capitais: Campo Grande – primeira CMB a ser inaugurada no Brasil –, Distrito Federal e Curitiba. Nossa pesquisa foi realizada com profissionais da CMB da cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, região centro-oeste do Brasil. A escolha desse estado para a implantação da primeira CMB se deu pelo fato de este ter sido o estado brasileiro com maior taxa de atendimentos registrados na Central de Atendimento à Mulher, de acordo com o balanço realizado em 2014 (SPM, 2015). Segundo a DEAM de Campo Grande, só no ano de 2014, foram instaurados 3.245 inquéritos.

A CMB de Campo Grande foi escolhida por nós para fazer parte da pesquisa por dois motivos. Primeiramente, porque, como eu estava morando em Dourados, que se localiza a aproximadamente 230 Km de distância, consideramos viável o deslocamento até lá. O segundo motivo, foi a proximidade que a orientadora deste trabalho tem com a construção dessas políticas e com profissionais da CMB em questão, que se constitui num órgão de referência nacional.

O outro local em que conseguimos fazer nossas entrevistas foi o Núcleo de Extensão sobre a Lei Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá (NUMAP/UEM). O NUMAP/UEM é um núcleo de estudos do Departamento de Direito Público da UEM e funciona como um programa de extensão da universidade. Nesse núcleo, são prestados encaminhamentos, assistência jurídica gratuita para mulheres em situação de violência e orientações. A escolha desse local se justifica pelo fato de eu conhecer a psicóloga que ali trabalha e também por ser oriundo dessa universidade e ter cursado uma disciplina do mestrado na UEM em Maringá.

4.3 Lugares da Pesquisa: Considerações Sobre Campo-Tema

Sempre que vamos iniciar uma pesquisa ou escrever algum texto, nos questionamos sobre “quem” ou “o que” será o nosso objeto. Mesmo que tenhamos em mente a temática que queremos abordar em nossos trabalhos, num certo momento parece que somos obrigados a delimitar os objetos que movem nosso desejo de fala. Em uma perspectiva tradicional de pesquisa, essa parece uma atividade fácil, pois já estamos escrevendo sobre a temática e, então, a delimitação daquilo que chamamos de “objeto de pesquisa” é praticamente óbvia. O olhar treinado às análises impessoais, aponta diretamente para um objeto diferente de nós e que parece não ter relação alguma com nossas histórias. Realmente, parece um objeto de pesquisa, pronto a ser olhado, observado, analisado, dissecado, cortado, enfim, destruído.

Essa descrição de pesquisa delimita tanto campo quanto objetos como elementos distintos e independentes um do outro. O campo seria um lugar específico, delimitado geometricamente, onde poderíamos observar o nosso objeto, que lá está inserido. Poderíamos compara-lo a um aquário, onde alguns elementos simulam o habitat natural dos peixes para que eles vivam dentro de um limite de proximidade ao que era esperado para eles. Seu vidro transparente, que atua como elemento que contém a água e os peixes, é uma barreira quase invisível, que almeja ser imperceptível, para que possamos ver a realidade do aquário. Nesse modelo de pesquisa, os peixes, aqui tomados como nossos objetos de pesquisa, são observados de maneira sistemática, pois são completamente visíveis e isso nos causa uma impressão de que estamos olhando uma realidade concreta.

No entanto, essa forma de pensar a pesquisa nos levanta alguns questionamentos. O aquário faria sentido sem os peixes que estão ali? Eles existiriam independentemente um do outro? Se transportarmos essas questões para nossa pesquisa, poderíamos perguntar: existe um campo que pre-existe aos nossos objetos de pesquisa? E os nossos objetos de pesquisa, existiriam sem um campo?

Ainda assim estaríamos aceitando algumas premissas como verdadeiras sem questioná-las. Diferente de pesquisar os peixes no aquário, em que uma parede de vidro transparente, que almeja ser invisível, nos separa dos peixes, será que não seria diferente pesquisar dentro do próprio mar? Ali, onde campo, objeto e pesquisador se tocam, o fluxo da água é transformado, a temperatura corporal muda, e o trajeto dos peixes é diferente.

Estar em pesquisa é um pouco parecido com estar no mar. Esse mar seria uma rede de construções que cruzam e produzem efeitos diversos, nos atravessando constantemente. Por isso, fazer pesquisa é perceber-se atravessado por determinado tema, considerando-o relevante, pois produz efeitos em nós e nas outras pessoas.

Esse processo de inserção no campo da pesquisa deixa de ser uma locomoção de um lugar para outro e passa a ser uma percepção dos efeitos das tramas discursivas que nos envolvem, das histórias que são contadas para nós, por nós e que nos constituem. O campo, portanto, é uma complexa rede de sentidos, que estrutura e constitui os lugares socialmente criados. Portanto, os temas jamais estão alheios ao campo e não pensamos neles separadamente (P. Spink, 2003).

Dessa maneira, podemos entender que o processo de fazer uma pesquisa é um processo de contar histórias. Nossas histórias acionam elementos que conseguimos identificar como constituintes de nossos problemas de pesquisa e, conseqüentemente, constroem um campo no qual estamos imersos constantemente e que nos atravessa a todo momento. Elas não surgem

aleatoriamente, num vazio pré-discursivo, mas interagem com outras narrativas numa interanimação dialógica. Os outros constituintes de nosso campo, que também têm suas histórias, são entrelaçados em nossas narrativas e também as entrelaçam. Esses cruzamentos produzem efeitos, afirmando ou negando a importância de um tema e a possibilidade ou não de incluí-lo em alguns diálogos (P. Spink, 2003).

Nesse sentido, quando pensamos em campo de pesquisa, estamos também pensando no tema. Isso nos leva à noção de que um e outro não existem sozinhos, mas existem a partir de sua relevância psicológica, ou realidade psicológica. Por sua vez, a realidade psicológica diz respeito às potências dos processos em que estamos inscritos e que nos atravessam e que produzem efeitos em nós. Portanto, um campo não existe num lugar apenas, mas ele existe como campo-tema (P. Spink, 2003), que produz efeitos em mim enquanto pesquisador. Esses efeitos, considerados psicologicamente relevantes, me fazem entender que eu começo a fazer parte do campo-tema a partir do momento que me inscrevo como sujeito nessa problemática a partir da minha história.

Quando pensamos no campo como um lugar específico em que vamos num final de semana para fazermos nossas observações, coletar dados para depois analisá-los, produzimos dois efeitos. Primeiramente, naturalizamos o campo de pesquisa. Construimos uma concepção de campo que existe sozinho, em um lugar externo a nós, que independe de como se fala dele. Conseqüentemente, temos o segundo efeito, que é o deslocamento da pesquisa de uma visão que se importaria com o cotidiano. Por esses motivos, consideramos que fazemos parte do campo-tema a partir do momento que os argumentos, histórias, efeitos fazem parte de nossas histórias. Então, estar no campo-tema não é ir a um lugar específico, embora este ainda possa ser um constituinte de nosso campo-tema.

É nesse sentido que fui me aproximando do campo-tema da violência contra as mulheres. Embora de início pensei que desse para fazer pesquisa social do lado de fora, logo percebi que não existia fora. Esse campo-tema passou a ser relevante, comecei a perceber as implicações de determinadas posturas pessoais e profissionais. Assim, passei a entender que, como fala P. Spink (2003), eu não estava no campo-tema apenas quando ia fazer as entrevistas com as psicólogas, mas quando estava conversando com meus amigos e minhas amigas, quando problematizava minhas percepções a respeito de gênero e em outras diversas ocasiões. O campo-tema não foi um lugar em que eu fui, como na Casa da Mulher Brasileira (CMB) ou no Núcleo de Extensão da Lei Maria da Penha (NUMAP/UEM). Essas instituições eram apenas alguns lugares onde eu conseguia me aproximar das intersecções que fazem parte do que estou pesquisando, mas não é a completude da minha pesquisa.

Nesse sentido, podemos pensar que o campo-tema é um método de aproximação das complexidades que constituem a rede de sentidos e materialidades em que nos envolvemos. Nosso foco recai em compreender como os sentidos nos espaços de vida dos sujeitos são construídos. O campo, então, não é um lugar exótico onde as coisas acontecem, e o tema não é um animal que, como num zoológico, está circunscrito num espaço geométrico específico. O campo e o tema são campo-tema, uma rede complexa de significações, vozes, lugares e acontecimentos em que eles se interconectam e não são necessariamente conhecidos uns dos outros (P. Spink, 2003).

Por nos atentarmos a todos esses atravessamentos e a essas constituições mútuas que compõem essa rede pesquisador-campo-tema, produzimos questões de implicação ética. Questionamentos como “o que estamos fazendo nesse campo-tema?”, “qual a nossa contribuição?”, “o que temos a ver com esse campo-tema?”, “como estamos fazendo?”, permeiam nossas práticas de pesquisa. Estar no campo-tema e fazer parte dele não é uma relação de levantamento de dados conduzido num lugar exótico, mas é a convicção moral que, como psicólogos sociais, estamos nesta questão porque pensamos que podemos ser úteis (Spink, 2003).

Isso nos leva diretamente à questão de como analisamos o que analisamos e *o que* analisamos. Se não nos deslocamos a um espaço específico para coletar dados, o que fazemos no campo-tema? Se os acontecimentos que pesquisamos não são como flores que exalam dados, que esperam pelo método correto de aproximação e captação, o que analisamos? Nossas análises ou nossos trabalhos argumentativos são feitos sobre conversas, textos, expressões verbais e não verbais, enfim, fragmentos de diálogos (Spink, 2003). Por isso, nossa dissertação deve ser também uma conversa, a narração de uma narração, uma textualização do outro que contribuiu, de uma maneira ou de outra, com a nossa pesquisa.

4.4 Análise de Documentos de Domínio Público

Como falamos anteriormente, partimos da noção de campo-tema proposta por P. Spink (2003). Esse método de aproximação dos interesses de pesquisa nos permite compreender que a leitura de textos, conversas e outras ações já nos insere no campo-tema, pois começamos a participar das construções que o envolve. Nesse sentido, apresentamos aqui algumas considerações sobre a análise de documentos de domínio público que fundamentaram nosso trabalho com os artigos do capítulo 3.

Começamos, então, perguntando o que pode ser analisado numa pesquisa em Psicologia Social. Para responder a esse questionamento, nos valem das contribuições de Cordeiro e

Spink (2014). Primeiramente, entendemos que o adjetivo “social” da Psicologia não serve apenas para delimitar temas, conceitos ou métodos que caracterizam tais pesquisas. Pensamos no termo “social” como um marcador do *compromisso político* de nossa prática. Assim, pensando que a Psicologia Social brasileira é “mais do que uma e menos do que muitas” (Cordeiro & Spink, p. 290, 2014), entendemos que não estamos lidando com uma versão da Psicologia Social que aborda o *mesmo* objeto de modo diferente. Nossas concepções teóricas e metodológicas acabam produzindo diferentes objetos, ou, diferentes sujeitos de pesquisa.

No nosso caso, cabe assinalar que o objeto de nossa pesquisa consiste nos discursos e/ou sentidos que a Psicologia vem produzindo ou reproduzindo no que tange à violência contra as mulheres. Ter esses elementos como objetos de nossa pesquisa é concordar que não estamos atrás de buscar *a* verdade sobre a violência contra as mulheres, mas sim de entendermos quais são *as realidades* produzidas pelas psicologias, quais os efeitos dessas práticas discursivas. Neste sentido, as produções das psicologias configuram um caminho possível que, ao trilharmos, podemos conhecer suas formas, seus lugares de partida e seus desejados lugares de chegada. Outro aspecto muito importante que devemos lembrar quando delimitamos o objeto da nossa pesquisa é que, assim como todos os outros objetos de pesquisa, eles não são naturais, não estavam presentes num mundo mítico alheio aos sujeitos. Os discursos e os sentidos, tomados como objetos, devem ser entendidos como produções e produtores de sujeitos localizados.

Na perspectiva que adotamos para essa pesquisa, os textos não são “apenas” textos, expressões de pesquisas científicas que buscam falar de uma verdade constatada numa suposta realidade. Os textos são entendidos como materialidades (Cordeiro & Spink, 2014) e, sendo assim, produzem efeitos, se interconectam e se articulam entre si e com as realidades que os circundam. Ao fazerem isso, eles também produzem novas e diferentes realidades. Por esse motivo, consideramos que os textos são constituintes de nosso campo-tema, pois estão inseridos no problema que nos move na pesquisa.

Assim, esses textos, foram considerados Documentos de Domínio Público (DDP). Os DDP, segundo P. Spink (2014) são elementos que constituem uma materialidade e têm uma definição bastante elástica. Podem ser considerados DDP tanto um aviso escrito numa parede de um banheiro, quanto um livro publicado. O que os caracteriza é a possibilidade de acesso ao público geral ou a um público específico. Outra característica importante é que esses documentos são livres para serem discutidos, acessados (mesmo que alguns precisem ser comprados), comentados, referenciados.

Analisar tais documentos nos permite produzir ou identificar a construção ou reprodução de sentidos a respeito da violência contra as mulheres. Ao reiterar discursos hegemônicos, de acordo com essas contribuições de Spink (2010), um trabalho não está produzindo sentidos, mas reproduzindo um discurso. O efeito da reprodução discursiva é a manutenção de certas formas de atuar com a problemática a que está relacionado, fazendo com que possibilidades diversas sejam desqualificadas e deslegitimando suas potencialidades. O poder institui aquilo que é legítimo e que pode ser dito, ao passo que deslegitima narrativas diferentes. É nesse sentido que tais práticas utilizam de sua retórica para se mostrarem como as únicas possíveis, ocultando uma relação de dominação.

A escolha pela análise dos artigos como DDP segue as proposições de P. Spink (2013). O autor aponta essas materialidades como elementos que ajudam a compreender o mundo das práticas discursivas para além do aqui e agora proporcionado por outros modos de análise e intervenção. A importância dos DDP se baseia mais na ideia de *presentatividade* do que de *representatividade*, ou seja, a noção de que um acontecimento ou um elemento que teve sua origem no passado se atualiza no presente e *se faz presente* por seus efeitos. Mesmo que não tenhamos feito um levantamento e uma análise histórica e sistemática das publicações acadêmicas em Psicologia sobre a violência contra as mulheres – pois nos focamos apenas nos últimos 5 anos de publicações –, pensamos nesses textos como elementos que produzem efeitos, pois, muitas vezes são os instrumentos que sustentam as práticas de profissionais.

Quando fazemos pesquisa em Psicologia Social e temos como objeto de pesquisa os discursos e/ou sentidos, devemos nos atentar para o fato de que eles são construídos na e pela linguagem. O sistema linguístico que os produzem, no entanto, não está presente apenas nas palavras faladas, mas se materializa em outros espaços, como nas imagens e nos artefatos. Elementos que não produzem especificamente palavras, mas que são carregados de sentidos construídos social e historicamente, que produzem olhares, certezas, sensações. Esses são efeitos possíveis das duas práticas discursivas que os DDP refletem: o gênero de circulação, por meio da publicização de conteúdo, e seu conteúdo, que diz respeito ao que está impresso nele (P. Spink, 2013).

A busca pelos artigos científicos do capítulo anterior também foi subsidiada pelas contribuições de Mirim (2013). Segundo essa autora, esses trabalhos podem ser entendidos como produções discursivas já cristalizadas no formato de artigos, legitimando suas presentificações. No entanto, não podemos perder de vista que a ciência também é um campo demarcado por limites, onde algumas normas são elementares. As normas que configuram a ciência são parte da prática social de um determinado grupo, que faz um uso específico da

linguagem e se utiliza de formas igualmente peculiares para a circulação dos discursos. Poderíamos dizer que é um jogo diferente, um jogo de linguagem diferente.

Se pensarmos na produção de uma pesquisa e na sua publicação como uma *contação* de histórias (P. Spink, 2003), podemos entender que a pesquisa científica é um ato de fala impresso. No entanto, essa não é a única maneira de pensarmos a pesquisa como uma prática discursiva. Ela também pode ser entendida como uma enunciação que interage dialogicamente com outras enunciações. Essa interação pode ser tanto no corpo do próprio texto como com as materialidades que circundam o trabalho. O artigo torna-se objeto de discussões, de questionamentos, de críticas. Além disso, a pesquisa enquanto um ato de fala, também é orientada pelas produções que a precederam (Mirim, 2013).

A publicação e a circulação de determinadas práticas discursivas impressas são configuradas dentro de um sistema que tem seus critérios estabelecidos. Assim, entram em circulação as produções discursivas que fazem parte desse sistema, concordando minimamente com suas proposições de validade. O campo da ciência configura-se, então, como um campo de acordos que, ao publicar determinados artigos, exemplifica o que é *a* ciência e o que é relevante a esse campo. A não concordância com seus aspectos mínimos é sinônimo de exclusão e desencorajamento de produções similares (Mirim, 2013). Esse campo, bastante delimitado, com regras e linhas que marcam sua territorialidade, coloca em jogo apenas os elementos *bem inscritos/escritos* nas regras, que podem ser assinalados nas súmulas.

Mirim (2013) aponta que as bases de dados são esses campos onde circulam os jogadores inscritos e que comunicam suas validades. Assim, como não poderia deixar de ser, as bases de dados acabam sendo o maior canal de acesso dos pesquisadores à literatura acadêmica. Tais campos, que contêm a produção científica já cristalizada em formato de artigos, livros e teses, são organizados para facilitar o acesso do pesquisador aos dados que lhe são necessários. A junção com a internet permite ao pesquisador, como foi o nosso caso, fazer pesquisas com maior rapidez e variedade.

Foi considerando essas contribuições que realizamos nossa pesquisa para encontrar os artigos analisados no capítulo seguinte. Os artigos foram encontrados a partir dos mecanismos de busca do site BVS-Psi. Para isso, fizemos a seleção de três palavras-chave que manifestavam boa parte de nossos interesses de pesquisa: “Psicologia”, “violência” e “mulher”. Esses termos foram utilizados tendo como base o tema do nosso trabalho. Por isso, grande parte das autoras e dos autores dos trabalhos que encontramos faziam parte do campo de pesquisas da Psicologia. Nossa pesquisa contemplou os trabalhos publicados no período de 2011 a 2016, que corresponderam à busca com os descritores citados acima, que estivessem publicadas em

português e que tratavam diretamente da violência contra as mulheres. Como resultado final dessa busca, obtivemos um total de 19 artigos.

Como práticas discursivas, os DDP devem ser entendidos como elementos com enunciados construídos intersubjetivamente, produtos das relações e interações que trava com seus interlocutores. No entanto, nos parece que, embora possamos fazer leituras e análises de documentos produzidos no passado, como os artigos analisados, esses textos não foram produzidos com a preocupação de responder nossos questionamentos. Pelo contrário, eles tinham uma função e buscavam um objetivo de produção de sentidos com seus interlocutores a partir de uma determinada perspectiva (P. Spink, 2013). Essa foi uma das percepções que tivemos quando passamos às análises dos artigos em questão. Ao fazermos perguntas que visavam responder aos objetivos de *nossa* pesquisa, percebemos que esses trabalhos não haviam sido escritos tendo as nossas preocupações como foco. Por isso, identificar os sentidos de violência contra a mulher em certos trabalhos não foi algo muito simples, pois nem todos os textos diziam como os autores ou as autoras entendiam esse acontecimento.

Tendo em vista essas pontuações metodológicas, procurei apresentar como esses textos, aqui tomados como DDP, são materialidades e se presentificam no campo de saber sobre a violência contra as mulheres. Os textos analisados permitem compreender como, ao revestir um determinado acontecimento com a linguagem, produzimos o próprio fenômeno e os sujeitos envolvidos nele. A construção do acontecimento se dá, portanto, a partir das condições de existência e de linguagem que circundam e que produzem os viventes que falam de tal acontecimento (Corradi-Webster, 2014; Gergen, 2009, 2010; Ñiguez, 2002; Spink, 2010; Spink, Medrado & Mélo, 2014).

Essas noções nos ajudam a entender a linguagem como uma prática, mostrando como produzimos o mundo ao atribuirmos sentidos. Afirmar o estatuto de social do conhecimento e da linguagem é afirmar que suas existências não são estáticas e que não são necessariamente coincidentes em tempos e espaços diferentes e que a linguagem não é tão transparente quanto nos parece. Poderíamos pensar que quando dizemos que “revelamos algo”, estamos, de fato, re-velando. Ainda mais do que isso, a linguagem é uma ferramenta e um modo de exercício de poder, que produz diferentes efeitos a partir de usos distintos.

Apesar de Spink (2010) apontar que a linguagem em ação é a maneira pela qual as pessoas produzem sentidos e posicionamentos nas suas relações *cotidianas* e face a face, a autora também aponta outras formas de compreender esse tipo de relação. Spink, Medrado e Mélo (2014) afirmam que a linguagem em ação também pode ser uma característica dos DDP e das mídias. Tais tipos de estudo já podem ser vistos em Bernardes e Menegon (2007), que

apresentam os documentos de domínio público como práticas discursivas com efeitos bastante perceptíveis, principalmente no que diz respeito a estratégias de governamentalidade.

As produções de sentido, portanto, ocorrem de maneiras bastante diversas e localizadas, pois são produzidas em momentos e espaços onde o efeito do discurso é *rarefeito* ou é tornado rarefeito. Esses espaços podem ser tanto uma roda de conversa ou uma produção textual, como uma história de vida que não se encaixa nas argumentações e delimitações de um discurso. Essas produções localizadas – assim como os discursos – são feitas por meio do interesse, seja de dominação, seja de (r)existência. O fato de existirem interesses por trás dessas produções não as torna mais ou menos importantes ou válidas. O interesse fala, na verdade, de seres humanos engajados em uma determinada maneira de ver e construir o mundo.

Nesse sentido, um trabalho que se propõe a estudar as práticas discursivas da Psicologia sobre a violência contra as mulheres deve ter como função analisar os momentos em que são propostas formas de atuação que revertam os sentidos comuns dos acontecimentos. A função dessa análise é conseguir identificar, ressaltar ou mesmo produzir descrições que promovam um estranhamento na percepção dos acontecimentos, mudanças nas relações, formas diferentes de se entender e entender os processos sociais. Assim, identificar os repertórios linguísticos é uma tarefa fundamental para compreendermos tanto o lugar de fala quanto o objetivo de cada texto. Os termos utilizados e a significação dada a eles não dizem apenas do que fora dito, mas do lugar e do momento em que essa fala foi produzida (Spink, 2010).

Conseguir lançar outros olhares aos acontecimentos não é apenas um novo olhar. Novos olhares e novas palavras inauguram novos acontecimentos, modificando formas de ação e as maneiras como os experimentamos. Produz, portanto, diferentes experiências e diferentes sujeitos.

4.5 Mudanças de Percursos: A Construção da Entrevista como Prática Discursiva

Neste tópico busco apontar algumas contribuições teóricas que subsidiaram a produção de nossas entrevistas e também conto um pouco do percurso que percorremos para conseguir fazê-las. Num segundo momento, falo também do nosso processo de análise.

Além da produção de dados a partir da análise dos artigos que realizamos no capítulo 3, entendemos que para conseguir alcançar nossos objetivos de pesquisa seria necessário que utilizássemos algum instrumento com profissionais da Psicologia que atuassem no enfrentamento da violência contra as mulheres. Com isso, teríamos uma melhor compreensão sobre como essas profissionais compreendem a violência contra as mulheres e como elas produzem sentidos a respeito desse acontecimento.

Inicialmente, elaboramos um plano de construção de uma oficina de produção de sentidos baseada nas contribuições de Spink e Medrado (2004) e Curado e Menegon (2009). No entanto, apesar da expectativa sobre as produções que imaginávamos que ocorreriam na oficina, não foi possível realiza-la. Nosso planejamento acabou não sendo colocado em prática do modo que esperávamos num primeiro momento, pois a realização desse instrumento, segundo a metodologia usada, a produção de sentidos demandava um número de pelo menos 8 profissionais. Quando entramos em contato com a instituição para pedirmos autorização, havia um total de 9 profissionais da Psicologia, e na ocasião da pesquisa descobrimos que permaneceram apenas 4 psicólogas no atendimento psicossocial.

Essa redução não foi por acaso. O Brasil estava passando por um momento de mudanças dramáticas no contexto político e econômico, e o desmonte das políticas públicas de certos setores era anunciado como a única saída possível. Assim, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) estava com número reduzido de funcionárias e sofrendo com as consequências das ações tomadas pelo governo, que era de restringir os recursos da área social. O Serviço de Referência Nacional para o Atendimento de Mulheres em Situação de Violência ameaçava fechar as portas. Quando estive na CMB para entrevistar as psicólogas, os corredores quase ecoavam a tristeza das funcionárias da empresa terceirizada responsável pela limpeza.

Além do terem sobrado apenas 4 profissionais da Psicologia com quem poderíamos fazer uma possível oficina, seus horários eram bastante diferentes, visto que a CMB funciona 24hs por dia e 7 dias por semana em regime de plantão. Por esse motivo, era difícil conseguir reunir as funcionárias num único momento para realizar uma oficina. Nesse contexto de mudanças e descaso com as políticas públicas, consideramos alterar um de nossos instrumentos de pesquisa. Como consequência, decidimos adaptar a oficina num modelo de entrevista, fazendo alterações na forma de abordar os assuntos. Num momento posterior, consideramos que seria importante realizarmos pelo menos mais uma entrevista e completamos um total de 5 entrevistas semiestruturadas com 5 profissionais diferentes. Todas as entrevistas foram gravadas depois da aceitação das psicólogas e, posteriormente, transcritas para que fossem analisadas na íntegra. A quinta profissional entrevistada fazia parte do Núcleo de Extensão sobre a Lei Maria da Penha (NUMAP/UEM), da Universidade Estadual de Maringá. Nas transcrições das entrevistas, assim como nos excertos que aparecem durante as análises ou outros momentos, utilizei a letra “P” para designar a abreviação de “psicóloga” e um numeral arábico, que foi de 1 a 5 para designar a ordem das análises das entrevistas. Assim, a primeira entrevista aparece com o símbolo “P1” para fazer referência à primeira psicóloga, a segunda entrevista aparece com o símbolo “P2” e assim por diante.

Gostaríamos de fazer uma observação a respeito dessas mudanças em nossa pesquisa. Os imprevistos narrados aqui fazem parte de nossa realidade, sinalizando o quanto estamos e somos inscritos pelo nosso contexto. Isso nos mostra que estamos lidando com a realidade e muitas vezes nos vemos perplexos diante de algumas situações das quais não podemos desviar e muito menos controlar. Esse tipo de pesquisa e esses acontecimentos impõem sobre nós a necessidade de reconhecermos nosso lugar na produção da pesquisa e nas realidades em que nos situamos. Falando como o autor principal deste trabalho, vejo que esses imprevistos me ensinaram que fazer pesquisa em Psicologia Social não é procurar lugares ou acontecimentos que confirmem nossas teorias ou nossas metodologias. Pesquisa em Psicologia Social diz respeito a estar pronto a abandonar muitas das nossas expectativas para que a gente possa fazer parte de nosso campo-tema de maneira mais ética. Mudar nossos instrumentos pode ser algo que nos ajude a pensar em novas possibilidades.

Acredito que algo que possibilitou essa mudança frente às limitações de nossa realidade foi saber que a realidade não é o aroma de uma flor, que é exalado e com o método certo conseguimos identifica-lo. Portanto, os métodos não são instrumentos de capturar a realidade e nem são caminhos únicos. Eles se parecem mais com as roupas que vestimos de acordo com o lugar que vamos e dos objetivos que almejamos. Por isso, eles podem ser pensados e repensados de acordo com as realidades que surgem para nós e com as possibilidades que temos disponíveis.

Por esse motivo, fizemos a mudança para uma entrevista semiestruturada que seguia os seguintes passos:

- 1- Apresentação de ambos os sujeitos e a tentativa de construção de um ambiente menos formal, que possibilitasse a apresentação do tema e dos objetivos da pesquisa;
- 2- Leitura do TCLE e tirada de possíveis dúvidas por parte das profissionais entrevistadas e assinatura;
- 3- Apresentação de uma folha com as palavras “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” pedindo para que a entrevistada associasse o maior número de palavras e expressões que esse tema suscitava nela;
- 4- Escolha dos 3 termos/expressões consideradas mais importantes pela participante e discussão sobre esses termos;
- 5- Apresentação de um caso de violência contra a mulher (ANEXOS) e discussão sobre como a profissional compreende esse caso de violência a partir da perspectiva da Psicologia;

- 6- Discussão das teorias psicológicas que ajudaram a construir sua compreensão e sua prática, procurando entender quais foram as contribuições de cada teoria;
- 7- Discutir a existência ou não de dificuldades em iniciar os trabalhos nessa área;

Pinheiro (2013) argumenta como a Psicologia utiliza-se de entrevistas como um instrumento que, na maioria das vezes, institui uma relação de poder entre o entrevistador (aquele que sabe) e o entrevistado (aquele que sofre por não saber). Nessa relação, o entrevistado fala de si, e a posição do psicólogo é a da escuta para suposta captação ou identificação daquilo que o sujeito não sabe. No entanto, na pesquisa pautada no Construcionismo Social, a entrevista toma outros contornos, com outros objetivos e outra forma de estabelecer uma relação entre os interlocutores.

Ao considerar que as práticas discursivas são os elementos sobre os quais recaem a atenção do pesquisador, destacamos dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito ao próprio termo “práticas”. Utilizar esse termo é levar em conta que o psicólogo não analisa as ações como consequência de entidades mentais, mas como as noções que são mentalizadas são constituídas e construídas historicamente pelo sujeito. Portanto, o seu relato acaba explicando sua própria relação com o contexto. As variáveis do contexto não são elementos que interferem no relato ou na explicação do sujeito, mas são seus constituintes, que acionam formas de compreender e agir sobre sua realidade. Por isso, importa compreender o que a pessoa fala, como articula seus argumentos e produz explicações plausíveis para ela mesma. São essas maneiras de conjugar os sentidos que produzem diferentes formas nas circunstâncias narradas (Pinheiro, 2013).

A subsequente análise foi feita seguindo algumas das contribuições de Pinheiro (2013) e Spink e Gimenez (1994) sobre o Mapas de Associação de Ideias. Primeiramente, a leitura das entrevistas nos permitiu ter uma primeira aproximação com o material que analisaríamos. Fizemos nossa leitura com o objetivo de construir um *todo* para ser analisado, considerando que todas as entrevistas faziam parte de um mesmo material.

Tendo isso em vista, fizemos uma segunda leitura do material com o intuito de conseguir identificar as formas como as profissionais entrevistadas falavam da violência contra as mulheres, quais os termos que utilizavam e como articulavam suas histórias, seus argumentos, seus modos de agir. Esse segundo momento de leitura nos permitiu ter uma melhor compreensão dos agrupamentos temáticos que caracterizavam as entrevistas. As leituras foram feitas tendo como base aquilo que Spink e Gimenez (1994) chamam de *contexto interpretativo*, que diz respeito às construções históricas dos objetos que pesquisamos, nesse caso, a violência

contra as mulheres. Essa perspectiva é importante para que consigamos nos situar nos universos discursivos que vêm produzindo esse acontecimento.

Spink e Gimenes (1994) afirmam que trabalhar com a produção de sentidos é trabalhar com os processos que ocorrem sob a luz das manutenções culturais. Como a própria Spink (2010) disse mais tarde, é trabalhar com as fissuras produzidas nos discursos que estruturam a sociedade. Além disso, as autoras também afirmam que o trabalho com produção de sentidos deve levar em conta a função e o efeito do discurso no contexto em que fora produzido.

As autoras apontam quatro passos para a compreensão do sentido. Primeiramente, é necessário entender como o espaço de interlocução está sendo usado. Esse primeiro passo demanda que identifiquemos como o espaço criado na interface entre as intenções do entrevistador, expressas por suas perguntas, e a compreensão dessas perguntas por parte do entrevistado se compõem. O segundo passo é entender quem são os sujeitos inseridos na dinâmica intersubjetiva da entrevista e/ou diálogo. Isso demanda saber a quem o texto ou os enunciados são endereçados.

O passo seguinte foi identificar e compreender os repertórios linguísticos. Eles são o sistema de termos utilizados de maneira recorrente pelos sujeitos para descrever, explicar, caracterizar ações, percepções, compreensões, etc. O quarto passo, de acordo com Spink e Gimenes (1994), é a inserção no que as autoras chamam de campo da retórica, que consiste nos qualificadores que expressam o investimento afetivo em determinados elementos.

Por fim, considero importante apresentar alguns aspectos que fazem parte da tramitação e da liberação para realização da pesquisa. O projeto de pesquisa que serviu como início deste trabalho foi submetido a avaliação e aprovado pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), por meio da Plataforma Brasil – CAAE 64167416.6.0000.5160, (Anexo I) –, e pelo Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Resolução nº 302, de 21 de setembro de 2016 (Anexo II). Com a abertura da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande e a disponibilidade das profissionais foi possível realizar as entrevistas, assim como com a profissional do Núcleo de Extensão sobre a Lei Maria da Penha da Universidade Estadual de Maringá.

Portanto, foi a partir dessas contribuições metodológicas que construímos tanto o nosso *corpus* de pesquisa quanto as análises que seguem no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

PERMANÊNCIAS, MUDANÇAS E NEGOCIAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES POR MEIO DAS ENTREVISTAS

5.1 *Acontecimentalizar*: Produzindo Sentidos por Meio das Entrevistas

Antes de iniciar as análises das entrevistas, farei um breve percurso a respeito dos procedimentos utilizados para construí-las. Para isso, precisamos nos lembrar que essa pesquisa se pauta nos pressupostos do Construcionismo Social e que, como foi demonstrado nos capítulos anteriores, há uma noção de linguagem que devemos observar.

Como visto, a linguagem não pode ser entendida como um instrumento de desvelamento, que representa de forma cristalina uma natureza escondida. Para mais que desvelar, a linguagem *revela*, vela novamente, encobre, produz sentidos e significados que são atribuídos aos fenômenos que observamos. Ao falarmos, não descobrimos nada, mas encobrimos com um manto repleto de signos linguísticos aceitos em nosso meio, disciplinado. Portanto, nos damos conta de que, assim como diz Nogueira (2009), as falas das entrevistadas não são representações de suas opiniões ou pensamentos, como se representassem alguma coisa escondida internamente nos sujeitos. Mais necessariamente, suas falas foram analisadas com o objetivo de identificar seus efeitos discursivos e como podem ajudar a construir as práticas diante da violência contra as mulheres.

Nesse sentido, considero importante retomar ainda outro conceito trabalhado anteriormente, que diz respeito à noção de *acontecimento*, que se contrapõe à ideia do *autor*, segundo nos fala Foucault (2014). Em sua apresentação sobre os princípios de elisão dos discursos, ele nos instrui acerca do princípio de *autor*. Este, seria pautado na construção de uma unidade identitária que agruparia o discurso, representando uma origem das significações e o foco da coerência discursiva. O elemento do autor, enquanto um princípio de elisão dos discursos, ao contrário do que parece, não é outra coisa senão uma forma de rarefação discursiva. Sua função é atribuir uma coerência ao acaso por meio do jogo de uma identidade, que se materializa pela individualidade de um *eu* e selecionando os momentos que podem e como podem entrar na ordem do discurso. Quando entendido desse modo, o princípio do autor faz com que outras narrativas sejam suplantadas ou omitidas por meio da valorização de uma narrativa mestra que propõe um *momento da criação*. Nas palavras de Foucault (2014, p. 49), “nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor [...], é preciso reconhecer, ao contrário, um jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”.

Pautado em estudos da história, Foucault (2014) ressalta a importância da noção de acontecimento no que se contrapõe à criação. Segundo ele, foi a partir das análises de pequenos documentos, que faziam registros de fenômenos corriqueiros, como registros paroquiais, notariais e arquivos portuários que se chegou à construção de grandes eventos. Portanto, é a partir dos pequenos acontecimentos que surgem outras formas narrativas de eventos massivos de alcance secular. É por isso que ele entende o acontecimento como uma noção importante para analisar os discursos. É a partir dessa noção que se permite estabelecer os fatos corriqueiros que, quando encadeados, posteriormente formam agrupamentos sólidos de discursos. O acontecimento, então, é o que permite falar a respeito do que se achava ser único, com uma origem exata ou quase exata, de uma coerência quase inquestionável. *Acontecimentalizar*, portanto, é fazer surgir novas formas de compreensão dos fenômenos, é trazer à tona outras possibilidades discursivas.

Foi nesse sentido que busquei produzir sentidos a partir das entrevistas, identificando possibilidades de discussão ou mesmo de questionamentos teóricos a partir das falas das entrevistadas. Além de produzir sentidos, em muitos momentos percebi também que as próprias entrevistas me fizeram repensar muitos de meus acontecimentos e meu próprio posicionamento. A partir dessas concepções, construí 5 eixos temáticos.

O primeiro eixo trata da naturalização das violências contra as mulheres segundo uma perspectiva narrativa, em que os repertórios linguísticos são fundamentais para compreender a dificuldade de identificar as violências. Como saída a esse problema, discuto a noção de *performance*, segundo Nogueira (2001). No segundo eixo temático fiz uma conexão com o primeiro, e falei da importância e das dificuldades da negociação dos sentidos. Esse eixo acabou mostrando como a construção de sentidos não é um processo linear, mas trabalhoso e irregular. O terceiro eixo temático foi dividido em duas partes. Baseado na noção de DDP desenvolvidas no capítulo anterior, analisei os efeitos discursivos da LMP a partir da possibilidade de nomeação das violências e da necessidade de consideração dos homens como elementos centrais no exercício da violência contra as mulheres. No quarto eixo temático discuti como é construído o objeto “mulheres em situação de violência” a partir da escolha que as entrevistadas faziam de determinados elementos em comum das histórias de vida das usuárias. Por fim, analisei como o termo “dependência” recebe diferentes sentidos na construção do serviço.

1 Naturalização das violências contra as mulheres

Uma das principais queixas que algumas profissionais apresentaram a respeito do atendimento às mulheres foi a dificuldade de fazer com que elas se percebessem em uma relação

abusiva. Nesse aspecto, a identificação de uma construção gradiente da violência durante sua história de vida ou no relacionamento com o(s) agressor(es) parece ser o que impede essa percepção. Por esse motivo, e pelas explicações que as profissionais apresentaram a respeito dessa problemática, decidi que esse eixo temático deveria se ocupar em discutir a naturalização da violência contra as mulheres.

Para fazer a análise das falas referentes a esses temas, me beneficiei das sugestões e das propostas teórico-metodológicas de Spink e Gimenes (1994) sobre práticas discursivas e a construção de sentidos. Como já vimos anteriormente, o conhecimento não é apenas um processamento de dados e informações que nos são lançadas. Conhecer é, sobretudo, se posicionar diante dos dados, das teorias e das outras pessoas. Dessa forma, tomo o conhecimento aqui como uma forma de dar sentido ao mundo e de construí-lo. Por isso, quando nos posicionamos diante dos modos de conhecimento, negociamos aquilo em que acreditamos e, portanto, negociamos também nossas identidades sociais (Spink & Gimenes, 1994).

A partir dessa breve consideração, apresento a fala da P2, onde ela fala da percepção da violência e, posteriormente, apresenta suas explicações sobre essa dificuldade:

P2- “[...] eu percebo muito a questão da mulher não conseguir se perceber dentro da violência doméstica, né. Que ela... que eu trabalho, na verdade, é difícil que elas percebam qualquer tipo de violência que elas passem. Tem muito a ver com a questão da cultura. Então, assim, enquanto psicóloga, você, eu sempre tento fazer com que ela perceba a situação que ela está inserida, né. Porque, se ela não percebe, é... é... é como o agressor, se ele não se percebe como agressor, ele não vai mudar, porque ele não tem o que mudar, ele não sente culpado. Então ele culpa a mulher e ela se sente culpada e também não se tira daquele lugar de culpa dela. Então, ela fica sempre ali, em torno daquele sintoma, que também tem muito a ver com ela. Muitas delas passaram por isso em suas relações familiares e tem isso como normal”.

P3- “Muitas delas passaram por isso em suas relações familiares e tem isso como normal”.

As falas das psicólogas levantam vários temas importantes, dos quais destaco, pelo menos, três. O primeiro tema é a dificuldade que as mulheres que sofreram violência têm em perceber esse acontecimento. O segundo tema está diretamente ligado ao primeiro, porque aparece como explicação da dificuldade da percepção da violência. A explicação aparece, ora tendo a cultura como responsável e ora tendo as relações familiares. Ambos os níveis desempenham um papel de instauração da norma da violência. Por fim, o terceiro tema que a psicóloga levanta diz respeito às limitações da prática diante desses problemas. É a partir desses três elementos discursivos que fiz a análise da construção de sentidos sobre a percepção da

violência de acordo com essa psicóloga que se articula com a naturalização da violência contra a mulher.

Primeiramente, é importante assinalarmos o fato de que os modos como as violências perpetradas contra as mulheres são falados produzem *efeitos discursivos*, como apontam Nogueira e Fidalgo (1995). Esses efeitos são entendidos como processos que atuam em níveis acima do nível individual e que, por isso, não devem ser entendidos como efeitos psicológicos. Os efeitos discursivos acabam sendo os desdobramentos práticos que um discurso acarreta ou pode vir a acarretar.

No caso das falas da P2, o que temos é uma afirmação de que as mulheres desconhecem ou não percebem as relações abusivas em que estão inseridas. Essa afirmação se baseia na ideia de que existem na cultura alguns processos que conformam os sujeitos de modo a considerarem algumas atitudes como comportamentos violentos. Portanto, algumas concepções a respeito dessa temática.

Podemos perceber que, para a P2, os sujeitos não são apenas formados na e pela cultura, mas são conformados. Com isso, quero dizer a constituição subjetiva passa por condicionantes que são mais do que apenas possibilidades de se portar. A diferença que proponho aqui entre ser formado e ter de se conformar está no fato de que este último processo tem como base o constrangimento e a imposição de uma determinada maneira de existir. Um dos instrumentos, ou poderíamos mesmo chamar de dispositivos, que operam nesse nível é o gênero. Tal como se organizam os sistemas de gênero, há uma hierarquização das relações em que cabe à mulher algumas posturas, posições e obrigações.

O tema da submissão da mulher pelo homem nas sociedades já nos parece um terreno comum, pois vem sendo debatido há bastante tempo. Temos acesso a muitas elaborações teóricas bem fundamentadas que articulam diferentes aspectos e acionam inúmeros processos para explicar as bases da submissão das mulheres pelos homens (Chauí, 1984, Gregori, 1993, 1994, Saffiotti, 1987, 1994). No entanto, como foi possível ver no Capítulo 2, embora seja um terreno comum, não significa que seja um terreno sem embates. Como nos mostram Oliveira (2004), Izumino (2005), Lenz-de-Oliveira, Santos, Moura, Garcia e Gomes (2010) e Colling (2014), existem alguns posicionamentos distintos acerca dessa questão, principalmente no contexto brasileiro.

Assim, discutir sobre a percepção que as mulheres têm a respeito das violências que elas sofrem faz retomar uma discussão sobre como as mulheres são construídas na sociedade. Embora uma das principais discussões das diferentes correntes teóricas seja como as mulheres

se posicionam nas relações abusivas, há uma relativa concordância com a ideia de que a construção social dos gêneros atua de forma a produzir determinadas formatações de mulher.

Nesse sentido, é importante retomarmos o conceito de gênero tal como elaborado por Scott (1995). A autora aponta dois princípios básicos para a compreensão da categoria gênero: a sua construção social, ou seja, os gêneros são construções que variam de acordo com os contextos onde são formulados; e o fato de que o gênero é a maneira primordial de significação das relações de poder. Assim, grande parte da hierarquização das relações sociais são justificadas pelo gênero, ou têm nessa categoria um pivô de articulação com outras categorias que estabelecem redes hierárquicas de poder.

Tendo isso em vista, entendemos que a forma como os gêneros são socializados apresentam algumas linearidades e regularidades que, embora possam variar em cada contexto, demandam uma relativa manutenção para sua caracterização. A partir disso, compreendemos que a construção dos gêneros não ocorre isolada, mas se dá a partir das relações, que podem ser entendidas tanto no plano dos indivíduos quanto a nível social da formatação dos gêneros.

No que diz respeito às relações interpessoais, o gênero se constrói a partir das relações sociais em que cada indivíduo está inserido. Cada contexto apresenta suas formatações sobre os gêneros, designando as aceitáveis e as abjetas. As primeiras são aquelas que se inscrevem dentro das normas postas, e as abjetas são todas aquelas que não se inscrevem no sistema corrente de significações generificadas. Assim, para estar inserido em uma ou outra classificação de gênero é necessário que haja uma conformidade com as características que o regem. No que diz respeito às relações sistematizadas de poder, podemos tomar como exemplo os gêneros masculino e feminino. As atribuições do gênero masculino estão relacionadas, principalmente de modo oposto, às atribuições do gênero feminino. Assim, a formulação “homem não chora” só faz sentido porque há um outro elemento que, no sistema de gêneros, se contrapõe a “homem”, que é a “mulher”. Dessa forma, se “homem não chora”, à mulher, que é seu oposto nos sistemas generificados, é atribuída a característica de emotiva e cuidadora.

Temos, então, que os gêneros são construídos socialmente tanto nas relações interpessoais quanto nas relações dos sistemas hierarquizados de poder. No entanto, nesses sistemas, não há apenas uma produção de oposição entre homens e mulheres, mas também são atribuídos diferentes sentidos às ações de cada um. O sistema valorativo atribui, no mais das vezes, sentido positivo para as “características masculinas”, enquanto as “características femininas” são negativadas. Dessa maneira, os gêneros são produzidos de modo a estabelecer posições privilegiadas aos sujeitos que mantêm uma linearidade entre órgão sexual masculino-masculinidade.

Essas diferentes atribuições de sentido produzem um sistema em que as possibilidades de acesso ao poder e a determinadas posições sociais é organizada de acordo com a identificação dos sujeitos nas classes de gênero. Nesse sentido, González (2008) apresenta uma boa investigação sobre a construção social da violência masculina. Para a autora, a violência tem um objetivo específico, que não é o dano contra a pessoa, mas sim a sua *submissão*. A dominação é o objetivo principal da violência.

A tese principal da autora é que a violência masculina não é uma ocorrência incoerente. Na verdade, sua leitura nos faz pensar que “violência masculina” é uma expressão quase redundante. Para González (2008), a masculinidade é algo que deve ser conquistada dia após dia, com muito esforço. Sua explicação passa por dois conceitos importantes: a socialização e as evidências ideológicas. As evidências ideológicas são os processos sociais cristalizados que, geralmente, não são questionados, pois são tomados como dados fixos e constantes, atemporais. Por serem vistos dessa maneira, as evidências ideológicas são transmitidas e apreendidas não como processos sociais, mas como processos naturais. Dessa forma, os gêneros e as formas como eles são produzidos passam por uma naturalização, o que a autora chama de evidências ideológicas..

Assim, na fala da psicóloga, as mulheres que não conseguem identificar as violências em sua história de vida parecem estar inscritas num processo de socialização em que esses acontecimentos recebem estatuto de naturais. De acordo com González (2008), essa mudança de *status* dos processos sociais ocorre a partir do momento em que podemos identifica-los para além do nível individual, numa repetição, linearidade ou mesmo numa frequência que os tornam comuns. Um campo simbólico é formado a partir dessas narrativas, construindo um espaço específico para cada sujeito. Tais processos servem como referência para se mover nos diferentes espaços sociais e se relacionar com o mundo. Portanto, a socialização naturalizada dos gêneros marca o que seria supostamente natural a homens e a mulheres.

No entanto, assim como também afirma González (2008), a socialização não é um caminho de mão única. Ao falar de como a violência se configura como a espinha dorsal da constituição da masculinidade, a autora ressalta que há um esforço, por parte do homem, para se produzir enquanto sujeito masculino. É preciso que ele grite, se esforce, bata, exploda em raiva e xingue para conseguir construir um muro ao redor da frágil identidade masculina. Se tornar homem, portanto, é fazer-se homem. Nesse ponto, acredito que a autora nos dá sinal de um conceito fundamental para que não nos percamos no determinismo social.

Primeiramente, é preciso entender que, embora o conceito de socialização seja importante e nos ajude a pensar sobre as formas de construção das subjetividades, ele apresenta

algumas limitações. Neste ponto, acredito que posso apontar um *efeito discursivo* decorrente dessa concepção. Os efeitos discursivos (Nogueira & Fidalgo, 1995) podem ser entendidos como os efeitos produzidos pelos discursos e que atuam para além do nível individual. Suas consequências passam a ser observáveis a partir do nível social, produzindo formas de ver, entender e intervir em questões específicas. Portanto, o conceito de efeitos discursivos diz respeito a como os discursos promovem determinadas narrativas e como suprime outras. Ao pensarmos na socialização como um processo de mão única, em que os sujeitos apenas recebem as evidências ideológicas e as processam, não nos sobra muito espaço para pensarmos em temas como a responsabilização de homens agressores, por exemplo.

Pensar nos efeitos discursivos é necessário, porque, por meio dessa análise podemos compreender os desfechos, intensões e interesses por trás de determinadas narrativas. Nesse sentido, ao questionarmos o processo de socialização como fator da não percepção da violência não significa que estamos descartando essa noção. Pelo contrário, a função de nossa análise é pensar em formas de ampliar as possibilidades de mudanças e aberturas dos processos de subjetivação.

Neste sentido, gostaria de propor uma diferenciação entre as noções de *socialização* e de *performance* dos gêneros. De acordo com Nogueira (2001), a perspectiva da socialização dos gêneros pode ser inscrita epistemologicamente em um paradigma mais abrangente, chamado pela autora de paradigma tradicional. Segundo ela, a socialização começou a ser discutida por setores feministas e dominar os estudos em Psicologia Social por volta das décadas de 60 e 70. A principal característica dessa perspectiva é a mudança de foco da biologia para a socialização na formatação dos gêneros. Estes, por sua vez, passam a ser entendidos como resultado de forças sociais, aprendidos por meio da modelagem e da imitação. É por meio do aprendizado das prescrições de gênero que as crianças aprenderiam o que é apropriado para o gênero masculino e para o feminino. Esse processo determinaria, por sua vez, a construção de uma identidade individual de gênero que se manteria estável posteriormente. Dessa forma, constrói-se uma identidade fixa e individualizada, inerente aos sujeitos. Estar situado nos espectros masculino ou feminino dependeria, portanto, dos processos de cognitivos e afetivos.

Embora essa visão tenha produzido alguns avanços na forma de compreensão da construção social dos gêneros, Nogueira (2001) aponta a necessidade de entender as suas limitações. Segundo a autora, a principal crítica sobre essa perspectiva é que ela considera que o gênero está a serviço de um controle social, ou seja, os gêneros são socializados de tal modo que homens e mulheres mantêm a ordem estabelecida. Basicamente, o problema dessa perspectiva residia na manutenção de uma polarização entre masculinidade e feminilidade.

Ainda que não considerasse a biologia uma essência que manteria a unidade entre órgão genital e gênero, a socialização concebia uma identidade interna e real para cada um dos gêneros.

A segunda crítica que Nogueira (2001) apresenta sobre essa perspectiva é acerca das prescrições de gênero. A manutenção dos estereótipos de gênero depende de prescrições, que serão manifestas nas identidades binárias de gênero e que configuram dois conjuntos de comportamentos adequados: os masculinos e os femininos. Com isso, o gênero não é tratado a partir de sua existência como reflexo de processos sociais de desigualdade de poder. Desta forma, as origens das desigualdades e das prescrições não são questionadas. Sendo assim, essa abordagem consegue tocar em alguns problemas relativos à perspectiva biológica, mas não resolve a dicotomia dos gêneros. Assim, as noções de *inato* e *aprendido*, propostas pela noção de socialização, são apenas semânticas, pois, a partir dessa perspectiva, o gênero, assim como a identidade, continua sendo algo estável e específico do sujeito.

Por outro lado, Nogueira (2001) fala das contribuições que as perspectivas pós-modernas da Psicologia podem dar aos estudos de gênero. A partir de uma noção de linguagem como construção de realidades e das realidades como construções que ocorrem a partir das interações, é possível pensar nos gêneros de maneira diferente. A autora afirma que os gêneros não devem ser entendidos como elementos básicos para as diferenças sociais, mas como um princípio da organização social, que estrutura as relações de poder entre os sexos. Portanto, a categoria sexual não é um elemento biológico, mas ideológico, o que coloca tanto a masculinidade quanto a feminilidade no âmbito das práticas ideológicas eficazes, pois são transmitidas socialmente como naturais. Nesse aspecto, o gênero deixa de ser entendido como uma questão da identidade individual e passa a ser visto como um processo decorrente dos discursos que atravessam os sujeitos.

Nogueira (2001) ressalta a importância que deve ser dada às sequências de interações ativas que os sujeitos exercem para firmar as suas posições nos diferentes gêneros. Com isso, ela toma como foco as escolhas que feitas nos processos de interação social. É a partir dessa noção que a autora afirma que o gênero não é apenas uma imposição social, mas também uma *performance*, ou seja, os sujeitos fazem os gêneros.

Nesse momento, gostaria de refletir sobre como a noção de *performance* pode nos ajudar a pensar a fala de P2 e o trabalho do profissional de Psicologia. A noção de *performance*, como apresentada por Nogueira (2001), está pautada em uma adoção de comportamentos tidos historicamente como masculinos e/ou femininos. Os sujeitos não estão apenas numa condição de sujeição aos processos sociais, mas também retomam, repetem, os comportamentos prescritos. Nós, constantemente, temos atitudes que reiteram determinados estereótipos de

gênero e o fazemos a partir de uma constante repetição ou atualização desses comportamentos. Para isso, portanto, é necessário que essas ações tenham um começo e um fim, ou seja, elas acabam em algum momento para dar lugar a outra ação.

Assim, enquanto a noção de socialização se assemelha a uma linha construída e esticada, que tem uma continuidade e uma regularidade, a ideia de performance parece mais com um aglomerado de pontos, colocados todos muito próximos um do outro. É justamente entre esses pontos, ou entre essas ações que reiteram os gêneros, que aparece um tempo específico, um espaço vago entre uma ação e outra. A descontinuidade das ações e da identidade do sujeito é um local profícuo de atuação da Psicologia. A escuta atenta a esses detalhes de mudanças de comportamento ou de atitudes dissonantes, permite identificar lugares de fragilidade dos efeitos discursivos, e abre possibilidades de quebrar ou romper o ciclo que se instaurou e passou a ser considerado uma característica do sujeito.

Nos casos de violência contra as mulheres, em que, como aponta P2, há uma aparente continuidade na história das vítimas, é importante olhar de perto, se aproximar, buscar entender onde estão as rupturas e conseguir transformar as narrativas monolíticas de submissão em lascas que dão outros formatos à história de vida.

2 *Nomear para sentir*

Gostaria de continuar discutindo as dificuldades que as psicólogas relataram acerca da percepção da violência nas relações por parte das mulheres que foram agredidas. No entanto, nesse momento dei um foco maior sobre a necessidade que as profissionais demonstraram de construir novos sentidos sobre os acontecimentos da vida das usuárias. As falas das profissionais demonstram que a linguagem, ao produzir efeitos, também encontra muitas resistências. A construção e desconstrução de sentidos não é um processo linear e muito menos unidirecional. Produzir sentidos nas práticas discursivas demanda uma constante negociação com os repertórios linguísticos que nos envolvem e também nos constroem.

Para dar início a esse eixo, trouxe o seguinte excerto:

P2- “eu fui até meio dura com uma moça que eu atendi hoje... para tentar, ela, fazer perceber... se perceber dentro da violência, né. Porque eu perguntei para ela: ‘qual a idade do autor?’, ela disse ‘eu não sei’, eu disse: ‘Ué, vocês moravam juntos?’, ‘é’ e aí ela, ‘é... faz oito meses que a gente tá junto, e ele fica muito em casa’. E aí, ela, antes disso, eu vi que era o retorno, mas ela já veio anteriormente, não por esse autor, por um outro autor. E aí, você vai pegando um pouquinho da história de vida dessa pessoa, aonde ela disse para mim: **‘nome da entrevistada... eu... o pai da minha filha é uma pessoa e quem registrou minha filha é outra pessoa e que também não é a outra pessoa que eu vim registrar antes’**. Então, assim, é a questão de... ah, tá... ‘E você já presenciou outras relações de violência?’, ‘sim, a minha mãe viveu isso a vida inteira’. E aí, tentar

mostrar para ela que... ‘quando ele diz para você não fazer, o que que você faz?’, ‘não, eu tenho que ficar na minha, porque eu que tenho que amenizar’. Então, não... ‘quem que te disse que é você que tem que amenizar?’ Fazer a... refletir, desse lugar de onde ela está se colocando, né. Então, é mais ou menos por aí, né, que as coisas vão acontecendo dentro do... de um atendimento da Psicologia. Trabalhar junto com isso, essa visão mesmo de se perceber, né. De se ver dentro daquela situação [...] mas é fazer perceber, se fazer perceber porquê daquilo, porque está repetindo essa história com outros homens, né. Porque aquela história, se tá repetindo, não é mais dele, né, tem alguma coisa minha que está inserida nisso, né. Não é possível que eu seja tão azarada que o mundo vire contra mim, né.

Temos aqui um claro exemplo da dificuldade de se negociar os sentidos. A moça atendida tem uma história que permite viver uma relação com outro sujeito sem saber sua idade, o que é obviamente estranho à psicóloga, como podemos ver quando ela diz: “ué, vocês moravam juntos?”. A condição de normalidade desse tipo de relacionamento na vida da usuária acaba vindo junto com outros elementos discursivos, que produzem uma naturalização da violência, que ela não consegue identificar como tal. Portanto, o repertório linguístico da mulher que sofreu a violência não compartilha dos mesmos significados que o da psicóloga que atende. A construção de sentidos não diz respeito a uma pedagogia do repertório linguístico correto, mas a uma expansão das possibilidades de compreensão dos acontecimentos, que permite entender o sofrimento como algo que não precisa ser vivido normalmente. Nesse sentido, há uma tentativa de desnaturalização da posição da usuária, o que pode produzir efeitos inéditos em sua história de vida.

Este excerto da entrevista traz parte de um relato de caso que P2 atendeu e do qual gostaria de usar como exemplo para iniciar as análises desse eixo. Para isso, foi necessário fazer uma retomada de alguns pontos importantes acerca da noção de linguagem que fundamenta o Construcionismo Social. Como ponto de partida dessa retomada teórica, gostaria de apontar algumas contribuições de Spink (2010) sobre *linguagem em uso, práticas discursivas e repertórios linguísticos*.

A linguagem em uso é entendida como uma prática social, o que implica considerar a articulação entre as condições de produção da linguagem e seus aspectos performáticos. Como condições de produção da linguagem, entendemos tanto o contexto social e interacional onde ela é (re)produzida, quanto as suas construções históricas por meio das instituições. Por aspectos performáticos, entendemos os seus modos de produção, como foram produzidas, quando e com quais intenções (Spink, 2010).

Por práticas discursivas, Spink (2010) entende que são as maneiras pelas quais as pessoas dão sentidos e se posicionam diante dos acontecimentos de sua vida e que acontecem

nas relações sociais. Portanto, quando pensamos nesse conceito, temos de estar avisados que a linguagem não se limita a uma representação do mundo. Pelo contrário, a linguagem acaba sendo o modo pelo qual produzimos o próprio mundo. Assim, quando dou um sentido específico a um evento que ocorreu na minha vida, passo a me posicionar de um modo diante dele. No entanto, esse evento pode ser significado de várias formas, o que mudará a própria noção que tenho sobre ele. Contudo, as práticas discursivas não devem ser entendidas apenas como um processo que ocorre no plano individual. Seus efeitos acabam ecoando nas relações sociais, produzindo formas de entender e se posicionar diante dos acontecimentos. Em suma, as práticas discursivas podem ser entendidas como a materialidade da linguagem, pois, apesar de não conseguirmos apalpar os discursos, vivemos os seus efeitos materiais. Desse modo, esse conceito abre um leque de possibilidades de compreensão sobre as constituições de histórias e realidades.

Já a noção de repertórios linguísticos pode ser entendida a partir de sua derivação do que Spink (2010) classifica como três tempos: o *Tempo Longo*, o *Tempo vivido* e o *Tempo Curto*. Por *Tempo Longo*, podemos entender o tempo que diz respeito à genealogia ou à história das ideias. Para tanto, há uma preocupação sobre como as ideias se constituíram de determinadas maneiras no decorrer da história. O *Tempo Vivido* diz respeito ao contexto ou aos processos de formação daquilo que denominados como habitual. De acordo com a autora, este pode ser entendido como o tempo da socialização, em que aprendemos a usar determinados repertórios linguísticos a partir de nossos posicionamentos na rede de instituições e estruturas em que estamos inseridos. Por esse motivo, o *Tempo Vivido* é entendido como aquele que determina ou limita os leques de percepção, ação e apreciação. Por fim, o *Tempo Curto*, que é entendido como o tempo em que ocorrem as interanimações dialógicas e da dinâmica da produção de sentidos.

No entanto, os repertórios linguísticos não são definidos apenas pelos tempos mencionados. É preciso entender que esses tempos se relacionam entre si, produzindo articulações que demarcam determinados espaços e relações sociais. De acordo com Spink (2010), podemos compreender os repertórios linguísticos como os termos, conceitos, expressões, figuras de linguagem e lugares-comuns de um contexto específico. Portanto, o conceito de repertório linguístico tem a ver com a forma como articulamos nossos conhecimentos e os modos como falamos e empregamos eles. Dessa maneira, o que ocorre é uma delimitação dos sentidos que temos disponíveis e que também disponibilizamos. Poderíamos dizer que os repertórios linguísticos são semelhantes a brinquedos de encaixar. A maneira como cada uma das peças são dispostas e encaixadas ou relacionadas com as outras

determina a forma que damos ao brinquedo. Produzimos, assim, diferentes objetos segundo as relações que estabelecemos entre os elementos que compõem nosso repertório linguístico.

Tendo essas breves explicações em vista, considero que é possível fazer uma análise do excerto da entrevista tendo a noção de repertórios linguísticos como foco. A fala da P2 apresenta uma diferença entre os seus modos de compreensão e os modos de compreensão da usuária. Mais especificamente, é possível dizer que estão em jogo dois repertórios linguísticos, ou dois Tempos Vividos que compõem os repertórios linguísticos. O momento relatado é um exemplo de como os sentidos são produzidos ou reproduzidos a partir de nossas práticas discursivas.

Fica evidente que a fala da usuária apresenta um processo de naturalização da violência, em que sua história de vida (Tempo Vivido), é o que assegura a normalidade das ações de violência contra as mulheres. A normalização da violência em sua história de vida ocorre segundo um modo de relação entre os gêneros, em que a mulher ocupa o lugar de submissão diante do homem que é detentor de um direito ao exercício da violência. Tanto é que, em sua própria história de vida com outros parceiros, sua posição se mantém intacta. As peças disponíveis em seu jogo de montar foram dispostas de acordo com suas possibilidades.

Por outro lado, também fica evidente que há um conflito para a própria psicóloga. Seu tom de voz alterado no momento do relato, dizia que ela estava visivelmente incomodada com a maneira que a usuária lidava com suas relações. É a partir desse estranhamento que P2 assinala que há um espaço para questionar o sentido tradicional que a usuária dá aos acontecimentos de violência. Ao perguntar: “quem que te disse que é você que tem que amenizar?”, a psicóloga faz surgir uma necessidade de revisitar o Tempo Vivido para identificar como os elementos da história de vida da usuária chegaram a se organizar desse modo.

Essa fala da P2 me fez pensar em alguns possíveis efeitos discursivos que podem tanto auxiliar num posicionamento de autonomia como produzir efeitos culpabilizantes. Começarei falando dos possíveis efeitos discursivos que podem atuar como culpabilizantes da mulher que sofreu violência. Em especial, a última frase da psicóloga chama a atenção, pois foi dita com um tom de ironia e aponta que dificilmente alguém sofreria violência de parceiros diferentes se não fosse alguma questão do sujeito. Ou seja, sua afirmação contribui para uma compreensão de que a manutenção de relacionamentos violentos está inscrita no âmbito do indivíduo. Assim, sofrer violência ou viver situações de violência são resultados de questões de ordem individual, o que acaba por produzir uma culpabilização do sujeito, pois identifica apenas nele as condições para a existência dessas situações.

Por outro lado, ao falar da história de vida da usuária, P2 também identifica que há uma condição de normalização do sofrimento e da violência. Assim, podemos verificar que, ao considerar os modos como a violência que a usuária já havia vivido, P2 pode atuar por meio de uma contextualização da violência. Desse modo, sua fala permite a criação de um conflito entre dois diferentes repertórios linguísticos construídos em Tempos Vividos distintos. Por um lado, há uma naturalização da violência contra as mulheres que foi construída por meio de uma narrativa cristalizadora da posição das mulheres nos relacionamentos. Por outro lado, há um questionamento desse modo de consideração das relações, que permite criar um espaço a ser preenchido com outros sentidos

Dessa forma, acredito ser possível observar pelo menos essas duas práticas discursivas na fala de P2: a de culpabilização e a de desconstrução de um processo de naturalização da violência na história da usuária. É a partir dessa nomeação da violência, que P2 colabora com a identificação do sofrimento. Nomear esse fenômeno como violência, tornando-o passível de questionamento, possibilita outra forma de conceber a própria violência.

No entanto, é preciso ressaltar um fator importante: ao possibilitar essa nova forma de conceber o acontecimento da violência, não cabe ao profissional ocupar um lugar de detentor do saber, que apresenta o significado ou sentido correto que deve ser atribuído a um acontecimento. Sua função não deve ser a de fechar as possibilidades de compreensão, mas sim de abri-las. Nesse sentido, acredito que a fala de P2 atuou como um instrumento de abertura para que a usuária tivesse outras possibilidades de dispor as peças que formam o seu jogo discursivo.

3 *A Lei Maria da Penha e sua função na nomeação das violências*

Durante a leitura das transcrições das entrevistas, foi possível notar a importância que a Lei Maria da Penha (LMP), nome dado à Lei 11.340/2006 (Brasil, 2006), tem na compreensão e na prática das profissionais. Em muitos casos, ela era acionada para explicar ou fazer referência aos tipos de violência identificados em cada caso. Por esse motivo, entendemos que as ferramentas produzidas por meio dessa lei foram de fundamental importância para as entrevistadas.

Nesse eixo temático, busquei produzir uma forma de compreender a LMP como uma prática discursiva, que possibilitou nomear, inclusive juridicamente, o que antes não tinha visibilidade. Como resultado, identifiquei pelo menos dois desdobramentos importantes: a nomeação e consideração das diferentes violências, possibilitando aumentar a percepção do sofrimento para além das injúrias físicas; e a responsabilização dos agressores, que mostra uma

abertura de reflexões além das questões acerca da mulher agredida. Este último ponto é importante porque traz à cena o sujeito que agride, ou seja, o responsável principal pelas relações violentas.

Primeiramente, gostaria de fazer alguns apontamentos históricos do contexto de criação da LMP, evidenciando que sua promulgação também deriva de muitos conflitos e resistências por parte das mulheres e de movimentos feministas.

A criação da Lei 11.340/2006 (Brasil, 2006) foi um marco legal, social e político no Brasil. Fruto de muita luta de coletivos feministas e de outros setores da sociedade, ela demarca uma legislação específica para lidar com casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Tanto Pasinato (2010, 2015a, 2015b) quanto Calazans e Cortes (2011), assim também como Campos (2015), ressaltam que a criação de uma lei específica de combate à violência contra as mulheres no Brasil foi um processo de muitas discussões, debates e demora. A bandeira do combate a esse tipo de violência começou a ser mais amplamente levantada a partir da década de 1970, quando movimentos de mulheres criaram o *slogan* “quem ama não mata”. Essa temática foi, de pronto, incluída na pauta das discussões e lutas feministas (Calazans & Cortes, 2011). Neste contexto dos anos 70, um dos casos com maior repercussão nacional foi o caso de Doca Street que, após assassinar sua companheira, alegou ao Tribunal de Júri que agiu em “legítima defesa da honra”, argumento que ainda hoje continua sendo utilizado por advogados em casos de violência.

Na década de 1980, as primeiras ações governamentais começam a ser articuladas, incluindo na agenda de discussões a problemática da violência contra as mulheres. Em 1985, no estado de São Paulo, sob o governo de André Franco Montoro, foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres. No entanto, as conquistas e os avanços na direção da criação de uma legislação específica para mulheres em situação de violência continuaram sendo lentas e com poucos progressos relevantes, o que começou a mudar no início dos anos 2000. Vale ressaltar, contudo, que a escassez de avanços era resultado de uma pouca representatividade das mulheres no âmbito legislativo nacional (Calazans & Cortes, 2011).

Até a criação da LMP, a lei aplicada a casos de violência contra as mulheres era a 9.099/1995 (Brasil, 1995), que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. De acordo com essa lei, os crimes de violência contra as mulheres eram julgados como de menor potencial ofensivo, reforçam Calazans e Cortes (2011). Ainda segundo as autoras, enquanto os crimes de violência contra as mulheres continuassem sendo julgados por meio desta lei, eles seriam considerados apenas “briguinha de casal, em que ninguém deve pôr a colher” (p. 41).

Portanto, podemos ver que a LMP é resultado de um desenvolvimento na compreensão das relações de gênero no Brasil. Embora sua criação tenha sido de extremo valor para toda a sociedade brasileira, seu reconhecimento e implementação não foi um caminho linear, pois enfrentou muitas dificuldades. Por conta disso, foi necessária uma pressão política tanto de grupos internos quanto de grupos de fora do Brasil. Dos grupos externos, podemos citar a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Por fim, após mais de 20 anos de tramitação do caso da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de assassinato por seu marido em 1983, e de inúmeras denúncias a órgãos internacionais, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA, condenou o Brasil por não promover uma reparação que estivesse de acordo com os documentos e convenções ratificados e das quais o país é signatário (Aguiar, 2009, Pasinato, 2010). A partir disso, começa a ser desenvolvido por uma equipe interministerial o projeto de lei que teve como base um anteprojeto produzido por organizações não-governamentais e que fora enviado ao Congresso Nacional em 2004. Desse projeto, resultou a versão aprovada da Lei Maria da Penha, em sete de agosto de 2006 (Aguiar, 2009).

Além da lei definir mecanismos específicos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, seu Art. 7º qualifica cinco diferentes tipos de violência, que são:

I - *a violência física*, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - *a violência psicológica*, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - *a violência sexual*, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - *a violência patrimonial*, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - *a violência moral*, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (*grifo nosso*) (Brasil, 2006).

Foram justamente essas nomeações que apareceram nas falas das psicólogas entrevistadas como ferramentas importantes para tornar visível certos atos de violência que as mulheres sofriam. Nesse sentido, apresentei a seguir uma discussão sobre como os documentos de domínio público (DDP) são também produtores sociais.

a) *A Lei Maria da Penha e as nomeações das violências: revestindo de palavras aquilo que era ocultado*

A classificação das cinco formas de violência contra as mulheres, foi um instrumento importante para as entrevistadas, permitindo, tanto para elas quanto para as mulheres agredidas, identificar momentos de violência. Dessa maneira, entendemos que o texto da LMP é uma prática discursiva muito potente, pois nomeia e traz à existência certos acontecimentos. Suas consequências não se limitam às aplicações legais, mas são vistas também na atuação das profissionais de Psicologia.

No Capítulo 4, discuti a importância dos DDP como produtos e autores sociais (P. Spink, 2003, Bernardes & Menegon, 2007, Cordeiro & Spink, 2014). Para efeitos da análise empreendida nesse eixo temático, entendo que seja importante considerarmos a Lei Maria da Penha também como um documento de domínio público. Se nos lembrarmos dos critérios elencados por P. Spink (2003), o fato de termos acesso livre à lei e de podermos falar livremente sobre ela, a caracteriza como um DDP.

Bernardes e Menegon (2007) são bastante precisos ao identificarem nos DDP a potencialidade de eles produzirem práticas discursivas que são utilizadas na formatação de estratégias de governamentalidade. O termo “governamentalidade” é usado pelos autores tendo as contribuições de Foucault e Nikolas Rose como fundamento teórico. Para elas, então, essa terminologia designa as estratégias e práticas de gestão governamental que tem como objetivo o controle das populações e se fundamentam em dois dispositivos específicos: a economia e a segurança. Outro aspecto que os autores ressaltam é que a governamentalidade é possível por meio da linguagem, ou seja, a linguagem constitui as estratégias de governamentalidade. Dessa maneira, seu uso não serve apenas para descrever os atos de governo, mas principalmente para fazê-los existir. É a partir desse argumento que os autores entendem os DDPs como produtos e autores sociais.

Dessa maneira, conseguimos olhar para os DDPs também como formadores de nosso campo-tema, constituindo uma rede de elementos que dão contornos específicos à violência contra as mulheres. Esses contornos não devem ser entendidos como estáticos, mas são móveis e podem tomar diferentes formas de acordo com os espaços em que as falas são analisadas e

inseridas. Principalmente no que diz respeito à problemática dessa violência, penso que esses contornos podem ser vistos mudando quando comparamos as definições de violência presentes na LMP e em outros documentos.

Como exemplo dessas mudanças, podemos citar as diferenças observáveis entre a LMP e o documento elaborado na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará” (Convenção de Belém do Pará) (1994). Embora a Convenção de Belém do Pará tenha servido de base para a elaboração da LMP (Bandeira & Almeida, 2015), existe uma diferença importante na definição da violência contra as mulheres entre os dois documentos. Na Convenção de Belém do Pará, em seu Art. 1º, a violência contra a mulher fica definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. E no seu Art. 2º “entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica”, que pode ocorrer em espaços variados e ser perpetrada por vários agentes.

Portanto, de acordo com o documento da Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher pode ser exercida em três diferentes esferas da vida: física, psicológica e sexual. No entanto, a elaboração da LMP considera ainda outras duas esferas, o que aumenta o escopo de atuação legal e de compreensão e abrangência contra os atos de violência. Essas duas esferas são a patrimonial e a moral. Dessa maneira, a LMP produz outros âmbitos de reconhecimento da violência contra as mulheres, o que acaba evidenciando outros direitos.

Se retomamos as contribuições de Azambuja e Nogueira (2009), nos atentamos para a noção de que a linguagem não é meramente uma representação do mundo, mas sim a maneira como o construímos. Dessa maneira, a linguagem não é efeito da realidade, pois essa relação é vista na ordem contrária: a linguagem produz realidades. Podemos dizer, então, que existem efeitos da linguagem, ou como diriam as autoras, efeitos discursivos. Com isso, estamos nos referindo aos efeitos que um discurso provoca na realidade em que ele mesmo está inserido na sua construção.

Ao falarmos desses efeitos, dizemos que eles mudam as realidades em que nos situamos e acabam produzindo outras formas de enfrentar o mundo. Assim, quando a LMP apresenta dois novos modos de violência, compreendemos que há a nomeação de eventos que antes não eram nomeados. Passamos a entender que existem mais violências possíveis do que imaginávamos antes e, por isso mesmo, a atuação diante desses problemas deve ser mais abrangente. Portanto, ao nomear outras violências, a LMP muda as atuações dos profissionais que enfrentam essa problemática diariamente. É possível dizer que um dos efeitos da lei foi a

construção de um saber sobre a violência que é aplicado não apenas no âmbito jurídico e que permite diferencia-las e nomear os acontecimentos, como é o caso a seguir:

E - Então eu vou pedir para você falar um pouquinho de como que é esse atendimento emergencial para... para essas vítimas.

P1 – Então, o nosso atendimento emergencial, ouvi-la, né... entre aspas, dar um colo, né, um holding... enfim, também pontuar alguma coisa, mas, tipo assim, tentar mostrar, tipo: “olha, você viu? Aconteceu isso, isso, isso, né. Você acha isso certo, né? E se fosse o contrário?” Porque às vezes a gente quando... fazendo isso como se fosse o contrário parece que ela... nossa, aí ela assusta.

E - O contrário? Ela fazendo contra ele?

P1 – É! É... contra ele, né. Tipo assim, e se fosse o contrário? Porque muitas que chegam aqui, primeiro, não acreditando que ela sofreu violência. Ela não enxerga o quê que ela estava vivenciando é violência. Então, a gente mostra que... mostra, inclusive, né, falando de uma por uma, que teve a verbal, que teve a psicológica, que teve a sexual, que teve a física, né. Inclusive a patrimonial, que ele rasgou o vestido dela. Então teve todas as 5 da Maria da Penha, todas. A gente tenta mostrar, porque é como eu volto a repetir, como elas chegam aqui é violência... é só quando tem um hematoma ou quando tá sangrando, é mostrar que tudo isso é violência e que, tipo assim, o contrário, aí parece que ela enxerga melhor: “nossa! Realmente isso tudo é violência” (p. 7)

Nesse caso, fica evidente que a especificação das violências feitas na LMP não servem apenas para o aparato jurídico, mas servem também como forma de caracterizar os eventos da vida das usuárias. De certa forma, essa diferenciação ajuda as profissionais a mostrarem às usuárias que a violência pode ser menos perceptiva e que se esconde em acontecimentos de menor agressividade. O texto da LMP não é visto apenas como um crivo onde as violências são encaixadas de acordo com sua tipificação, mas serve também como instrumento de desconstrução de processos naturalizados. Como vimos anteriormente, a socialização violenta acaba por naturalizar algumas práticas que são questionadas na LMP.

b) Chamando os homens para a responsabilidade

Outro ponto importante abordado pela LMP é a necessidade de pensar em atuações diretas com os homens que cometeram violência contra as mulheres. Pasinato (2010) apresenta os três eixos de intervenção propostos pela LMP: no primeiro eixo, encontramos as medidas criminais, que estão relacionadas às punições da violência. O segundo eixo abarca as medidas de proteção da mulher, seja de sua integridade física ou de seus direitos. Estas são executadas por meio de um conjunto de medidas protetivas em caráter de urgência junto a medidas tomadas também diante do agressor. Além das protetivas, esse eixo integra ainda as medidas de assistência. Por fim, no terceiro eixo, encontram-se as medidas educativas, entendidas como estratégias de caráter preventivo de enfrentamento à violência. Sua execução é necessária para a efetiva coibição da violência e discriminação baseadas no gênero.

Além de uma maior complexidade na compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres e de uma atuação mais incisiva e rigorosa, a LMP traz ainda outra novidade: a lei dispõe sobre a criação de serviços reeducação e reabilitação (art. 35) e de reeducação e recuperação (art. 45) para os homens autores de violência. Ainda que os grupos com homens autores de violência doméstica contra as mulheres já existissem no Brasil desde o final dos anos 1990 (Andrade & Barbosa, 2008), é a partir da LMP que eles se tornam uma alternativa de pena aos sentenciados. Seu Art. 35º dispõe que fica a cargo da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios a criação e promoção de centros de educação e reabilitação dos autores das violências. Já o Art. 45º, dispõe que fica a critério do(a) juiz(a) a determinação de comparecimento obrigatório do agressor em programas de reeducação e recuperação.

Essas disposições da LMP apontam para certa ambiguidade no que diz respeito às possibilidades de ação com os homens autores de violência a partir do mecanismo legal. Por um lado, tem-se a compreensão de que a atuação diante dessa problemática não pode permanecer apenas com medidas de assistência às vítimas e de punição aos agressores. Por mais eficiente que seja o sistema jurídico, se ele se mantiver somente nesse nível de atuação não haverá ações que se antecipem à violência para preveni-la. O posicionamento que vai além das medidas punitivas é fruto de uma compreensão de que é necessário empreender uma problematização a respeito das relações hierarquizadas de gênero. Acosta, Filho e Bronz (2004), Aguiar (2009), Andrade e Barbosa (2008) mostram que os resultados dos grupos coordenados ou estudados por foram positivos. Por outro lado, a prevenção das violências contra as mulheres que poderia ser efetivada acaba se tornando difícil nos termos da lei, pois a participação nos grupos é requerida como parte da sentença. Ou seja, apenas após cometerem a violência e serem julgados é que eles serão inseridos nesses serviços.

No entanto, é preciso ressaltar que a LMP evidencia a possibilidade de pensar em formas de lidar com o problema da violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de responsabilização dos homens. Enquanto uma prática discursiva, essa proposta produz efeitos muito visíveis, como a própria criação dos serviços para os homens autores de violência e o entendimento de que os gêneros são construídos socialmente nas relações. Assim, o agressor também é visto como o principal agente da violência, o que mostra a necessidade de produção de intervenções específicas com esse grupo.

A visibilidade da necessidade de produzir intervenções que atuem diretamente com os homens é algo importante porque acaba deslocando o centro do problema. Durante a revisão de alguns textos, principalmente os que fundamentaram a construção do Capítulo 2 (Gregori, 1983, Chauí, 1985, Oliveira, 2004, Santos & Izumino, 2005), onde retomei alguns trabalhos sobre a

temática da violência contra as mulheres, pude perceber que grande parte das discussões tratavam da posição de vítima das mulheres. Foi possível identificar que as principais produções da década de 1980, segundo afirmam Oliveira (2004) e Santos e Izumino (2005), buscavam compreender como as mulheres eram responsáveis pelas situações de violência que viviam. As discussões variavam entre os polos da cumplicidade e da vitimização.

A partir dessa leitura, percebi que também havia a necessidade de pensar as relações de violência a partir de quem a pratica. Isso não indica, obviamente, que quem sofre não deve ser parte de nossas preocupações e da produção de intervenções. Contudo, enquanto não pensarmos sobre quem comete as agressões, a chance de continuar havendo vítimas continua sendo maior. Nesse sentido, a LMP ressalta a necessidade de refletir sobre a construção das masculinidades em um sistema que legitima a agressividade e a violência por parte dos homens. Acredito que esse tipo de serviço, proposto pela lei seja um espaço frutífero de discussão e de desconstrução de estereótipos de gênero, possibilitando novas formas de construção das masculinidades.

É nesse aspecto que a LMP, ao propor a criação de serviços de responsabilização e reeducação para homens, colabora com a construção de novas formas de pensar e conceber os gêneros. Tal compreensão produz efeitos discursivos, que ecoam nas falas das psicólogas como podemos ver a seguir:

P2 - Até falo muito a respeito, como é que a Casa da Mulher Brasileira existe em Campo Grande e Campo Grande não tem um trabalho com o agressor, né? Porque tá dentro da própria Lei Maria da Penha. Então, assim, pensar enquanto psicóloga no trabalho com o agressor, no sentido também de fazer ele se perceber como agressor, mexer muito aí. Para mim, não é sentar ele lá... é uma responsabilização dele mesmo, fazer com que ele entenda, de uma forma histórica, né, o porque que acontece, o porquê. Para ver se ele se enxerga (p.16).

P4 - Aí, entra lá no que a Lei Maria da Penha prevê que, é o acompanhamento para o homem, para o agressor. Nós temos algumas cidades do interior, aqui do Mato Grosso do Sul, que faz esse acompanhamento. Nós aqui, dentro de Campo Grande, não temos esse acompanhamento (p. 46).

De acordo com P2 e P4, é preciso pensar novas formas de compreender, conceber e intervir nas relações de violência de gênero, principalmente no que diz respeito à inserção do agressor como fonte de nossas preocupações. Embora existisse um projeto desenvolvido pela professora orientadora dessa pesquisa e que fora implantado em uma das universidades da cidade, em parceria com o Ministério da Justiça até 2014, as entrevistadas não fizeram referência a ele⁸. Ao apontar a necessidade de refletir e produzir intervenções com os autores

⁸ No mês de novembro de 2017, após mais de um ano da data da realização das entrevistas, foi criado um serviço no Tribunal de Justiça para homens autores de violência.

da violência, as psicólogas ressaltam o seu caráter relacional. Isso implica em produzir um deslocamento na compreensão desse acontecimento. Como efeito discursivo, podemos pensar que alguns questionamentos como “por que a mulher continua em uma relação abusiva?”, pode ser retorcido e elaborado em outros termos, como: “por que os homens agridem as mulheres?”. Portanto, ao inserir os autores de violência em nossas reflexões, outros sentidos são produzidos, evidenciando novas possibilidades de enfrentamento para o problema.

De certa forma, ao elencar o homem como o responsável pela relação violenta, coloca-se em questão a culpabilização das mulheres e também as normas sociais que constroem os gêneros. Passamos a questionar não apenas os atravessamentos que as mulheres sofrem, mas também os discursos que atravessam e formam as masculinidades. Penso que esse movimento é o início de uma melhor compreensão dos gêneros construídos relacionalmente. Outro aspecto que essas falas ressaltam é a constituição das relações hierarquizadas que estipulam determinados posicionamentos para os gêneros e que coloca em evidência, mais uma vez, a necessidade de pensar os sentidos atribuídos à masculinidades, assim como à feminilidade.

Outro aspecto visível na fala de P2 é que há uma certa semelhança entre a forma como os homens autores de violência e as mulheres que sofrem violência são vistos. Assim como na fala de P2, em que as mulheres não se reconhecem nas relações de violência, o que demanda um trabalho de identificação e nomeação das mesmas, os homens são vistos como quem não consegue se perceber como quem perpetra as violências. Gostaria de analisar alguns dos efeitos que esse argumento acarreta e, para isso, acredito ser importante fazer algumas incursões sobre a construção social das masculinidades.

Primeiramente, devemos nos questionar sobre como essa prática discursiva se sustenta. Acredito que as contribuições teóricas que apresentamos no eixo temático sobre naturalização da violência podem ser úteis para essa tarefa, principalmente no que diz respeito às diferenciações entre socialização (González, 2008) e *performance* (Nogueira, 2001). A noção de socialização pode nos ser útil para entendermos a naturalização de processos sociais que estipulam o que é esperado para sujeitos que se identificam com determinados gêneros. No caso dos sujeitos que se identificam como representantes da categoria “masculino” há uma construção discursiva importante que ressalta características necessárias para sua configuração.

Almeida (1996) traz algumas contribuições importantes para entendermos a construção social das masculinidades e sua relação com o poder. Partindo de uma noção crítica de gênero, o autor aponta que as categorias “masculino” e “feminino” são metáforas com grande potencial para a criação de diferenças e desigualdades.

Nesse sentido, é possível fazer uso do conceito de socialização para entendermos que existem certos padrões de moral e de conduta que regem as formas de construir as masculinidades. Se nos mantivermos na separação polarizada entre homem-agressor e mulher-vítima, poderíamos afirmar que os homens são ensinados ou são socializados de maneira a exercerem uma masculinidade violenta. O resultado dessa prática discursiva seria uma desconsideração de como a agressividade é vivenciada e atualizada dia após dia. Ao pensarmos somente na socialização enquanto o processo que produz a violência masculina, deixamos de lado a possibilidade da responsabilização e também de mudança.

Ainda assim, o que González (2008) chamou de socialização, que se dá por meio das evidências ideológicas, produz determinados padrões que se tornam normas de acordo com cada contexto. Portanto, da mesma maneira que a usuária atendida por P2 não conseguia identificar a violência dentro de sua história de vida, pode ser possível também que algumas formas de sociabilização das masculinidades naturalizem a violência de tal modo que esta não recebe o mesmo sentido que receberia em outros contextos linguísticos.

No entanto, não podemos deixar de compreender que sofrer a violência e cometê-la não são processos similares. Por isso, acredito que ao acionarmos o conceito de *performance* (Nogueira, 2001), podemos compreender que há também uma intencionalidade na violência e nos modos de se exercer as masculinidades. Para mais do que apenas uma reprodução de estereótipos de gênero, cada sujeito faz seu gênero e o atualiza de modo a retomar ou não determinadas posturas. É a partir daí que se pode pensar em responsabilização e atuação diante de homens autores de violência. Portanto, acredito que para essa prática discursiva se sustentar é necessário pensar que os gêneros não são apenas categorias em que nos encaixamos ou não, mas que são construções relacionais, possibilitadas e limitadas de acordo com os contextos em que são inscritos.

Seguindo a análise, também penso ser importante pensar nos efeitos discursivos dessas práticas que assinalam a possibilidade de atuação com homens autores de violência e que não se reconhecem dessa maneira. Ao tomar esse posicionamento, reconheço que é necessário repensar até mesmo nossa noção de violência. O sentido de violência que atribuímos a determinadas posturas diz respeito a algumas condições de existência que compartilham certos signos linguísticos e sentidos. Por esse motivo, se torna difícil produzirmos uma definição de violência que abarque todas as condições de existência. Nesse sentido, essa prática discursiva leva a pensar, mais uma vez, que os repertórios linguísticos precisam ser abertos para outras significações. É a partir da atribuição de outros sentidos a essas ações, principalmente

evidenciando as disputas e as desigualdades de poder, que os trabalhos da LMP podem ser mais efetivos diante dessa problemática.

Cabe ressaltar que não se trata de desconsiderar as responsabilidades dos homens que cometeram violência, mas justamente de implica-los nesse processo, assim como disse a P2. É um processo de fazê-lo se perceber como alguém que tem privilégios em um sistema de poder que só possibilita isso por meio do prejuízo de outros, em especial das mulheres.

4 *A construção do objeto “mulheres que sofreram violência”*

Durante as entrevistas, alguns momentos foram usados pelas participantes para caracterizar as mulheres que sofrem ou sofreram violência. Diante disso, algumas falas foram significativas, pois fizeram aparecer algo que se assemelha à noção de formação dos objetos, para Foucault (2008). Como exemplo, o seguinte excerto da entrevista com P4 para discutir como se dá a formação do objeto “mulheres em situação de violência”:

P4- “assim, pega desde a infância [...] porque é comprovado que, a criança que cresce no lar agressor, ela vai vir a ser o agressor ou uma vítima de violência. Então, é assim, é muito superficial para tentar entrar dentro da psicanálise” .

P3- “Muitas delas passaram por isso em suas relações familiares e tem isso como normal”.

P4 - O que a psicologia me trouxe eu não coloquei aqui, que é, assim, a dependência emocional. Porque a mulher, para ela entrar nesse ciclo de violência doméstica, geralmente, ela vem de um lar agressor, aí, ela procura um cara agressor... “ah, mas não vem escrito na testa dele que ele é um agressor”... não, não vem. Mas ele traz comportamentos que são intrínsecos, que é do agressor, que é o ciúmes excessivo, é o controle, as proibições. Então, assim, a mulher, muitas vezes, assim, ela fala: “ai, eu não... meu namorado, meu marido, tem ciúmes de mim”, “ai, que gracinha”. Não. Até que ponto esse ciúmes é legal? O ciúmes não é cuidado, o ciúmes é uma forma de manipular e prender a pessoa.

O que gostaria de observar nesse ponto é que fica latente nessas explicações, uma noção de essência que dá forma ao sujeito. Essa essência teria sua origem nas relações familiares, principalmente, no período da infância. Assim, essas formas de concepção da constituição subjetiva se conformam a uma noção estática de sujeito, como é possível ver nas falas acima. Dessa forma, centrando-se em uma análise individual, busca-se encontrar uma palavra, uma frase ou uma interpretação que dê conta de explicar os motivos das violências vividas.

A partir do momento em que se busca identificar na história de vida dos sujeitos um motivo para viver situações de violência, por mais que se articule com aspectos sociais,

mantém-se uma noção de que há no sujeito algo que lhe predispõe a viver esse tipo de relacionamento. Assim, ao procurar a justificativa nas histórias individuais, acaba-se individualizando o problema e produzindo aquilo que Foucault (2014) chama de objeto da disciplina. Essas narrativas colaboram com a criação de um objeto específico, a “mulher em situação de violência”.

Para falar da criação do objeto “mulher em situação de violência” é preciso falar da noção de disciplina. As disciplinas se enquadram naquilo que Foucault (2014) denominou “princípio de limitação” dos discursos. Uma das características das disciplinas é que elas demandam a construção de um campo linguístico específico, em que apenas alguns termos fazem sentido e, em alguns casos, é o único lugar *onde* eles têm alguma consistência. Esse campo acaba sendo constituído por noções metafóricas que remetem a processos aleatórios.

Embora elas permitam a construção de narrativas a respeito de um objeto, essas construções ocorrem sempre dentro de um jogo restrito. A existência de uma disciplina, portanto, depende de uma criação quase infinita de proposições. A disciplina acaba por ser uma usina de narrativas. No entanto, seus produtos não constituem a totalidade do que se pode dizer ou saber sobre algo. A característica fundamental de uma disciplina também não é a lógica, a sistematicidade e nem mesmo a verdade. O que demarca o pertencimento de uma afirmação a uma disciplina é o *sobre o que* ela fala. O *objeto* do qual se fala é o ponto de convergência para o qual todas as afirmações disciplinares apontam.

É nesse sentido que penso ser possível as falas acima se constituírem enquanto parte do processo de construção do objeto “mulher em situação de violência”. Inclusive, é interessante notar algumas semelhanças entre essas falas e as formulações de Foucault (2008) a respeito da formação dos objetos. Para exemplificar os princípios da formação dos objetos, o filósofo analisa o discurso da Psicopatologia a partir de um corte cronológico no século XIX. Nesse momento, ele observa principalmente os novos modos de inserção e exclusão dos loucos nos hospitais psiquiátricos e os emaranhados teóricos que deram origem às formulações sobre a loucura naquela época. Em sua análise, ele identifica inúmeros objetos nomeados nos registros médicos, sobre os quais ele busca identificar as regras de seus surgimentos. Assim, ele formula três fases para a identificar as regras discursivas que fazem aparecer os objetos e das quais gostaria de destacar a primeira.

Basicamente, Foucault (2008) identifica a regra das *superfícies de emergência*, das *instâncias de delimitação* e das *grades de especificação*. Como o destaque maior será sobre as *superfícies*, explicarei primeiro as duas últimas apenas a título de apresentação. Sobre as *instâncias de delimitação*, mais especificamente no caso dos objetos da Psicopatologia, o

filósofo afirma que algumas instâncias sociais começaram a receber um destaque e uma superioridade no que dizia respeito à formulação de assertivas e definições a respeito dos transtornos mentais. Assim, medicina, religião, justiça e as críticas literária e artística se tornaram instâncias de delimitação do que era loucura. No caso da Psicologia, vemos que ela também se conforma numa instância superior que produz formas de compreensão dos fenômenos, apresentando seus argumentos característicos, que remetem à uma interioridade psíquica.

As *grades de especificação*, para Foucault (2008), é uma forma de organização dos sistemas que permite que eles sejam separados, associados, opostos, reagrupados e classificados entre si. Assim, no que diz respeito ao discurso da Psicopatologia sobre a loucura, são as grades de especificação que permitem derivar as diferentes loucuras dos sistemas que integram e produzem esses objetos. Essas grades se configuram como uma teia, em que as lacunas são infinitas e a localização das suas junções são aleatórias, mas que permitem erigir sobre elas algumas afirmações. No caso da Psicologia e das afirmações sobre a violência contra as mulheres, essas grades são compostas por uma existência interior, que é apreensível a partir de uma linguagem que representa o sujeito ou os seus processos *intrapsíquicos*.

Por fim, temos a regra das *superfícies de emergência* dos objetos. E aqui gostaria de me ater um pouco mais. Segundo Foucault (2008), essas são superfícies onde podem ser analisadas algumas diferenças individuais que, posteriormente, servirão para o surgimento das classificações e qualificações dos diversos tipos de subjetividades, ou no caso da Psicopatologia, das loucuras.

No caso da fala da entrevistada fica evidente que há um lugar específico para o surgimento da mulher que sofre violência. Apesar de Foucault (2008) nos avisar de que essas superfícies podem ser diferentes para os diferentes objetos, discursos e contextos, é possível ver aqui uma semelhança entre o discurso da Psicopatologia e o discurso da Psicologia. Assim como a família é considerada uma das superfícies de emergência da loucura para a Psicopatologia do século XIX, para as mulheres em situação de violência, a família também parece ser um espaço em que se “aprende” ser uma mulher violentada ou um homem violento.

E é aí que habita, tanto a semelhança quanto a diferença de nossa análise com a análise feita por Foucault (2008). Diferentemente do discurso psicopatológico, na constituição das mulheres que sofrem violência, a família não desempenha um papel necessariamente de exclusão a partir das normas, mas de reiteração. Enquanto na loucura as normas da instituição familiar são reiteradas para a exclusão da diferença, no caso das falas das participantes, as normas são reiteradas e atualizadas na família, reforçando as identidades de gênero. Nesse caso,

então, as normas não aparecem em seu caráter de exclusão apenas, mas de manutenção de um ciclo. Assim, a família, enquanto uma superfície de emergência do objeto, ensina quais e como as identidades de gênero devem ser vividas.

É a partir dessas considerações sobre o campo familiar que estipula-se uma constituição da identidade da mulher que sofre violências. Acionando termos e conceitos que se relacionam historicamente ao campo psicológico, as participantes se agrupam sob a égide do repertório linguístico da disciplina da Psicologia. A formação desse objeto depende, em última instância, da condição de linearidade e continuidade produzidas pelas narrativas que ligam elementos da história de vida a acontecimentos posteriores como processos de causa e efeito. O discurso psicológico apresenta e constrói a limitação de seus domínios definindo sobre o que se fala e sobre como se fala. Fala-se das profundidades da vida, da mais tenra infância, dos recônditos do psiquismo. E, ao fazê-lo, cria-se um nome para as pessoas que compartilham experiências de vida minimamente semelhantes. Tal nome é o que permite falar delas, descreve-las, agrupá-las.

5 – Dependências

Neste eixo, busquei apresentar uma análise sobre as falas das psicólogas entrevistadas ressaltando os sentidos atribuídos ao termo “dependência”. Esse termo, assim como seus correlatos, aparece diretamente nas entrevistas de P3, P4 e P5. Contudo, os diferentes termos associados a “dependência” permitem atribuir diferentes sentidos, o que acaba por produzir diferentes dependências, com efeitos discursivos distintos.

P3 - Na verdade eu acho que não tem o desejo de apanhar, eu acho que tem uma imposição da sociedade que a mulher... ela precisa preservar o casamento, né. Então, assim, tem que ser... preservar aquele casamento. Se ela separa é quase como se fosse um fracasso: “você fracassou, você não soube ser mulher, você não soube ser esposa”, né. *Então, tem esse fracasso e essa violência psicológica, tipo, de controle, vai fazendo com que a mulher se torna dependente, dependente emocionalmente dele.* Então, esse controle: “olha, você não é bom o suficiente... olha, se você não ficar comigo, ninguém vai mais querer”, né. *Então, isso tudo vai fazendo com que a mulher fique presa àquele relacionamento.* Ela se sente tão diminuída, tão impotente, que ela não... que eu enxergo, inclusive aqui no meus atendimentos, que *ela não tem forças para sair daquele relacionamento.* Então, assim: “é só essa pessoa é que vai me querer, é isso que eu mereço”, né, de tão fragilizada que ela tá. E aí, ela não consegue sair disso. Mas também tem essa questão de que aceito... a sociedade aceita que o homem bata na mulher. Então, ela tem isso... ela também... – nossa, tô fazendo uma mistura de termos aqui - tipo assim, é uma representação social que ela tem. Então, ela... é permitido, é permitido que as... essa mulher sofra violência. Então, é vergonhoso? É, mas na construção da subjetividade dela isso tá muito enraizado, né

P4 - O que a psicologia me trouxe eu não coloquei aqui, que é, assim, a *dependência emocional*. Porque a mulher, para ela entrar nesse ciclo de violência doméstica, geralmente, ela vem de um lar agressor, aí, ela procura um cara agressor... “ah, mas não vem escrito na testa dele que ele é um agressor”... não, não vem. Mas ele traz comportamentos que são intrínsecos, que é do agressor, que é o ciúmes excessivo, é o controle, as proibições. Então, assim, a mulher, muitas vezes, assim, ela fala: “ai, eu não... meu namorado, meu marido, tem ciúmes de mim”, “ai, que gracinha”. Não. Até que ponto esse ciúmes é legal? O ciúmes não é cuidado, o ciúmes é uma forma de manipular e prender a pessoa.

E- É... Você pontuou bastante coisa e eu gostaria que você escolhesse três desses termos que você acha mais forte, mais impactante, mais importante, relacionada à temática da violência contra mulher.

P5- Tá... Acho que o sofrimento que elas carregam; *a dependência financeira, que muitas vezes impede com que elas* (inaudível) e o não reconhecimento daquilo que ela sofre como violência.

E-Ok... Como que você vê, Dani, esses problemas aí: sofrimento, a dependência financeira, o não reconhecimento da violência, articulados no teu trabalho? Como você vê que a violência contra mulher tá relacionada com isso? [...]

P5-É... Muitas mulheres chegam até aqui porque chegou no extremo, né? De terem sofrido algum tipo de violência física e quase sempre é só aí que elas reconhecem o que elas vinham sofrendo como violência, né... e ela chegou em situação de extrema vulne.. vulnerabilidade, de sofrimento e *a grande maioria, né... desiste no meio do caminho, do processo, do divórcio, por não ter como se sustentar, por não ter outra fonte de renda, por ter uma dependência financeira com... né... o companheiro e não ter aonde se apegar, nem na família, nem em outros lugares, né...* E mesmo assim, algumas, né, quando consegue se desapegar um pouco da parte financeira não reconhece outras coisas como violência. Então, é... aí vem... vem aquele discurso, né... de, ai "Ele só faz isso quando bebe", "ele não é violento sempre", "foi só dessa vez". É... porque tem a... a vontade, a ideia, que eu jamais vou julgar, de... de querer com... manter a família, querer continuar com o... o círculo, né, familiar, principalmente por conta dos filhos...

E-Uhum...

P5-Porque tem filho, aí, se tem filho, como que não vai dar sustento pras crianças, né? Então, muitas mulheres acabam voltando pra situação porque não têm pra onde ir e precisa pensar nos filhos, não tem como trabalhar, né... é... seja porque as crianças são pequenas, seja porque não tem escolaridade, não consegue se inserir no mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho não quer mães; não quer mães que não têm escolaridade, principalmente, né...

Primeiramente, gostaria de analisar os sentidos atribuídos à dependência para P3 e P4, para posteriormente fazer uma aproximação do sentido que P4 atribui a esse termo e o sentido de P5. É importante observar, que na construção das falas de P3 e P4 o termo dependência aparece associado ao termo “emocional” ou a seus variantes. Dessa maneira, a principal dependência da qual elas tratam é a emocional. No entanto, a análise dos sentidos presentes em cada um mostra que, embora elas utilizem a mesma terminologia, o efeito discursivo produzido por elas é bastante diferente.

A participante P4 afirma que a ideia de dependência emocional foi a principal contribuição que a Psicologia lhe trouxe para a compreensão dos casos de violência contra as mulheres. Em seguida, ela explica o que entende por dependência emocional: “*Porque a mulher, para ela entrar nesse ciclo de violência doméstica, geralmente, ela vem de um lar agressor, aí, ela procura um cara agressor...*”. Essa noção apresentada pela entrevistada traz consigo algumas consequências que gostaria de explorar.

Primeiramente, há uma ligação direta e linear entre um fator da história de vida e a vivência de situações de violência. Esse tema já foi abordado quando analisei a construção do objeto “mulheres em situação de violência”. Há uma relação direta entre viver experiências de violência na infância e continuar vivendo quando adulta. Não podemos deixar de considerar que os contextos em que estamos inseridos delimitam nossos repertórios linguísticos, o que acaba por direcionar os modos como atribuímos sentidos aos acontecimentos. No entanto, também precisamos observar o fato de que as experiências familiares não são as únicas que fazem parte do processo de constituição das subjetividades. Ao abordar apenas as questões familiares, deixa-se de lado todas as outras redes em que circula o poder e que existem disputas para a tentativa de dominação e subjugação das mulheres. Outro fator importante que se destaca nessa fala de P4 é que a dependência emocional, fruto de relações abusivas na infância, produz uma universalização desse fenômeno. Cria-se, desse modo, uma identidade fictícia que supostamente representa a totalidade das pessoas que vivem em situação de violência.

No entanto, para além das *origens* da dependência emocional, P4 ainda fala das suas consequências. Já tendo em vista os efeitos discursivos discutidos antes – universalização e reducionismo familiar – também é preciso ressaltar o efeito da culpabilização que é produzido por sua fala. Primeiramente, é necessário apontar que a dependência emocional é vista pela participante como algo da mulher, que ela guarda consigo algo que foi inscrito em sua história de vida. Portanto, há uma individualização, por meio de um discurso psicológico, do que a entrevistada chama de dependência emocional. Como resultado, a responsabilidade, ou a culpa do fato de a mulher se relacionar com um homem que exerce violência contra ela é dela mesmo. Assim, de acordo com a fala de P4, as mulheres procuram um agressor para chamar de seu. Há quase que um impulso imparável para conseguir encontrar uma pessoa que faça com que ela reviva os sofrimentos de outros tempos.

Essas análises permitem compreender, portanto, quais efeitos discursivos são produzidos a partir da noção de dependência emocional de P4. Primeiramente, a dependência emocional é algo psicológico, que atua num nível individual e que aparece como efeito linear das vivências de violência no passado. Sendo assim, as experiências são universalizadas e

reduzidas ao âmbito familiar, trazendo a responsabilidade para a pessoa que vive esses acontecimentos e, por fim, culpabilizando as mulheres.

Por outro lado, temos a noção de dependência utilizada por P3. Essa entrevista, por sua vez, também associa o termo “dependência” ao termo “emocional” sem, contudo, produzir os mesmos efeitos discursivos da fala de P4. Para falar da dependência emocional, a participante P3 elenca outros argumentos, o que faz com que ela seja mais do que apenas um sentimento reduzido ao indivíduo e vivido apenas como uma determinação produzida nas relações do passado. A fala de P3 aponta que existem processos sociais mais amplos, que atuam desde a própria relação com o agressor até mesmo nas relações mais distantes, como podemos ver: *“Então, tem esse fracasso e essa violência psicológica, tipo, de controle, vai fazendo com que a mulher se torna dependente, dependente emocionalmente dele [agressor]. Então, esse controle: ‘olha, você não é bom o suficiente... olha, se você não ficar comigo, ninguém vai mais querer’, né. Então, isso tudo vai fazendo com que a mulher fique presa àquele relacionamento”*.

Portanto, a dependência emocional, nesse caso, aparece como um efeito de processos mais amplos, que depende de construções sociais a respeito das posições delegadas às mulheres e aos homens. Para P3, há uma relação estreita entre a violência psicológica e a dependência emocional. Nesses casos, o parceiro faz com que a mulher sinta-se inadequada para viver outros relacionamentos que não sejam com ele. Dessa maneira, o que ocorre é uma coação, que se produz por meio do convencimento de que aquele tipo de relacionamento é o único que ela merece e que ela conseguirá viver. Toma-se, então, um rumo totalmente diferente dos efeitos discursivos da fala da participante P4. Enquanto que lá, a dependência emocional era um processo individual que dependia da mulher, aqui, este é um processo que depende de outros fatores e que aponta as dificuldades que as mulheres encontram para se deixarem esses relacionamentos.

De acordo com as falas de P3, a dependência emocional é efeito de uma longa cadeia discursiva. Nessa cadeia, as ameaças que os parceiros fazem às mulheres de que elas ficarão sozinhas são apenas um efeito do discurso de que as mulheres devem constituir famílias e serem boas cuidadoras do lar. A entrevista com P5 permite fazer uma aproximação com essa temática. Quando conversávamos sobre o caso clínico de Mário e Gil, apresentado como disparador para nossa entrevista, a participante assinalou a necessidade de discutir as concepções de amor romântico que embasam boa parte de nossos relacionamentos:

E-Aham (risos). Ela é professora universitária, né

P6-Ela é professora universitária! E olha só como... e aí, como a gente entra nas ciladas do amor romântico, né?

Assim, entendo que a fala de P3 nos mostra que a dependência emocional que as mulheres vivem pode ser entendida de uma maneira diferente, que siga em um caminho diferente da culpabilização. Diferentemente de pensar que a dependência emocional se baseia em uma “procura por um agressor” ou mesmo em um sentimento masoquista, sua fala nos possibilita pensar em outros sentidos, como o medo da existência que é anunciada para as mulheres que se separam ou que tomam atitudes parecidas com seus parceiros. O sentido que P3 dá à dependência emocional não é de uma dependência que se pauta necessariamente no parceiro agressor, mas nos problemas que ela poderá enfrentar separada dele.

Portanto, é possível observar uma grande diferença entre os sentidos atribuídos à dependência de acordo com as participantes P3 e P4, mesmo que ambas utilizem o adjetivo “emocional”. Nesse caso, a própria dependência emocional apresenta sentidos distintos para cada psicóloga e, conseqüentemente, produz efeitos discursivos diferentes.

Por fim, o sentido atribuído ao termo “dependência” por parte da participante P5 acaba por nos remeter a processos bastante parecidos com os que foram apontados por P3. Embora o adjetivo que P5 utiliza para descrever a dependência seja “financeira”, suas falas caminham no sentido de compreender a dependência como um elemento construído socialmente, que não depende apenas do relacionamento com o parceiro. É a partir dessa compreensão que ela afirma que *“e a grande maioria [...] desiste no meio do caminho, do processo, do divórcio, por não ter como se sustentar, por não ter outra fonte de renda, por ter uma dependência financeira com [...] o companheiro e não ter aonde se apegar, nem na família, nem em outros lugares”*.

Assim, a fala de P5 mostra que a dependência que as mulheres vivem pode estar relacionada com a falta de estruturas que possibilitem escolhas diferentes. Nesse aspecto, as questões financeiras acabam prejudicando e limitando os acessos a espaços diferentes, ou mesmo o término dos relacionamentos. Outro fator que P5 elenca é que, em muitos casos, as mulheres não encontram uma rede de apoio na qual ela seja acolhida para enfrentar as situações de violência. Desse modo, a tomada de atitudes para se separar do agressor também é desencorajada.

Com esse tipo de compreensão, também temos efeitos discursivos diferentes e que nos levam a pensar em outras questões. Primeiramente, há uma desculpabilização das mulheres, mostrando que as circunstâncias em que elas estão inseridas não colaboram para que elas tomem atitudes de denúncia, separação ou divórcio. Isso ocorre porque, em muitos casos, as mulheres não possuem meios de manter os filhos e porque, na fala de P5, as mães têm poucas oportunidades no mercado de trabalho. Esse apontamento faz entrar em jogo outras questões, que envolvem, por exemplo, as vagas de trabalho destinadas às mulheres e os seus rendimentos.

Portanto, a fala de P5 aponta para uma questão que extrapola a relação conjugal e os sentimentos que envolvem ou que envolviam os parceiros ou mesmo o fato de as mulheres terem vivido situações de violência no passado. Dessa maneira, ela elenca outros elementos para compreendermos as dependências que as mulheres vivenciam nos relacionamentos abusivos, possibilitando a compreensão de que não se trata de uma escolha determinada por processos internos.

Por fim, a fala de P5 continuou apresentando outros fatores que estão associados ao que ela havia chamado de dependência financeira. Essa fala da psicóloga mostra que, embora as limitações financeiras sejam um fator fundamental em casos de manutenção das relações abusivas, esse fator geralmente é acompanhado de outras limitações. A própria P5 reflete sobre quais são os efeitos discursivos de se desconsiderar todas essas condicionantes, como podemos ver na sequência de sua fala:

P5-E... então são uma série de coisas que dificulta que ela saia da situação de violência. E aí é muito fácil olhar pra ela e falar que ela não sai porque ela não quer, né... que é o que muitas vezes acontece quando elas procuram ajuda, seja [...] nas instituições especializadas sobre isso, [...] ou nas instituições comuns, de que ela devia tá procurando emprego, de que ela devia tá se esforçando mais, [...] e de que ela tá ficando numa situação... ela que tá escolhendo, né... mas até que ponto ela tem condições de escolher, né, a situação que ela tá?

E-Uhum...

P5-e eu enquanto psicóloga olhando pra isso não... não dá pra pensar numa culpabilização dela, reconhecendo todas as est.. essas estruturas que impossibilitam, que ela pense em outras escolhas, ou que ela tenha outras possibilidades. O que não quer dizer que a psicologia olhe pra isso dessa forma, pelo menos o pouco que eu vi dentro da Psicologia sobre isso não se... não se tem esse olhar, mais amplo e social. Por que isso não é discutido no âmbito da Psicologia.

Embora cada uma das falas que analisamos tenha trazido diferentes sentidos para o termo “dependência”, acredito que todas elas apontam, cada uma de sua maneira, para a necessidade de a Psicologia pensar sobre essa noção, que parece sustentar parte da compreensão das profissionais que atuam com mulheres em situação de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste trabalho possibilitou algumas produções fundamentais em pelo menos dois aspectos. Primeiramente, gostaria de elencar os aspectos pessoais para, depois, falar de como os desenvolvimentos teóricos nos permitem pensar em contribuições para a Psicologia e para as Políticas Públicas para as Mulheres

Sobre os fatores pessoais, acredito que este trabalho foi de fundamental importância para que eu mesmo fosse transformado durante minhas leituras. Nesse sentido, a pergunta que lancei ao leitor no início dessa pesquisa – a escrita de uma pesquisa é uma escrita de si? – e que eu mesmo tentei responder, parece receber uma resposta afirmativa. Enquanto formulamos hipóteses, explicações ou mesmo quando escolhemos caminhos teóricos, estamos apenas escrevendo em uma folha em branco? Não. Minha experiência de produção desta dissertação me mostrou que ao escrevê-la eu estava escrevendo a mim mesmo. E assim como a escrita de um texto acadêmico, escrever a mim mesmo só foi possível a partir dos repertórios linguísticos que pude aprender e apreender.

Por que falar do autor nas considerações finais? Porque, a partir do momento que me posiciono dentro dos preceitos do Construcionismo Social, entendo que o conhecimento que construí não foi apenas um conhecimento que fica nas páginas. Todo conhecimento é também uma prática. Ao me localizar como um autor, aprendi que também me localizo como obra, escrita pelas mãos dos muitos textos, conversas, entrevistas que pude ler, participar e produzir. Outro motivo pelo qual penso ser pertinente falar do autor deste trabalho é porque acredito que as mudanças que ele produziu, produz ou produzirá merecem ser registradas em algum momento. Assim, se me senti mudado e transformado por meio dessa pesquisa, é necessário considerar tal acontecimento.

Em segundo lugar, e mais obviamente, é necessário considerar como os desenvolvimentos teóricos deste trabalho podem ajudar a pensar em contribuições na área das Políticas Públicas para as Mulheres e na atuação da Psicologia. Por esse motivo, apresento aqui as principais contribuições de cada capítulo para um conhecimento mais amplo a respeito das Práticas Discursivas da Psicologia sobre a violência contra as mulheres.

No capítulo 1, me preocupei em encontrar caminhos que facilitassem a compreensão sobre como o Construcionismo Social pode ser um instrumento importante para discutirmos as relações entre gênero e violência. Para isso, apresentei o Construcionismo Social como uma postura que tomamos diante de nossas realidades e sobre os efeitos de adotarmos essa maneira de entender o mundo. A divisão do capítulo foi feita em duas partes. Na primeira, fiz uma

discussão do que chamei de Matrizes do Construcionismo Social, considerando o contexto que possibilitou o seu surgimento. Em um segundo momento, apontei as premissas que guiaram nossas reflexões a partir dessa postura de questionamento das realidades e dos discursos. Nesses dois momentos fiz algumas aproximações da temática de gênero e da violência, que foram aprofundadas posteriormente.

Acredito que nesse primeiro capítulo a principal contribuição foi entender que o Construcionismo Social nos permite visualizar as realidades como construídas a partir das relações. Por conta disso, tomamos uma postura questionadora, que visa desnaturalizar processos sociais, inclusive a construção social dos gêneros. A construção desse primeiro capítulo também permitiu expor a compreensão que nos guiou no restante do trabalho, dando destaque para os aspectos da linguagem enquanto ação. Assim, essa seção do texto subsidiou as produções posteriores, onde consideramos os gêneros e a violência contra as mulheres como efeitos discursivos, produzidos na e pela linguagem.

Esses aspectos teóricos não são desvinculados da prática e espero que ecoem nas atuações da Psicologia, principalmente nos serviços de Políticas Públicas para as Mulheres. Compreender a construção social dos gêneros e a importância da linguagem permite olhar para as relações de modo a desnaturalizar os processos sociais e dá um olhar às e aos profissionais que considera a complexidade do contexto.

Foi a partir da noção de construção social de realidades que iniciei o capítulo 2. Nesse momento, busquei produzir um diálogo entre os diversos discursos que surgiram no Brasil e que abordavam a problemática da violência contra as mulheres. As noções do Capítulo 1 permitiram discutir a construção social dos gêneros e como eles ordenam os lugares sociais ocupados pelos sujeitos atribuindo diferentes sentidos a cada gênero.

No segundo momento desse capítulo, apresentei um possível diálogo entre três discursos sobre a violência contra as mulheres no Brasil. Essa foi uma parte importante do trabalho, pois foi possível identificar negociações, permanências e tensões na nomeação das mulheres que sofrem violência. Passando do termo “mulheres vítimas de violência” para “mulheres em situação de violência”, as discussões que direcionaram os textos estudados giravam principalmente em torno dos sentidos atribuídos às mulheres que vivem situações de violência.

A principal contribuição do capítulo 2 foi possibilitar o entendimento das dificuldades envolvidas na nomeação dessas mulheres. A noção de linguagem que adotei no trabalho fez com que essas dificuldades fossem melhor compreendidas, pois não se trata “apenas de nomeação”. É preciso levar em conta os efeitos discursivos de cada sentido. Outra contribuição desse capítulo foi de fazer pensar na importância de trabalhos e intervenções que também levem

em consideração a constituição das masculinidades que exercem a violência e nos discursos que naturalizam os comportamentos violentos dos homens.

No âmbito das Políticas Públicas para Mulheres, esse capítulo no faz pensar sobre como os sentidos que atribuímos aos acontecimentos podem contribuir para um posicionamento do profissional. Assim, acredito que essa seção do trabalho nos chama a refletir sobre como atuamos diante dessas situações e quais os sentidos que nós, que compomos os serviços de atendimento, atribuímos às mulheres. Modificar o sentido de “vítimas” também permite que os serviços ressaltem as possibilidades e as capacidades de quem os recebe, abrindo portas para atuações mais comprometidas com mudanças sociais.

No primeiro momento do capítulo 3, problematizei os anseios pela produção de teorias universalizantes, principalmente na área da violência contra as mulheres. Essa problematização foi possível a partir da compreensão da dimensão relacional da categoria gênero e de sua construção social. A partir dessa problematização, discuti algumas práticas discursivas da Psicologia sobre essa problemática. Para isso, analisei 19 artigos para compreender como a Psicologia produz sentidos a respeito das mulheres que sofrem violência. Essas análises possibilitaram a construção de três eixos temáticos.

No primeiro eixo temático discuti os lugares que as mulheres ocupavam nas narrativas desses trabalhos e alguns deslocamentos discursivos construídos nessas produções. As mulheres recebiam outros sentidos além dos relacionados à vitimização, observando capacidades de produção de espaços em que elas conseguiam construir relações de suporte diante das dificuldades da violência. No segundo eixo temático observei como o conceito de gênero foi utilizado no processo de compreensão da violência contra as mulheres. Dos 19 trabalhos analisados, 13 faziam uso do termo gênero. Foi possível observar que os trabalhos que faziam uso desse termo a partir de uma perspectiva relacional e que considerava a sua construção social e as relações de poder envolvidas, produziram formas de compreensão despatologizantes e mais contextualizadas. Isso indica que o gênero, como categoria de análise, tem sido um instrumento potente para a compreensão da complexidade da violência contra as mulheres, o que também abre maiores possibilidades de atuação e enfrentamento a esse problema.

Por fim, o último eixo temático abordou as possibilidades de intervenção e de enfrentamento da violência contra as mulheres. Para isso, levei em conta o tipo de trabalho que era descrito em cada pesquisa, se grupal ou individual, e o contexto que buscava discutir, se era em políticas públicas ou não. Nesse eixo temático foi possível observar que 5 trabalhos discutiram essa problemática a partir do contexto das políticas públicas por meio de

intervenções grupais (CREAS e CAPS II, por exemplo); outros 3 trabalhos articulavam discussões de atendimento em políticas públicas com intervenções individuais (DEAM e UBS); 2 trabalhos tinham como foco de análise as próprias políticas públicas de atenção às mulheres em situação de violência ou de enfrentamento a esse tipo de violência; um trabalho abordava a problemática de atendimento a homens autores de violência no contexto grupal; e um trabalho que abordou os homens autores de violência a partir de uma avaliação psicológica individual.

A principal contribuição do capítulo 3 foi mostrar que existem muitas práticas discursivas potentes sendo produzidas, que levam em consideração a complexidade dos processos sociais envolvidos na violência contra as mulheres. No entanto, também foi possível observar uma pouca inserção de estudos que abordem os autores da violência. O menor número de trabalhos com esse público indica a necessidade de maiores discussões e pesquisas nessa área.

Portanto, esse foi um capítulo que possibilitou a reflexão sobre muitas possíveis contribuições para as Políticas Públicas e para a atuação da Psicologia. Primeiramente, porque os trabalhos analisados privilegiaram o próprio contexto das Políticas Públicas, o que mostra que esse é um lugar de construção de alternativas potentes para a superação de situações de violência. De certa forma, as Políticas Públicas são valorizadas por essas análises. Como consequência, a inserção e a atuação de profissionais da Psicologia nesse contexto também se faz importante. Isso é ainda mais perceptível quando vemos que há uma preferência por estudos que articulem práticas grupais em contexto de Políticas Públicas. A atuação da Psicologia para além das paredes dos consultórios privados é reforçada nessas análises.

O quarto capítulo foi o momento em que apresentei os caminhos da pesquisa, me atentando para identificar as mudanças de percurso que foram necessárias. Além de especificar os objetivos do trabalho, esse capítulo foi ainda dividido em mais quatro itens. No primeiro momento discuti a importância das políticas públicas na construção deste trabalho e das estratégias públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ressaltei que o contexto das Políticas Públicas é um espaço de atuação em que a Psicologia tem a possibilidade de experimentar uma relação diferente da noção de serviço privado. E não são apenas os profissionais que têm uma relação diferente com o serviço, mas também o público que o recebe.

O item seguinte apresentei o conceito de campo-tema. A função principal dessa discussão foi apresentar “campo” e “tema” como noções que se complementam e que não existem separadas uma da outra. No momento seguinte do capítulo, fiz uma apreciação sobre a análise de Documentos de Domínio Público. Esse instrumento metodológico nos serviu para compreender a importância dos textos acessados e analisados, considerando a sua

presentatividade e suas materialidades. Por fim, apresentei as entrevistas como uma forma potente para a construção de sentidos.

No quinto capítulo foram feitas as análises das 5 entrevistas realizadas com as profissionais da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande e do NUMAP/UEM. Foi possível construir 5 eixos temáticos a partir das entrevistas. No primeiro eixo, discuti o processo de naturalização das violências contra as mulheres segundo uma perspectiva narrativa. Por isso, considerei a importância dos repertórios linguísticos para compreender a dificuldade de identificar as violências. Fiz uma diferenciação entre as noções de *socialização* e *performance* (Nogueira, 2001), mostrando essa última como um instrumento potente para a transformação das situações das mulheres em situação de violência.

Para a atuação da Psicologia, principalmente no contexto de Políticas Públicas, esse eixo temático ajuda a pensar sobre como podemos identificar, por meio do conceito de performance, possibilidades de mudanças nas situações de violência contra as mulheres. O conceito de repertórios linguísticos também é importante nessa atuação, pois mostra a possibilidade de o/a profissional ampliar possibilidades de compreensão e de atribuição dos sentidos que, em muitos casos, não estão acessíveis às mulheres que sofrem violência.

No segundo eixo temático fiz uma conexão com o primeiro, e falei da importância e das dificuldades da negociação dos sentidos. Esse eixo acabou mostrando como a construção de sentidos não é um processo linear, mas trabalhoso e irregular. Isso foi possível de observar por meio das falas das psicólogas, que abarcavam concepções distintas diante de uma mesma situação.

O terceiro eixo temático foi dividido em duas partes. Baseado na noção de Documentos de Domínio Público desenvolvida no capítulo anterior, analisei os efeitos discursivos da Lei Maria da Penha a partir da possibilidade de nomeação das violências e da necessidade de consideração dos homens como elementos centrais no exercício da violência contra as mulheres. Esse eixo foi importante porque mostrou a contribuição da Lei Maria da Penha e como as concepções de gênero que fundamentam a lei têm sido apreendidas pelas profissionais que fazem uso dela. Como efeito, algumas psicólogas falaram da importância dos grupos de homens como instrumento de enfrentamento à violência contra as mulheres. Outra contribuição importante da lei é que a sua tipificação das violências nomeia áreas de direitos das mulheres.

Esse foi um eixo que nos permitiu ver muitas contribuições para a atuação de profissionais da Psicologia. O fato de a lei tipificar as violências contribui principalmente com o que fora discutido nos dois primeiros eixos, pois permite tanto às profissionais quanto às mulheres atendidas darem nome e visibilidade a um problema que, em muitos casos, foi

naturalizado. Com isso, abre-se um leque de possibilidades de atuação em diferentes áreas, permitindo pensar em estratégias de empoderamento das mulheres para que elas consigam se desvencilhar das situações de violência. Ao reconhecer as diferentes violências, a profissional também reconhece diferentes direitos e âmbitos de atuação.

No que diz respeito às análises sobre os grupos com autores de violência, esse é um aspecto que mostra um amplo espaço de trabalho e aprendizagem para a Psicologia. Lançando mão das contribuições do conceito de gênero, nós, profissionais que compõem os serviços, podemos construir atuações que questionem os modelos rígidos de masculinidades e que continuem produzindo sofrimento. Articulando serviços de assistência social e assistência jurídica, é possível pensar em formas de trabalho comprometidas com mudanças sociais, que implicam em mudanças nas relações de gênero, principalmente dos homens.

No quarto eixo temático discuti como é construído o objeto “mulheres em situação de violência” a partir da escolha que as entrevistadas fizeram de determinados elementos em comum das histórias de vida das usuárias. Esse eixo temático contribuiu para compreender como a construção dessa categoria de mulheres recebe alguns sentidos comuns, atrelados principalmente à história de vida e à vivência de relações violentas anteriores. De alguma forma, essa nomeação permite o desenvolvimento de estratégias específicas de enfrentamento à violência, ao mesmo tempo que também produz uma categoria quase universal.

Como ponto positivo, a construção dessa categoria permite identificar um grupo específico, que passa por sofrimentos com origens semelhantes. Por isso, essa é uma construção importante, pois permite identificar espaços de atuação da Psicologia que podem fomentar mudanças nas relações de gênero. Assim, as Políticas Públicas são um contexto privilegiado, pois podem trazer oportunidades de atuação com as mais diversas idades, classes sociais e gêneros.

Por outro lado, ainda permanece algo que precisa ser debatido. A construção dessa categoria pode produzir uma essencialização e uma universalização das causas da violência e da própria história de vida das mulheres. Esses dois processos precisam ser pensados de modo que não se naturalize e nem universalize essa categoria. Para isso, é importante que os profissionais que atuem diante dessas circunstâncias se atentem para as relações que os contextos apresentam.

No quinto capítulo, analisei como o termo “dependência” recebe diferentes sentidos nas narrativas das profissionais e como esse termo sustenta boa parte da compreensão do processo de violência. Foi possível observar pelo menos três sentidos diferentes para “dependência”, em que se estavam presentes concepções mais individualizantes e outras mais relacionais. A análise

desses diferentes sentidos evidenciou como as psicólogas compreendem a permanência das mulheres nas relações de violência.

A principal contribuição desse eixo é a possibilidade de perceber que ao mesmo tempo que algumas atuações da Psicologia possibilitam formas desculpabilizantes de compreender as mulheres, também existem outras que atribuem sentidos naturalizantes e culpabilizantes. Isso chama a atenção para como os serviços são oferecidos e quais são as possibilidades de intervenção que alguns serviços possuem. Os sentidos de dependência que relacionavam esse termo a processos sociais acabaram por apontar para formas mais éticas e transformadoras de atuação da Psicologia.

Por fim, penso que é necessário pontuar algumas limitações desse trabalho e que podem servir como apontamentos para pesquisas posteriores. Primeiramente, embora as entrevistas tenham sido um bom instrumento para a produção do material a ser analisado, seria interessante conseguir elaborar a oficina que havia sido planejada de início. Acredito que as conversas na oficina teriam permitido uma troca de experiências diferente de como aconteceu nas entrevistas, e isso ajudaria a fazer circular os sentidos entre mais pessoas. Dessa maneira, a oficina seria um instrumento importante de construção de sentidos não apenas durante as análises do material, mas principalmente durante sua própria realização.

Outro aspecto que pode ser mais bem explorado em pesquisas posteriores é a revisão da literatura produzida pela Psicologia sobre a violência contra as mulheres. Embora eu tenha feito a análise de alguns artigos publicados mais recentemente no capítulo 3, a revisão sistemática da literatura permitirá uma melhor compreensão do estado da arte. Com isso, teremos mais uma visão mais ampla sobre os sentidos que a Psicologia tem atribuído à violência contra as mulheres na área acadêmica. Isso possibilita tanto a construção de críticas para práticas tradicionais e que não produzem transformações como também novos sentidos, que trazem outras formas de atuação diante dessa problemática.

Por fim, acredito que cabe ainda assinalar outra limitação a essa pesquisa. Embora eu tenha feito algumas críticas a trabalhos que não discutiam as construções das masculinidades como aspecto central na análise da violência contra as mulheres, eu mesmo não aprofundei essa questão. No entanto, essa discussão não foi aprofundada porque a limitação de tempo e a necessidade de uma dedicação mais a fundo ao tema provavelmente deixariam o trabalho superficial, sem os aprofundamentos necessários. Por esse motivo, acredito que seja importante fomentar pesquisas que tomem essa temática como foco, pois se há mulheres que sofrem violências, há sempre alguém que as exerce.

REFERÊNCIAS

- Acosta, F., Filho, A. A., Bronz, A. (2004). *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. Recuperado de http://www.noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf
- Aguiar, L. H. M. (2009). *Gênero e masculinidades: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal* (Dissertação de mestrado), Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8188/1/2009_LuizHenriqueMachadoAguiar.pdf
- Almeida, M. V. (1996). Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico* (Brasil), 95, p. 161-190. Recuperado de <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/genero-masculinidade-e-poder.pdf>
- Andrade, L. F., Barbosa, S. F. (2008). A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. *Anais do Fazendo Gênero* 8, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Andrade-Barbosa_42.pdf.
- Antezana, A. P. (2014). Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro, 42, 9-27.
- Antunes, B. M., Carlotto, M. S., Strey, M. N (2012). Mulher e trabalho: visibilizando o tecido e a trama que engendram o assédio moral. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 18(3), 420-445.
- Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in Real-World settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*. 8(4), 291-322.
- Argemí, M. D., Íñiguez-Rueda, L. (2002). La construcción social de la violencia. *Athenea Digital*. n. 2. Recuperado de <http://atheneadigital.net/article/view/n2-domenech-iniguez>.
- Azambuja, M. P. R., Nogueira, M. C. (2009). Potencialidades investigativas para a violência de gênero: utilização da análise de discurso. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1721-1730.
- Balbuena, B. (2011). Investigação sobre atendimento psicossocial oferecido em delegacias de defesa da mulher. In *Formação*, ano 15, n. 15, 69-82. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PINFOR/article/viewFile/2463/3036>
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>
- Bandeira, L. M., Almeida, T. M. C. (2015). Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2), 501-517. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00501.pdf>

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beck, U. (1997). A reinvenção política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In Beck, U., Giddens, A., Lash, S. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34.
- Bernardes, J. S., Menegon, V. S. M. (2007). Documentos de domínio público como produtos e autores sociais. *PSICO*, 38(1), 11-15. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1919/1425>
- Bhona, F. M. C., Lourenço, L. M., Brum, C. R. S. (2011). Violência doméstica: um estudo bibliométrico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 63(1), 87-100. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v63n1/v63n1a10.pdf>
- Borges, L. M., Lodetti, M. B., Girardi, J. F. (2014). Homicídios conjugais: o que dizem os processos criminais. *Psicologia Argumento*, Curitiba, 32(79), supl. 2, 197-208. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=14877&dd99=view&dd98=pb>
- Borges, R. C. V. (2012) Gênero e sexualidade – conhecendo a história para transformar o mundo. *Revista de Psicologia da UNESP*, 11(1), 86-92. Recuperado de <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/603/556>
- Brasil. (2011). *Diretrizes Nacionais Para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência*. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>.
- Calazans, M., Cortes, I. (2011). O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. Em: C. H. CAMPOS (org.) (2011). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista* (pp. 39-63). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. Recuperado de <https://www.cladem.org/images/pdfs/litigio/producciones-y-materiales/publicaciones/lei-maria-da-penha.pdf>
- Campos, C. H. (2015). A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2), 519-531. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38873/29352>
- Carvalho, F. O. (2008). Psicologia Evolucionista e a Seleção Sexual: o caso da linguagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 24(1), 77-86. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n1/a09v24n1.pdf>
- Chauí, M. (1984). Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (p. 23-62). Rio de Janeiro: Zahar.
- Colling, A. M. (2014). *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD.

- Conceição, A. C.L. (2009). Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (online)*, v.8, p. 738-757. Recuperado de http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília: CFP. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas.pdf>.
- Cordeiro, E. S., Cohen, R. H. P. (2012) Crime ou parceria amorosa violenta: interlocuções entre psicanálise aplicada e direito. *Opção lacaniana online nova série*, ano 3, n. 7, p. 1-15. Recuperado de http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_7/Crime_ou_parceria_amorosa_violenta.pdf
- Cordeiro, M. P., Spink, M. J. (2014). A multiplicidade da Psicologia Social brasileira. *Athenea Digital*, 14(1), 289-399. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53730481013>
- Corradi-Webster, C. M. (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In.: C. Guanaes-Lorenzi *et al.* (orgs.) (2014). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção de conhecimento* (pp. 73-87). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Cunha, T. R. A. (2007). O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Uesb. Recuperado de https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UXFnRHU5g8IC&oi=fnd&pg=PA11&ots=HhL6PPa4Qu&sig=lgdJgqWoSY61uqvGvsH4mhKs9bI&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.
- Curado, J. C., Menegon, V. S. M. (2009). Gênero e sentidos de trabalho social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 431-441. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a17v21n3.pdf>.
- Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002.* (2002). Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm.
- Decreto n. 8.096, de 30 de agosto de 2013.* (2013). Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8086.htm
- Dias, A. R. C., Machado, C. (2011). Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 496-505. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/07.pdf>.
- Dias, A. R. C., Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 26(4), 571-586. Recuperado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v26n4/v26n4a04.pdf>
- Farinha, M. G., Souza, T. M. C. (2016). Plantão psicológico na Delegacia da Mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. *Revista da SPAGESP*, São Paulo, 17(1), 65-79. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v17n1/v17n1a07.pdf>

- Fernandes, G. B., Gaia, V. O., Assis, C. (2014). Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 22(2), 1-14. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/4460/4883>.
- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, 18 (2), 49-62. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2017). *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2017. Recuperado de http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed.
- _____. (2013). *A verdade e as formas jurídicas* (E. Jardim e R. Machado, Trans.). Rio de Janeiro: Nau.
- _____. (2014). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (L. F. A. Sampaio, Trad.). 24ª ed., São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2015). *História da sexualidade 1: A vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque, Trans.) 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra.
- Gadoni-Costa, L. M., Zucatti, A. P. N., Dell'aglio, D. D. (2011). Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia*, 28(2), 219-227. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>
- Gergen, K. J. (1985). The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*. v. 40(3), 266-275. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/302871718_The_Social_Constructivist_Movement_in_Modern_Psychology
- _____. (2009). O movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. *Revista Inter. Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis, 6(1), p. 299-235. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>
- Gergen, K. J., Gergen, M. (2010). *Construcionismo Social: um convite ao diálogo* (Bureau Translations, Trad.). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (R. Fiker, Trad.). São Paulo: UNESP.
- González, M. L. P. F. (2008). La construcción social de la violencia masculina. *Anuário de investigación*, UAM-X, Mexico, p. 164-186, recuperado de http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ckST3eLXGkcJ:148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/328-4650ivh.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.
- Gregori, M. F. (1993). *Cenas e Queixas*. São Paulo: Paz e Terra.

- Heilborn, M. L., Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil: 1975-1995. In: S. Miceli. (org.). (1999). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (pp. 183-221), ANPOCS/CAPEs. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. Recuperado de <http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-1995-opcao-b>.
- Hermel, J. S., Drehmer, L. B. R. (2013). Repercussões da violência intrafamiliar: um estudo com mulheres em acompanhamento psicológico. *Psicologia Argumento*, 31(74), p. 437-446. Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=12235&dd99=view&dd98=pb>
- Íñiguez, L. (2002) Construcionismo Social e Psicologia Social. In: J. B. Martins, N. E. Hammouti, & L. Íñiguez. *Temas em análise institucional e em Construcionismo social* (pp. 127-156). São Carlos: RIMA - Fundação Araucária.
- Izumino, W. P. (2003). *Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero* (Tese de Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de http://www.nevusp.org/downloads/down086_1.pdf.
- Lei 9.099/95 de 26 de setembro de 1995*. (1995). Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Acessado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm.
- Lei n. 11.340, Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006*. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- Lenz-De-Oliveira, K., Santos, M. M., Moura, S. A., Garcia, W. I., Gomes, R. (2010). Elaborando uma cartilha sobre as ambiguidades da violência conjugal. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(2) p. 428-439. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a16.pdf>
- Lipovetsky, G. (2005). *A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo* (T. M. Deutsch, Trad.). Barueri, SP: Manole.
- Meinhardt, Y. M., Maia, G. F. (2015). Não é uma rede que flui – Da invisibilidade às possibilidades de novos modos de cuidar: a violência contra as mulheres na saúde mental. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, Edição Especial, n. 44, p. 120-135. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/7440/4721>
- Mello, R. P., Medrado, B. (2009). Produção de Sentidos sobre Violência de Gênero em Documentos de Domínio Público no Campo da Educação. *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*, Maceió, AL., Brasil. Recuperado de [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/75.%20produ%](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/75.%20produ%20)

C7% C3o% 20de% 20sentidos% 20sobre% 20viol% CAnCIA% 20de% 20g% CAnero% 20em% 20documentos% 20de% 20dom% CDnio% 20p% DAblico% 20no% 20campo% 20da% 20educa% C7% C3o.pdf.

- Michaud, Y. (1989). *A violência*. São Paulo: Ed. Ática. Recuperado de <https://fr.scribd.com/doc/167205363/Yves-Michaud-a-Violencia>.
- Minayo, M. C. S. (2005). Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros* (pp. 9-42). Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf
- Mirim, L. Y. L. (2013). Garimpando sentidos em bases de dados. In. M. J. Spink (org.), (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas sociais (pp. 106-134). Recuperado de <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiG3PTMqzbYAhWGGZAKHQcnDloQFggNMAA&url=http%3A%2F%2Fmaryjanespink.blogspot.com%2F2013%2F11%2Fversao-virtual-do-livro-praticas.html&usg=AOvVaw0is-R3lesVIX-KOBYBeqwq>
- Mocellim, A. (2007). Simmel e Bauman: modernidade e individualização. *Revista Eletrônica do Pós-Graduando em Sociologia da UFSC*. v. 4(1), 101-118. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13474/12357>.
- Morgante, M. M. (2014). Mulheres, gênero e patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano 9, n. 1, p. 274-293. Recuperado de <http://www.ichs2.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/351/306>.
- Moscheta, M. S. (2014). A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In.: C. Guanaes-Lorenzi *et al.* (orgs.) (2014). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção de conhecimento* (pp. 23-47). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Nogueira, C. (2001a). Contribuições do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do gênero. *Cadernos de pesquisa*, n. 112, p. 137-153. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf>.
- Nogueira, C. (2001b). Construcionismo Social, Discurso e Gênero. *PSICOLOGIA*, 15(1), p. 43-65. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4039/4/construcionismo%20social%20c%20discurso%20e%20g%20C3%A9nero-%20psicologia.pdf>
- Nogueira, C., Fidalgo, L. (1995). Análise do discurso: a tarefa e o poder das palavras. *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, n. 3, p. 181-188. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4145/1/artigo%20analise%20do%20discursos.%20tarefa.pdf>
- Nogueira, C., Neves, S. (2003). A Psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), p. 43-64. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a04v15n2.pdf>

- Nogueira, C., Neves, S. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, n.32, p. 15-32. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4004/3/artigo%2520terapias%2520feministas.pdf>
- Nogueira, C., Neves, S., Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do gênero. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, n. 2, p. 1-15. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3954/1/artigo%20fundamentos%20construcionistas.pdf>
- Núcleo De Extensão Sobre A Lei Maria Da Penha (Numap/Uem). *Numap – UEM*. Recuperado de <http://www.ddp.uem.br/2016-04-26-13-28-28/numap>.
- Oliveira, D. C. B. T, Paradiso, S. R. (2012). Gênero e colonialismo. A violência contra a mulher e a colonização em *Our Lady of the Massacre* (1979), de Angela Carter. *Pontos de Interrogação – Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – Universidade do Estado da Bahia*, 2(1), p. 59-74. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/download/1533/995>
- Oliveira, E. C. S., Araújo, M. F. (2014). O Teatro Fórum como dispositivo de discussão da violência contra as mulheres. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 31(2), p. 257-267. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v31n2/a11v31n2.pdf>
- Oliveira, K. L. C. (2004). *Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: sobre violências conjugais contemporâneas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, L. R. F., Bressan, C. (2014). A percepção do sujeito que matou por amor. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 22(1), p. 21-30. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/4279/4357>.
- Organização dos Estados Americanos (OEA). Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará", 1994. (1994). Recuperado de <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>.
- Organização Mundial Da Saúde (OMS). (2014). *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência*. Recuperado de <http://nevusp.org/blog/2015/11/09/relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-da-violencia-2014/>.
- Pasinato, W. (2010). Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Civitas*, Porto Alegre, 10(2), p. 216-232. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6484/5603>.
- Pasinato, W. (2015a). Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*. São Paulo, 11(2), p. 407-428. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>.
- Pasinato, W. (2015b). Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2), p. 533-545. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38874/29353>.

- Pinsky, C. B. (2009). Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1), p. 159-189. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009/10988>.
- Pinheiro, O. G. (2013). Entrevista: uma prática discursiva. In: M. J. SPINK, (org.), (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas sociais (pp. 135-166). Recuperado de <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiG3PTMqzbYAhWGGZAKHQcnDloQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fmaryjanespink.blogspot.com%2F2013%2F11%2Fversao-virtual-do-livro-praticas.html&usq=AOvVaw0is-R3lesVIX-KOBYBeqwq>
- Piscitelli, A. G. (2002). Re-criando a categoria mulher? In: Algranti, L. M. (org.). (2002). *A prática feminista e o conceito de gênero* (pp. 7-42). Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 48.
- Porto, M., Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2014). A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(3), p. 267-276. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n3/04.pdf>.
- Porto, M., Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2012). Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo*, 17(2), p. 297-306. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a12.pdf>.
- Rasera, E. F., Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite Construcionista para a Psicologia. *Paidéia*, v. 15(30), 21-29. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n30/05.pdf>.
- Sanches-Justo, J., Ferreira, S. L., Vasconcelos, M. S., Justo, J. S. (2010). O Construcionismo Social na pesquisa em Psicologia. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 24-36. Recuperado de seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/424/402
- Saffiotti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna.
- Saffiotti, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: Costa, A. O. & Bruschini, C. (1992). *Uma questão de gênero* (pp. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- _____. (1994). Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: Saffiotti, H. I. B. & Muñoz-Vargas, M. (orgs). *Mulher Brasileira é assim* (p. 151-186). Brasília: Rosa dos Tempos. Recuperado de <https://fr.scribd.com/document/31115633/VIOLENCIA-DE-GENERO-NO-BRASIL-CONTEMPORANEO>
- Sathler, C. N. (2016). *Formações subjetivas: o sujeito à luz da teoria dos discursos*. Dourados, MS: UFGD.
- Santos, C. M., Izumino, W. P. (2005). *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/fd4e/772fe229a00621678aec7df6655ac9bbc1cf.pdf>.
- Scarpatti, A. S., Rosa, E. M., Guerra, V. M. (2014). Representações sociais da violência sexual na produção científica nacional. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 32, n. 77, p. 9-18.

Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?ddl=14610&dd99=view&dd98=pb>.

Scott, J. W.; (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20(2), p. 71-99. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). (2014). *Programa “Mulher, viver sem violência”*. Recuperado de <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/programa-2018mulher-viver-sem-violencia2019>.

Secretaria Especial De Políticas Para As Mulheres (SPM). (2015). *Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Campo Grande/MS*. Recuperado de <http://www.spm.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-campo-grande-ms>.

Silva, D. B., Oliveira, E. C. S. (2012). Gênero no contexto da saúde: um relato de experiência com agentes comunitárias de saúde. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, 11(1), p. 37-43. Recuperado de seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/586/541/

Souza, L. V. (2014). Discurso construcionista social: uma apresentação possível. In: C. Guanaes-Lorenzi, et al. (orgs.) (2014). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção de conhecimento* (pp. 49-72). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Souza, T. M. C., Sousa, Y. L. R. (2015). Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. *Revista da SPAGESP*, São Paulo, 16(2), p. 59-74. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a06.pdf>.

Spink, M. J. P., Gimenes, M. G. G. (1994). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde & Sociedade*, 2(3), p. 149-171. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v3n2/08.pdf>

Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2004). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (3ª ed., pp. 41-61). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjGi7zTqLzYAhULg5AKHUOnAF0QFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fmaryjanespink.blogspot.com%2F2013%2F11%2Fversao-virtual-do-livro-praticas.html&usg=AOvVaw0is-R3lesVIX-KOBYBeqwq>.

Spink, M. J. P. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais. http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Linguagem_e_producao_de_sentidos.pdf.

Spink, M. J. P., Medrado, B., Mélló, R. P. (2014). Vinte e cinco anos nos rastros, trilhas e riscos de produções acadêmicas situadas. In: M. J. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento, M. P. Cordeiro (orgs) (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 13-30). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas

Sociais. Recuperado de http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_A_producao_de_informacao.pdf.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), p. 18-42. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2.pdf>.

Spink, P. K. (2013). Análise de documentos de domínio público. In: M. J. Spink (org.). (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 79-104). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjGi7zTqLzYAhULg5AKHUOnAF0QFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fmaryjanespink.blogspot.com%2F2013%2F11%2Fversao-virtual-do-livro-praticas.html&usg=AOvVaw0is-R3lesVIX-KOBYBeqwq>.

Spink, P. K., Ribeiro, M. A. T., Conejo, S. P., Souza, E. (2014). Documentos de domínio público e a produção de informações. In: M. J. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento, M. P. Cordeiro (orgs). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 207-228) . Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_A_producao_de_informacao.pdf.

Timm, F. B., Pereira, O. P., Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Psicologia Política*, 11(22), p. 247-259. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a05.pdf>

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª ed. Brasília, DF.: FLACSO Brasil. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Apêndices

Apêndice I – Roteiro da entrevista

- 1- Apresentação de ambos os sujeitos, do tema e dos objetivos;
- 2- Assinatura do TCLE;
- 3- Associação de palavras ao tema “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”;
- 4- Eleição dos 3 termos/expressões consideradas mais importantes pela participante e discussão sobre esses termos;
- 5- Apresentação de um caso de violência contra a mulher e discussão sobre como a Psicóloga compreende esse caso de violência a partir da perspectiva da Psicologia;
- 6- Quais as Teorias Psicológicas que ajudaram a construir a compreensão e prática da Psicóloga e quais foram as contribuições de cada teoria;
- 7- Discutir se houveram ou não dificuldades em iniciar esse tipo de trabalho enquanto profissional da Psicologia (a formação foi suficiente, os subsídios teóricos foram suficientes, os estágios de formação ajudaram em algum sentido?)

Apêndice II – Caso de Mário e Gil

Até o nosso segundo ano de casamento Mario continuava a ser um homem calmo, gentil, e carinhoso que eu conheci na faculdade. Depois começaram as pequenas cenas de ciúmes pelos motivos mais bobos: a saia um pouco curta, o telefonema de um colega, um atraso na minha chegada em casa. No começo, eu achava graça, brincava, pensava que assim era melhor forma de encarar a situação. Mas chegou um dia em que o chamei para conversar seriamente dizendo que aquilo tudo estava me sufocando. Mário chorou e disse que estava muito confuso, que tinha medo de perder o emprego e que eu não ligasse, que tudo iria ficar bem. Seis meses depois fui convidada para ser a professora homenageada na formatura da primeira turma do curso de direito. No evento fiz um discurso emocionado, que foi tremendamente elogiado pelos meus colegas e alunos Mário, com cara emburrada, depois de ouvir os elogios, se levantou e foi me esperar na porta do auditório. Foi só chegar perto e ele me puxou pelo braço sussurrando de forma ameaçadora “vamos para casa”. Com medo, achei melhor não me opor. Depois de um silencioso percurso de carro, chegamos em casa e Mário começou a gritar: “quem você pensa que é?”. Enraivecido, me bateu e rasgou todo o meu vestido novo. Disse que não queria mais ver eu me exibindo para outros homens. No dia seguinte, quis fazer amor comigo, eu estava magoada, furiosa, além de machucada. Me recusei. Ele me agarrou à força me levou pra cama, amarrou minhas mãos para trás e me forçou. Fiquei atordoada, chorei, achei que aquilo não tinha acontecido comigo. Tomei uns comprimidos para dormir, esquecer tudo. Ao acordar, estava cercada de flores e com Mário me beijando, dizendo que aquilo tudo jamais repetiria. Não contei nada a ninguém. Tinha vergonha, achava que a gente conseguiria resolver tudo sozinho. Mas depois a situação se repetiu novamente e, assim, quase toda semana. Vinha uma ameaça, uma agressão seguida de um pedido de desculpas e de promessas que seria a última vez. Só consegui assumir o problema para minha família um ano depois da primeira surr. Na polícia não fui não. Não quero escândalo e nem que Mário vá preso. Quero, na verdade que tudo volte a ser como antes.

Apêndice 3 – Entrevista com a Participante 1 (P1)

Entrevistador – É... bom Cristiane, a gente vai começar então a desenvolver o roteiro que foi feito aqui para a gente fazer a pesquisa para começar agora o nosso trabalho. Vai consistir no seguinte: eu te apresento esta folha com... escrito violência contra mulher, eu vou dar um tempo para você fique à vontade quando você achar que já terminou de escrever não tem problema eu vou pedir para que você escreva pode ser a caneta se você quiser lápis Pode posso te emprestar um lápis.

Participante 1 - Aqui mesmo nessa folha?

E. - Isso nessa folha as primeiras palavras dos primeiros termos que te vierem a mente você escrever aí Tá bom eu espero você escrever

P1- De cara.... quando eu ouço “violência contra mulher”, é mesmo isso que eu coloquei aqui. Parece que eu vejo... assim né... vejo cenas do tipo, é tapa, socos, chutes, empurrões... é... gritarias, com xingamentos, ofensas, humilhações.

E - Sim.

P1- Além da psicológica, né? Eu pus pressão psicológica mas como desencadeando um desequilíbrio das emoções, né? Foram as primeiras assim mas claro não ficam só nessas.

E - Você quer mais um tempo pra escrever mais alguma coisa? Pode ser só mais uma palavra. Se caso você achar que tá bom a gente segue.

P1- Tem a sexual também, né..

E - tá.

P1 - e nisso tudo, em resumo, gerando dor. De toda espécie né

E - Se você puder escrever dor também, né... então... ok. Eu vou pedir para você escolher agora, de todos os termos que você utilizou aqui para as frases no geral, três que você considera as mais importantes quando se fala de violência contra a mulher. Aí a gente... aí você só sinaliza qual que é e a gente conversa sobre elas.

P1 - Tá. Só três né?

E - Uhum.

P1 - Eu pus tapas né, xingamentos, desequilíbrios das emoções. Porque assim, tapas mais assim, vamos dizer, no sentido da física da violência... física que até muitas vezes não dói tanto, mas magoa, causa um desequilíbrio das emoções. E em contrapartida, também há os xingamentos, né, que eu pus da verbal, dando um exemplo, né, apenas, mas que, por vezes, o xingamento dói até mais que um tapa, né. Tem isso também, tem essa proporção, tem... pode haver isso né. E também desequilibra as emoções. Mas todas elas geram dor, eu quero deixar bastante claro.

E - Então, você vê a dor como sendo o principal... bom tô te perguntando, não tô afirmando, se é um dos principais elementos da violência?

P1- Sim. Ao meu ver sim.

E - Sim.

P1 - Sim... é... a consequência é a violência em si, a dor. É mais ou menos isso que você acabou de dizer com o meu complemento.

E - Ok. Bom, um tapa, xingamentos, desequilíbrio das emoções... vou tentar aqui... é pra gente conversar mesmo... o que que você vê de relação entre esses três elementos com o gênero feminino? O que você acha que... por que que você acha que é o gênero feminino, então, que acaba sofrendo também, ou você acha também que tanto um quanto o outro sofrem? Tanto o homem que agride, quanto a mulher, se é um ou se é o outro, por que que um sofre e o outro não sofre? Se você puder falar um pouquinho sobre isso.

P1 – bem, eu acredito que vai da pessoa né. Mas claro tanto se o tapa né for desferido do homem contra a mulher, ou vice-versa, vai haver a dor na mesma, para ambos. Xingamentos, idem e que causa o desequilíbrio das emoções em ambos, é... bom... mas aqui, como tá dizendo “violência contra a mulher”, eu acho que é puxar mais, né, para o lado dela, no sentido... tem um homem agressor que tá praticando a violência contra a mulher, acho que é mais ou menos isso que eu tô percebendo, que eu entendi, né, nessa fala. Apesar de que, também, não especificamente só homem contra mulher, né, também pode ser um casal de lésbicas, mulher contra mulher também, né, mas violência em si para mim é dor, resume-se em dor, tá?

E - E enquanto psicóloga que trabalha na área, a partir dos referenciais da Psicologia, desde a sua formação inicial até seu tempo de trabalho, tudo, como que você vê que a Psicologia entende a produção desse tipo de violência? Por que que dentro dos seus referenciais teóricos, como que a psicologia fala para você de como se produz essa violência? Como que essa violência ocorre. Por que que ela ocorre desse jeito ou não desse jeito? Por que que ela ocorre a partir de uma pessoa no geral contra uma outra pessoa, no caso a mulher? O que que você entende a partir da psicologia?

P1- Bom... assim, não sei, mas eu prefiro levar lá na... pelo... pelo... pelos ensinamentos de Freud, vamos dizer assim. Eu acho que tudo vem da base, da raiz, tipo assim... mas é... mas ao mesmo tempo, é misturando a história também, porque... deixa eu ir com calma para tentar me explicar, né. Por exemplo, a gente sabe que a criança tem, né, o desenvolvimento dela e a psicodinâmica lá, vamos dizer assim, aquelas fases, por exemplo oral, anal, fálica e genital, enfim. Eu acredito que, se a pessoa, indivíduo... é... tiver uma boa educação, por isso que eu falo de história também, porque primeiro precisa os pais ter um certo conhecimento, uma certa

bagagem, né, de informação para que eles possam educar bem o filho, para que vamos dizer assim, aquelas fases toda a criança possa sair melhor dentro do possível, né. Porque, claro, uma psicóloga falando é fácil, ela já estudou, ela já aprendeu, né... mas quem é leigo não sabe, então comete situações, coisas para com seu filho que vai acabar traumatizando ele ou se der muita liberdade vai deixar a criança mandar em tudo. Enfim, o que eu quero dizer, em resumo, é isso: a educação, né, que vem lá de trás do indivíduo, que vai somando também com a história, porque a história... porque a gente entende, e inclusive foi-nos passado na formação inicial, né, aqui antes da gente começar os trabalhos, justamente isso com relação à história, que é muito machista, né... ah... ah... vamos dizer assim, desde lá de Adão e Eva, por exemplo, ou então vindo lá de Portugal para cá, não vamos então muito lá pra trás, mas de Portugal para cá os homens sendo sempre muito machistas, pegando as mulheres à força, na marra, ou então eles podendo tudo a mulher nada... enfim... lá, claro, era pior, antigamente. Lá era pior, claro, que com os anos a coisa foi mais ou menos melhorando diminuindo o machismo, mas ainda está muito arraigado esse machismo, que é ainda, vamos dizer assim, o motivo de muitas dessas violências, a causa, a... vamos dizer assim. Mas a psicologia, para mim, a psicologia em si, é isso. Só que engloba muitas coisas, não fica só na psicologia, né, mas é mesmo muito isso que eu queria tá transmitindo: que é por conta de “n” fatores que acontece essa violência e não é só o machismo do homem ou a falta de educação, a base lá na infância, é a própria sociedade em si... é somatória, né, a dificuldade sócio-econômica. Enfim, são vários fatores que... somatório... em se somando, a violência acontece. Agora é... meio, meio que fugi da sua pergunta. Como que era mesmo a sua pergunta inicial?

E - Sobre como que é o teu embasamento teórico, né. Você iniciou dizendo da psicanálise. Como que tem... o embasamento teórico é... compreende a violência contra mulher. Se tem algum desenvolvimento específico, assim, da teoria a respeito desse tema.

P1 – Olha, se têm desenvolvimento da teoria não tô me recordando de momento, tá. Mas eu acredito que tá muito assim... a problemática em si é enraizada mais nessa questão do machismo. Em resumo, para mim, eu acho que é mais nisso, vindo lá da história para cá de lá para frente né melhor dizendo.

E - Então tá bom. Eu acho que essa parte a gente conseguiu dar uma boa conversada. É... tem agora esse momento da oficina. Eu vou apresentar um caso para você como se esse caso chegasse agora aqui para você fazer o atendimento, tá. É só para reforçar, o que eu vou pedir, assim, não necessariamente é o fluxo do atendimento, mas a tua postura enquanto psicóloga. Vamos supor, inclusive, que não fosse aqui nesta instituição, para que você consiga pensar fora dos parâmetros daqui tá.

P1 - daqui né, da casa...

E - A história de Mário e Gil. Mário Gil. Até o nosso segundo ano de casamento – aqui é a Gil narrando – Mario continuava a ser um homem calmo, gentil, e carinhoso que eu conheci na faculdade. Depois começaram as pequenas cenas de ciúmes pelos motivos mais bobos: a saia um pouco curta, o telefonema de um colega, um atraso na minha chegada em casa. No começo, eu achava graça, brincava, pensava que assim era melhor forma de encarar a situação. Mas chegou um dia em que o chamei para conversar seriamente dizendo que aquilo tudo estava me sufocando. Mário chorou e disse que estava muito confuso, que tinha medo de perder o emprego e que eu não ligasse, que tudo iria ficar bem. Seis meses depois fui convidada para ser a professora homenageada na formatura da primeira turma do curso de direito. No evento fiz um discurso emocionado, que foi tremendamente elogiado pelos meus colegas e alunos Mário, com cara emburrada, depois de ouvir os elogios, se levantou e foi me esperar na porta do auditório. Foi só chegar perto e ele me puxou pelo braço sussurrando de forma ameaçadora “vamos para casa”. Com medo, achei melhor não me opor. Depois de um silencioso percurso de carro, chegamos em casa e Mário começou a gritar: “quem você pensa que é?”. Enraivecido, me bateu e rasgou todo o meu vestido novo. Disse que não queria mais ver eu me exibindo para outros homens. No dia seguinte, quis fazer amor comigo, eu estava magoada, furiosa, além de machucada. Me recusei. Ele me agarrou à força me levou pra cama, amarrou minhas mãos para trás e me forçou. Fiquei atordoada, chorei, achei que aquilo não tinha acontecido comigo. Tomei uns comprimidos para dormir, esquecer tudo. Ao acordar, estava cercada de flores e com Mário me beijando, dizendo que aquilo tudo jamais repetiria. Não contei nada a ninguém. Tinha vergonha, achava que a gente conseguiria resolver tudo sozinho. Mas depois a situação se repetiu novamente e, assim, quase toda semana. Vinha uma ameaça, uma agressão seguida de um pedido de desculpas e de promessas que seria a última vez. Só consegui assumir o problema para minha família um ano depois da primeira surr. Na polícia não fui não. Não quero escândalo e nem que Mário vá preso. Quero, na verdade que tudo volte a ser como antes. Gil não é um caso real mas é real.

P1 - Muito!

E - E então, eu gostaria de saber você, como psicóloga, se você, inclusive quiser retomar alguma coisa do caso aqui eu releio para você. Como que seria o atendimento teu enquanto psicóloga no caso da Gil e do Mário? Quais seriam as tuas... os teus fundamentos teóricos, os teus fundamentos práticos também, para conseguir atender esse caso?

P1 – Olha, é meio complicado separar daqui, porque isso aqui a gente vê de montão, né, e ainda assim volta lá no que eu disse do machismo, né, do sentimento de posse. Aí mistura inveja

também, né. No caso, é o que muitos, muitas também inicialmente não veem isso como violência, pensam que para ser violência só levando soco chute ou ficando roxa ou saindo sangue, né, mas é algo muito triste, porque começa justamente assim. Não pode usar saia, não pode isso, não pode aquilo, e, de repente, é como que foi...? ela foi chamada, né, para... enfim, eu só sei que ele ainda depois chama ela emburrado, “vamos embora”. Ela não pode passar aquela situação de alegria, de contentamento, né, de vivenciar, melhor dizendo, que ela... os esforços dela teve bons frutos, ter... ela pode usufruir daquilo, ele já chama ela, né, não vamos embora e, enfim, e depois, na casa, ainda bate, rasga o vestido e, depois, ainda no outro dia, ainda força ao sexo e depois, no outro dia, ele cerca de flores, bota bombom, não sei o que lá o que é. Mas enfim, isso é uma verdadeira violência, né, que ela fica com vergonha, não conta para a família, não deseja o mal dele, não quer nem fazer BO, né. Isso aqui é de monte. Bom, mas assim, eu ia trabalhar com ela, voltando, eu ia começar um trabalho normal, de terapia de base analítica mesmo... se for para ser fora daqui, vamos dizer aqui, porque se fosse aqui a gente tem um atendimento emergencial apenas.

E - Então eu vou pedir para você falar um pouquinho de como que é esse atendimento emergencial para... para essas vítimas.

P1 – Então, o nosso atendimento emergencial, ouvi-la, né... entre aspas, dar um colo, né, um holding... enfim, também pontuar alguma coisa, mas, tipo assim, tentar mostrar, tipo: “olha, você viu? Aconteceu isso, isso, isso, né. Você acha isso certo, né? E se fosse o contrário?” Porque às vezes a gente quando... fazendo isso como se fosse o contrário parece que ela... nossa, aí ela assusta.

E - O contrário? Ela fazendo contra ele?

P1 – É! É... contra ele, né. Tipo assim, e se fosse o contrário? Porque muitas que chegam aqui, primeiro, não acreditando que ela sofreu violência. Ela não enxerga o quê que ela estava vivenciando é violência. Então, a gente mostra que... mostra, inclusive, né, falando de uma por uma, que teve a verbal, que teve a psicológica, que teve a sexual, que teve a física, né. Inclusive a patrimonial, que ele rasgou o vestido dela. Então teve todas as 5 da Maria da Penha, todas. A gente tenta mostrar, porque é como eu volto a repetir, como elas chegam aqui é violência... é só quando tem um hematoma ou quando tá sangrando, é mostrar que tudo isso é violência e que, tipo assim, o contrário, aí parece que ela enxerga melhor: “nossa! Realmente isso tudo é violência”. Porque ela sempre tem dó, pena dos agressores, ou, tipo assim: “não, mas não vai acontecer de novo”. Ou, tipo assim: “não, mas ele vai mudar”. Sempre tem essa fala também: “não, mas ele vai mudar” e aí a gente tenta, né, dentro do possível. Que por ser emergencial é mais ou menos isso, mostrar que ela realmente viveu violência. É tipo assim, também aquela

situação de você tá tendo dó, pena dele, mas ele não teve de você. Olha tudo que ele praticou contra você, ou então, também tem aquela fala: “não, mas ele é um bom homem, ele é trabalhador”. Ela sempre sai pela tangente buscando algo pela... de positivo deles. Aí, a gente tem que voltar e mostrar: tudo bem, mas isso, independente disso, ele praticou violência e ninguém tem direito de praticar a violência contra ninguém, né.

E - Eu... desculpa pode terminar depois eu pergunto.

P1 - E assim, agora, depois, é que a gente tem outras... como é que eu vou dizer... outras... como é que eu vou dizer... outra... outros encaminhamentos a serem feitos, né. Por isso que eu falo, aqui é só emergencial, é ouvi-la, pontuar as coisas, e mostrar, inclusive, até encaminhar, para não só os outros setores: delegacia, defensoria, enfim, mas inclusive até o CEAM, que é o Centro de Especialidades de Atendimento para Mulher, para o atendimento psicológico, tá. Porque aqui, o que eu falo, é emergencial e elas precisam ter um acompanhamento psicológico, agora, por exemplo, sendo fora daqui, eu ia iniciar um tratamento guia de base analítica, sim. Uma coisa mais demorada, sendo que no psicólogo você sabe que isso aí vai, né.

E - Você... é... eu fiquei com... não é nenhuma dúvida, mas é que eu achei interessante que, assim, normalmente, inclusive nós como psicólogos, e tenho total concordância com isso, utilizamos os... as especificações de violência da Maria da Penha, que é uma ferramenta fenomenal para que a gente consiga identificar os tipos de violência que a mulher veio a sofrer. Aí, eu fiquei pensando: “querendo ou não, é um texto jurídico, né, é um texto que versa da Lei. E dentro da tua formação, você consegue, ou dentro dos teus estudos, né, aleatórios, em casa, ou pelas próprias necessidades dos atendimentos, você encontra na psicologia subsídios teóricos? Você utilizou o termo machismo, né, e que vem...

P1 - Possessividade, né, machismo...

E - E você encontra tanto os termos de especificação de violência ou o termo machismo dentro de leituras da Psicologia? Ou você já tinha essa noção antes de começar a trabalhar com esse tema?

P1 - Eu confesso que não. Eu... vamos dizer... lá, nessa formação inicial, é que ficou bastante escancarado, claro até para mim mesma.

E - Essa formação inicial que você disse é quando você... quando vai entrar aqui na casa para começar a trabalhar? Hum... uma capacitação?

P1 - Isso, isso. O termo certo é isso, mais certo a ser utilizado. Exato. Realmente ficou, e eu posso até te falar assim, a grande maioria, né, das profissionais, eu vejo pela conversa que a gente tem entre colegas, né, também foi a partir dessa capacitação. Então, se para nós, vamos dizer técnicas, né, que aprendemos isso na capacitação, imagina para uma pessoa leiga, mais

simples, humilde, né, ou que é de outra área mesmo de outra formação. Mas é verdade isso, é... esse... esse especificar mais foi após a capacitação... ficou mais claro, escancarado, e claro, depois a gente tentou por estudar, aprofundar mais, né.

E - Você tinha dito isso, é... porque você falou, né, de... de se aprofundar mais. E tem algum referencial teórico, tanto dentro da psicanálise como para além da psicanálise, que você tem utilizado, que você tem estudado?

P1 – Então, na verdade, eu aprofundei mais na... nos próprios... vamos dizer, bibliografias que eles nos trouxeram.

E - Ah tá, aqui da casa?

P1 - Da formação do Federal.

E - Ah tá, então... é necessariamente do CFP ou são outros órgãos?

P1 -Não, não são... é... são outros.

E -Você se lembra de alguns deles, quem são esses órgãos?

P1- Não... assim, porque, a princípio, a pessoa que vem nos capacitar, ela veio lá de Brasília, né. Por isso, que eu falo, é que aqui, a casa tem as três instâncias: a federal, a municipal e estadual, né. Mas a nossa formação em si veio lá da Federal, e é uma doutora que, ela inclusive nos deixou bastante assim, pelo menos a mim, né. Eu achei muito interessante essa parte da história. Foi ela que nos trouxe do machismo, que a coisa vem lá de trás, e que tá muito forte, arraigado ainda nos dias de hoje. Eu entendi mais o que acontece hoje, né. É porque vem de coisas arraigados de trás.

E - É muito interessante, porque a gente, até pelo objetivo da pesquisa, a gente conseguiu entender se a psicologia tem produzido algum sentido a respeito disso, né. Se tem produzido alguma narrativa ou algum texto ou alguma teoria em si, e parece que, pelo menos dentro desse atendimento, você disse que vem de uma capacitação de um órgão federal, né. E você, por acaso, se lembra quem foi a professora que deu a capacitação?

P1 - Doutora Claudia... esqueci o sobrenome... e assim, na verdade, ela nos trouxe, né, além das aulas em si, ela me trouxe materiais, vamos dizer assim. Então, era para a gente tá lendo, estudando, é... é claro que depois também uniu com essa questão de políticas públicas para as mulheres a gente tá tentando, sempre antenado nisso, né, já que o trabalho aqui envolve, né.

E - Esse material que você disse que foi entregue por ela é o material... é o mesmo material que as outras colegas usam? É o que também fundamenta a prática das assistentes sociais das...

P1 - Sim...

E - Ah tá, então é o material que acho que é interdisciplinar que chama.

P1 - Isso

E - Ah, bacana. Até gostaria depois de ver se eu poderia ter acesso ao material e ver como... entender como que é vista ali dentro também. Não sei se consigo com alguém, mas isso é para depois.

P1 - Tem até acho que um vídeo se não to errada sobre o enfrentamento da violência. Enfim, acho que tem aí.

E – Então, você considera que essas... esse aprendizado, a respeito da violência contra mulher, no teu caso, você considera que tem sido subsidiada por teorias ou por produções teóricas que não se enquadram necessariamente dentro da psicologia? E você... o que que você pensa que a psicologia tem produzido a respeito disso? Como que você vê esses... esses dois aspectos?

P1 – Olha, é porque, na verdade, o que eu percebo, esse é um tema novo, vamos dizer assim, que até uma colega minha, a gente conversando, assistente social, ela falou: “é complicado para a gente, porque é um tema novo”, não tem, assim, vamos dizer, preto no branco, no papel, né. É algo novo, tema novo, então a gente tem uma certa dificuldade, mesmo, tá. Ou, de repente, é falha minha de tá buscando mais, mas também eu posso, já vou até repetir o que eu comentei com você no início, né, não tenho vergonha nenhuma, é o que eu penso, é o que eu sinto. Esse tema, para mim, é muito forte. Suga muito, estressa muito, é tanta... que nos foi inicialmente dito que nós, técnicas, teríamos alguém que cuidasse da gente, do profissional, que é o “cuidar de quem cuida”, justamente por conta do tema de... ser forte, de ser estressante. É um tema agressivo, é um tema que gera dor, ansiedade. Enfim, tem que saber lidar muito bem com isso, né. Então, é de tanto meu dia-a-dia, o tema aqui ser violência... eu não quero saber de violência quando eu saio daqui. Eu não quero saber de violência, eu tô esgotada, vamos dizer assim. Esse tema não é minha paixão, mas esse é meu trabalho atualmente, tá. Inclusive, eu tô até buscando algo em paralelo, para que, né, eu tenho esse outro lado mais... ameno, mais gostoso, mais para desestressar, vamos dizer assim. Mas é isso então, tanto que, quando eu saio daqui, desculpa tá falando isso, mas eu preciso... eu mesmo... assim, quando eu vou buscar informações lá na internet eu seleciono o que eu quero ler, mas eu não busco nada de violência, eu não quero saber, né. E eu tô nesse grau, para falar a verdade. Então eu falo, eu seleciono tudo diferente que fale de violência, mesmo até se é algo assim para um estudo. A violência em si, piorou. Aí que eu não quero ler mesmo.

E – Compreensível... totalmente...

P1 – Então, eu tô sendo sincera e verdadeira.

E - Ótimo. É... bom, eu tenho mais duas perguntas aqui, Eu acho que a gente já conseguiu conversar um pouco sobre uma delas que é quais teorias da Psicologia tem ajudado sobre isso. Só para ter certeza, assim, me parece que a psicologia tem sido um pouco faltante nesse tema

dentro do que você falou, até pela própria formação que vocês tiveram aqui dentro da casa, que foi um pouco mais aberta com outras disciplinas.

P1 – Isso, isso, isso.

E - E aí... Bom, eu acho que a gente conversou um pouquinho sobre isso, mas vamos ser um pouco mais específicos, enfáticos, sobre... bom, se tiveram algumas dificuldades, tanto teóricas quanto pessoais, como você comentou, para iniciar esse tipo de trabalho na psicologia. E se, assim, a tua formação foi suficiente, a tua formação anterior era suficiente? Se você tinha... se você teve algum estágio ou algum contato com esse tema antes daqui ou em qualquer outro espaço?

P1 – Não. Antes daqui nunca havia tido contato com esse tema. E como eu disse, esse tema, em si, ele é novo, então por ser novo a gente tem uma certa dificuldade, né. Uma carência, acho que, é que... melhor... é... esse, né, inclusive pela casa ser pioneira. Então, nós somos pioneiros. Nós estamos aprendendo. Estamos construindo. Até a fala da própria doutora, ela falou justamente nesse sentido, por ser pioneiro, nós somos as primeiras, estamos construindo, estamos ajudando a construir. Acho que dá para entender.

E - Deu sim... deu pra entender. É algo que vai sendo feito a cada atendimento.

P1 – Isso! Exatamente. A cada atendimento a gente vai obtendo experiência, a gente vai obtendo experiência e... e... e... e conseqüentemente o restante vai começar a surgir. Aliás, já começou a surgir, né.

E - E o que você acha que já começou a surgir, então, pra gente continuar a conversa?

P1 – Então, é justamente por conta dessa... dessa política pública, né, para as mulheres. Tá havendo mais, não só, assim... é... destaque, enfoque no tema do tipo... de uma forma não só de mostrar porque que é a violência em si, para ficar bastante claro para todos, né. Toda a sociedade aí, mas, inclusive elas estão buscando algo mesmo a nível de bibliografias mesmo, para nós estarmos enriquecendo um pouquinho mais o nosso conhecimento, o nosso... para poder tá, através daí, saber melhor desenvolver o trabalho.

E - E para gente finalizar C., apesar de todas as dificuldades, que você já pontuou em alguns momentos, é... mas também considerando que hoje esse é o teu trabalho atual e que você tem se mobilizado para fazer o melhor possível, o que que você... qual foi a melhor aquisição em termos de conhecimento que a psicologia te proporcionou? Ou, que os atendimentos daqui te proporcionou, que você acha que fez diferença nos teus atendimentos, que fez diferença na forma como você recebe uma mulher aqui? O que que você acha que foi alguma aquisição, construção teórica, conhecimento teórico, que você adquiriu aqui que mudou bastante?

P1 – Bom, volto a repetir: é o tema em si lá, da capacitação, né. Me trouxe esse conhecimento, algo novo, que antes não... não era assim. Eu não tinha essa percepção, eu não tinha essa noção. É... o aprendizado em si também não fica só nos atendimentos, nas experiências que a gente vai ganhando, né, de atendimento em si, mas... mas algo mais em nível de aprendizado dos outros setores também: defensoria, delegacia, Ministério. Para onde as mulheres vão ou são encaminhadas, né. Mas o atendimento em si também é... foi bastante importante, porque a gente encontra aqui mulheres de várias faixas etárias, de classe social, raça, credo, enfim... por vezes, eu... a gente, assim, recebe essa mulher que realmente sofre violência, por vezes, eu... a gente assim recebe essa mulher que realmente sofre violência e que vem chorando, com muita dor, ou mesmo com hematoma, enfim, e a gente faz o nosso trabalho. É gratificante, no sentido, assim, poxa, ela se... realmente se acalma, sai melhor daqui, e às vezes até agradece, ou, enfim. Tem essas, né... tem esse... esse número de pessoas, assim... mulheres assim, mas também tem aquelas outras que é... eu percebo que elas vêm aqui, é atendida, a gente faz a nossa parte, depois elas voltam com o agressor. Aí elas voltam aqui de novo, porque voltam a sofrer a violência. E tem umas que vem, assim, conscientes: “poxa foi falha minha eu acabei voltando eu achei que ele ia mudar”. A história é basicamente essa. Ele disse que ia mudar, tem aquele círculo vicioso, que a gente diz que tem, assim... a explosão, né, a briga em si. E depois tem aquela outra fala, parte... “ai, me desculpa me perdoa eu vou mudar tá na na na”. Elas acreditam, aceitam eles de volta, aí aceitam ele... ele de volta. Ele traz bombom, flores, aí depois volta aquela situação da agressão verbal, até que chega culmina de novo na agressão física, e aí fica aquele círculo vicioso, né. A gente tenta mostrar para elas: “vocês é que tem que quebrar esse círculo vicioso”, né e... mas é como eu falo, aqui é um atendimento emergencial, não é aqui que vai ser feito tudo, né. Por isso, a gente encaminha lá para o outro departamento. Mas, enfim, aqui a gente aprende que aparece mulheres de toda maneira e inclusive até aquelas que... que nos deixam também cansada, irritada estressada. Porque, tipo assim, parece que tudo que eu fiz, tudo que eu venho fazendo... aí repete tudo de novo, é aquele círculo mesmo. Ela não sai do círculo.

E - Era o que eu ia te perguntar.

P1 - Aí causa na gente, assim, um pesar... um... mas ao mesmo tempo, pelo menos para mim, né, eu tenho consciência de que eu fiz a minha parte, então...

E - Eu tinha dito que era a última pergunta para a gente finalizar, mas aí surgiu esse assunto que eu achei interessante a gente comentar... como que... bom, você já disse que isso...

P1 – Mexe, né... é um cômodo.

E – Sim, mexe... um cômodo para... para quem atende. E como é que você... você acha que isso acontece? Por qual razão? Quais são os motivos que você vê...

P1 - Que eu fico incomodada com a...

E – Não, pelo contrário, porque essa mulher retorna a um relacionamento violento?

P1 - Qual motivo, você fala?

E - Quais os motivos que você entende que faz com que ela volte para o relacionamento violento?

P1 – Então, é... a meu ver, é a própria... aí que tá a psicologia, entende? Encaminhar ela para um tratamento de Psicologia. É lá que ela, ao meu ver, é onde ela vai ter forças para fazer essa quebra, desse círculo vicioso. Porque é como eu disse: aqui é emergencial, é um atendimento emergencial, mas que, por vezes, já impulsiona algumas a fazer esse corte, né. Mas, em contrapartida, a grande maioria não precisa desse encaminhamento. Não que a outra não... também não precisasse, a gente encaminha todas, tá, e elas... é de livre arbítrio, vai se quiser, mas assim, só mesmo o tratar lá na psicologia, lá no... no... no tratamento, sessão de terapia, que ela vai se auto conhecer, né. Ela vai se fortalecer, ela vai aprender a lidar melhor com as situações da vida, quer seja das tristezas, das alegrias, das situações todas que ela vem vivenciando na vida dela. Ela vai aprender a fazer melhor as escolhas... eu... eu sou muito disso, que a psicologia, nesse ponto, é imprescindível. Ela precisa passar por esse tratamento para auxiliar ela nessa quebra de círculo vicioso e, tipo, aprender a fazer novas escolhas, porque, de repente ela pode até terminar, “então consegui quebrar” e até separar desse agressor, mas ela ainda tem toda uma vida pela frente. Então, que no próximo relacionamento, ela já aprenda, né, a fazer novas escolhas. A não ficar repetindo, porque a psicologia, é lógico, você sabe disso, a gente repete muito enquanto a gente não se trata, não se auto conhece, entende os porquês, os motivos. Que eu sempre foco, falo que é lá de trás, né. É lá. Por isso, que eu gosto muito de Freud. Porque, para mim, explica bastante... muitas coisas atuais advém lá de trás, e ela se auto conhecendo, então, ela vai ter melhoras na vida dela. Melhores escolhas, enfim...

E - Eu acho que a gente conseguiu contemplar muito bem a nossa... com a nossa conversa todos os pontos. Agradeço a tua disponibilidade, a tua sensibilidade também, para a gente conversar e vou encerrar entrevista. Então, muito obrigado.

Apêndice IV – Entrevista com a Participante 2 (P2)

Entrevistador - Agora eu vou te apresentar uma folha, nessa folha estão alguns termos que eu gostaria que você associasse, assim, rapidamente, sem pensar muito, as primeiras palavras que te vem à mente. Não precisa ser frase, não precisa ser nada elaborado. As primeiras palavras que te vierem a respeito desse tema aqui. Corriqueiro, né... pode ficar à vontade, tá... escrevendo...

Participante 2 - Você quer que eu escreva?

E – Isso. Escreva na folha, fazendo favor, que depois... é... serve como registro também.

P2 – Pronto.

E - Então tá bom. Eu posso ler?

P2 - Pode.

E - Então tá. “Muito a ser discutido e trabalhado para combater a violência contra a mulher”; “mais políticas públicas, menos políticas partidárias”. Ok. Eu vou pedir para você escolher entre uma e três palavras que... aí nessa produção discursiva, que você fez, que você acha que seriam mais importantes quando a gente levanta o tema de violência contra mulher. De uma a três palavras é suficiente. Ótimo. “Combater”, né?

E2 - Uhum

P – “Combater” e “políticas públicas”. O que... bom a partir da tua perspectiva como psicóloga, eu gostaria de saber, então, como que você entende essas duas palavras, tanto combater, quanto políticas públicas, relacionadas à violência contra mulher? O que esses dois termos têm a ver com violência contra mulher a partir de uma perspectiva da Psicologia que você construiu?

P2 – É... bom, para mim, tá muito tudo ligado, porque... sabe, quando eu digo aqui “combater a violência” a gente precisa discutir muito e trabalhar muito ainda. É primeiro que a gente... eu percebo muito a questão da mulher não conseguir se perceber dentro da violência doméstica, né. Que ela... que eu trabalho, na verdade, é difícil que elas percebam qualquer tipo de violência que elas passem. Tem muito a ver com a questão da cultura. Então, assim, enquanto psicóloga, você, eu sempre tento fazer com que ela perceba a situação que ela está inserida, né. Porque, se ela não percebe, é... é... é como o agressor, se ele não se percebe como agressor, ele não vai mudar, porque ele não tem o que mudar, ele não sente culpado. Então ele culpa a mulher e ela se sente culpada e também não se tira daquele lugar de culpa dela. Então, ela fica sempre ali, em torno daquele sintoma, que também tem muito a ver com ela. Muitas delas passaram por isso em suas relações familiares e tem isso como normal. Então, uma coisa que eu sempre falo, assim, a própria informação mesmo, né, faz com que você consiga ter mais acesso... a combater

a violência contra mulher. Hoje, com a Casa, as pessoas perguntam, questionam muito se a gente acha que a violência aumentou porque a casa existe. Eu sempre digo “eu não acho que a violência tem aumentado porque a Casa existe”. Essas mulheres viviam em violência mas não tinha uma informação para onde ir, então, assim, hoje, a gente tem um local para atendê-las. Então, a demanda aumenta muito conforme a divulgação da Casa, que, para mim, é uma forma de prevenção, né, uma forma de combater. Porque, se você não discute, se você não fala... e não adianta a gente falar isso lá, sentado dentro de uma sala de aula, numa pesquisa, a gente tem que falar com elas mesmo, divulgar o quanto mais em massa a gente puder, para que elas se entendam dentro do ciclo da violência e conseguir vencer, né. A questão da política pública é... a gente vive nesse Brasil louco, aonde a gente tem sempre essa mistura, né, da política pública. A Casa é um projeto lindo, que muitas vezes a gente vê ele esbarrado em política partidária. Enquanto os governos, os governantes não entenderem que a gente precisa trabalhar, mesmo que seja com política partidária, mas você precisa trabalhar a política pública, porque as pessoas estão aí. São elas que votam, são eles quem define.... enfim parar de pensar um pouquinho menos na política. Eu vejo muito isso na ação diária. É difícil não fazer essa mistura. Às vezes, a gente esbarra muito por conta da política partidária, e... mas você tem um trabalho lindo aí para fazer, um trabalho com política pública, né.

E - E especificamente dentro da problemática da violência contra mulher, como que você acha que seria interessante a psicologia atuar numa... dentro de contextos de políticas públicas, voltados para violência contra mulher? Você já deu algumas noções né... combater e tal... eu queria só que você falasse um pouquinho mais.

P2 - Você tá querendo que eu fale formas de atuação do psicólogo para tentar esse combate a isso, é?

E - Pode ser.

P2 – Efetivamente, nas metodologias usadas, eu sempre penso assim, a própria palestra a gente conseguir estar mais presente. Aí que eu digo para você, que a política pública esbarra na partidária. É que a gente trabalha hoje na casa com pouquíssimos funcionários, então eu tenho muita vontade de coordenar um grupo. A gente, é... hoje até tenho um trabalho em grupo mas quem faz a gente tem que pedir ajuda, não vem estagiários... pedir então a uma psicóloga nossa do setor, junto com estagiários da Uniderp, que fazem as dinâmicas de grupo, né, que fazem os trabalhos de grupo semanalmente. Mas eu acho que a gente podia tá mais ativo dentro disso, né. Nós mesmos na equipe participar mais. A gente não consegue atender, ter continuidade, fazer um trabalho, de repente, com essas crianças que... que tão junto, inseridas, né, na violência, junto com esses pais. Até falo muito a respeito, como é que a Casa da Mulher

Brasileira existe em Campo Grande e Campo Grande não tem um trabalho com o agressor, né? Porque tá dentro da própria Lei Maria da Penha. Então, assim, pensar enquanto psicóloga no trabalho com o agressor, no sentido também de fazer ele se perceber como agressor, mexer muito aí. Para mim, não é sentar ele lá... é uma responsabilização dele mesmo, fazer com que ele entenda, de uma forma histórica, né, o porque que acontece, o porquê. Para ver se ele se enxerga. Discutir gênero, discutir toda a questão cultural do machismo e do paternalismo. Então, acho que tem muita coisa para fazer ainda, que o psicólogo pode ir, em conjunto, atuando, né. O negócio é você ter como fazer que... aí, a gente vai, volta lá no “política partidária”, né. Porque, muitas vezes, para as pessoas, e isso não tem muita importância, é muito difícil mesmo você trabalhar. Eu vou dizer uma coisa, assim, que eu sinto: “quem tá na ponta sofre muito, porque quer ver as coisas se efetivarem”. E aí, você faz muito, e quem não tá aqui, que são os governantes, mostra isso de uma forma linda, política, e não mostra as falhas, né. Podia ser muito melhor, mas se tá vendendo assim para quê que eu vou melhorar?

E - Eu achei que foi interessante o que você falou e achei interessante também o fato de você pontuar a necessidade de algumas medidas em grupo também com os agressores, né. E dentro... a gente já passa, daqui a pouco, para o próximo ponto da entrevista... dentro dessa atuação da Psicologia, eu acho que você disse algumas palavras que parece que tem tido mesmo muito a ver com a violência contra mulheres, que é o “machismo”, “necessidade de falar sobre gênero”. E como que você acha que a psicologia tem trabalhado esses temas ultimamente? Ou, não necessariamente ultimamente. Quais têm sido os teus contatos com esses temas dentro da Psicologia, ou você não encontra na psicologia? Encontra em outras áreas de conhecimento subsídios para fazer a tua atuação?

P2 - Acaba que, assim... não sei muito bem... (risos). Porque, de uma certa forma, você trabalha muito com demanda e vamos lá, né... (risos).

E - Então eu vou reformular a pergunta, porque eu entendo que isso aconteça. Você se pauta em algum... alguma fundamentação teórica específica para fazer os atendimentos? Você utiliza de outros referenciais não da psicologia ou são só os da psicologia?

P2 – É, agente se utiliza muito da Psicologia mesmo, né.

E – Alguma teoria em específico?

P2 - Uma teoria específica não... acaba que você faz uma mistura de... da própria clínica, talvez freudiana ou não, mas em relação à catarse, essas coisas, de tentar mexer em alguma coisa... é que o que a gente faz aqui é muito imediatista. Eu também não posso colocar o dedo na ferida dela e deixar ela aberta, exposta, e mandar ela embora daqui, né. Então, acaba que você trabalha mais com a... com a parte social mesmo, pensando, talvez, sei lá, justamente um pouquinho lá

da sócio-histórica, da dialética, né. Porque tá tudo muito junto, mas isso para mim, né. Mas com elas, dentro do atendimento, a gente acaba utilizando muito da clínica, mesmo, para tentar... mas sem, também, mexer muito. E aí eu acho que esse é o lugar... é onde entra a rede, porque eu preciso entregar essa demanda com carinho para outra pessoa, também, para continuar. Mas pensando muito na questão sócio-histórica, mesmo, de repente, de olhar para essa mulher dentro do contexto social dela, entendeu? Mais ou menos por aí que a gente vai indo, mas é bem assim, você acaba... você trabalha, você pega tudo que você aprendeu. Eu acabo não conseguindo ter tempo mesmo de sentar e ler. Você pega um pouco de todo o seu conhecimento e vai vindo. Até por isso que a gente vai muito para... eu vou muito, gosto muito de participar de palestras, de outras coisas, porque, como eu não tenho tempo para me dedicar e sentar e hoje eu escolhi fazer uma especialização e ir para uma outra área que tá longe do que é a minha atuação mais para ter outros... na época que eu fui escolher o curso de RH eu fiquei muito em dúvida, porque eu queria fazer... a gente tem aqui, na UCDB, a gente tem um mestrado em psicologia, pautado para os direitos humanos, né, só que era caro e o meu curso de RH é barato, não pago nada, na verdade, né. E aí, por isso, que eu acabo indo, participando muito, porque aí você ouve outras coisas... ouvir o que tá fora da sua rotina, né. Mas, é... tem que sentar mesmo, tem que fazer isso que você tá fazendo, tem que ter mais tempo. A gente, até a coordenadora antiga federal, ela dizia: “gente, vamos escrever as coisas que estão acontecendo aqui”, mas não dá tempo, você viu. Você ficou o dia inteiro me esperando.

E - E vocês... ainda que vocês têm outros compromissos, né. E uma... escrever não é simplesmente sentar escrever.

P2 – Sim. É uma coisa que, como solucionar isso... é quando a gente tem a equipe, como ela é posta em diretrizes, né. Porque aí você consegue, com duas, ou, com 22 profissionais você tem mais tempo. Eu tô com um relatório parado para fazer, não consigo parar e mexer nele, né. Então, assim, é complicado.

E - É compreensível, completamente. E., agora vai passar para um outro momento da entrevista em que eu vou te apresentar a história do Mario e da Gil. É um caso de violência, um exemplo apenas, só para pautar nossa... a continuação da nossa conversa aqui. A história de Mário Gil: “Até o nosso segundo ano de casamento – aqui é a Gil narrando – Mario continuava a ser um homem calmo, gentil, e carinhoso que eu conheci na faculdade. Depois começaram as pequenas cenas de ciúmes pelos motivos mais bobos: a saía um pouco curta, o telefonema de um colega, um atraso na minha chegada em casa. No começo, eu achava graça, brincava, pensava que assim era melhor forma de encarar a situação. Mas chegou um dia em que o chamei para conversar seriamente dizendo que aquilo tudo estava me sufocando. Mário chorou e disse que estava

muito confuso, que tinha medo de perder o emprego e que eu não ligasse, que tudo iria ficar bem. Seis meses depois fui convidada para ser a professora homenageada na formatura da primeira turma do curso de direito. No evento fiz um discurso emocionado, que foi tremendamente elogiado pelos meus colegas e alunos Mário, com cara emburrada, depois de ouvir os elogios, se levantou e foi me esperar na porta do auditório. Foi só chegar perto e ele me puxou pelo braço sussurrando de forma ameaçadora “vamos para casa”. Com medo, achei melhor não me opor. Depois de um silencioso percurso de carro, chegamos em casa e Mário começou a gritar: “quem você pensa que é?”. Enraivecido, me bateu e rasgou todo o meu vestido novo. Disse que não queria mais ver eu me exibindo para outros homens. No dia seguinte, quis fazer amor comigo, eu estava magoada, furiosa, além de machucada. Me recusei. Ele me agarrou à força me levou pra cama, amarrou minhas mãos para trás e me forçou. Fiquei atordoada, chorei, achei que aquilo não tinha acontecido comigo. Tomei uns comprimidos para dormir, esquecer tudo. Ao acordar, estava cercada de flores e com Mário me beijando, dizendo que aquilo tudo jamais repetiria. Não contei nada a ninguém. Tinha vergonha, achava que a gente conseguiria resolver tudo sozinho. Mas depois a situação se repetiu novamente e, assim, quase toda semana. Vinha uma ameaça, uma agressão seguida de um pedido de desculpas e de promessas que seria a última vez. Só consegui assumir o problema para minha família um ano depois da primeira surr. Na polícia não fui não. Não quero escândalo e nem que Mário vá preso. Quero, na verdade que tudo volte a ser como antes”. Bom, vou deixar aqui caso você queira retomar alguma coisa. Na tua perspectiva como psicóloga, né, principalmente aqui dentro da Casa, ou dentro da onde que você já participou, que você já trabalhou, aliás... como que você, como que a sua psicologia, a psicologia que você faz, compreende esse caso? Quais são as causas dessa violência? Quais são os motivos de manutenção do relacionamento? Quais são... como você compreende isso daí a partir da psicologia?

P2 - Quando você entra numa relação, né, você tá lá, cheia de sonhos, né, de ansiedade para que as coisas que você anseia, aí, uma vida toda, aconteça. Na maioria das vezes, pelo que eu acompanho, né, durante a trajetória do meu trabalho, é que nunca é tão no início, até, mas é só uma pontinha, né. É uma... um ciúmes que a mulher acha normal, e aí, depois, a situação vai se agravando, e a gente passa por todo esse ciclo. Mas você já tá envolvida, talvez, até digo, muito, não tem nem como... toda relação ela é sintomática. Então, avaliar e porquê... até, hoje tava conversando com a L., fui... eu disse: “eu fui até meio dura com uma moça que eu atendi hoje... para tentar, ela, fazer perceber... se perceber dentro da violência”, né. Porque eu perguntei para ela: “qual a idade do autor?”, ela disse “eu não sei”, eu disse “Ué, vocês moravam juntos?”, “é” e aí ela, “é... faz oito meses que a gente tá junto, e ele fica muito em casa”. E aí, ela, antes disso,

eu vi que era o retorno, mas ela já veio anteriormente, não por esse autor, por um outro autor. E aí, você vai pegando um pouquinho da história de vida dessa pessoa, aonde ela disse para mim: “Érica... eu... o pai da minha filha é uma pessoa e quem registrou minha filha é outra pessoa e que também não é a outra pessoa que eu vim registrar antes”. Então, assim, é a questão de... ah, tá... “E você já presenciou outras relações de violência?”, “sim, a minha mãe viveu isso a vida inteira”. E aí, tentar mostrar para ela que... “quando ele diz para você não fazer, o que que você faz?”, “não, eu tenho que ficar na minha, porque eu que tenho que amenizar”. Então, não... “quem que te disse que é você que tem que amenizar?” Fazer a... refletir, desse lugar de onde ela está se colocando, né. Então, é mais ou menos por aí, né, que as coisas vão acontecendo dentro do... de um atendimento da Psicologia. Trabalhar junto com isso, essa visão mesmo de se perceber, né. De se ver dentro daquela situação. Não sei se era exatamente isso, não sei se eu fugi, não me lembro mais direito que que você perguntou, e eu fui indo por isso... mas é fazer perceber, se fazer perceber porquê daquilo, porque está repetindo essa história com outros homens, né. Porque aquela história, se tá repetindo, não é mais dele, né, tem alguma coisa minha que está inserida nisso, né. Não é possível que eu seja tão azarada que o mundo vire contra mim, né. Então, é mais ou menos assim que eu costumo trabalhar.

E - Nesse caso, é... eu achei interessante, porque o teu caso, o caso e que você atendeu, aliás, extrapolou, tendo muitas similaridades: repetição, a manutenção... e o que você vê que a psicologia consegue contribuir, o olhar do psicólogo consegue contribuir para que o técnico, então, mostre com mais facilidade para a pessoa, para mulher em situação de violência, que ela está em uma situação de violência? Quais são as ferramentas que o psicólogo tem para conseguir mostrar isso para... o quais os conceitos que ele utiliza, que ele ou ela, no caso você psicóloga?

P2 - A gente tem dentro da sala de atendimento, no computador, eu não tenho nenhuma aqui... a gente tem o ciclo da violência. Todas as vezes que... é engraçado quando elas começam a falar... Engraçado não, né, mas e... aí, a gente abre o ciclo e faz assim, e mostra, tem umas que já começa desesperadamente: “ah, meu Deus... mas é mesmo, doutora? Ele vai mudar?”. Aí, eu sempre pergunto: “se tá repetindo, é difícil. Essa mudança, então, assim... tem que mostrar com alguma coisa que seja palpável, e, às vezes, nem assim a gente... eu já tive caso de atender uma mulher que ela tava inteira rasgada e aí você fazer ela se olhar... a gente tem espelho também na sala de atendimento... ela vem e olha para mim e diz: “mas ele não” - ela veio para revogar dois dias depois do fato – “mas ele não vai me fazer mal”. E eu peguei o espelho e mostrei para ela e falei: “e aí? O que é mais que você vai esperar, ele realmente te matar?”. Então, assim, usando essas coisas que façam a realidade vir e, talvez, com tudo. É o que eu sempre digo: “a

gente tem que tomar cuidado de onde a gente vai mexer”, também, porque ela não vai vir aqui amanhã, né. Então eu sempre tomo esse cuidado, mas com o pouquinho que a gente tem, tentar mostrar para ela que ela tá vivendo.

E - O que que você acha... quais são os fatores que mais dificultam a mulher perceber que tá numa situação de violência?

P2 - Ela com ela mesma. Ela é a própria arma dela, né. Eu sempre falo que ela planta, que a gente planta a sementinha quando ela vem. Ela pode não estar rompendo ciclo naquele momento, porque ela tem sonhos, tem filhos, mas que, na verdade, eu, enquanto psicóloga, sempre acho que ainda é secundário, que o primário é o que liga ela, o desejo de estar com essa pessoa, seja financeiro, seja realmente afetivo, seja os filhos. Mas eu acho que tem ali um sentimento, uma coisa que é dela, que também tá inserido naquela situação, que está inserido naquele contexto. Porque, se a pessoa tá bem com ela, eu acho que ela não vai se permitir a viver aquilo. O que é patológico e o que não é, e porque que ela se permite estar ali dentro daquela situação, né. Então... me perdi...

E - Não, mas eu acho que foram, a resposta seguiu um caminho da pergunta, que era de saber quais são os principais fatores que você, como psicóloga, vê como empecilhos para pessoas identificar quando estão sofrendo violência, por que que, às vezes, essa pessoa não se percebe numa situação de violência e também porque que, mesmo percebendo a situação da violência, não consegue desvincular. Bom, refiz a pergunta, caso você acha que...

P2 - Na verdade, eu acho que eu pensei em alguma coisa, e aí eu terminei em uma e ficou outro pensamento. E aí, por isso que eu fiquei perdida. Mas é mais ou menos isso mesmo, de ter o tempo dela, de ser... de ter muito a ver com ela, se perceber. Tipo, a gente sai, vai dar palestras, as pessoas questionam muito, né: “por que que essa mulher continua nessa relação?”, “ela gosta de apanhar?”. A gente vivencia muito isso, né. “Ai, você trabalha”... “trabalho de vocês não vale de nada, porque ela vai apanhar até o dia que ela quiser”. Infelizmente, de certa forma, tenho que concordar, porque, enquanto ela não rompe, ela realmente vai... quer dizer, quando ela vem, a gente quer a questão da prevenção, que é a questão da informação. Quando eu mostro aqui para ela o círculo, quando eu, às vezes, coloco para ela dados do que a gente vivencia mesmo, né, de dizer para ela: “olha, não sou eu que tô te dizendo que vai ser difícil ele mudar, é uma coisa que é geral, é estatístico, né”. Eu até digo, né: “eu gostaria que ele mudasse, que vocês tivesse uma relação saudável, talvez possam ter, né”. Enfim, eu não posso condenar esse homem e dizer: “isso daí não muda nunca mesmo”, porque eu acredito muito no processo do trabalho e o que tem que ser feito com o agressor, né, que é pedido dentro da própria lei, que se você mudar ele... é uma coisa que eu digo muito aqui na casa também, hoje você consegue, a

mulher vem na casa, a Casa da Mulher Brasileira. Tanto é que trabalho com o agressor, eu faço parte do projeto, né, que a gente... tá em andamento e não foi para frente por causa de verba em relação... ah, tá vendo? Eu tô cansada mesmo, perdi de novo.

E - Trabalho com agressor, falta de verba...

P2 - Ah tá, que hoje o agressor... ela... ela vem, ela é... o João que a gente tá aqui e a gente já consegue acompanhar e consegue fazer com que a Maria rompa o ciclo. Aí, depois, vem o mesmo João, vem a Rita, vem a Beatriz, vem a Ana Maria. Vem, assim, porque a gente tá trabalhando com elas, mas o mesmo João vai fazer outra vítima amanhã. Então, enquanto eu não mudo com isso, eu não consigo, também vou ficar rompendo, rompendo e ele vai continuar atuando lá fora. E a relação é isso, e eu digo que quando ela vem, a gente planta que... a sementinha, passa informação para ela e ele mesmo quem rega, porque ela volta para casa e eu falo: “tomara que ela fique pensando nesse ciclo, nesse desenho, naquela marca, desenho”. Dá vontade de dar uma folhinha para ela, porque... para ela entender que é daquele jeito mesmo que ele vai cansar de prometer, que vai ter, na verdade, momento que ele já não vai mais fazer aquela parte da Promessa, porque, para ele, também... se não faz sentido, porque a intensidade aumentou tanto e a frequência aumentou tanto, que para ele... ele já desvalorizou tanto ela, que acabou, não tem respeito nenhum de fato. Então, “eu não preciso prometer, não vou mudar mesmo”. Então, ela, quando ela vem, eu até falo para elas: “quando vocês vem e depois não usam as coisas como tem que ser usadas, vocês dão força para eles. Porque eles perdem a credibilidade, eles desacreditam na polícia. Se eles ferem a medida protetiva e vocês não avisar quem tem que ser avisado, não vem, não faz um novo registro de boletim de ocorrência, você tá dando força para ele. Aí, tipo: “eu fui e fiz. Ela foi, fez e continua do mesmo jeito. Eu venho e bato nela... não faz nada. Polícia também não faz nada não”. Porque não vai ter uma polícia aqui 24 horas. Então mais ou menos por aí.

E - Acho que uma das perguntas... faltam duas na... duas etapas aqui pra gente finalizar, mas uma a gente já conversou um pouquinho, sobre quais foram as teorias psicológicas que, desde o início da sua formação até agora, ou se teve alguma mudança, se você gostava de tal teoria, mas viu que ela “não dava conta dessa realidade que eu tô trabalhando, tive que começar a me aventurar em outras teorias”, quais seriam as teorias que você tem tido um pouco mais contato, que você teve mais contato, que vem te sustentando na prática até aqui? E como que essas teorias... e quais seriam os principais conceitos que essas teorias trazem a respeito da violência contra mulher? Você falou de machismo, feminismo, você fala de gênero, ou se não falam, ou se falam de outros termos... Essa seria a pergunta, então. Deu pra entender?

P2 - Eu acho que é mais ou menos aquilo que eu te falei mesmo. O que me embasa muito ainda é um pouquinho lá... eu até brinco com as meninas: “que vontade de usar Lacan com essa mulherada! Vai embora pensar! Corta aqui. Acabou” (risos). Às vezes, você tá tão estressada, que você fala “sai, vamos cortar”. Por conta disso, né, porque, às vezes, eu falo, né, e aí eu acabo que... às vezes, não dá, eu uso realmente... acabo indo mais para parte de avaliar mesmo, ver de tentar um pouquinho, mas é... é mais ou menos o que eu te falei, acaba não mudando muito do que eu via lá atrás... o que eu te disse, acabo usando, mesmo, essa questão analítica, mais para o lado freudiano mesmo, o básico de tudo, né. Eu acho que é isso, não tem muito... eu é que... eu vou lendo muito... muitas coisas a respeito de direitos humanos e acaba que, às vezes, não é especificamente na... em alguma linha teórica psicológica, né, não foi escrito por algum psicólogo, de fato, apesar de ter análises psicológicas da situação, mas acaba sendo mesmo a psicologia social e você tem que misturar um pouco disso aí... por aí...

E - Era essa... essa necessidade de leitura, como você disse, de textos, trabalhos de dentro dos Direitos Humanos, mas que às vezes não são próprios da Psicologia, né. Você disse, é isso que eu achei interessante, faz a gente pensar um pouquinho sobre o trabalho da psicologia na inserção desse tema.

P2 - Às vezes, a gente fica falho, né. Porque as coisas vão indo, você podia... mas tem uma coisa que eu falo, quando eu fui fazer o meu TCC, eu acabei fazendo em psicologia hospitalar, que eu na verdade, não conseguia trabalhar com psicologia social eu não conseguia... a questão de... eu trabalhei antes em CRAS, em CEINF e eu dizia: “mas vem cá, eu dou 100%, essas crianças levam um por cento, voltam para o mesmo ambiente”. É muito frustrante que... que... que eu faço, e eu fui me afastando. E eu adorava psicologia hospitalar. Eu dizia: “a gente, alguém tá ouvindo a dor dessa pessoa, que vem misturada com toda a vida dela aí, e, de repente, ela é o provedor da casa, e ela adoce”. Enfim, você mexe com questões, aí, relacionais com essa família. Enfim, junto com a doença, vem todo o processo da tua vida, né. E as pessoas me perguntavam: “E., já pensou, um dia você vai lá, ela tá viva, outro dia você vai lá, ela tá morta. Você fala para mim que você prefere isso?”, e eu dizia “sim”. Também tem coisa minha aí, né. E aí, hoje eu digo, aí, a minha família teve um processo de adoecimento em que eu perdi 4 pessoas em um espaço curto de tempo. A minha mãe faz tratamento no Hospital do Câncer há 15 anos. Então, assim, eu não consigo, hoje, mais trabalhar com psicologia hospitalar, porque me dói. Porque ver tudo aquilo... eu venci... e tudo aquilo de uma forma muito constante para mim, muito forte, e que o luto, talvez não tenha sido muito bem elaborado... e eu fujo mesmo, e, às vezes, me percebo fazendo isso e me veio... automaticamente, eu fui indo mais para a psicologia social, pensando: “gente, mas alguém tem que olhar, porque, se ninguém olhar, que

que a gente vai mudar? A gente nunca vai mudar, porque, se eu não sentar, e não fizer...” Então, assim, hoje, eu consigo trabalhar isso mais na parte da atuação mesmo, porque aceitar - o que eu te disse -nunca quem senta lá é o que faz... às vezes, não tá na ponta, não sabe que tá escrevendo, não é... não é condizente com o que tá lá no atendimento. E quem tá no atendimento não consegue parar, escrever, estudar mais. Então, as coisas não acontecem, né. De repente, uma aproximação disso, não sei. E aí, na graduação, eu queria falar... eu queria fazer... queria mexer com um tema que ninguém nunca quer mexer. Eu queria trabalhar com casos - na verdade, os Direitos Humanos sempre esteve ali junto comigo e eu não tinha entendido isso ainda - eu queria trabalhar com... com o agressor mas do estupro, né. Entender o porquê e como funciona o processo dele, assim. E trabalhar com eles, sei lá, no sistema prisional, e ninguém quis trabalhar, ninguém quis ser meu orientador. E as respostas que eu tinha eram muito parecidas: “eu consigo trabalhar com uma pessoa abusada, mas eu não consigo trabalhar com abusador”. Então, assim, se você não ouvir o abusador, você também não consegue mexer em alguma coisa e pesquisar mais, ver mais e entender mais o porquê que que ele funciona assim, e porque que ele faz dessa forma. O quanto... que acontece... a gente tem aquilo que foi descrito lá, e hoje, né... o que que a gente poderia ter a mais, a respeito disso? Então, tem que casar as coisas. A gente tem que agir. No dia a dia acaba que não vai, entendeu? Que não casa uma coisa com a outra, e tinha que casar... (risos).

E – Aí, E., pra gente finalizar. Bom, já faz algum tempo que você atua na área, você já comentou um pouquinho como foi essa tua mudança para psicologia social, os motivos. Mas quais foram as principais dificuldades que você conseguiu encontrar... que “você conseguiu encontrar não”, mas quais foram as principais dificuldades que encontraram você quando você começa a atuar na área de violência contra mulher? Assim, gostaria de saber, também, se a tua formação, na graduação, seja com o estágio, com alguma pesquisa, ou alguma coisa desse tipo, foi suficiente para você iniciar esse tipo de trabalho, desde lá da ONG, ou se a faculdade nem passou por perto da violência contra a mulher? Como que foi?

P2 – Ah, tá. Violência contra mulher, a seis anos atrás... hoje fala mais, a seis anos atrás parece tão pouco, mas não sei se talvez, porque hoje eu tô mais inserida, né, mas não tinha muito. Não tinha muito, não. Eu falo que eu tive muita dificuldade. Eu comecei a graduação em Corumbá e Corumbá é uma cidade muito distante da minha - que eu sou de Ilha Solteira, São Paulo - e eu comecei lá. Os professores eram fantásticos, mas a gente teve, numa época, problema com professor, de falta de professor. E eu já queria vir de transferência para Campo Grande, porque eu tinha família, irmãos da minha mãe aqui, porque era mais perto. Corumbá era longe, era muito fim do mundo. Eu demorava muito tempo para chegar em casa e eu tinha um professor

que dizia para mim: “não vai para Campo Grande, você vai se arrepender, porque você tem um potencial filha de uma mãe e ele não vai ser usado lá”. Porque em Corumbá eles te colocam para trabalhar no seu projeto, escrever as suas coisas e fazer do seu jeito. E no Campus de Campo Grande, infelizmente, não. E ele dizia muito isso para mim: “você vai se arrepender”, e hoje, todas as vezes que eu encontro ele, eu falo: “filha de uma mãe!” Porque que nem mãe a gente não ouve. Ele dizia: “você vai trabalhar, obrigatoriamente projeto de outros professores, como estágio curricular, como obrigatório”. E foi exatamente assim. Então, nesse sentido eu acho que eu não consegui me definir. Na graduação tinha muitas falhas. Enfim, eu não sei como tá o curso hoje, eu sei que melhorou muito. Até eu tive no Ibis, eu tenho um estagiário - o G. - que também trabalha com gênero. Mas hoje é mais falado do que antes. Hoje é mais debatido na universidade. Eu participo de eventos que eles fazem que na época não tinha. E não tinha mesmo, porque, mesmo coisas que nunca foram da minha área, que eu queria atuar, quando eu tava na graduação, eu ia. Tipo: “área jurídica”, eu vou. Quero entender, quero ver que que é isso, que que psicólogo faz lá nesse meio... de novo eu perdi e vai perdendo... qual que era a pergunta mesmo?

E - Sobre a suficiência da graduação para tua atuação.

P2 - E aí eu acho que sim, deixa um pouco a desejar. Na minha situação, eu queria... queria ir.. vou, pretendo estudar mais. Até, depois que terminar esse curso, eu quero fazer uma especialização, mesmo mestrado. É que eu nunca fui muito apaixonada pela docência, não. Nunca fui muito apaixonada, mas hoje eu acho que seria a melhor forma de eu casar a teoria e a prática. Porque, eu falo, eu já comecei em alguma coisa. E ir para a prática, com o que eu tinha de conhecimento e fazer alguma coisa, que eu pudesse fazer para melhorar a atuação do psicólogo aí. E agora, o segundo passo é fazer as duas coisas juntas, né, para me realizar mais, me frustrar menos... frustrar agente frustra sempre... essa vida de frustração eterna (risos)

E - Eterna falta... e, assim, para a gente finalizar mesmo. Teve alguma dificuldade teórica que você patinou por causa da psicologia e teve, que ir para outros campos no início, ou isso também foi uma coisa mais... não tão marcada assim, como foram as outras mudanças?

P2 – Não, não... é... eu não tive muita dificuldade na atuação no início... é treino de ouvido, saber a hora de entrar naquela situação, a forma como fazer, né. Todo aquele início, do que a é nossa teoria mesmo. Tem muitos, assim... é difícil trabalhar com violência doméstica? Tem pior do que trabalhar com violência doméstica? Tem. Quando está inserida criança. Eu tenho uma dificuldade de... “ah, a criança tem quatro anos, alguém tá abusando dessa criança”. Eu falo: “cara... e aí?” Isso é uma dificuldade pessoal, mas não... eu passo por cima, eu tenho que fazer. Não é meu, né, é de outra pessoa. Mas de teoria, não. Não tive, não.

E – Bom, então é isso, E. Muito obrigado pela paciência, pela contribuição. Ajudou muito.

Apêndice V – Entrevista com a Participante 3 (P3)

Entrevistador - Eu vou te apresentar uma frase e a partir dessa frase as primeiras palavras pode ser apenas palavras mesmo de preferência né mas fique à vontade da forma como você quiser escrever Escreva as primeiras palavras que aparecerem para você.

Participante 3 - Só corrigindo, foi 2010 o trabalho de... “Condição de vida, de trabalho e educação das mulheres ribeirinhas”. Só isso.

E - Ok, já tá anotado.

P3 - Confirmar... confirmei... agora aqui... não lembrava a data direito, tá...

E - Então, as primeiras palavras que aparecerem, que surgirem na tua cabeça, aí você escreve... você tem caneta aí? Aí você pode ficar à vontade, o tempo que você quiser escrever, as palavras que quiser escrever

P3 - Ah tá... essa...

E - É, violência contra a mulher.

P3 - uhum. Que coisa (risos)... parece que trava. São 3? Quantas palavras?

E - Quantas você quiser

P3 - aham tá... pode ser só 3? (risos).... Tá

E - são só 3?

P3 - Aham....

E - Beleza, então. Ok. Eu tô vendo, é... machismo... opa, que bacana.

P3 - machismo, gênero e mulher

E - Porque o próximo momento agora eu ia... se você tivesse escrito mais, mas agora, como você escreveu três.... era para escolher as mais importantes, as três mais importantes para a gente falar um pouco sobre elas. A partir da Psicologia, então, não necessariamente do fluxo de trabalho aqui da Casa, mas a partir do teu conhecimento da psicologia e dos subsídios que a psicologia te dá para atuar nesta área de violência contra mulher, eu gostaria que você falasse, então, um pouco sobre cada um desses três termos.

P3 - Tá bom. Por machismo, eu entendo que é uma relação de poder, onde tem o homem, né o masculino, superior ao feminino, né. Então, a partir disso, como isso está extremamente enraizado na nossa cultura na nossa sociedade, é isso que vai determinar as nossas relações. Eu acho que todas as relações, não todas, não vamos generalizar, mas muitas das nossas relações, tem o machismo muito muito enraizado. Então, eu... assim, eu parto do princípio da figura masculina para, até, eu... eu fazer comparações, né. Então, por exemplo, quando eu chego e falo assim: “ah, é fulana luta como um homem”, né. Então, assim, eu tomo o homem como... como

referência, né, e coloco ele também numa posição de superioridade. Então, por machismo, eu entendo isso

E - Bacana... E como que você vê que a psicologia ajuda a entender esse conceito de machismo? Ou você acha que, não necessariamente a psicologia, outras... outras leituras que você fez que te ajudaram?

P3 - Tá. A psicologia, eu acho que a psi... o papel da psicologia é analisar o ser humano, né, entender as relações que o ser humano estabelece e como ele se constitui nessa... a partir dessas relações, né, a partir desse contexto que ele está inserido, nesse momento histórico, social, cultural, que ele está inserido. Então, tem tudo a ver com a psicologia, né. Estudar e ter essa noção de como essas relações, elas vão se estabelecer para formar a subjetividade do sujeito. Então, a partir do momento que eu entendo o machismo, e como que isso vai formar também a subjetividade do sujeito, eu acho que é importante para a Psicologia entender isso. Não sei se é... a psicologia tem entendido (risos), se os psicólogos têm entendido, né. A gente vê, aqui na Casa, inclusive muitos dos nossos colegas com uma visão completamente deturpada do que que é violência. Com frases extremamente machistas, e chega... culpabiliza a mulher pela violência, né. Tipo, que... que... como se ela tivesse procurado aquilo, né. A gente vê na mídia o tempo inteiro isso, como que a mídia ela ela justifica a violência, né. O tempo inteiro ela tá, sei lá, quando coloca, ela justifica agressão, né. “O marido matou a mulher porque ele sentiu ciúmes dela”. Então, tem uma justificativa para o fato dele... o quê... que ... “que a mulher tava fazendo para ele sentir ciúmes?”, “com certeza ela tava fazendo alguma coisa, né?”, vamos colocar assim. Então, assim, a mídia, ela justifica. Aqui na Casa eu acho que algumas profissionais também justificam. Esses dias mesmo eu fiquei abismada com o que... o que eu escutei aqui dentro... é... de uma profissional. Aquele caso da vereadora... foi vereadora? que foi agredida, né, em Porto Murinho... é... que foi... eu acho que foi uma vereadora, que foi agredida lá em Porto Murinho por um outro vereador... outro Vereador, não me lembro. E aí, ela falou assim: “ah... ah... mas também”... é que... é que... é porque a filha tinha colocado alguma coisa, falando que... o quê... que ele era machista, e aí a mãe dessa menina foi tirar... que era vereadora, foi tirar satisfação com ele e acabou... ele... ele agrediu ela. Ele deu um soco nela e parece que empurrou ela e ela caiu. E aí a gente escuta de profissionais aqui dentro falando que: “ah, mas também, a menina... a menina procurou”, eu só sei... “ele só se defendeu”, foi essa frase que ela falou: “ele só se defendeu”. Então, assim, a gente vê que a violência contra mulher ela tá muito naturalizada, né. É normal, né. Então, assim, se o homem é mais forte, a gente precisa respeitar o homem, né. A gente não pode ir lá procurar, né, e ser agredida. Como se as mulheres procurassem ser agredidas, né. Então, eu vejo... o que tem muito é que a psicologia não tá

preparada ainda para lidar com isso, acho que tem muitas lacunas, muitas falhas ainda em relação a isso.

E - Muito boa a tua visão. Eu percebi que dentro dela você já começa a falar um pouco a respeito de gênero, mas eu gostaria que você dissesse... conversasse um pouquinho também a respeito... o que... como que a psicologia que você estuda, ou que você vem estudando, ou que já estudou, compreende esse termo do “gênero” ou como que é a psicologia vem trabalhando, a psicologia que você tem contato, né, não necessariamente a que você exerce, mas a psicologia vem trabalhando com a temática do gênero?

P3 – Tá. Por gênero, eu entendo... ah... gênero já é mais difícil de falar... (risos) mas quando você fala em gênero você pensa logo na mulher, né. Tipo... ah, vamos... ou feminino, mas só que gênero é a denominação, a definição, tanto do masculino quanto no feminino, né, então, que... não sei se eu tô falando muita besteira agora... mas a sociedade, ela impõe certos comportamentos para homens e para mulher, né. E então, tudo que foge um pouco desse... desse... desse padrão de homem e mulher... então, mulher vai ter que sempre tá bonitinha, vai ter que cuidar da casa, cuidar do marido, casar, ter filhos, né, construir, manter uma família. Enquanto o homem vai trabalhar, vai... então, tem... tem, assim, certos padrões de comportamento, e aquilo que foge um pouco disso... E aí, pensando um pouco já na questão, até LGBT, não é tido como normal, é anormal. Então, eu acho que gênero tá mais ligado na forma como... de relacionamento de homens e mulheres, de comportamentos de homens e mulheres.

E – Bacana, bacana. E como que é essa... essa noção de... bom, você, no início da tua fala sobre gênero, você disse: “a sociedade impõe atividades para um e para outros”, né. Você vê que a psicologia ajuda a construir o papel do gênero ou não acha que a psicologia...

P3 - Não deveria, né. Não deveria, mas acho que muitas vezes ela... ela... não sei se a psicologia, em si, mas os profissionais, né. Os profissionais, eles não têm... muitos não têm essa... esse... essa... desconstrução de “Ok, vamos analisar o sujeito”, né. Não. “Vamos... vamos impor determinado comportamento”, né, “vamos ver o que que é certo e o que é errado”, né. Acho que lá no... até a questão da... da... da transexualidade era vista até como uma... como uma doença, né. E então, acho que psicologia, os profissionais da psicologia, ainda... ainda reforça esses comportamentos.

E - Normativos?

P3 – Aham.

E - A terceira palavra que você utilizou, que foi mulher, que... parece uma teia, né. Cada um dos termos tá ligado em mil partes com os outros. Como você já falou também de mulher, mas gostaria que você falasse um pouco mais também.

P3 - Sobre mulher, eu vejo o que quase... é difícil ser mulher (risos). É difícil porque você vai... a partir do momento que você nasce, você já... você já... aí é atribuído a você uma série de valores, uma série de... de situações, que é aquilo que você vai ter que seguir, né. Então, você vai receber menos que os homens, você sempre vai tá numa posição de inferioridade, né, você vai ser comparada. Então, assim, para você conseguir se destacar, você tem que ser 3 vezes melhor do que você... se houvesse uma igualdade, você teria que ser para você, né... para você conseguir ter um certo destaque, conseguir ter um certo respeito, né. Porque, senão, você simplesmente vai ser a mulher, né. Então, eu vejo que a palavra, as mulheres, elas estão numa posição de desvantagem social quase, né.

E - Essa desvantagem, que tá totalmente ligada com o machismo e como as imposições de gêneros, né, essas desvantagens, você vê que a psicologia tem alguma relação? Tanto uma relação para ajudar a construir as suas desvantagens ou você vê que a psicologia também cria movimentos de resistência para diminuir essas desvantagens? Ou, ah... você acha que é isso, voltando, né, a partir das tuas leituras, né, a partir da tua prática, como que você acha que a psicologia tem atuado dentro dessa... desse tema da desvantagem que vem a ser o machismo, sobre a imposição, sobre a mulher?

P3 - Eu não sei. Eu não vi nada, mas o que eu tenho percebido é que, eu acho, que o movimento feminista, ele tem ganhado visibilidade, né. Eu acho que se... ele se abre, sabe... as redes sociais estão se falando mais, e isso tá gerando um certo incômodo, né. Então, eu acho que o movimento feminista, ele tá ganhando força, né... alguma... tá ganhando força, tá ganhando visibilidade, ele tá na mídia, tá aparecendo, né. E isso, também, eu vejo que tem um movimento contra, né, para... para falar “não, tem mulher que tem que esquentar a barriga no fogão mesmo, e esfriar no tanque”, né. Mas eu acho que a psicologia tem contribuído, sim, para isso. Acho que a gente tem... tem-se discutido mais. Eu acho que o... que o caminho é esse, né, é a discussão, é realmente fazer com que as pessoas, principalmente com os profissionais da psicologia, entendam que existe essa diferença, desse tratamento entre homens mulheres. E que a gente precisa desconstruir isso, que a gente precisa entender o conceito - talvez nem eu entenda (risos) - para que a gente consiga minimizar, né, isso. Só que você vê... só que você pega a psicanálise, né... é uma teoria que... eu... eu faço análise já há um bom tempo, e eu vejo a minha própria terapeuta falar que a... “não, a mulher, ela tá nessa, tá sendo agredida, porque ela quer, porque é um... é um... sei lá, um comportamento masoquista dela. Ela tá ali porque ela quer”, ela não

consegue fazer essa leitura, né, que é a sociedade que impõe isso. Porque que essa mulher tá nesse relacionamento, ela tá dependente econômica e financeiramente do cara, tem toda a questão da... da... da fragilização, mesmo, psíquica dela, que ela não consegue sair desse relacionamento, a mãe dela, o tempo inteiro já... se a gente for ver, tem muitas coisas, tipo, quase que... o ciclo... então, ela viu a mãe dela sendo agredida, e ela toma aquilo como um: “mulher é... ah... é atribuído à mulher”, e isso, ela precisa ser submissa ao homem, e é isso, daí... tá... tá na Bíblia, que eu acho que é algo que contribui muito para que se perpetue... é que a mulher, ela precisa ser submissa. Então, se ela tá apanhando, é porque ela fez alguma coisa que não devia ter feito, né, e as pessoas têm isso muito... acreditam muito nisso, e não param para refletir sobre isso e acaba reproduzindo... reproduzindo... reproduzindo esse machismo.

E - É aquilo que você havia dito, né. Os três termos bem interligados entre si. Você tocou em alguns termos, alguns conceitos, né, até... o ciclo da violência que a gente tem um pouquinho desenhado, né, embora ele não aconteça somente daquele jeito, a gente usa porque é uma ótima ferramenta...

P3 – Sim.

E - E esses... esses termos, essas... essas ferramentas, você acha que a psicologia tem conseguido suprir a necessidade de vocês, que estão na ponta, que estão na cabeça do serviço, para atender essas mulheres, ou essas... esses... essas ferramentas que você utiliza, e que você apropriou, não são necessariamente da psicologia, são de outras leituras, talvez de outras disciplinas, e talvez até de uma cartilha do CFP ou de uma outra... o que que você se lembra disso?

P3 - Eu acho que a psicologia, ela contribui sim, né. Eu acho que a questão do ciclo da violência é algo concreto, que você vai mostrar. Eu sempre acabo usando a imagem do ciclo da violência para conseguir, para mostrar... para a mulher... é... conseguir identificar em qual fase do ciclo que ela está, né. Só que aqui na casa, quando eu entrei, eu achei que fosse diferente. Quando a casa... quando a casa tava... foi inaugurada, foi construída, eu achei que aqui seria um espaço para a gente, realmente, trabalhar com as mulheres essa questão do ciclo da violência, para que ela realmente pudesse romper esse ciclo. Mas eu vejo que não é isso que... é que... funciona aqui. Então, assim, especificamente, aqui na Casa da Mulher Brasileira, eu não vejo isso acontecer. eu vejo que vem a mulher que, tá, acabou de sofrer agressão, tá com muita raiva, ela vem aqui para registrar o boletim de ocorrência. Então, eu vou, converso com essa mulher, tenta explicar, tenta fazer com que ela entenda, mais ou menos, o que que aconteceu com... o que que levou a ela... a sofrer essa... essa violência tanto dela, quanto... muitas de... algumas já têm isso, mais ou menos, esclarecido, outras não. Mas é uma conversa, né, é um atendimento. Você fica

aqui 45 minutos, uma hora, com uma mulher e encaminha ela para delegacia, para registrar o boletim de ocorrência. Ali na delegacia ela é muito maltratada... muitas relatam isso, né. Acho que a delegacia também não está preparada para... para atender às mulheres vítimas violência... e, enfim, eu não vejo aqui se usando muitos recursos da Psicologia para fazer esse atendimento. Poderia ter um grupo, né, de mulheres, para... pra gente discutir, para a gente debater, mas isso não é. Eu até tentei montar um grupo aqui, né, mas não me deram muita abertura, não. Ainda mais eu tando à noite, ainda é mais complicado ainda – vish, me identifiquei (risos) – mas então, assim, não tem. Eu gosto muito de trabalhar com grupos, porque o grupo faz você... tem um avanço, né, com um grupo, de temáticas e que eu poderia, realmente, fazer com que as mulheres, que... a psicologia poderia fazer com que as mulheres tomassem consciência do... da questão da violência, e aí, quem sabe, romper com o ciclo da violência, tentar entender porque que ela tá ali, porque que ela sofreu aquela agressão, porque que ela se permite ser agredida no... de novo, né, porque que ela não consegue sair daquela relação. E aí, teria, talvez, um avanço, mas aqui não. No CRAS, eu lembro que eu conseguia fazer isso com um grupo. Que tem um grupo de convivência e fortalecimento de vínculos, né, de mulheres, e aí... eu sei que... o que... o que chamava as mulheres era, realmente, o trabalho artesanal, que elas adoravam fazer, mas eu sempre ten... tentava, além do trabalho, trazer algumas questões sobre a mulher, sobre violência. Sempre tava levando alguém, alguém para... para falar algum assunto interessante, até enquanto elas faziam o próprio trabalho manual ali, né. Mas aqui não tem isso. Aqui, eu vejo.... que é só atender a mulher, encaminhar para a delegacia, daí fazer a medida protetiva, encaminhar para defensoria. Mas o trabalho com as mulheres, não têm. Até para se minimizar essa violência não tem.

E – Entendo. A gente vai para um outro momento agora da entrevista... deixa eu ver... eu vou te apresentar um caso, a história de Mário e Gil. A partir dessa leitura que eu vou fazer... depois eu gostaria que você discursasse, falasse um pouco, também, sobre como que você entende os aspectos... como que você, psicologicamente, entende os aspectos envolvidos aqui nesse caso. A história de Mário Gil: “Até o nosso segundo ano de casamento – aqui é a Gil narrando – Mario continuava a ser um homem calmo, gentil, e carinhoso que eu conheci na faculdade. Depois começaram as pequenas cenas de ciúmes pelos motivos mais bobos: a saia um pouco curta, o telefonema de um colega, um atraso na minha chegada em casa. No começo, eu achava graça, brincava, pensava que assim era melhor forma de encarar a situação. Mas chegou um dia em que o chamei para conversar seriamente dizendo que aquilo tudo estava me sufocando. Mário chorou e disse que estava muito confuso, que tinha medo de perder o emprego e que eu não ligasse, que tudo iria ficar bem. Seis meses depois fui convidada para ser a professora

homenageada na formatura da primeira turma do curso de direito. No evento fiz um discurso emocionado, que foi tremendamente elogiado pelos meus colegas e alunos Mário, com cara emburrada, depois de ouvir os elogios, se levantou e foi me esperar na porta do auditório. Foi só chegar perto e ele me puxou pelo braço sussurrando de forma ameaçadora “vamos para casa”. Com medo, achei melhor não me opor. Depois de um silencioso percurso de carro, chegamos em casa e Mário começou a gritar: “quem você pensa que é?”. Enraivecido, me bateu e rasgou todo o meu vestido novo. Disse que não queria mais ver eu me exibindo para outros homens. No dia seguinte, quis fazer amor comigo, eu estava magoada, furiosa, além de machucada. Me recusei. Ele me agarrou à força me levou pra cama, amarrou minhas mãos para trás e me forçou. Fiquei atordoada, chorei, achei que aquilo não tinha acontecido comigo. Tomei uns comprimidos para dormir, esquecer tudo. Ao acordar, estava cercada de flores e com Mário me beijando, dizendo que aquilo tudo jamais repetiria. Não contei nada a ninguém. Tinha vergonha, achava que a gente conseguiria resolver tudo sozinho. Mas depois a situação se repetiu novamente e, assim, quase toda semana. Vinha uma ameaça, uma agressão seguida de um pedido de desculpas e de promessas que seria a última vez. Só consegui assumir o problema para minha família um ano depois da primeira surr. Na polícia não fui não. Não quero escândalo e nem que Mário vá preso. Quero, na verdade que tudo volte a ser como antes”. Eu vou deixar o caso à nossa disposição. Se, caso você quiser retomar alguma coisinha para ler... a partir da narrativa dessa história, como que você... quais aspectos, né, que você identifica de dentro desse daí... e como que você... e se esses aspectos que você identifica tem sido subsidiados, teoricamente, ou praticamente, na tua prática, pela psicologia, e como que a psicologia tem... entenderia esse caso? Como que a tua psicologia entenderia esse caso?

P3 – Mas, acho que diariamente a gente vê... eu vejo todos os dias... eu tô trabalhando aqui e vejo casos muito semelhantes com esse, muitos... muitos semelhantes. O primeiro... me chamou atenção que ela fala que “achava bonitinho”, né, que achava bonitinho as cenas de ciúmes. E aí, eu vejo como os relacionamentos, eles... eles têm isso, tipo assim, parece que, pra ser amor, eu preciso sofrer, senão não é amor, né. Então, essas cenas de ciúme é quase como uma prova de amor, não há como... ele me ama, e que... a gente sabe que não deveria ser desse jeito, mas... então, me chama atenção isso, de que essa, de novo a naturalização da violência, né, “ele me bate porque ele me ama”. Aí, depois você... me chama atenção, também, que ela, numa posição de destaque, sendo homenageada, sendo o centro das atenções, e o homem não permite, não aceita isso, né. Então, de novo, a mulher, ela... ela parece que não merece essa posição de destaque, tipo, a sociedade, né, o Mário, aí, não merece... não aceita essa posição da mulher de destaque e quer. Mais o fato dela não aceitar... não contar para a família, ter vergonha disso,

que a gente vê aqui o tempo inteiro, né. É que eu já fiz, mais ou menos, mas... a gente conversa muito aqui com as colegas de trabalho e que parece que a classe média alta não denuncia tanto quanto as classes mais baixas, né. Acho que por essa questão de vergonha mesmo: “como que eu, estudada, né, uma pessoa respeitada, vou me envolver com isso?”, e elas têm muito muita vergonha de chegar aqui. Você vê que quem tem uma certa posição de destaque na sociedade tem muita vergonha. Então, ela diz assim: “eu não queria tá aqui na delegacia”. Mas, que a gente vê que... a violência não... não tem... ela é bem democrática (Risos), ela não tem classe social, ela... toda mulher está sujeita a isso. Eu acredito que quase... uma boa parte já sofreu algum tipo de violência na vida e... e, se não sofreu ainda, infelizmente, vai sofrer. E... então, como que a psicologia... e ferramentas que a psicologia tem para enfrentar isso... não sei... não sei...

E – Você... tem alguma abordagem que você caminhe um pouco mais perto?

P3- A psicologia social, a psicologia sócio-histórica.

E - Ah tá, a psicologia sócio-histórica. Quais seriam os tipos de análise que, a partir da teoria que você mais se aproxima, conseguiria fazer? Ou, então, como que... voltando para aqueles termos que você utilizou, ele não... é... machismo, gênero e mulher... você acha que... vou tentar fazer aqui um triângulo das... dos... dos termos: o caso e a atuação da... a partir da tua teoria, né. Como que a tua teoria - vou dizer a tua teoria - entende esses termos? Esse... esses... termos estão presentes nesse caso?

P3 – Sim, com certeza.

E - Então como que você... não sei se assim facilita...

P3 - Sim... o machismo é tudo tá ligado aqui. Tanto machismo, quanto gênero, quanto mulher, tá... tá presente nesse texto, né. Como eu coloquei, o machismo do cara não aceitar essa posição de destaque dela, do cara controlar e... ela, do cara, né, não deixar ela usar uma saia curta, não deixar ela falar com um amigo, não se colocar... respeito, né, usar uma saia longa, sei lá, não usar uma saia curta, porque onde já se viu, né? Que que vão pensar dele, né, saindo com uma mulher de saia curta. Esses comportamentos destinados à mulher, como ela tem que se comportar, tão... ela jamais pode se colocar numa posição de destaque. Ao mesmo tempo, ela também não pode falar para a família dela que ela foi agredida, pela vergonha, né. Então, assim, acho que dentro da psicologia, a psicologia social, ela vai entender essa... ela vai analisar o momento histórico, né, que isso tá... que esses sujeitos estão inseridos. Talvez, e que que eu tava trabalhando bastante lá no CRAS com grupos, né, que eu acho que o trabalho com grupo ele dá um... faz com que o sujeito tome consciência daquilo, que ele tá daquele... que ele tá vivenciando, né. Então, para desalienar o sujeito... acho que assim, né. A partir do momento

que ele tem, ele toma consciência daquilo, ele consegue pensar e refletir sobre aquela situação. Então, quando você tem elementos... você cria elementos... de... para conscientização de determinados temas eu acho...

E – Legal... de conseguir trazer a um entendimento da pessoa, e que determinados comportamentos são produtos... determinados não, todos os comportamentos são produzidos, são construídos, né, E que estão dentro de uma rede de poder, como você disse no início.

P3 – Aqui, com as mulheres, eu tento mostrar isso para elas, eu tenho que falar: “olha”... sobre machismo, né. Tento fazer com que elas entendam porque que ela sofreu aquela situação, aquela situação de violência. Mas eu sei que só com uma conversa não é isso... não vai muito para frente né. Eu acho que tem que... tem que ter um trabalho continuado disso. E aí o CEAM tá fazendo um pouco disso, né. O CEAM... ele faz esse acompanhamento, ele tem o... a... o... a... o acompanhamento psicológico que... aí, as mulheres... eu encaminho para lá. Tem até esse acompanhamento condicionado. Acho que pode ficar até 6 meses lá em acompanhamento, mas é terapêutico.

E - Individual ou em grupo?

P3 - Individual

E – Eu... para pegar mais um elemento aqui dessa história... a gente vê que... bom, ela tem uma dificuldade: fazer a denúncia, né. E também de se separar. Ela apresenta algumas justificativas. E como que, a partir da tua perspectiva em psicologia, você entende essa... essa permanência no relacionamento? Como você disse, muitas pessoas falam que tá no relacionamento por que gostam de apanhar, e nós, que temos contato com a história, nos questionamos sobre esse desejo de apanhar, porque não faz muito sentido, né. E como que você observa isso?

P3 - Na verdade eu acho que não tem o desejo de apanhar, eu acho que tem uma imposição da sociedade que a mulher... ela precisa preservar o casamento, né. Então, assim, tem que ser... preservar aquele casamento. Se ela separa é quase como se fosse um fracasso: “você fracassou, você não soube ser mulher, você não soube ser esposa”, né. Então, tem esse fracasso e essa violência psicológica, tipo, de controle, vai fazendo com que a mulher se torna dependente, dependente emocionalmente dele. Então, esse controle: “olha, você não é bom o suficiente... olha, se você não ficar comigo, ninguém vai mais querer”, né. Então, isso tudo vai fazendo com que a mulher fique presa àquele relacionamento. Ela se sente tão diminuída, tão impotente, que ela não... que eu enxergo, inclusive aqui no meus atendimentos, que ela não tem forças para sair daquele relacionamento. Então, assim: “é só essa pessoa é que vai me querer, é isso que eu mereço”, né, de tão fragilizada que ela tá. E aí, ela não consegue sair disso. Mas também tem essa questão de que aceito... a sociedade aceita que o homem bata na mulher. Então, ela tem

isso... ela também... – nossa, tô fazendo uma mistureba de termos aqui - tipo assim, é uma representação social que ela tem. Então, ela... é permitido, é permitido que as... essa mulher sofra violência. Então, é vergonhoso? É, mas na construção da subjetividade dela isso tá muito enraizado, né. Então, ela tenta de tudo. Como é que ela fala... ela se... ela fala que... que ela ten... tu... tentou de tudo para que não houvesse agressão... ela fala que... tu... To misturando os casos.

E - É possível.

P3 – Bater... rasgou meu vestido... disse que não queria mais (inaudível).

E - Talvez aqui, né, em que ela...

P3 - Aqui mesmo... “Mário chorou, disse que estava muito confuso, porque tinha medo de perder o emprego”... “estava me sufocando”... né... enfim, não sei... (inaudível) mas que ela não... que ela... esqueci... até a palavra... (inaudível) novamente... e... então, tá enraizado. Isso é permitido. Então, ela... ela precisa se omitir, ela precisa aceitar tudo que ele quer, né. Colocar uma saia mais longa, se afastar dos amigos, se afastar da família fazendo as vontades dele, para que ele não agrida ela de novo, para que ela mantenha ali... o casamento dela.

E - Dentro dessa da nossa conversa, deu para entender que você consegue fazer uma boa relação entre esses termos e que é... a teoria que você se utiliza para fazer a análise também te dá um suporte bacana, né. E aí, agora, faltam duas... dois momentos aqui para gente finalizar. Acho que, na verdade, essa próxima aqui a gente já conversou um pouquinho, mas, se você... você disse que se pauta bastante pela teoria sócio-histórica, né, que ela ajudou a construir a compreensão da sua prática, da sua leitura. Mas teve mais alguma teoria que você também aproveitou algum conceito, alguma leitura importante, ou... ou então, se não teve, quais foram as principais contribuições que você acha que a sócio-histórica te deu para conseguir olhar dessa forma para um caso de violência contra mulher.

P3 – Então, durante a minha formação, sempre foi... a base sempre... eu sempre tive mais vontade de ir para essa teoria, sócio-histórica. Eu andei pisando um pouquinho na psicanálise, Lacan... mas eu achei uma teoria bastante machista (risos)... bem machistinha, que culpabiliza a mulher.... única e exclusivamente a culpa é do sujeito, é ele que permite que essa situação aconteça. E a teoria sócio-histórica, ela me permite ver o contexto histórico que ela... que esse sujeito está inserido, e ele vai.... se... ele vai se formar a partir desse contexto, né, ele vai internalizar essa cultura, ele vai internalizar aquele... aquele momento que ele está inserido, e eu acho que é isso que vai construir a subjetividade dele, né, e não... então não é culpa só dele, é que ele... que ele aprendeu aquilo, que ele apreendeu, da sociedade, nesse momento do contexto que ele está inserido também é... culpa... só dele, é culpa de um todo. É claro que o

sujeito, ele se constitui a partir... e ele modifica o meio também, né, e acho que, então, a partir do momento que eu atuo no meio, que eu acho, que o movimento, os movimentos feministas não... está... tão conseguindo fazer, é, um movimento importante, né. Então, hoje, a gente já tem uma força contrária ao movimento, falando: “não, que lugar de mulher realmente tem que ser no tanque, mulher não tem que ir trabalhar”, mas já teve um avanço, que a mulher conseguiu... e aí, trabalhar... conseguiu ter uma certa posição na sociedade, conseguiu, sei lá, o voto... sei lá, votar. Mas, então, a gente também atua no meio. Então, isso não é algo... por que a gente simplesmente absorve, né. Então, a gente também pode construir essa mudança.

E - Dentro de toda a tua história de formação, né, você já vem de um histórico que vem pesquisando mulheres com... as ribeirinhas, trabalhou no CRAS... pelo que você disse, no CRAS você tinha... também... você já começou ter algum contato com mulheres em situação de violência...

P3 - Não era necessariamente situação de violência...

E - É... porque aí já é do CREAS, né. Quando, na verdade...

P3 - É... assim, na verdade, apareceu um casos, né, de mulheres em situação de violência, mas o nosso foco não era só, exclusivamente, esse, como é aqui na casa. Então, assim.. tinha um grupo de mulheres lá, em situação de vulnerabilidade social, e dentro dessa situação de vulnerabilidade, em alguns casos, tinha situação de violência doméstica, sim.

E - Entendi. Porque, aí, o nosso último momento... você teve uma formação já diferenciada, voltada para a área da violência da mulher... na verdade, né, de gênero, nã... mulher não, de gênero. Então, como que foi para você... se houve dificuldades no início, para você, apesar de toda... de todos... de toda a sua formação? Teve alguma dificuldade em iniciar os trabalhos específicos de violência contra mulher, tanto trabalhos teóricos... aliás, tanto dificuldades teóricas, quanto dificuldades práticas? E o que é que você, como que você avalia esse início da sua carreira dentro da violência contra a mulher, a partir das dificuldades teóricas da Psicologia?

P3 - Eu comecei a trabalhar com a questão LGBT, com homofobia e homossexualidade, que não discutia gênero. A minha orientadora não permitia eu discutir gênero.

E -Por que?

P3 - Porque ela falava que não era uma categoria de análise, que não tinha que se discutir gênero, gênero não era para ser discutido. Ela era bem marxista... ela é...

E - Eu ia te perguntar qual era a base teórica que ela trabalha...

P3 - Ela é... ela é bem marxista, então ela não... deixava essa parte de lado.

E – Então, antes de você prosseguir - que eu acho que faz bastante sentido para entrevista - como que foi esse trabalho a partir dessa visão sem gênero? Como que foi o desenvolvimento? Quais eram os objetivos? Se você se lembrar...

P3 - Sem gênero... é, faz tempo que a gente começou com... a pesquisa foi a partir do preconceito, né, mas a gente não... não abordou gênero. Simplesmente, a gente usou... foi a partir do preconceito mesmo, que a gente se baseou, mas não teve as questões... de gênero não foram...

E - Não foi permitido (risos).

P3 - Não foi permitido (risos)... e aí, depois, foi com uma pesquisa das mulheres ribeirinhas, só que a gente...

E - Era a mesma professora ou não?

P3 – Não... era outra professora... não...

E - Como que foi essa pesquisa? Se você se lembrar... assim, daí você conseguiu utilizar gênero?

P3 - E aí ela foi, aí, a gente fez um... um grupo de mulheres, das mulheres pescadoras, para abordar a questão de vida, de educação, trabalho dessas mulheres, né. E boa parte delas, elas apontavam a questão da violência, sofreram algum tipo de violência, mas foi aí que a gente começou a trabalhar, em que eu comecei a trabalhar com gênero.

E - E quando você começou a trabalhar especificamente com violência contra mulher, essas duas caminhadas de pesquisa já te prepararam bastante? E... você acha... você ainda... você sentiu...

P3 – Não... até hoje eu me sinto, ainda, bem... (risos) fraquinha. Mas, assim, eu tento... tento mostrar para elas principalmente essa questão do machismo, que elas não precisam aceitar isso, de tentar, no mínimo possível, dar um... empoderar elas, né... que fazer com que elas entendam que a base do relacionamento não pode ser a violência, né, não... que isso não é sinônimo de amor, que, né... que eu acho que... que tem uma confusão, aí, né. Então, quando ela... eu falo assim, quando ela achava graça, que ela achava graça porque ele amava ela, eu acho que tem isso: “não, ele tá cuidando de mim, ele tá cuidando dos meus filhos...” e... mas eu acho que ainda falta muita coisa para... para a gente, realmente, conseguir atender essas mulheres.

E - Você tem feito alguma... alguma especialização? Lembro que você tinha comentado... não...

P3 - Não

E – Mas, assim, você consegue, no teu tempo livre, entre aspas, fazer leituras de alguns textos, ou até de materiais específicos de violência contra mulher?

P3 – Tem... tem... a gente... a gente tá... eu tô participando de um grupo de estudo de gênero e Psicologia, lá da UFMS, né. Então, as leituras são a partir disso aí, a partir do grupo de estudo, fora, tipo, participação desses eventos, que a defensoria promove, que a promotoria... da própria Universidade, que os grupos promovem.... eu sempre... eu sempre busco...

E - Você tinha dito do grupo de estudos de Psicologia gênero?

P3 - Gênero e psicologia.

E – Ah... ah tá... você se lembra, assim, dos autores que são lidos... qual... qual... qual é a perspectiva teórica que é utilizada na... nesse grupo?

P3 - Eu tava, nesse último grupo, o último que a gente leu foi sobre a história da... aí, como que é o nome mesmo... eu sou péssima de autor, péssima, péssima, péssima... a gente tá lendo agora o da Ângela Arruda, Representação social... teoria das representações sociais... teoria de gênero, acho que é isso, e a gente fez o da história do feminismo no Brasil no semestre passado... foi... foi esse o livro que a gente... que a gente leu... ah, que eu não vou lembrar o nome...

E - Sem problemas.

P3 - É que eu sou péssima com nome de autor... mas é a partir da teoria da representação social... acho que o foco... é representação social de Moscovici... não... é da professora Zaira.

E – A querida professora Zaira (risos)

P3 - Minha mãe (risos).

E - E você acha que tem ajudado a compreender, analisar melhor a violência contra mulher?

P3 – Sim, dá para... sim, com certeza. Acho que a partir de estudo mesmo... estudar muito... muito... muito para conseguir entender alguma coisa.

E – Mas os textos são mais da Psicologia ou são mais... não necessariamente de psicologia?

P3 - Não necessariamente da psicologia... não é necessariamente a psicologia...

E – Legal... é um dado importante, interessante. Bom, G. eu acho que foi ótimo, agradeço que... sua disponibilidade, ao seu... a você permitir fazer a entrevista.

P3 - Espero ter contribuído.

E - Com certeza, contribuiu muito.

Apêndice VI – Entrevista com a Participante 4 (P4)

Participante 4 - A minha filha tem 2 anos.... e assim, eu fico olhando, ela pega a boneca dela e ela nina a boneca, Ela nina, ela cuida e ela pega panelinha e vai Cozinhar. ela não vê isso em mim. O que ela vê em casa, quando eu vou para cozinha, o meu marido também vai. Então... assim, é tudo bem... dividido. Então, assim, “vamos fazer?”, “vamos”; “vamos cozinhar?”, “vamos”; “vamos fazer alguma coisa?”, “vamos”... e então ela não vê só a mulher, mas ela tem... ela traz isso, assim, eu falo, é o instinto, não adianta. Ela pega as panelinhas, ela cozinha, quando... quando ela ganhou o jogo de panelas eu fiquei muito revoltada, eu falei: “gente, como que dão um jogo de panela para minha filha?”. Eu não quero isso, mas, enfim, ganhou... eu escondi por um bom tempo, mas ela achou. Então, ela traz ali... e... aí, agora ela tá sonhando com o aniversário dela, da Branca de Neve. Então, assim, tem que ter o “pinp”, que é o príncipe. Eu falei: “vamos ver, né” Tá cedo...

Entrevistador - acho que a entrevista já começou, assim, sensacional, com vários temas importantíssimos que você foi abordando e eu acho que a gente vai precisar voltar neles, porque vai ser riquíssimo isso daí para a entrevista. Eu fico até, assim, meio chateado de ter que... a gente siga o roteiro da entrevista, mas como é da ciência a gente tem que fazer, né. Bom, eu vou te apresentar agora K., uma folha, e essa folha vai ter algumas palavras formando uma frase, e eu vou... eu gostaria que, a partir dessas frases, dessa frase formada, você escrevesse o máximo possível de palavras que te viesse, é... à cabeça, que te vierem à cabeça, assim, sem pensar muito. Aquilo que você “bateu o olho e escrever”... é um tema familiar para você, eu acredito... que é esse daqui, da violência contra mulher. Então, pode escrever em qualquer lugar, do jeito que você quiser. Pode escrever apenas palavras. Então, pode ficar à vontade... (algum tempo depois) pronto?

P4 - Não sei se você vai entender a minha letra.

E – Não... você me ajuda, qualquer coisa. Bom, “sociedade patriarcal”, “objeto” - a mulher é tratada como objeto, como tal, né – “machismo” e “poder sobre a mulher”. Bacana. Dessas palavras todas que você colocou, escreveu aqui, agora, eu gostaria que você escolhesse três delas para a gente poder discutir um pouco mais a fundo cada uma, tanto a palavra, quanto a expressão. Então, se você pudesse circular depois, para eu identificar, fazendo favor... ok... então, “sociedade patriarcal”, “machismo” e “objeto”. A partir da tua perspectiva de trabalho na psicologia, a partir da tua leitura da Psicologia, como que você aprendeu a ler esses... a entender esses conceitos a partir da Psicologia, ou a psicologia não foi suficiente, então, você teve que ir para outros campos de saber, de conhecimento? Gostaria que você falasse um pouco

de cada um deles, a respeito de como a psicologia trata cada um deles, e também como que você entende esses... essa... esses termos aqui. Se você quiser começar por qualquer um...

P4 - O que a psicologia me trouxe eu não coloquei aqui, que é, assim, a dependência emocional. Porque a mulher, para ela entrar nesse ciclo de violência doméstica, geralmente, ela vem de um lar agressor, aí, ela procura um cara agressor... “ah, mas não vem escrito na testa dele que ele é um agressor”... não, não vem. Mas ele traz comportamentos que são intrínsecos, que é do agressor, que é o ciúmes excessivo, é o controle, as proibições. Então, assim, a mulher, muitas vezes, assim, ela fala: “ai, eu não... meu namorado, meu marido, tem ciúmes de mim”, “ai, que gracinha”. Não. Até que ponto esse ciúmes é legal? O ciúmes não é cuidado, o ciúmes é uma forma de manipular e prender a pessoa. A sociedade patriarcal e a sociedade com que... em que a gente é criado... que... a mulher ela é criada para ser dona de casa, para ser mãe, para ser esposa. O marido é o provedor. Ele que sai, ah... ele que manda, ele é o cabeça. Então, se você for analisar, a gente vem repetindo isso a muito tempo. Eu fui num debate, uma vez, que tava falando sobre feminismo... feminismo e violência contra mulher, e aí trouxe o machismo. E aí, eu lembro que tinha um Historiador junto no debate. E aí, ele falou assim: “eu acho muito interessante isso aí, porque a gente, a gente sempre traz o machismo, mas só que, né, a mulher, ela é mais da metade da população, e ela é mãe da outra metade”. Então, assim, onde que... assim, porque que acontece isso ainda? Então, nós temos muito esse... esse ranço impregnado, que vem aqui da sociedade patriarcal, que nós trazemos, e isso tudo impregnado... “não, meu filho, não... filho, não... filho, não vai lavar louça, a sua irmã vai lavar a louça”; “ah, o menino não pode vestir uma camiseta rosa”. Por que? Uma cor vai mudar o seu filho? Ele vai deixar de ser homem porque ele pega uma boneca para brincar? Não vai, ele vai ser pai, ele vai ser pai. E um dia ele vai cuidar. E, assim, eu... eu trago muito exemplo do meu filho, porque o meu filho, ele tem 6 anos, e ele tem isso. Ele, esses dias, ele tava com uma camiseta rosa e meu irmão - meu irmão é muito machista - meu irmão olhou pra cara dele e falou assim: “Como assim, você com essa camiseta rosa? Homem não usa rosa”. Ele olhou e falou assim - porque ele chamou meu irmão de tetil - ele falou: “tetil, a cor... as cores são para todos e eu uso camiseta rosa sim, eu não vou deixar de ser menino, e eu vou pegar a boneca sim. Eu brinco com a minha irmã e ela brinca com os meus carrinhos”. A minha filha... o primeiro brinquedo que a minha... da minha filha foi um super-herói, foi escolha dela, porque meu filho brincava. E tem, assim, eu tirei foto dela, ela brincando de caminhão e com super-herói... não muda... então, assim, a gente que é mulher, a gente tem que se conscientizar: “peraí, isso aí, eu tô... que eu tô passando para o meu filho, eu tô passando para o meu filho que ele não vai deixar de ser homem por ele lavar uma louça, por e... limpar uma casa e arrumar o quarto dele”. E a menina, ela também pode

fazer “n” trabalhos que ela não vai deixar de ser menina, entendeu. Então, a gente traz isso. Se a gente for buscar... a gente traz esse ranço. A minha mãe... a minha mãe é extremamente machista, eu cansei de ouvir da minha mãe eu e minha irmã, que, assim... meu irmão, ele tinha carro e nós tínhamos que pegar ônibus. E quando nós questionávamos, a minha mãe falava assim: “escuta mas vocês são meninas ou menino? Menina não tem que andar de carro, menina não...”. Então, ele levava namorada para dentro de casa. Quando a... nós questionávamos, minha mãe falava assim: “mas ele é homem, ele pode”. Aí, um dia eu surtei, falei: “não! Ou vocês tomam uma providência, ou nós vamos trazer namorado para dentro de casa. Se ele pode, nós também podemos. Se nós não podemos, ele também não pode. Vamos começar por aqui”. E a namorada dele tava no quarto, e eu falei: “pode chamar”, era 2:00 da manhã, falei: “pode chamar... e não tem como... manda embora, leva ela pra casa dela... e leva, leva. Porque, senão, se ele pode, nós também podemos. Nós queremos a igualdade e nós não estamos tendo aqui dentro”. E aí, meu pai entrou e falou assim: “não, ninguém pode. Então, ela vai embora. De hoje em diante, nenhum pode. Então, é igualdade, vai ser assim, pega tua namorada e leva embora”. Mas, enfim, isso é que a gente vem passando de século após século, e tem passado... Mato Grosso do Sul, a gente acredita assim... o Mato Grosso do Sul, ele é o sétimo no ranking da violência, né. É um índice muito alto. Aqui, nós somos.... nós estamos em primeiro, segundo em casos de estupro. Então, é assim, é muito alto. É vergonhoso, é doloroso. Então, assim, a gente acredita que é pela nossa... pela nossa cultura, né... fazenda... o homem é mais rústico, é mais... não que isso vá justificar, porque tem muitos homens de fazenda que são rústicos e não são assim, mas a gente acredita nisso... o machismo, né... você... o homem pode tudo, inclusive bater. Não pode, né. “Ele bateu porque a mulher mereceu”... ele chegou em casa, o feijão queimou, ele jogou a panela quente na mulher... e objeto, né, “você é minha”. O agressor, ele trata a mulher como um objeto, é um objeto que ele coloca onde ele quer. Será que, aí, existe amor? Eu acho que não.

E - Você disse que tem feito uma pós, agora, em psicoterapia de base psicanalítica, né. Você vê alguma... alguma leitura da psicanálise, ou de alguma outra teoria psicológica, que você trabalha, que você já trabalhou, que teve um pouquinho mais de contato, a respeito desses três termos que você sinalizou aqui? Ou eles... ou nessas teorias que você tem contato existem termos parecidos, que tratam de temas parecidos, ou então eles nem tratam... como que você tem visto dentro das abordagens que você trabalha?

P4 - Da violência doméstica, assim, o meu trabalho de conclusão de curso, ele foi de base psicanalítica.

E - Esse da graduação?

P4 - Da graduação. Foi de base analítica e, assim, agora, pelo olhar aqui que eu tenho dentro da psicanálise, e pelo estudo, é o que vem... assim, pega desde a infância. Porque não tem como. Eu sempre busco fazer um atendimento com mulher, só que, como é um atendimento só, não tem como aprofundar, não tem como eu dar... eu consigo dados, mas eu não vou conseguir trabalhar com essa mulher, porque é um atendimento emergencial. Então, eu procuro mais voltar para a psicologia social, mais para aquele... aquele acolhimento, tentar deixar essa mulher mais estruturada, para que ela consiga, pelo menos, sair daqui e fazer um boletim de ocorrência, e procurar um acompanhamento psicológico, que nós encaminhamos e enfatizamos, que dá importância... mas, assim, para mim, eu busco, assim, como ela é... como que foi a infância, como que foi o relacionamento com os pais... porque... porque é comprovado que, a criança que cresce no lar agressor, ela vai vir a ser o agressor ou uma vítima de violência. Então, é assim, é muito superficial para tentar entrar dentro da psicanálise. Mas, eu tento entender, trazer para ela... mas não tem como dar essa devolutiva, para essa mulher, o porquê que ela tá presa, né. Às vezes, eu até consigo enxergar a raiz da violência, ele... porque que ela tá... mas, assim, eu não... eu não faço essa devolutiva com ela, porque ela não suportaria, entendeu.

E – Entendi. Você disse que é... o atendimento aqui não é uma terapia, né.

P4 – Não.

E - Não se trata de psicoterapia na Casa, é.. se trata de um acolhimento, de um suporte psicológico num primeiro momento, que, às vezes, é o momento mais difícil, e que, daí, então, esses apontamentos que, às vezes, de uma base psicanalítica, numa terapia, seriam eficientes, é... que... seriam caóticos, causariam o caos. Então, você utiliza outros instrumentos de acolhimento e tal. E você disse alguma coisa a respeito, sobre a psicologia social. A tua leitura da psicologia social é também baseada na psicanálise, ou você busca de outra... de outros autores para complementar?

P4 - Eu busco outros autores, porque, assim, aqui tem que ser o “aqui e agora”, entendeu? E, mesmo uma vez só, mesmo o contato que a gente tem com ela é pouco, é pouco.

E - E que... quais... qual base teórica, assim? Teria alguma específica, ou não necessariamente?

P4 - Não necessariamente. Eu não consigo me ater a uma só, entendeu? Eu gosto do conjunto. Porque, assim, eu amo psicanálise, mas só psicanálise não dá. Então, eu acho que a gente tem que pegar um pouquinho de tudo, ainda mais pelo meu trabalho, eu tenho que pegar uma dosezinha... e aí, eu tenho que dar uma interpretada nela... e aí, eu puxo um pouquinho da psicanálise, mas, assim, tem que ser tudo com muito cuidado, porque, às vezes, a mulher ela tá tão debilitada que ela não consegue, ela não consegue receber isso. E, aí, ela fica olhando e faz assim: “que que você tá falando?”. Então, tem mulher que chega pronta, ela consegue, ela

suporta ouvir, mas tudo tem que ser com muito, muito cuidado, porque você tem que procurar estruturar essa mulher psicologicamente.

E - legal Karine deu para ter uma boa noção da de como que a tua base teórica tem te sustentado na prática pois ela trabalha já com alguns desses termos né agora para a gente dar sequência a partir desse... depois das palavras aqui eu vou te apresentar um caso de violência contra mulher e a partir dele depois então a gente discutir um pouquinho tá a história de Mari e Gil: “Até o nosso segundo ano de casamento Mario continuava a ser um homem calmo, gentil, e carinhoso que eu conheci na faculdade. Depois começaram as pequenas cenas de ciúmes pelos motivos mais bobos: a saia um pouco curta, o telefonema de um colega, um atraso na minha chegada em casa. No começo, eu achava graça, brincava, pensava que assim era melhor forma de encarar a situação. Mas chegou um dia em que o chamei para conversar seriamente dizendo que aquilo tudo estava me sufocando. Mário chorou e disse que estava muito confuso, que tinha medo de perder o emprego e que eu não ligasse, que tudo iria ficar bem. Seis meses depois fui convidada para ser a professora homenageada na formatura da primeira turma do curso de direito. No evento fiz um discurso emocionado, que foi tremendamente elogiado pelos meus colegas e alunos Mário, com cara emburrada, depois de ouvir os elogios, se levantou e foi me esperar na porta do auditório. Foi só chegar perto e ele me puxou pelo braço sussurrando de forma ameaçadora “vamos para casa”. Com medo, achei melhor não me opor. Depois de um silencioso percurso de carro, chegamos em casa e Mário começou a gritar: “quem você pensa que é?”. Enraivecido, me bateu e rasgou todo o meu vestido novo. Disse que não queria mais ver eu me exibindo para outros homens. No dia seguinte, quis fazer amor comigo, eu estava magoada, furiosa, além de machucada. Me recusei. Ele me agarrou à força me levou pra cama, amarrou minhas mãos para trás e me forçou. Fiquei atordoada, chorei, achei que aquilo não tinha acontecido comigo. Tomei uns comprimidos para dormir, esquecer tudo. Ao acordar, estava cercada de flores e com Mário me beijando, dizendo que aquilo tudo jamais repetiria. Não contei nada a ninguém. Tinha vergonha, achava que a gente conseguiria resolver tudo sozinho. Mas depois a situação se repetiu novamente e, assim, quase toda semana. Vinha uma ameaça, uma agressão seguida de um pedido de desculpas e de promessas que seria a última vez. Só consegui assumir o problema para minha família um ano depois da primeira surr. Na polícia não fui não. Não quero escândalo e nem que Mário vá preso. Quero, na verdade que tudo volte a ser como antes”. Bom, para as pessoas que eu apresentei esse caso, que trabalham aqui, disseram que é um de muitos, muito parecido com várias histórias que vocês recebem. Por isso que a gente escolheu esse caso do Mário e da Gil, porque acreditamos que representa uma boa parte dos atendimentos e que, então, contém... eu vou até deixar ele aqui se caso você quiser

retomar alguma coisa da história, tá... pode ficar à vontade. Ele... ele possui alguns aspectos muito comuns a isso e que, talvez, tenha que... muita relação... talvez não, né, tenham... que... tem muita relação, também, com os termos que você escolheu. Eu gostaria de saber, então, K., você como uma psicóloga, e a partir da sua base teórica (interrupção na entrevista) - rapidinho a gente finaliza (Sussurro) - a partir da tua base teórica aí, na tua prática, como que você entende esse caso? Quais são os aspectos mais importantes desse caso? Por que que esses aspectos ocorrem, ocorreram, continua ocorrendo? Então, eu gostaria que você falasse um pouquinho sobre o caso.

P4 – Aqui, ela entrou num ciclo da violência, né. Aqui fica bem nítido... começa aqui, com ciúmes, implicando com os telefonemas, roupa curta... esse é o perfil né... e a mulher, ela nunca quer acreditar. Ela quer que volta como antes. E aqui... e ela... fica bem claro, ela se encaixa em quase todos os tipos de violência. Tem a violência psicológica, a violência física, violência sexual, né... dá para considerar... tem um pouquinho, assim, da violência patrimonial, mas nem tanto, dele rasgar a roupa dela. Tá, mas assim, é... é um caso clássico, né. Aí, ele pede perdão, se arrepende, a mulher, ela... ela entra aqui, ó patriarcal. Ela foi criada para o casamento, ela não quer... ela quer que o marido volte a ser como antes. Ela perdoa, você entendeu? Ela perdoa e ela... “não quero me... envolver polícia nesse caso”. Se ela registrasse o boletim de ocorrência e... ela viria, ela... se ela solicitasse a medida protetiva, ela provavelmente, ela viria retirar a medida, porque ele... ia pedir perdão, dizer que tava arrependido, e a mulher ela acredita nisso, né. Eu encaminharia ela para fazer uma terapia.

E – Ah... você já fez algumas... alguns apontamentos que eu achei interessante a gente retomar. Primeiro, assim, que ela perdoa, né... né, no caso, ela perdoa. E o outro, de que, se ela fizesse o boletim e solicitasse a medida protetiva, provavelmente ela viria retirar. Digamos que realmente isso aconteça no caso do Mário e da Gil. Eu gostaria de entender, de saber, como que você entende o fato de ela, então, perdoar isso. Por que que a psicologia... como que psicologia explicaria esse perdão dela? Por que que ela perdoa e, conseqüentemente, se ela perdoa, por que que ela também retiraria a medida protetiva, né?

P4 - Ela retiraria a medida protetiva para poder ficar com ele, né, uma vez que ela acredita que ele vai mudar. Aí, dentro da Psicologia, a gente entra na dependência emocional. Vai lá, por dependência emocional, né, o desejo, a fragilidade... esconder da família. Porque muitas escondem da família, elas chegam se afastar da família para a família não tomar conhecimento das agressões, e aqui... e assim, por esse desejo, assim, provavelmente, ia cair aqui, de novo... caiu aqui, de novo, pediu perdão. Ela deseja isso, que ele mude. Pode ser que ele mude, só que a mudança, ela acontece de dentro para fora, ele tem que querer mudar, ele tem que procurar

essa ajuda para ele também. Será que ele não vem de uma família... será que ele não viu o pai agredir a mãe? Eu atendi um caso que o homem, ele... ele abominava... ele cresceu vendo o pai espancar a mãe e ele achava isso horrível. Ele se casou e ele sempre falava pra mulher dele, durante o namoro, no começo do casamento, que ele jamais ia fazer aquilo, que era inadmissível um homem batendo na mulher. E aí, chegou num certo tempo, no período de casamento, que ele não se conteve. Ele começou a agredir a mulher. E ela chorava desesperada: “mas ele prometeu que ele não ia fazer isso”, né.

E - Como que você entende, bom, só para aproveitar, já que você sinalizou “sociedade patriarcal”, “objeto” e “machismo”, você, como que... onde você identifica, nessa história, talvez, alguns desses termos aqui? Talvez, acho que a sociedade patriarcal, sociedade... patriarcalismo, você já pontuou, e o machismo vem um pouco junto. O objeto, gostaria que você falasse um pouco sobre esse conceito.

P4 - Como que entra o objeto?

E - É, como como que...

P4 - Foi aqui, ó: quando ele forçou ela ter relação sexual com ele. Naquele momento, ela foi um objeto. No momento em que ela recebeu a homenagem, que ela, toda feliz, recebendo elogios do... do discurso que ela fez... ele veio juntou ela pelo braço. “Vamo embora agora”. Naquele momento, ele começa a tratar ela como um objeto: “é um objeto meu. Você me pertence. Você é minha, você é minha, você vai embora comigo”. E aí, ele bateu, ele rasgou a roupa dela, no outro dia ele queria fazer sexo, ela não queria e ele fez. Porque ele entende que ela é dela... que ela é dele: “é o meu objeto”. Mas eu não sei, porque eu nunca trabalhei com o autor, com um agressor. Eu não sei como ele vê isso, entendeu? Isso eu não tenho como te dizer. Mas, assim, fica nítido: “ela não quis, mas eu quero. Você tem que me satisfazer. Se eu estou com vontade, você é minha e vai me satisfazer. Pronto. Acabou”.

E - Você vê alguma... alguma teoria psicológica falando sobre essa possessão, desse sentimento de posse, dessa... dessa justificativa que o homem produz para conseguir dizer que a mulher é dele? Ou você acha que a psicologia tem algumas, ou alguns buracos teóricos ainda, necessários de serem preenchidos, a respeito desses conceitos, K.?

P4 - Nós temos buracos. A gente, para a gente poder fechar isso, a gente vai pegando uma teoria aqui, outra que a gente vai juntando, né. Até mesmo, para ver o porquê dessa obsessão, porque eles elegem a mulher, né. Eles elegem uma, e... e elas... elas podem separar, que ele vai, ele vai atrás, ele persegue, ela fica... ela vira um objeto de posse dele. Então, assim, a gente busca uma teoria que... uma teoria ali, mas assim, a gente não tem uma coisa fechadinha, para dizer sobre o agressor, sobre a mulher vítima. A gente não tem isso fechadinho... (interrupção na entrevista.

Nesse momento, a entrevistada foi convocada para uma reunião e tivemos que encerrar a entrevista).

Apêndice VII – Entrevista com a Participante 5 (P5)

P5 - Transcrição

Entrevistador-Bom, D. ... a princípio como eu tinha comentado e você viu também, era uma oficina, né... por vários motivos a gente teve que mudar e aí a gente elaborou uma entrevista que... na verdade, a gente vai fazer um bate-papo, em alguns momentos eu recorro não ao roteiro, tá? Pra começar o nosso bate-papo, eu vou apresentar pra você um papel, nesse papel vai ter uns... vai ter uma frase, um termo e aí eu quero que você vá assinalando, assim, tipo... igual associação livre...

Participante 5-uhum

E- se for... você vai escrevendo no papel, onde você quiser, as primeiras palavras que vierem na tua cabeça. Beleza? Eu vou te apresentar (inaudível) aqui, tá... pode gastar o tempo que você achar necessário (silêncio por cerca de 2 minutos).

P5- Tá bom (risos)

E- Eu ia falar... agora que começou a pensar bastante... (risos)

P5-Aham... (risos)

E- Oh Dani, bacana, meu, acho que foi uma das pessoas que mais escreveu, assim... tá bem legal, deu para ver algumas coisas aqui.

P5- Aham.

E- É... Você pontuou bastante coisa e eu gostaria que você escolhesse três desses termos que você acha mais forte, mais impactante, mais importante, relacionada à temática da violência contra mulher.

P5- Tá... Acho que o sofrimento que elas carregam; a dependência financeira, que muitas vezes impede com que elas (inaudível) e o não reconhecimento daquilo que ela sofre como violência.

E-Ok... Como que você vê, Dani, esses problemas aí: sofrimento, a dependência financeira, o não reconhecimento da violência, articulados no teu trabalho? Como você vê que a violência contra mulher tá relacionada com isso? Que que a psicologia, é... tem vi.. falado a respeito disso, que você tem visto?

P5-É... Muitas mulheres chegam até aqui porque chegou no extremo, né? De terem sofrido algum tipo de violência física e quase sempre é só aí que elas reconhecem o que elas vinham sofrendo como violência, né... e ela chegou em situação de extrema vulne.. vulnerabilidade, de sofrimento e a grande maioria, né... desiste no meio do caminho, do processo, do divórcio, por não ter como se sustentar, por não ter outra fonte de renda, por ter uma dependência financeira com... né... o companheiro e não ter aonde se apegar, nem na família, nem em outros lugares,

né... E mesmo assim, algumas, né, quando consegue se desapegar um pouco da parte financeira não reconhece outras coisas como violência. Então, é... aí vem... vem aquele discurso, né... de, aí "Ele só faz isso quando bebe", "ele não é violento sempre", "foi só dessa vez". É... porque tem a... a vontade, a ideia, que eu jamais vou julgar, de... de querer com... manter a família, querer continuar com o... o círculo, né, familiar, principalmente por conta dos filhos...

E-Uhum...

P5-Porque tem filho, aí, se tem filho, como que não vai dar sustento pras crianças, né? Então, muitas mulheres acabam voltando pra a situação porque não têm pra onde ir e precisa pensar nos filhos, não tem como trabalhar, né... é... seja porque as crianças são pequenas, seja porque não tem escolaridade, não consegue se inserir no mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho não quer mães; não quer mães que não têm escolaridade, principalmente, né...

E-Uhum...

P5-E... então são uma série de coisas que dificulta que ela saia da situação de violência. E aí é muito fácil olhar pra ela e falar que ela não sai porque ela não quer, né... que é o que muitas vezes acontece quando elas procuram ajuda, seja nas insti... nas instituições especializadas sobre isso, né... ou nas instituições comuns, de que ela devia tá procurando emprego, de que ela devia tá se esforçando mais, né... e de que ela tá ficando numa situação... ela que tá escolhendo, né... mas até que ponto ela tem condições de escolher, né, a situação que ela tá?

E-Uhum...

P5-e eu enquanto psicóloga olhando pra isso não... não dá pra pensar numa culpabilização dela, reconhecendo todas as est.. essas estruturas que impossibilitam, que ela pense em outras escolhas, ou que ela tenha outras possibilidades. O que não quer dizer que a psicologia olhe pra isso dessa forma, pelo menos o pouco que eu vi dentro da Psicologia sobre isso não se... não se tem esse olhar, mais amplo e social. Por que isso não é discutido no âmbito da Psicologia.

E-É...

P5-Então né...

E-É... tem essa... eu tava lembrando hoje qual os... quais foram as aulas que eu discuti violência contra mulher. E eu fiquei pensando: "imagina se um professor me passa um trabalho de um... que você tem que atender um caso de violência contra mulher". O que eu, com a minha cabeça de graduando da época pensaria como atuação...

P5-Uhum...

E-É... conside... eu considero que a nossa formação aqui é uma formação legal, crítica, dentro de alguns aspectos. Mas a gente sai meio desinstrumentalizado nisso, né?

P5-Sim... e... Quando eu entrei pra trabalhar aqui sobre isso eu dei graças a todos os deuses e deusas (risos)

E-Deuses, santos e orixás... (risos)

P5-que eu tive contato com discussões de gênero e sexualidade em algum momento da minha vida, por que...

E-Então, mas em qual o momento da sua vida? Foi durante a graduação?

P5-Foi durante a graduação, mas não na Psicologia...

E-Ah...

P5-Durante a graduação eu fiz projeto de iniciação científica com essa temática, mas fora do... do departamento...

E-Entendi...

P5-então aí eu estudava essas coisas e outros locais.

E-Que departamento que era?

P5-Eu fiz com uma professora do departamento de fundamentos da Educação.

E-Entendi...

P5-Dá pra falar o nome? Depois você...

E-Dá sim...

P5-É com a P.L., que eu fiz...

E-Ah... (inaudível)

P5-fiz projetos com ela e foi lá que eu tive contato com o feminismo, com estudos de gênero e estudos de sexualidade e eu aprofundei isso no mestrado depois.

E-Uhum...

P5-Né... aí eu vim pra cá depois do, do... do mestrado, pro núcleo, né... então, eu falei "ainda bem que eu tive esse contato" por quê, é... uma das palavras que eu coloquei, por exemplo, que foi "gênero" e Lei Maria da Penha, né. A Lei Maria da Penha ela é toda embasada numa violência de gênero. E você olhar pruma violência que a mulher sofre sem essa perspectiva de gênero você não vai conseguir entender que, por exemplo, ela precisa de uma medida protetiva.

E-Uhum...

P5-Porque ela não tá sendo só ameaçada de morte, né, ela tá sendo coagida a não poder sair da própria casa, porque tem uma estrutura social que legitima isso, por exemplo, né... então..

E-Você falou de um um termo que você já tinha colocado aqui, embora só não tenha sido sinalizado como um dos três mais importantes, que... "estrutural", né. Daí você falou de estrutura social, é... e que eu achei interessante fato de você pontuar isso daí, meu, porque a...

infelizmente, assim... é bem... é bem recorrente a compreensão, principalmente dentro da nossa área, da Psicologia, de que a violência é uma coisa que foge à estrutura...

P5-Uhum...

E-Que foge à... foge ao normal. E aí você consegue, dentro de algumas... de algumas falas pontuar que a violência é inclusive estrutural. Estrutural e estruturante, né...

P5-Sim... é... e quando a gente pensa nos modelos de relações que a gente constrói, né ,então... um modelo de relação pautada na ideia de ciúmes, na ideia de posse, na ideia de objeto, né, que é uma construção da masculinidade hegemônica, de que o homem Ele é o macho e a mulher é um objeto... é... a gente legítima uma co... a construção de uma violência, uma relação pautada na violência. Então, é incrivelmente estrutural.

E-Uhum... é... isso aí que você falou faz muito sentido, né... porque, é... enquanto você coloca o sujeito na... os sujeitos na relação amorosa, uma relação de posse, de objetos, né, você não tem o outro como sujeito, você tem o outro como um objeto só.

P5-Só como objeto...

E-E de um objeto Você não presta contas e não fala você não... você só Toma posse mesmo, né. Interessante... bem bacana... é... eu acho que deu pra falar bem dessa... desses termos aí, tá. É... eu quero ler agora pra... pra gente dar seguimento, D., embora a gente volte aqui (inaudível), tá um caso, que é um... que é um exemplinho é... provavelmente, assim a gen... provavelmente não, a gente tentou pegar um caso que exeplicasse, ou ilustrasse os casos mais comuns de violência contra mulher e aí logo em seguida a gente continua discussão, tá? A história de Mário e Gil: “Até o nosso segundo ano de casamento Mario continuava a ser um homem calmo, gentil, e carinhoso que eu conheci na faculdade. Depois começaram as pequenas cenas de ciúmes pelos motivos mais bobos: a saia um pouco curta, o telefonema de um colega, um atraso na minha chegada em casa. No começo, eu achava graça, brincava, pensava que assim era melhor forma de encarar a situação. Mas chegou um dia em que o chamei pra conversar seriamente dizendo que aquilo tudo estava me sufocando. Mário chorou e disse que estava muito confuso, que tinha medo de perder o emprego e que eu não ligasse, que tudo iria ficar bem. Seis meses depois fui convidada pra ser a professora homenageada na formatura da primeira turma do curso de direito. No evento fiz um discurso emocionado, que foi tremendamente elogiado pelos meus colegas e alunos Mário, com cara emburrada, depois de ouvir os elogios, se levantou e foi me esperar na porta do auditório. Foi só chegar perto e ele me puxou pelo braço sussurrando de forma ameaçadora “vamos pra casa”. Com medo, achei melhor não me opor. Depois de um silencioso percurso de carro, chegamos em casa e Mário começou a gritar: “quem você pensa que é?”. Enraivecido, me bateu e rasgou todo o meu vestido novo. Disse que não queria mais

ver eu me exibindo pra outros homens. No dia seguinte, quis fazer amor comigo, eu estava magoada, furiosa, além de machucada. Me recusei. Ele me agarrou à força me levou pra cama, amarrou minhas mãos pra trás e me forçou. Fiquei atordoada, chorei, achei que aquilo não tinha acontecido comigo. Tomei uns comprimidos pra dormir, esquecer tudo. Ao acordar, estava cercada de flores e com Mário me beijando, dizendo que aquilo tudo jamais repetiria. Não contei nada a ninguém. Tinha vergonha, achava que a gente conseguiria resolver tudo sozinho. Mas depois a situação se repetiu novamente e, assim, quase toda semana. Vinha uma ameaça, uma agressão seguida de um pedido de desculpas e de promessas que seria a última vez. Só consegui assumir o problema pra minha família um ano depois da primeira surr. Na polícia não fui não. Não quero escândalo e nem que Mário vá preso. Quero, na verdade que tudo volte a ser como antes”. É... particularmente, pra mim, assim, é um texto que ilustra pouca coisa... pouca coisa não, né, ilustra coisas que às vezes são corriqueiras, infelizmente, e eu já li várias e várias vezes esse texto e ainda assim dá uma engasgada na garganta. É... bom... **P5**-assim, tomando essa história ilustrativa aqui como que... você acha que a psicologia poderia trabalhar com esse caso? Quais são os termos que você acha que seriam importantes é... deixar mais destacados nesse caso, embora não sejam falados explicitamente... não sei, me fala um pouco do.. do seu.. da sua compreensão nesse caso aqui

P5-pegando a... a evolução das coisas, né, da forma que foram acontecendo, é... da... das pequenas cenas de ciúmes, né, do Mario, pra depois ele não suportar a ideia, não só do sucesso profissional dela, mas de homens elogiando ela, prum estupro, né... a evolução que foi, né... um estupro, violência física e tudo mais (pausa na fala por 2 segundos) e... como ela fala, né, disso tudo, com vergonha e... e com culpa e no final não querendo que ele fosse preso porque, né... ela tem mais história com ele e ele não é só isso. Ele foi também uma outra coisa com ela no começo. Então é... (pausa na fala por 5 segundos) é pensar com a... Gil?

E-Uhum

P5-que que ela tá entendendo como amor. Porque até tem uma parte que você fala que ele quis fazer amor com ela, né...

E-É... ele pede

P5-e... ele pede pra fazer amor e... o que ele menos faz com ela é isso, né, em muitos momentos. Mas se... se a construção dela de relacionamento de se o sentido que ela tem na vida pra amor, pra relacionamento não está atrelado a isso, como eu acredito que não esteja, porque o que ela sente falta do Mário é o Mário que não existe mais, né... é buscar trabalhar com ela, é... esse desapego, de uma ideia de relação o que não tem mais, né... e isso é muito complicado porque ele pede desculpa, e ele disse não vai fazer de novo, né... que é um ciclo de violência, né... e é

um ciclo que a gente acredita, porque a gente acredita nas pessoas que a gente ama, né? Só que como dizer pra ela que esse ciclo pode continuar se repetindo por muito tempo? Aí, como dizer pra ela que esse ciclo... por mais que ele... não bata mais nela, mas que ele continue proibindo ela de sair, continue fazendo outras coisas, também, de alguma forma vai tar tolindo, né.. a... liberdade dela? E é muito interessante porque ela é uma pessoa que supostamente tem uma... uma independência financeira, né (risos)

E-Aham (risos). Ela é professora universitária, né

P5-Ela é professora universitária! E olha só como... e aí, como a gente entra nas ciladas do amor romântico, né?

E-Aham.

P5-Será que uma relação precisa ser eterna pra ser verdadeira? Meu amor precisa ser eterno pra ser verdadeiro? Por que que ela insiste tanto nessa relação, né? Por que que ela continua tend... apostando numa coisa que vem fazendo tão mal pra ela, né? Eu apostaria entender o que que essa relação tem construído na vida dela de sentido. Por que que ela se apega tanto a essa... essa ideia de um Mário que fazia bem pra ela e agora não faz mais. E aí eu penso em várias coisas, desde medo de ficar sozinha; que que vão dizer dela ter.. terminando um relacionamento; que que vão dizer dela terminando um relacionamento porque ela apanha, porque ela apanhou... por tudo isso.

E-Essas possibilidades que você tá pontuando, né: de... pensar no pós término de relacionamento, por mais abusivo, né, que tenha sido esse relacionamento, é... me vem a impressão, e me... me corrija se eu tiver errado, de que em alguns momentos parece que o peso de abandonar esse relacionamento... não o peso de... de cortar relacionamento em si, mas das consequências sociais atreladas a esse término de relacionamento, são, às vezes, pelo menos hipoteticamente, mais pesadas do que a manutenção de um relacionamento. Será que essas violências não continuam ocorrendo mesmo dentro... mesmo fora do relacionamento também, né? Tipo, que a nossa sociedade não produz tudo isso também...?

P5-Sim... É porque... pra ela, por exemplo, denunciar, né... ela já indica que tem vergonha do que acontece com ela...

E-Pois é, né...

P5-pra ela denunciar, na... na denúncia ela vai ter que reviver isso e vai ter que afirmar isso pra pessoas, no processo de divórcio, no processo de separação. Todo esse processo, depois da... jurídico, né... todo esse processo de separação, depois... de toda exposição social que tem com a família dela, que eu não sei como vai reagir com isso, com a família dele, né... então, ela vai...

é exatamente isso que você falou. É... a violência, ela ressoa em outros Campos da vida dela. Eu não sei onde que ela tem apoio...

E-É, né...

P5-né... pra isso... se a... se ela tiver, né! Quem garante que ela não vai chegar numa delegacia da mulher e não vai se revitimizada?

E-Pois é...

P5-Vai... ou não vão olhar pra ela e falar: "mas você tem certeza que não quer tentar de novo? Ele só... ele só te bateu essa vez, mas ele pede desculpa". Porque falam isso na Delegacia da Mulher...

E-Sério, D.?

P5-É... será que uma polí... um policial vai... e uma policial vai olhar pra... pra o que ela sofre e legitimar aquilo como violência, né? Na minha experiência, poucas vezes. Mesmo quando é... e... principalmente, parece que você falou que faz um ano...

E-É

P5-que ela ficou um ano... nisso. Olha o tempo! Eles vão olhar pra ela e falar: "por que você ficou um ano? Por que que só agora você veio denu... denunciar?". É... Essa estrutura toda ninguém olha, na hora da... da denúncia.

E- e, ah... Voltando um pouquinho, dí naquilo que a gente tava falando, da... de quando que você começou a ter contato com isso, que não foi necessariamente dentro da Psicologia

P5- Aham.

E- mas foi fo... na área da Educação, tal... como que você, agora, já mais inserida na... na temática, você tem visto as contribuições da Psicologia? Se você tem que buscar fora da Psicologia essas contribuições, ou se a psicologia te supre... ou... como que fica isso daí agora, assim?

P5- Olha, a psicologia, pelo que eu tenho procurado prod... que tem produzido sobre violência contra mulher nesse contexto específico, né, da... Lei Maria da Penha, e de orientação, e de acompanhamento dessas mulheres, tem produzido, mas é muito pouco. Mas tem alguns nomes importantes, que eu acabei encontrando, mas são nomes pontuais, assim, não é um assunto difundido como alguns outros na... na psicologia, que a gente acha 30 páginas 40, 50 páginas na SCielo, sabe, só sobre isso, né. Então, tem coisas produzidas, mas não... a... a... acredito que não é suficiente pra aquilo que a gente precisa, né. Não só de inst.. de instrumentalização pra atuação, mas de conhecimento de contextos, de como a... a realidade daqui é uma, a realidade de outros lugares talvez seja outra, né... então, de conhecimento de como que isso tá acontecendo no Brasil, por exemplo, né, e... mas... e... o contato que eu tive com leituras de

gêneros, e com leitura sobre feminismo foi de teorias de gênero e teoria sobre feminismo. E isso me ajuda com a psicologia. E aí é uma das vantagens de... de poder buscar isso, né, com a... a minha postura teórica, né. Que ela me possibilita essa... esse... recorrer a Butler, ou a Scott, ao... a teorias feministas, né...

E- Dá mais flexibilidade e aumenta a possibilidade de atuação também, né?

P5- Isso... isso...

E- Legal... legal... é... D. eu acho que... meu... só o fato de você ter pontuado tudo isso daqui na folha... da forma como você conseguiu articular os... os conceitos, tudo mais, acho que são... foram... assim, bem esclarecedores da tua visão, sabe? É... e eu acho que a gente já conseguiu conversar bem sobre a... o... o tema... não sei se você quer falar mais alguma coisa, se você gostaria de colocar mais alguma coisa a respeito da temática.

P5- Não... só falar que é... é muito legal isso daqui, essa ideia aqui, porque é uma forma de... suscitar a conversa. Bacana a atividade.

Apêndice VII – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Título da Pesquisa: O olhar do Construcionismo Social sobre os discursos da Psicologia a respeito da violência contra a mulher

Eu, _____,

declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa intitulada “O olhar do Construcionismo Social sobre os discursos da Psicologia a respeito da violência contra a mulher”, realizada por **Angelo Willian de Lima Catarim**, sob a orientação da **Prof.^a Dra. Jacy Correa Curado**, no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Entendo que o estudo visa conhecer os discursos da Psicologia sobre a violência contra a mulher e os efeitos nas práticas profissionais. Compreendo que este termo será apresentado em duas vias, das quais uma ficará em meu poder. Estou ciente de que a entrevista terá duração aproximada de uma hora e será parcialmente gravada, que em algum momento poderei participar da observação de minha rotina de trabalho durante um dia e que o pesquisador se compromete a utilizar os dados obtidos de forma a preservar o anonimato, não divulgando minha voz ou revelando dados que permitam minha identificação e que possam me ocasionar prejuízos de qualquer natureza. Entendo que há o risco de me sentir constrangido(a) durante algum momento e, caso venha me sentir prejudicado(a), entendo que posso recorrer ao pesquisador para que ele considere os devidos procedimentos. Estou ciente que estou no direito de ser ressarcido(a) e/ou indenizado(a) caso me sinta prejudicado(a) em qualquer momento da pesquisa. Entendo também que, ao participar da presente pesquisa estou colaborando com o desenvolvimento da ciência da Psicologia. Estou ciente que minha participação é totalmente voluntária e que, durante a realização da oficina ou de outra atividade que me envolva na pesquisa, poderei interrompê-la no momento em que desejar sem ser em nada prejudicado(a).

Desse modo, concordo em participar do estudo e cooperar com o pesquisador.

Nome do(a) pesquisado(a):

Data: ___/___/20___

RG:

Assinatura:

Nome do pesquisador:

Endereço: Rua Esmeralda, n. 2088. Jd. Paris, Maringá-Pr.

Telefone: (44) 9-9945-0649

Data: ___/___/20___

RG:

Assinatura:

Comitê de Ética da UFGD

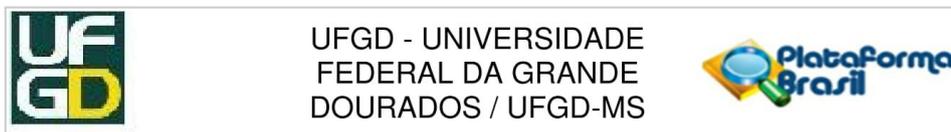
Endereço: Rua Melvin Jones, 940 - Jardim América, Dourados-MS. CEP: 79.803-010

E-mail: cep@ufgd.edu.br

Telefone: (67) 3410-2853

Anexos

Anexo I – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O olhar do Construcionismo Social sobre os discursos da Psicologia a respeito da violência contra a mulher

Pesquisador: ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 64167416.6.0000.5160

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Faculdade de Ciências Humanas

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.044.791

Apresentação do Projeto:

Se trata de um projeto que tem como intenção problematizar os sentidos atribuídos por profissionais da Psicologia da Casa da Mulher Brasileira que realizam atendimentos com mulheres que estejam ou estiveram em situação de violência. Para isso, propõe investigar os referenciais teóricos, as práticas e as concepções que esses profissionais têm construído diante dessas questões. Isso será feito por meio de oficina de produção de sentidos, análise de documentos públicos e da observação no cotidiano.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Problematizar as práticas discursivas sobre violência contra a mulher da Psicologia usadas por profissionais envolvidos nos serviços de atendimento e dos documentos de domínio público.

Objetivo Secundário:

- Fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática;
- Mapear os discursos sobre violência contra mulher da Psicologia;
- Identificar as práticas discursivas que embasam a atuação dos profissionais envolvidos nos atendimentos e nos documentos de domínio público;
- Observar a rotina dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência (Casa da

Endereço: Rua Melvin Jones, 940

Bairro: Jardim América

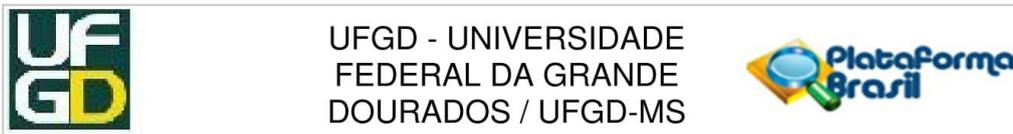
UF: MS

Telefone: (67)3410-2853

Município: DOURADOS

CEP: 79.803-010

E-mail: cep@ufgd.edu.br



Continuação do Parecer: 2.044.791

Mulher Brasileira).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador cita o risco de constrangimento do entrevistado.

Quanto aos benefícios o pesquisador cita que com os resultados dessa pesquisa será possível compreender de maneira crítica quais têm sido os fundamentos das práticas psicológicas que norteiam os profissionais que trabalham com violência contra a mulher. Tal compreensão poderá servir para elaboração de materiais posteriores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de tema de grande relevância. O pesquisador fez todas as adequações solicitadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos se apresentam adequados.

Recomendações:

Recomendo a aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_793214.pdf	08/04/2017 08:43:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	08/04/2017 08:43:24	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Cronograma	Cronograma_execucao_pesquisa.docx	25/01/2017 11:29:49	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Outros	Roteiro.docx	25/01/2017 11:25:05	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Orçamento	Orcamento_da_pesquisa.docx	25/01/2017 11:23:05	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Outros	Resolucao.pdf	25/01/2017 11:15:26	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Outros	Termo_compromisso_Casa_da_Mulhe	03/12/2016	ANGELO WILLIAN	Aceito

Endereço: Rua Melvin Jones, 940

Bairro: Jardim América

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.803-010

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



Continuação do Parecer: 2.044.791

Outros	r.pdf	13:48:55	DE LIMA CATARIM	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso_pesquisador.pdf	03/12/2016 13:47:53	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_para_plataforma_Brasil.pdf	07/10/2016 00:11:35	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Angelo_Catarim_Plataforma_Brasil_Projeto_Mestrado.doc	07/10/2016 00:11:16	ANGELO WILLIAN DE LIMA CATARIM	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 03 de Maio de 2017

Assinado por:
Leonardo Ribeiro Martins
(Coordenador)

Endereço: Rua Melvin Jones, 940
Bairro: Jardim América **CEP:** 79.803-010
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853 **E-mail:** cep@ufgd.edu.br

Anexo II – Resolução do Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS



RESOLUÇÃO Nº 302 DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

O CONSELHO DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, da Universidade Federal da Grande Dourados, no uso de suas atribuições legais, em Reunião Ordinária, **resolve:**

Manifestar concordância com a execução dos seguintes Projetos de Pesquisa:

O olhar do Construcionismo Social sobre os discursos da Psicologia a respeito da violência contra a mulher, sob a coordenação do mestrando Angelo Willian de Lima Catarim, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPs);

As mulheres do informal: sentidos da venda direta e estratégias de empoderamento feminino, sob a coordenação da mestranda Kamilla Golin, do PPGPs;

A produção de sentidos da mulher paraguaia na fronteira sob a perspectiva de gênero, sob a coordenação da mestranda Lígia Maria Ruel Cabreira, do PPGPs;

Autoeficácia e motivação para hábitos alimentares saudáveis em pacientes atendidos por serviços públicos de saúde em Dourados-MS, sob a coordenação da mestranda Natani Chaves Nascimento Marques, do PPGPs.


Prof. Dr. Jones Dari Goettert
Presidente

Anexo III – Termo de compromisso Casa da Mulher Brasileira

Acrescentar cabeçalho com o timbre da instituição onde serão coletados os dados

TERMO DE COMPROMISSO

Autorizamos a coleta de dados referente a pesquisa intitulada Práticas discursivas da Psicologia sobre a violência contra a mulher, coordenada pelo (a) pesquisador (a) Angelo William de Lima Catarini. A pesquisa será realizada nas dependências da Casa da Mulher Brasileira - Campo Grande e os dados deverão ser utilizados exclusivamente para os objetivos da pesquisa e publicações na literatura científica relacionada.

Estou ciente que o projeto terá seu início somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, mediante parecer ético consubstanciado.

Declaramos que conhecemos a Res. 466/12 – CNS/CONEP e que seguiremos seus preceitos.

Dourados-MS, 30 / 11 / 2016.

Elza Maria V. Loschi

(assinatura e carimbo)

Elza Maria V. Loschi
Coordenadora Geral/SPM
Casa da Mulher Brasileira
Campo Grande - MS

Nome: ELZA MARIA V. LOSCHI

RG: 214070 SSP-MS

CPF: 104 992 451 72

Cargo: coord. geral / gov. Federal

CNPJ: —

Anexo IV – Termo de compromisso do pesquisador

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Declaro que irei anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais.
Titulo da pesquisa: *Práticas discursivas da Psicologia sobre a violência contra a mulher*

Dourados-MS, 30 / 11 / 2016.

Angelo W. L. Catarim

(assinatura do (a) pesquisador (a) responsável)

Nome: *Angelo William de Lima Catarim*

RG: *9.053.408-4*

CPF: *060.736.919-12*